



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD

Realizada em
Brasília/DF.
29 e 30 de abril de 2025.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa RDK Gravações e Eventos

1 **Dia 29/04/2025 – Manhã:**

2 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3 **MMA) –** Bom dia, companheiros e companheiras. Quero dizer antes de mais nada da
4 alegria desse momento tão esperado da nossa reunião de retomada da Comissão
5 Nacional de Combate à Desertificação. É muito bom também tê-los e tê-las, todos e todas
6 aqui. Eu queria convidar para compor aqui, essa mesa, nesse momento de abertura, a
7 Flávia, que é coordenadora do Prevfogo, aqui no IBAMA, e que está nos acolhendo, nos
8 recebendo nesse momento, e a nossa secretária nacional de povos e comunidades
9 tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, a Edel Moraes, para uma palavrinha
10 também nesse momento de abertura da nossa reunião. Bom, a gente tem uma
11 programação, que nós enviamos essa programação para vocês, e nesse momento, antes
12 da gente fazer uma leitura sobre a pauta e a programação do dia inteiro, para que a gente
13 possa, desses dois dias, na verdade, de atividades, para que a gente possa pactuar um
14 pouco dos nossos tempos e momentos, eu queria passar a palavra para a Flávia, como
15 nossa anfitriã, já agradecendo aqui, em nome do nosso departamento e da nossa
16 secretaria, pelo apoio, pela disponibilidade do espaço para a gente fazer essa reunião.
17 Para a gente é muito simbólico fazer isso aqui também no IBAMA e no Prevfogo, pelo
18 papel que o IBAMA e toda essa agenda da fiscalização, da conservação, do cuidado e
19 do plano de prevenção e controle dos incêndios também cumprem na agenda do combate
20 à desertificação. Então, para a gente é uma alegria estar aqui. Obrigado.

21 **A SR^a. FLÁVIA (Coordenadora do PREVFOG) –** Bom dia a todos e todas. Satisfação
22 estar aqui com vocês hoje. Agradeço o convite para compor essa mesa aqui com vocês.
23 Queria falar que o ambiente aqui está à disposição, sempre que vocês precisarem
24 discutir. Alguns anos atrás, a gente parou para escrever um projeto para o Fundo
25 Amazônia e o projeto, na verdade, era para o fortalecimento do Sistema Nacional de
26 Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, porque o Prevfogo, pelo Decreto 2061, ele
27 representa o sistema nacional. Dentro do IBAMA, na estrutura, foi organizado como um
28 centro nacional. E a gente propôs, nesse projeto, eram várias ações e, dentro delas, uma
29 era a Central de Logística de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, que era uma
30 parte do que vocês estão vendo hoje, e depois se tornou essa grande central, porque a

31 gente conseguiu apresentar para o Fundo Amazônia o quão era importante a gente ter
32 um ambiente que a gente conseguisse colocar toda a parte administrativa, toda a parte
33 técnica, toda a parte de logística num único ambiente, tendo sala de situação, que lá em
34 cima, se vocês quiserem visitar, nós temos uma sala de operação, uma sala de
35 monitoramento e uma sala de situação, e esse auditório. A sala de situação, a gente
36 reúne, inclusive, vários órgãos no período do CIMAM, o período mais crítico para a
37 ocorrência de incêndios florestais, que é um fórum justamente multiagências e do
38 governo federal, e, hoje em dia, a gente tem articulado muito com governos estaduais
39 também, participando dessas discussões para a tomada de decisão. Essa sala foi
40 pensada justamente para ter reuniões e discussões como a que vocês vão ter hoje. É um
41 auditório modular, que ele pode ter cadeira, ele pode ter mesas também, se vocês
42 precisarem montar mesas para a sala de aula. E qual era a nossa intenção? Era
43 justamente começar a chamar para discussões nesse ambiente tudo aquilo que envolve
44 também a questão dos incêndios florestais e essa degradação que, no final, é causa e
45 consequência. Então, há muito tempo a gente discute que as causas dos incêndios, elas
46 são múltiplas, e as consequências também. Então, não tem como a gente trabalhar os
47 incêndios florestais sem a gente entender que todas essas questões ambientais, elas
48 estão interligadas. E, cada vez que a gente intensifica uma dessas linhas de degradação,
49 você vai intensificar uma outra consequência, você vai intensificar uma situação social
50 também mais degradante, você vai ter várias questões que estão interligadas. Então, há
51 muito tempo a gente tem discutido. No ano passado, foi muito gratificante para a gente
52 que a ministra do Meio Ambiente, a Marina, ela chamou um fórum na Casa Civil, depois
53 que teve aquele fórum das enchentes, ela puxou para se iniciar com diversos ministérios
54 do Meio Ambiente, diversos ministérios da Esplanada, com diversas instituições do
55 governo, num âmbito de gestão muito maior de políticas públicas, pensando justamente
56 que a situação dos incêndios vai se intensificar. Hoje em dia, tem muito desmatamento
57 que tem sido feito com incêndios também, e a gente tem que trabalhar ela de uma forma
58 interagencial. Não tem como essa pauta ambiental só ser de um único ministério, ela
59 permeia todos os ministérios, e a situação das mudanças climáticas e essa intensificação
60 dos eventos extremos que os incêndios florestais estão dentro deles, vão se intensificar
61 e não tem como a gente não discutir nesses fóruns. Então, eu fico muito feliz de estar

62 recebendo vocês aqui, coloco à disposição esse ambiente, o que vocês precisarem, pode
63 contar, qualquer dificuldade que vocês tiverem aqui, pode acionar a minha equipe
64 também, porque aqui, realmente, o ambiente é para isso. E a gente se coloca também à
65 disposição para discutir aí como é que os incêndios florestais também a gente pode
66 trabalhar de uma forma melhor. A gente sabe que, da forma que tem se intensificado
67 essa degradação, nós vamos ter mais situações de desertificação, nós vamos ter outros
68 impactos aí, não só ambientais, sociais importantes, e a gente tem que trabalhar
69 integrado e organizar, realmente, esse planejamento de forma integrada. Então, eu me
70 coloco aqui à disposição, coloco o Prevfogo à disposição, nossos ambientes à disposição
71 de vocês e desejo um excelente trabalho. Bom dia. Gente, desculpa, eu vou pedir licença,
72 porque eu tenho um outro evento aqui em cima, mas eu vou estar aqui o dia todo. No
73 que vocês precisarem, vocês podem me acionar. Obrigada.

74 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
75 **MMA) –** Bom, dando continuidade a esse momento de abertura da nossa reunião, eu
76 queria passar a palavra para a secretária Edel, mas antes queria fazer uma breve
77 contextualização. A Edel, como disse ontem, no nosso seminário sobre a Caatinga, é
78 amazônida, é paraense, é do Norte, marajoara, do país Marajó, e assume esse papel da
79 Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural
80 Sustentável, e me convida para assumir esse papel de diretor do Departamento de
81 Combate à Desertificação. E, obviamente, que, pelo compromisso da secretária Edel com
82 a ministra Marina, com aquilo que o presidente Lula nos aponta como caminho também
83 para a gente fazer desse governo um governo de retomada, não só de retomada das
84 políticas socioambientais do Brasil, mas também de retomada da perspectiva da
85 participação social. Ou seja, a gente teve um período de muita dificuldade de participação
86 no período anterior, no contexto anterior, e esse governo significa isso também, retomar
87 a participação da sociedade na implementação, no monitoramento, na formulação das
88 políticas públicas. E quero, na verdade, trazer meu testemunho da importância e da
89 atenção que a secretária Edel tem dado a esse tema da desertificação, do combate à
90 desertificação, da convivência com o semiárido, e que, em vários momentos, reconhece
91 que, obviamente, não sendo do território, em alguns momentos a gente fazia formações,
92 Edel, entre nós, sobre o que é convivência com o semiárido, o que é o combate à

93 desertificação. Em vários momentos, a Edel foi até a Caatinga, foi até o semiárido
94 também para conhecer essas experiências de forma muito concreta. E eu quero aqui
95 fazer essa fala de reconhecimento, porque é fundamental que a gente esteja nesse
96 espaço do departamento de combate à desertificação, mas numa secretaria que
97 reconheça a importância desse tema e dessa agenda, para que a gente consiga avançar
98 na agenda. E, muitas vezes, a gente se depara em situações em que, se a pessoa não é
99 daquele tema, não é daquela agenda, não é daquele ambiente, há uma tendência de não
100 valorização ou de colocar aquela agenda num lugar de menos atenção. E não é isso que
101 a gente tem visto no âmbito da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
102 e Desenvolvimento Rural Sustentável, sob a coordenação da nossa secretária Edel.
103 Então, queria, de pronto, não só agradecer à Edel publicamente por isso, para a gente
104 chegar, inclusive, nesse momento aqui, da instalação da nossa comissão, mas partilhar
105 isso com vocês. Todos e todas aqui, a grande maioria, vêm do território do semiárido, e
106 é importante que a gente dê esse passo na implementação da nossa Política Nacional
107 de Combate à Desertificação, com esse reconhecimento e com essa atenção. É isso.
108 Obrigado, Edel.

109 **A SR^a. EDEL NAZARÉ SANTIAGO MORAES** – Eu juro que não tem nenhuma
110 combinação de fala, não, mas eu tinha notado antes dele começar a falar. Queria,
111 primeiro, pedir permissão a todos os meus ancestrais, pedir permissão a todas as
112 mulheres mais velhas aqui presentes, e saudar a todos os presentes e dizer que é uma
113 imensa alegria. Ontem, à tarde, eu saía daqui e conversava com a minha chefe de
114 gabinete e dizia assim, que momento bonito, que grupo qualificado, que potência nessa
115 temática e nas pessoas que estão participando. Mas, antes, eu queria contar um pouco
116 a minha conexão com o Alexandre. Eu, no momento de retomada da democracia e nesse
117 grande empate, eu venho da Amazônia, eu venho do movimento dos seringueiros e das
118 seringueiras, eu venho... Queria já aproveitar, olha, está chegando um parceiro ali,
119 Alexandre, chama logo para a nossa mesa. Eu venho dessa luta que herdei de Chico
120 Mendes. Fui a primeira mulher vice-presidente nessa organização que foi fundada por
121 Chico Mendes. E muitas histórias conectam, para dizer, como a ministra Marina Silva, eu
122 não tenho nenhuma memória dos meus ancestrais, porque, diferente de muitos que
123 foram para a Amazônia, a minha família não tem história de que vieram de fora. Toda a

124 minha história, meus ancestrais são de lá, estão lá. Mas nos negaram, inclusive, o direito
125 da nossa originalidade. Eu poderia aqui me acionar indígena, mas sou muito mais afro-
126 indígena, mas tenho uma identidade política, a identidade extrativista. Estou fazendo
127 esse rodeio para contar a minha história com o Alexandre. Quando fui convidada pela
128 ministra Marina Silva para fazer parte da equipe de transição, e o Alexandre fazia parte
129 em outro grupo, o grupo da agroecologia, o grupo da agrária, e na dobrada desse empate,
130 eu fui convidada para a secretária. E eu acionei alguns conselheiros que eu precisava de
131 nomes para assumir essa pauta. E eu posso dizer para vocês que o nome de Alexandre
132 foi o primeiro apresentado para a ministra e para o secretário Capobianco e aprovado de
133 primeira, dizendo, é isso que a gente precisa, é isso que a gente quer. Mas, até então,
134 eu não tinha uma lembrança do Alexandre Pires. Eu tive uma boa referência curricular
135 de boca, tive uma boa referência de um currículo escrito, até o escavador falou muito
136 bem, mas eu não tinha uma lembrança. E começamos a trabalhar. E eu fui fazer um
137 seminário com a ex-ministra Tereza Campello, para mim sempre ministra Tereza
138 Campello, e eu fui buscar os meus arquivos de fotografia. E aí, pasmem vocês, por algum
139 motivo mesmo, de tanta luta, mas tinha mais barba, quem estava na minha história,
140 Alexandre, do Centro Sabiá, onde eu, amazônida, fui beber na fonte do sertão, na fonte
141 do semiárido, fonte do colega Alexandre, o aprendizado sobre uma tecnologia social de
142 acesso à água. Eu, que venho do maior volume de água doce do mundo, eu que venho
143 de ilhas flúvio-marinho, a minha comunidade vive, nós vivemos em cima da água. A água,
144 para nós, ela sobe durante seis horas e desce durante seis horas. A minha casa é
145 construída na beira de um rio e a metade dela é dentro d'água. Mas o meu território
146 padece, ainda hoje, pela falta de água potável para consumo humano. E lá estava eu e
147 o Alexandre. Eu, com uns 15 quilos mais magrinho e o Alexandre, tinha o mesmo
148 corpinho, e vem essa memória desta conexão e este trabalho. No final, eu assumi, e
149 como eu falei para ele, a pauta é nova para mim, como tema. Me ensinem, me ajudem a
150 entender essa agenda. Eu sempre falei para ele, um dia ele falou assim: “você aprende
151 rápido”. E foi muito nessa troca, nessa experiência, é o território que eu mais já visitei
152 durante essa gestão, porque a ministra Marina Silva também passou uma missão. Ela
153 começou muita coisa neste território. Ela tem história, ela plantou árvore, ela conectou
154 muito, e é uma agenda que está ligada à história dela. E, nesse processo todo, a primeira

155 agenda, os primeiros servidores que eu recebi na secretaria, como secretária, foram os
156 servidores do departamento de combate à desertificação e efeitos da seca. Não demorou
157 muito para entender que não era combate à desertificação e convivência com semiárido.
158 E esses servidores tão aguerridos, eu não esqueço, e eu queria aqui lembrar o nome
159 deles. Eles não ficaram conosco, eles foram convocados para outros espaços, Jaime e
160 Daniela. Eles me falavam tanto dessa temática, que eu confesso para vocês que eu ficava
161 tonta. E eles diziam, você tem uma comissão que está parada, tem uma COP que a gente
162 nunca participou, tem tudo, tem isso. E nós chegamos em 2024 com a maior delegação
163 na COP da desertificação e os efeitos da seca, lá na Arábia Saudita. E eu recebi a missão,
164 junto com meus colegas aqui do Itamaraty, de ir liderando a comitiva. E eu confesso,
165 confessando a minha fragilidade, eu fui temerosa. Mas eu estava com uma boa equipe,
166 eu estava bem assessorada, mas eu fui temerosa. E aí, nesse meu temor, eu tive um
167 breve devaneio. Vocês não vão dizer aqui: “ah, ela vai falar de espiritualidade”. Entendam
168 vocês como vocês interpretarem. Chico Mendes veio no lampejo de um sonho e disse:
169 “levanta, menina, assume a agenda. Está com medo de quê? Eu vim deste território, eu
170 vim desta região”. Desse dia em diante a Isabela e Denise sabiam disso, acho que contei
171 com o Alexandre também. Eu disse: “essa agenda é nossa”. E é assim que, nessa
172 convocação do Alexandre, ele sempre convocando. Um, o princípio que a ministra Marina
173 Silva cobra de nós, o trabalho da transversalidade. O outro, o Alexandre dizendo:
174 “secretária, esta agenda tem que ir para o coração de todos os ministérios, a esplanada
175 tem que falar sobre isso”. Ele sempre cobrando. “A gente precisa falar”. E foi assim que
176 nós começamos a falar. Dois assuntos viraram o assunto da Edel, às vezes na roda de
177 piada, não é? E eu internalizava, como na vida sempre tudo é luta, não esquece os PCTs
178 da Edel. E não esquece a desertificação da Edel. Virava isso e a gente ia internalizando.
179 E hoje a gente tem a felicidade de estar aqui com vocês, com uma grande honra, que eu
180 declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Combate à Desertificação, um momento de
181 relevância e de estratégia, diante do desafio que enfrentamos com o avanço da crise
182 climática, a intensificação das secas, a crescente degradação das terras, no semiárido e
183 em outras regiões do país. A CNDC, instituída pela Lei 13.153 de 2015, é um instrumento
184 essencial da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da
185 Seca. A sua existência reafirma a importância da governança participativa, da construção

186 coletiva de políticas públicas para a convivência com os territórios mais vulnerabilizados
187 às mudanças do clima. Quero saudar com profundo respeito a todos os membros desta
188 comissão, representante tanto dos poderes público federal, estadual e municipais, da
189 sociedade civil organizada e, com especial, os representantes aqui dos povos e
190 comunidades tradicionais que participam pela primeira vez desta composição. Essa foi
191 uma exigência feita por mim, sempre dizendo, esse departamento, esta Secretaria de
192 Povos e Comunidades Tradicionais, tem que trazer a voz e a presença. Destaco o
193 fortalecimento institucional, promovido pela publicação do decreto presidencial de 2024
194 e da portaria 248 de 2025, assinado pela ministra Marina Silva, que consolida a estrutura
195 do colegiado. Esse ato administrativo reafirma o compromisso da gestão da Marina Silva
196 e do presidente Lula com a construção democrática, a escuta ativa, o engajamento
197 multissetorial na formulação de soluções integrada. A presença interministerial, outro
198 instrumento importantíssimo, agora parte da estrutura da CNDC, é outro avanço
199 significativo que eu quero aqui destacar. Ela representa a articulação necessária que
200 precisamos fazer. Reforço que, neste início desta reunião, a importância desta comissão
201 como espaço de diálogo, de escuta, de proposição, onde um espaço, onde tem voz a
202 ciência, a ciência ancestral, a política pública, os saberes tradicionais, as experiências
203 territoriais se encontram para construir aqui caminhos de transformação. E é nesse
204 espírito que aí eu me lembro, e vou aqui tentar parafrasear, uma frase que Nego Bispo
205 repetia muito, não é? “A terra tira, a terra dá, a terra quer.” E aqui eu quero dizer que a
206 terra pede socorro, mas também oferece respostas. Basta que saibamos escutar os
207 ventos do sertão, onde o povo não desiste, não é isso? Mas resiste. O futuro nasce do
208 cuidado, onde muitos enxergam o fim, nós plantamos aqui o recomeço dessa história. A
209 desertificação não é apenas um processo ambiental, é um processo que agrava as
210 desigualdades, vocês sabem disso mais do que eu. Compromete meios de vida e afeta
211 de forma desproporcional os grupos mais vulnerabilizados. Por isso, reafirmamos aqui,
212 enquanto Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais, enquanto Ministério do Meio
213 Ambiente, enquanto Governo do presidente Lula, o nosso compromisso com a justiça
214 climática, com a dignidade humana, com o desenvolvimento sustentável dos territórios
215 afetados. Desejo um excelente trabalho nessa retomada deste momento, deste grande
216 empate, que é o meu referencial de luta, não é? É o empate pela defesa da democracia,

217 é o empate pela defesa da vida de todos os povos. Bom evento para todos nós, boas
218 discussões e saúdo a todos e a todas que compõem esse evento e que vão estar aqui
219 trabalhando esses dois dias sobre a liderança do diretor Alexandre, que sempre me
220 ensina. E ele me ensina muito, porque, além de tudo, ainda é sagitariano, então tem um
221 signo que bate com o meu. Então, é dois ansiosos no limite ao máximo, dois que
222 acreditam que têm asas e boas, não é? E a gente acredita de verdade. E acho que a
223 gente, antes que eu possa dizer que nós dois trazemos como lema de vida, não é? Se
224 der medo, finge que tem coragem e vai. E é assim que a gente tem seguido aqui adiante.
225 Bom dia a todos e a todas e bom evento para nós. E isso, medo nós temos, mas nós não
226 o usamos.

227 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
228 **MMA) –** Então, a gente... Eu queria... Val, cadê as outras pessoas da nossa equipe?
229 Estão ali fora? Pede para eles entrarem, por favor.

230 **A SR^a. EDEL NAZARÉ SANTIAGO MORAES –** Enquanto a equipe dos 300 do
231 Alexandre chega, eu queria dizer que a diretora Cláudia de Pinho faz sempre essa piada,
232 não é? Que o tema é muito grande, o assunto é muito grande, os servidores são poucos,
233 são aguerridos, não é? E aí eu ainda digo, brinco com ele, que a ministra diz que nós
234 somos os 300 dela. E esses são os 300 nossos.

235 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
236 **MMA) –** Na verdade, aí tem uns 200. Os outros 100 ainda estão chegando. Mas, assim,
237 eu quero começar esse momento também reconhecendo a importância da nossa equipe
238 no Departamento de Combate à Desertificação, para que a gente possa tocar essa
239 agenda. De fato, é um grupo muito pequeno de servidores, mas é um grupo muito
240 comprometido com a agenda, não é? Às vezes eu apresento um pouco do que nós
241 estamos fazendo e as pessoas perguntam: “quantas pessoas você tem na equipe?” Eu
242 digo assim “seis”. E aí eu digo, seis no sentido de dizer assim, é isso, nós somos poucos,
243 mas a gente tem, de fato, um grupo de pessoas muito comprometidas com a agenda, e
244 querendo fazer com que as coisas avancem. Então, eu queria pedir agora, na verdade,
245 para cada um e cada uma de vocês se apresentarem. A gente vai ter um momento mais
246 coletivo, mas a preparação dessa reunião, aliás, a preparação do decreto para a

247 reinstalação da comissão, a elaboração do decreto, todo o processo de publicação, de
248 acompanhamento, de organização da portaria, do processo de seleção das organizações
249 da sociedade civil, todo esse processo foi a nossa equipe que fez esse processo tocar.
250 Então, eu queria começar valorizando e reconhecendo a importância dessas pessoas
251 para o nosso cotidiano, no nosso trabalho. Então, eu queria que vocês se apresentassem
252 e dissessem quem são vocês, até porque acho que as pessoas já sabem de telefone.
253 Vamos lá. Laura.

254 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Bom dia a todos, eu sou o Carlos Santiago, e eu estou
255 completando um ano no Ministério do Meio Ambiente. E, para a sociedade civil, a gente
256 se falou intensamente nos últimos 15 dias, então, sobretudo por telefone, tentando
257 articular a vinda de vocês para cá, nesse evento que é importantíssimo para a gente,
258 para a agenda como um todo. Então, a gente não parou desde ontem, é uma correria
259 frenética, mas eu espero que a gente tenha uma oportunidade de conversar um pouco
260 mais, de interagir um pouco mais, e tenha certeza de que vocês podem contar com a
261 gente, para o que precisarem, está bom?

262 **A SR^a. GRACIEMA PINAGÉ** – Bom dia a todos, eu sou a Graciema Pinagé, sou
263 engenheira florestal de formação e analista há muito, muito tempo, mais do que eu
264 gostaria de lembrar. E também não estou há muito tempo na agenda, estou com dois
265 meses de vantagem do Bira, mas é uma agenda que eu busquei, que eu criei que eu
266 tinha bastante a contribuir, tenho contribuído bastante, porque a gente realmente é muito
267 pouco, trabalha muito, e é um prazer, eu não acompanhei esse início do decreto, mas é
268 um prazer muito grande ver essa agenda que sumiu, ficou abandonada há bastante
269 tempo, agora se concretizando nessa comissão, que é a instância de gestão do PAB, que
270 vai sair em breve também, que é um ponto muito importante para a agenda realmente
271 andar, e como deve ser com a participação de todos, de todos os segmentos da
272 sociedade. Sejam bem-vindos e obrigada pela presença.

273 **O SR. MARCOS SANTANA** – Bom dia a todos e a todas, eu sou o Marcos Santana, sou
274 analista de infraestrutura e estou nessa agenda de combate à desertificação desde 2004.
275 E estamos aí à disposição de todos, e é um prazer a retomada dessa comissão e de
276 todas as atividades envolvendo a desertificação no país.

277 **A SR^a. VALDINEIDE** – Bom dia a todos e a todas, eu sou Valdineide, mais conhecida
278 como Val, sergipana, torcedora de todos os times que ganham no meu Estado, do quadro
279 original do IBAMA, em 2016, eu vim para cá, para Brasília, trabalhar com Francisco
280 Campello, na época era uma coordenação de combate à desertificação, não era diretoria,
281 e aí fiquei. Então, sou bióloga de formação e analista ambiental do Ministério do Meio
282 Ambiente. Sejam bem-vindos, estou com uma expectativa muito boa desse momento,
283 dessa construção da nossa agenda agora, que vai fortalecer o acompanhamento da
284 implementação da política e gerar forças para que essa política seja implementada de
285 forma participativa, integrada e com todos os entes federados e, ainda, com a sociedade
286 civil muito forte e presente. Estou à disposição.

287 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
288 **MMA)** – É isso, gente, vamos... Obrigado. Fica mais um pouco.

289 **A SR^a. EDEL NAZARÉ SANTIAGO MORAES** – Estou trabalhando, Val, para ser filha
290 adotiva ainda da Caatinga, do semiárido.

291 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
292 **MMA)** – Então, vamos fazer essa foto logo agora, no começo? Porque eu acho que tem
293 sempre aquele momento que alguém vai dar uma saidinha para resolver alguma coisa,
294 que eu já tenho, inclusive, algumas coisas já buzinando no meu ouvido: “olha, mais tarde
295 vou precisar dar uma saidinha”, e o nosso fotógrafo oficial está aqui. Podemos fazer
296 juntos essa foto com os nossos colegas? E aí? Ajuda? Isso. Vamos todos e todas lá? Eu
297 queria... Aldrin, pode chamar o pessoal para entrar, depois a gente pode pegar os crachás
298 e todo o material. Eu queria, se for possível, projetar a programação da reunião. Ok. Tem
299 algumas pessoas ainda entrando. Bom, gente, eu queria propor, na verdade, a gente
300 passar a pauta, a programação foi enviada para vocês, para que a gente pudesse pactuar
301 um pouco do que nós pensamos para essa pauta. Desses dois dias de reunião, porque
302 são dois dias de reuniões onde a gente está instalando, reinstalando a comissão, precisa
303 pactuar uma série de questões, e a gente apresentar para vocês, fazer um acolhimento
304 de ideias e questionamentos, e depois a gente dá sequência à essa pauta. Então, nós
305 estamos nesse momento agora, que era a apresentação da pauta, mas nós pensamos
306 que deveríamos ter um momento em que a gente se apresentasse, porque nós temos

307 vários representantes aqui dos ministérios, dos órgãos de governo, da sociedade civil,
308 pessoas, algumas que se conhecem, outras que não se conhecem, em cada um dos
309 segmentos, seria importante a gente entender quem é a organização que está aqui
310 representando, o que essa organização faz que está vinculado a essa agenda da
311 desertificação, da seca, do semiárido. A gente quer fazer um balanço para vocês do que
312 o departamento, a nossa secretaria, fez de 2023 até o momento na agenda da
313 desertificação, para ajudar vocês a compreenderem essa caminhada até agora, abril de
314 2025. Depois a gente tem uma pausa para o almoço. Aqui nós estamos atrás do
315 restaurante que a gente almoçou ontem, então a gente vai só subir aqui essas veredinhas
316 e vai chegar lá no restaurante. Então dá para a gente ir e voltar de forma tranquila.
317 Estamos guardando aí duas horas de almoço, se a gente conseguir manter os horários.
318 No início da tarde, a gente quer dedicar 40 minutos para receber a Laura Meza. Ela é a
319 responsável pela América Latina e Caribe no âmbito do anexo 3 da Convenção de
320 Combate à Desertificação. Ela está em missão aqui no Brasil até amanhã, acho que ela
321 volta para Bonn, na Alemanha, na quarta de manhã. E eu achei que seria muito
322 estratégico e oportuno a gente escutar um pouco da Laura sobre os resultados da COP16
323 e que perspectivas é que a convenção também... Nós estamos fazendo várias
324 construções com eles, mensagem que ela poderia trazer também para a gente enquanto
325 momento de instalação da comissão e que eu acho que é uma oportunidade. E depois a
326 gente segue, na primeira parte da tarde ainda e toda a segunda parte da tarde, discutindo
327 o regimento interno da comissão, que é o que a gente enviou para vocês por e-mail uma
328 minuta, para que a gente já chegasse aqui com algumas sugestões de ajustes e
329 contribuições. E lembrando que esse nosso exercício de ter já uma minuta com
330 antecedência do regimento e tentar aprovar ele hoje é para também agilizar as
331 possibilidades de trabalho da própria comissão. Então, foi um pouco nesse sentido. Pode
332 subir o texto, por favor? Então, amanhã a gente teria o momento de abertura do segundo
333 dia e pensamos em um ponto sobre a estrutura organizativa da comissão. Nós temos a
334 presidência da comissão, a secretaria executiva, mas a gente quer, espelhado, inclusive
335 em outras comissões, como a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica,
336 discutir com vocês a ideia de uma mesa coordenadora da comissão, para que a gente
337 possa, enquanto governo, partilhar também com a sociedade civil o processo de

338 coordenação da comissão. A proposição e definição de câmaras técnicas e grupos de
339 trabalho, que a gente pode trazer e propor, e falar um pouco sobre a câmara
340 interministerial, como a secretária Edel fez referência, é uma estrutura, dentro desse novo
341 desenho da comissão, do governo, para que a gente possa fazer processos de
342 alinhamento internos no governo e receber e dar tratamento às demandas da comissão.
343 Depois a gente teria um momento para falar do PAB, do processo de elaboração do Plano
344 de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação. Teríamos uma pausa. E o 17 de junho,
345 que é o Dia Mundial de Combate à Desertificação, para a gente poder falar um pouquinho
346 do que nós estamos pensando. Teríamos uma pausa para o almoço. Voltaríamos com
347 um ponto que a gente chamou Agendas para a Desertificação, em que a gente convidou
348 uma colega nossa, lá do Ministério, da ASCOP, que é a assessoria para a COP30, a
349 Alice, para falar um pouco sobre o contexto da COP30. Como é que a gente se insere
350 nessa agenda da COP, como o tema da desertificação. A comissão pode pensar em
351 alguma estratégia de participação, mas, para isso, a gente precisa entender como está
352 sendo estruturado, o que está pensado, para que a gente possa fazer minimamente um
353 diálogo interno. Pode subir o texto, por favor? Mas a gente quer falar também sobre a
354 Conferência Nacional de Meio Ambiente, que acontece na semana que vem, aqui em
355 Brasília, de 6 a 9. E a gente convidou a Larissa Barros, que é assessora lá do Gabinete
356 da Ministra, para essa agenda. E sobre a terceira, a ICID, que é a Conferência
357 Internacional de Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, que o MCTI está
358 organizando. E a gente convidou a diretora Sônia da Costa para falar um pouco para a
359 gente sobre a ICID. E a gente poder também entender como essa agenda interage com
360 o nosso processo da comissão. Depois, a gente teria uma pausa para o café. E, no
361 período da tarde, a gente teria um momento de acordos. A gente precisa pensar ainda
362 em uma reunião extraordinária da nossa comissão para este ano. Pactuar alguns canais
363 de comunicação. Aí já tem o povo querendo fazer grupo de WhatsApp, não sei o quê.
364 Mas eu acho que isso precisa ser pactuado entre nós, porque tem gente que já está no
365 centésimo, décimo, quinquagésimo grupo de WhatsApp. Mas pode ser um canal
366 interessante. E outros canais, obviamente. Obviamente, acolher algum tipo de moção,
367 recomendação que se tenha. E a gente faria um encerramento aí por volta das 16h30,
368 17h. Então, eu queria colocar, por apreciação, se alguém tem alguma observação, algum

369 questionamento, alguma sugestão de ajuste na pauta. Está aberto. Aqui tem um
370 microfone, porque nós estamos gravando a reunião. Isso é importante também dizer. Nós
371 estamos gravando a nossa reunião, porque nós precisamos deixar registrado tudo o que
372 estamos discutindo, decidindo. E é bom falar nos microfones.

373 **A SR^a. ANA CRISTINA NOBRE DOS SANTOS (RMPP)** – Bom dia, pessoal. Eu teria só
374 uma ressalva, alguma coisa ali no horário de encerramento, porque nós ficamos sabendo
375 ontem, nós viemos de Pernambuco, que o nosso voo... Quer dizer, a gente já sabia,
376 lógico, o horário do voo. A gente vai precisar sair às 16h. Entendesse? E aí, como a pauta
377 está ali, talvez, talvez podem ir até mais desse horário de 17h, porque são muitos
378 debates. É só isso para a gente considerar, porque a gente também gostaria muito de
379 ficar até o fechamento, mas aí tem essa questão do retorno. Então, é só isso. Obrigada.

380 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
381 **MMA)** – Eu acho que a gente pode, inclusive, talvez no início da tarde de amanhã... Pode
382 subir o texto, por favor? No início da tarde de amanhã, antes de a gente começar essa
383 mesa das agendas, a gente falar um pouquinho sobre esses processos mais logísticos,
384 de compra de passagens, de diárias. Obviamente, estou falando da sociedade civil,
385 porque é com quem nós podemos custear as despesas. Os órgãos de governo vêm por
386 conta das suas instituições, e talvez isso ajude a pensar um pouco nas agendas futuras,
387 Ana, sobre os períodos de compra das passagens e tudo mais, dos horários. Mas, de
388 fato, vamos tentar ver se a gente consegue avançar o quanto antes e se a gente
389 conseguir concluir antes. Tudo bem. Senão, a gente vai ter um pequeno prejuízo da
390 participação de vocês, mas a gente pode, obviamente, garantir as informações
391 necessárias. Mais alguém? Valda. Só um minutinho que o microfone vai chegar aí, Valda.

392 **A SR^a. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Então, eu acho
393 que tem mais pessoas, além das meninas, também tem eu. Eu sugiro que a gente faça
394 um esforço de tentar puxar um pouco, ter algumas mais objetividades, para a gente puxar,
395 porque eu também queria ficar.

396 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
397 **MMA)** – Mais alguém? É isso. Então, vamos fazer esse esforço coletivo, ver o que a

398 gente consegue avançar na pauta para garantir a presença de todo mundo nesse
399 momento. Bom, agora a gente teria um momento... Luiz, consegue a lista de presença
400 da comissão para mim? Se alguém pode passar. A gente queria, na verdade, se
401 apresentar, para a gente se conhecer quem é quem que está aqui, porque desde ontem
402 a gente está se vendo, a gente está se enxergando aqui nesse espaço, e às vezes a
403 gente não sabe quem é a pessoa, ou sabe, já trocou um olhar, trocou uma... Obrigado,
404 querido. Trocou uma ideia, mas a pessoa... A gente não sabe qual é a organização dessa
405 pessoa, quem é que ela está aqui representando, e talvez esse seja um momento bem
406 oportuno para a gente se conhecer, dedicar um pouquinho de tempo a isso, porque nós
407 temos uma caminhada juntos aí para frente. Nós temos uma caminhada, não só nas
408 reuniões ordinárias e extraordinárias que nós vamos fazer com todo mundo, mas a gente
409 tem uma expectativa também, como governo, de criar câmaras técnicas e grupos de
410 trabalho que essas câmaras técnicas e grupos de trabalho possam ter sua vida própria
411 de agendas, de reuniões, de encontros, para discutir os temas aos quais serão
412 atribuições dessas câmaras técnicas desses grupos de trabalho. Então, é preciso
413 também criar esses vínculos entre vocês e entre nós, de um modo geral. Eu fiquei
414 pensando aqui em chamar pela lista de presença, mas eu acho que talvez o melhor
415 caminho seja pelas fileiras mesmo, para poder ser mais ágil no passar do microfone,
416 porque senão vai encontrar alguém daqui que o microfone chegue lá. Então, a gente
417 pode talvez ficar de pé para que as pessoas vejam melhor para se apresentarem. Pode
418 ser assim? Não precisa do currículo todo, nem dos anos, dos 35 anos de vida do IRPA e
419 tudo mais, mas os mais recentes, nem do MMTR Nordeste, porque aí é ano demais para
420 pensar, não é, Elisete? Mas que a gente possa falar um pouco geral sobre a gente, sobre
421 a instituição, para que a gente tenha esse conhecimento. Podemos começar ali.
422 Guilherme, você foi escolhido.

423 **O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (Ministério de Minas e Energia – MME)** – Bom,
424 obrigado. Bom dia a todos. Guilherme Godoi, eu sou diretor do departamento, estou como
425 diretor do Departamento de Desempenho da Operação do Sistema Elétrico Brasileiro, lá
426 do Ministério de Minas e Energia. Sou servidor de carreira, da carreira de analista de
427 infraestrutura, já há 16 anos no MME, e há sete como diretor. E eu atuo, por que eu estou
428 aqui representando o MME? É uma pergunta talvez interessante, porque na minha equipe

429 nós temos uma coordenação geral de recursos hídricos, e nós, lá no MME, coordenamos
430 esses debates que envolvem a interface do setor elétrico com recursos hídricos. Então
431 nós temos assento também no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos comitês
432 gestores das contas dos programas de revitalização, para dar aqui só dois exemplos que,
433 de alguma maneira, têm interface com o tema aqui. Então, para mim é uma honra fazer
434 parte da Comissão Nacional, um tema, para mim, um dos mais importantes para o país,
435 que a gente precisa começar a trabalhar e enfrentar de maneira bastante séria esse
436 assunto. Então nós, do MME, estamos à disposição para contribuir aqui com todo o
437 debate, no que for competência nossa lá do Ministério, e já deixo aqui os meus contatos
438 sempre à disposição para toda a plateia, no que precisar de contato com a gente.
439 Obrigado.

440 **O SR. ALDRIN MARÍN PÉREZ MARIN (United Nations Convention to Combat**
441 **Desertification – UNCCD)** – Bom dia a todos e todas. Eu sou pesquisador do Instituto
442 Nacional do Semiárido, que é um centro de pesquisa do Ministério da Ciência e
443 Tecnologia, criado pelo presidente Lula, para pensar criticamente o seminário brasileiro.
444 E, na comissão, eu estou como correspondente científico do Brasil no âmbito da UNCCD.
445 Meu nome é Aldrin Pérez, eu sou nicaraguense de nascimento, latino-americana de
446 origem, brasileiro por opção, ou seja, fui expulso da Nicarágua, e nordestino coração.

447 **A SR^a. ELIZETE MARIA DA SILVA (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
448 **Nordeste – MMRNE)** – Bom dia a todas e a todos. Eu sou Elizete, sou de Pernambuco,
449 sou uma trabalhadora rural. Atualmente, eu estou na coordenação executiva do
450 Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, que é um movimento que vai
451 completar 40 anos de existência. E o nosso propósito de fundação foi para ter um espaço
452 onde as mulheres pudessem trabalhar as pautas únicas das mulheres, porque nós fomos
453 criadas dentro do movimento sindical, e, dentro do movimento sindical, nós não tínhamos
454 espaço. Então, nós temos como missão combater a desigualdade entre homens e
455 mulheres, e ocupar esses espaços para que a pauta da mulher trabalhadora rural venha
456 a ser um tema discutido e executado, não só por nós, trabalhadoras rurais, mas por toda
457 a sociedade, pelo governo. Porque, se nós não plantarmos, a cidade não janta. É preciso

458 que as pessoas comecem a dar valor ao campo e direcionem políticas que nos deem
459 sustentabilidade para nós continuarmos lá. É isso. Muito obrigada.

460 **A SR^a. JORDANA (Coordenação de Apoio à Produção Agroflorestal)** – Bom dia. Me
461 chamo Jordana. Eu vou pegar só aqui a minha colinha, gente, porque eu sou recém-
462 chegada ao MAPA. E eu estou na coordenação de Apoio à Produção Agroflorestal. Estou
463 representando hoje aqui a coordenação de Departamento de Reflorestamento de
464 Recuperação de Áreas Degradadas, da Ivana e do Sr. Flávio Tadeu, que eles não
465 puderam estar aqui presentes por conta de outras reuniões. Mas é isso. Eu acho que
466 essa pauta é extremamente importante também. Tive a vivência de passar 10 anos
467 morando no Nordeste. Então, eu vejo que realmente é algo muito importante ser
468 discutido, debatido e desenvolvido.

469 **A SR^a. BÁRBARA FAVALESSA ALMEIDA (Articulação dos Povos e Organizações**
470 **Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME)** – Bom dia a todos
471 e a todas. Eu sou a Bárbara, do povo tupiniquim, do Espírito Santo. Represento aqui a
472 APOINME, que é a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito
473 Santo. E é a articulação hoje de base da APIB, das sete regionais, que os territórios
474 indígenas estão no semiárido. Então, é uma pauta muito... É uma matéria muito forte
475 dentro da APOINME. E, apesar do Espírito Santo não estar na região do Nordeste, nós
476 já entramos no mapa da desertificação, o norte do Espírito Santo, e é onde está o meu
477 território. Então, já é uma agenda que nós já estamos atuando nos territórios e agora
478 estendendo, fazendo parte, pelo que eu entendi pela primeira vez, da comissão. Então,
479 de fato, é uma honra. Enfim, sou engenheira florestal de formação acadêmica e produtora
480 agroflorestal, já na agenda da restauração para combater desertificação. Estamos à
481 disposição. Muito obrigada.

482 **A SR^a. ADRIANA FERREIRA NASCIMENTO (IRPAA)** – Bom dia a todos e a todas. Eu
483 sou a Adriana. Venho de lá da Bahia. Estamos aqui representando o Instituto Regional
484 da Pequena Agropecuária Apropriada, o IRPAA. Tem aquele símbolo do bode com a
485 enxadinha ali nas costas, significa muito. E o IRPAA trabalha há mais de 35 anos nessa
486 busca da consolidação da convivência com o semiárido. Trabalhamos na execução de
487 editais, políticas públicas voltadas para a realidade do semiárido, que nós acreditamos

488 que é uma região boa, consegue se viver bem, desde que tenham políticas públicas
489 apropriadas para essa região, assim como para toda e qualquer outra região. Precisamos
490 de políticas públicas que sejam apropriadas para cada região. Trabalhamos com diversas
491 pautas, dentre elas, essa pauta voltada muito para a questão da desertificação.
492 Trabalhamos com uma pauta chamada recatingamento, que é essa questão de restaurar
493 a catinga. Quem mais faz isso e mais faz bonito são os povos e comunidades tradicionais,
494 que é quem mais mantém a catinga em pé, e é quem mais nos ensina como cuidar dessa
495 catinga. Então, estou eu aqui e o companheiro que vai se apresentar.

496 **O SR. LUÍS ALMEIDA SANTOS (IRPAA)** – Bom dia, sou o Luiz, venho lá de Juazeiro,
497 sou nascido na cidade de Piritiba, então, ficou o apelido, não é, Alexandre? Piritiba. Faço
498 parte junto com a Adriana do IRPAA. Obrigado e boa reunião para nós.

499 **A SR^a. DILMA TROVÃO** – Bom dia a todas as pessoas. Eu sou Dilma Trovão, Trovão é
500 um nome que foi colocado... Edneida, por favor, meça aí o tempo. Você sabe que eu sou
501 prolixa.

502 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
503 **MMA)** – Nesse caso, sou eu, Dilma, pois, bora logo.

504 **A SR^a. DILMA TROVÃO** – Você. Trovão por conta das chuvas mesmo, porque as
505 pessoas que são nascidas no semeador veem os trovões como prenúncia de chuva, e
506 isso é muito importante para nós. E os tios falavam de forma muito forte, e ficou o Trovão,
507 e é esse meu sobrenome, tem muito significado para mim, quase tão importante como o
508 primeiro nome, Dilma, que passou a ter muito significado, vocês sabem por que, e é muito
509 importante para mim também carregar. Na realidade, eu sou da comissão suplente do
510 diretor do Instituto Nacional do Semiárido, eu sou... vou estar com vocês em alguns
511 momentos, não tão presentes, mas sou professora de formação na área de ecologia de
512 Caatinga, fisiologia de Caatinga. Estou muito feliz pela reunião de ontem, pelos
513 momentos vividos e pelas contribuições que nós vamos dar a essa comissão.

514 **A SR^a. ALESSANDRA DALBERT (Agência Nacional de Águas – ANA)** – Bom dia a
515 todos e a todas. Meu nome é Alessandra Dalbert, eu sou especialista em regulação de

516 recursos hídricos e saneamento básico da ANA, sou coordenadora de articulação para a
517 gestão de eventos críticos, coordeno um programa nacional chamado Monitor de Secas,
518 eu acredito que alguns de vocês conheçam, que é um programa que envolve, hoje, mais
519 de 60 instituições estaduais e nacionais, num processo de articulação muito participativo
520 para a confecção de um mapa mensal que mostra os graus de severidade de secas e os
521 impactos associados, e esse mapa é gerado com base em dados de redes de
522 monitoramento, e, a partir dele, são gerados indicadores, e também o nosso grande
523 diferencial é que ele traz impactos de campo para a validação desses mapas. Então, nós
524 temos uma rede de observação de pessoas que estão espalhadas por todo o território
525 nacional, trazendo informações reais do que realmente está acontecendo, os impactos
526 da seca. Então, nós tivemos, na COP16, em Riade, apresentando o Monitor de Secas,
527 no Stand do Brasil, inclusive. Nós, eu e mais uma colega da Ana, somos pontos focais
528 na ICID, também, para esse ano, e estamos aqui participando, junto com o Alexandre,
529 dessa pauta da desertificação, que, para nós, é muito importante, tem muita correlação
530 com a temática da seca, e nós queremos trabalhar cada vez de forma mais articulada
531 para que as políticas públicas possam sair de uma forma mais efetiva, da parte da
532 sociedade civil, os órgãos públicos e todos os atores envolvidos. Então, bom evento para
533 todos nós.

534 **A SR^a. RAQUEL CRISTINA BATISTA VIEIRA PONTES (Departamento Nacional de**
535 **Obras Contra as Secas – DNOCS)** – Meu nome é Raquel, represento aqui o DNOCS,
536 um órgão de 115 anos na mitigação dos efeitos da seca. Uma história... Não, quase.
537 Então, desde 2004, eu venho participando desde o primeiro Plano Nacional. Todas as
538 questões estaduais, também, por meio da construção dos planos estaduais, à época, em
539 2010, eu coordenei o Plano Estadual de Desertificação do Estado do Ceará, por meio da
540 GTZ, em 2010, e nós vimos construindo essa agenda junto ao Ministério, desde o início,
541 antes de termos realmente uma lei de política pública, e ainda é carente de um decreto
542 regulamentador, a gente precisa se lembrar disso, a gente como comissão, de que falta
543 muita estruturação ainda, sob o ponto de vista legal, da estrutura da questão da
544 desertificação. É uma questão política que a gente tem que avançar também, os
545 normativos e todas essas questões. Então, por isso que a gente sente ainda uma agenda
546 um pouco frágil, sob o ponto de vista institucional, país. Existem algumas questões que

547 devem ser consideradas, sob o ponto de vista de dar firmeza, uma autonomia de uma
548 agenda que não é setorial, ela é uma agenda transversal. Muito importante essa questão
549 que a Alessandra apresentou, a questão do monitor de secas. É fundamental que a gente
550 tenha olhos para monitorar todos os processos que ocorrem no semiárido. Então, eu
551 agradeço, estou aqui à disposição, minha instituição, que eu represento, tem uma
552 vocação, inclusive, em setembro, se precisarem de uma estrutura, estaremos disponíveis
553 para que possa ajudar todos nós. Obrigada.

554 **O SR. GEOVANI DIONISIO COELHO (Associação de Pequenos Produtores da**
555 **Comunidade Carnaíbas – APPCC)** – Bom dia a todos. Me chamo Geovani, venho lá do
556 sertão do Piauí, cidade chamada Bela Vista. Estou representando a APPCC. O que é a
557 APPCC? A Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Carnaíbas, onde
558 Carnaíbas é o nosso território. E a APPCC foi criada em 1998, com o intuito de trabalhar
559 agricultura familiar. A partir de 2014, eu entrei na instituição. Em 2015, já me tornei
560 presidente, onde hoje eu estou novamente como presidente. A APPCC vem trabalhando,
561 a partir de 2014, a agricultura de baixa emissão de carbono, agricultura sustentável,
562 através da apicultura, meliponicultura, onde a gente desenvolve trabalhos de
563 preservação, que para produzir o mel, precisamos da mata em pé. É isso, a minha
564 formação. Sou matemático, especialista em matemática financeira, também sou técnico-
565 agropecuário, graduando agronomia, especialista em agricultura orgânica e com
566 aprimoramento em agricultura de baixa emissão de carbono. Muito obrigado.

567 **A SR^a. MARIA DE JESUS DE SOUSA COELHO (Associação de Pequenos**
568 **Produtores da Comunidade Carnaíbas – APPCC)** – Bom dia, gente. Meu nome é Maria
569 de Jesus, eu faço parte da APPCC, do município de Bela Vista do Piauí, cidade pequena,
570 mas a gente vem trabalhando, desenvolvendo esse trabalho de agricultura sustentável
571 dentro das comunidades lá. E também eu vejo aqui um ponto importante a destacar,
572 ontem foi falado sobre a questão dos jovens, a permanência dos jovens. Eu sou jovem,
573 Giovani também, e, a partir do ingresso dele na associação da presidência, a gente vê
574 os jovens se interessando em entrar na associação, de participar das atividades, e isso
575 é muito importante. Observei também, eu, Giovani e tem algumas outras pessoas da
576 sociedade civil que são jovens, isso é muito importante, a gente está vendo aqui esse

577 interesse de debater, de participar, para que realmente as políticas públicas sejam
578 efetivadas de fato e aconteçam na nossa realidade.

579 **O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO JÚNIOR (Associação Brasileira de Entidades**
580 **Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA)** – Bom dia, pessoal, tudo bom? Eu sou Luiz
581 Araújo, eu sou servidor de carreira da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia,
582 mas hoje eu estou aqui representando a ABEMA, que é a Associação Brasileira de
583 Entidades de Meio Ambiente, representando todos os estados. É um prazer muito grande
584 estar aqui, principalmente porque a Bahia tem enfrentado dificuldades nessa área de
585 desertificação muito grande. A gente tem a primeira identificação de aridez lá no nosso
586 território, que a gente enxerga com muita preocupação, e tem trabalhado firmemente para
587 encontrar caminhos de reverter quadros como esse. Então, espero estar aqui e contribuir
588 com todos. Um abraço.

589 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Bom dia a todos. Meu nome é Iedo Bezerra
590 Sá, eu sou pesquisador da EMBRAPA, sou engenheiro florestal de formação, trabalho
591 com essa temática há quase 40 anos, e começando por estudar a flora da Caatinga,
592 meus primeiros oito anos depois de formado foi isso, porque, como eu estava na praia e
593 fui para o sertão, não sabia nada, diferenciar um mamão do mandacaru. Então, me
594 dediquei a isso. Porque muita gente fala e não conhece a Caatinga. E depois me dediquei
595 a estudar a espacialização desses problemas ambientais. Então, fiz um estudo através,
596 eu dei um mestrado em recursos naturais, para tentar trabalhar isso com sensoriamento
597 remoto. Daí me dediquei a isso há muito tempo. E depois fui me memorando nessa
598 questão, e hoje eu fazia sempre a cartografia dos problemas, da desertificação, porque
599 desertificação é muito facetada, tem várias formas de se apresentar. E eu trabalhava isso
600 somente com variáveis biofísicas. É o que eu faço até hoje. O que é social, eu deixo para
601 as pessoas que têm competência para isso. E aí eu faço as minhas equipes, os meus
602 contatos. A Edneida está aqui presente em uma delas. A gente trabalhou no PAE, no
603 Plano de Ação Estadual de Estrada em Pernambuco, recentemente, já tem cinco anos,
604 fizemos um levantamento para Pernambuco todo, em uma escala de 100 mil, município
605 por município, são 123 municípios que a gente levantou isso para dizer onde está o
606 problema da desertificação do ponto de vista biofísico, ou seja, solos e cobertura vegetal,

607 e o pessoal da Fundação Joaquim Nabuco nos ajudou na parte social. E agora eu estou
608 me dedicando mais a fazer as coisas mesmo. Estou indo para campo, recuperar áreas
609 degradadas, matas ciliares, nascentes. Então, esse é o trabalho que hoje eu faço mesmo,
610 e adoro fazer, porque tanto tempo a gente levantando problemas e a gente não via
611 solução, e agora, nesses meus últimos anos de carreira, não de vida, espero continuar
612 fazendo isso. Pessoal, um bom trabalho a todos.

613 **O SR. JOSÉ ETHAM DE LUCENA BARBOSA (INSA)** – Bom dia, gente. Eu sou Etham
614 Barbosa, filho do sertão paraibano, professor de Ecologia Aquática de formação da
615 Universidade Estadual da Paraíba, e há três meses estou respondendo pela direção do
616 Instituto Nacional do Semiárido, uma das unidades ligadas ao Ministério de Ciência,
617 Tecnologia e Inovação. Então, a desertificação é uma das nossas áreas basilares de
618 atuação, que nos ajuda a cumprir a missão do INSA, que é de articular políticas e de
619 promover conhecimento, tecnologias e inovação, e nos aproximar dos povos do território.
620 Já falei aqui para a secretária Elder, para ser filiada ao Semiárido, tem que passar pelo
621 INSA. Então, já fica aqui o convite na agenda do comitê, na agenda do Ministério. A todos
622 vocês estejam convidados a visitar o INSA, a nossa casa, a casa do Semiárido, está de
623 portas abertas para todos vocês, e cumprirmos todas as agendas que forem possíveis
624 junto conosco.

625 **A SR^a. CONCEIÇÃO DE MARIA COQUEIRO MUNIZ (Associação Solidariedade**
626 **Libertadora – ASSOLIB)** – Bom dia a todos e todas. Sou Conceição, sou do Maranhão,
627 sou da ASSOLIB, Associação Solidariedade Libertadora. Lá no Maranhão participamos
628 de vários conselhos de direitos humanos, estamos no CONSEA também, e agora
629 estamos aqui nessa comissão e também estamos gestando os quintais das Margaridas.
630 Bom dia e bons trabalhos a todos.

631 **A SR^a. EDNA MARIA ALVES RODRIGUES SOUZA (Associação Solidariedade**
632 **Libertadora – ASSOLIB)** – Bom dia. Sou do leste do Maranhão, com a companheira,
633 que é a nossa suplente. Fazemos parte da ASSOLIB, que é a Associação Solidariedade
634 Libertadora. Atuamos no Maranhão na participação popular e na participação social, no
635 controle social, como conselheiras, no Conselho de Direitos Humanos, CONSEA, e por
636 aí vamos. E também trabalhamos no resgate da cidadania de nosso povo, na formação

637 política da cidadania. Fazemos esse trabalho. Também estou na Coordenação Nacional
638 da ASA, Articulação do Semiárido. A nossa organização ASSOLIB é afiliada na ASA.
639 Fazemos um trabalho em conjunto com a Articulação do Semiárido Brasileiro. E também
640 estamos agora implementando o Quintais das Margaridas, um projeto que o MDA lançou
641 para as mulheres. Então, nós concorremos a editar, o ASA concorreu, e a ASSOLIB foi
642 contemplada. Então, estamos trabalhando com 80 mulheres no nosso estado do
643 Maranhão, resgatando também a cidadania e empoderando as nossas companheiras.
644 Também temos trabalho com as nossas extrativistas. Vocês sabem que o Maranhão, a
645 Palmeira-Babaçu, é nativa. Então, nós trabalhamos também com as quebradeiras, com
646 as extrativistas. Trouxemos para conhecimento o Comissão de Conselhos Babaçu e a
647 Amêndoa, para conhecimento de todos os nossos companheiros ativistas na luta.
648 Obrigada. Sou Edna, de Codó, no Maranhão. Obrigada.

649 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
650 **Exteriores – MRE)** – Olá, bom dia a todos e todas. Meu nome é Leandro Magalhães. Eu
651 sou chefe adjunto da Divisão de Biodiversidade do Ministério de Relações Exteriores. Eu
652 também sou ponto nacional político para a Convenção de Combate à Desertificação.
653 Estava em Riade, com a grande delegação que participou lá. Acho que conseguimos ter
654 um êxito bastante significativo, sobretudo com a criação dos cálculos e também com a
655 questão orçamentária da organização. Bom dia a todos e uma ótima reunião.

656 **A SR^a. CRISTIANE LINA DE ARAÚJO (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
657 **Nordeste – MMTRNE)** – Bom dia. Eu sou Cristiane Lina, mais conhecida como Cris. Sou
658 do MMTRNE Nordeste. Elizete já fez a apresentação da instituição. Eu atuo no
659 movimento há um pouco mais de 20 anos. Fui pescada em uma parada de ônibus, porque
660 estava com a bolsa da margarida. Uma agricultora da Paraíba me viu na parada de ônibus
661 e disse: “Vamos para a Marcha das Margaridas.” Isso em 2003. Dessa pesca, estou até
662 hoje no movimento, na militância do movimento. Vimos dentro do carro do Uber, tentando
663 explicar ao motorista do Uber que estávamos aqui como militância, que não éramos
664 funcionários do governo. Ele não conseguia entender. “Como assim, militância? E vocês
665 não ganham salário? Vocês estão aqui de graça. Vocês saem da casa de vocês e vêm
666 para cá, não estão ganhando nada do governo?” A gente ganha as despesas, é claro,

667 porque a gente precisa pagar a hospedagem e tal. Mas ele não conseguia entender a
668 militância. Então é isso. Entre idas e vindas do movimento, em coordenações de projetos.
669 Eu também sou educadora popular da escola feminista do MMTRNE Nordeste, que nós
670 temos uma escola feminista rural. E a gente atua... Também estou atuando em um
671 projeto, no Quintal das Margaridas, que foi uma conquista das mulheres na última Marcha
672 das Margaridas. E, no mesmo ano, o governo Lula, nosso querido presidente Lula,
673 sancionou, e hoje já estamos executando o projeto das Margaridas, também 80 mulheres
674 rurais, que a gente está atuando lá em Pernambuco. E é isso, a gente atua na militância.
675 Provavelmente, vocês só vão me ver hoje aqui, vocês não vão me ver mais nessa
676 comissão, porque a Elizete consegue garantir todas as agendas delas, eu estou na
677 suplência dela, então, provavelmente, ela não vai faltar a nenhuma reunião. Então, é um
678 grande prazer estar aqui. Foi muito importante convidar os titulares, é importante falar
679 isso, e o Alexandre, a importância de também trazer a suplência, porque é um espaço
680 importante de debate, e aí, às vezes, a pessoa que está como titular não consegue vir, e
681 é importante também, as pessoas que estão na suplência, estar nesse processo de
682 discussão e tudo mais. Mas, provavelmente, vocês vão me ver hoje mesmo. Obrigada.

683 **O SR. NELSON DE JESUS LOPES (ACOTERRA)** – Bom dia a todas, todos. Meu nome
684 é Nelson, sou da Escola Família Agrícola, lá de Monte Santo. Monte Santo é o nordeste
685 da Bahia, uma região que a gente trabalha com estudantes do Ensino Fundamental II,
686 sexto ao nono ano, médio, e agora um curso de pós-médio também. A gente já teve
687 sediado lá na nossa EFA um curso superior de Tecnólogo e Agroecologia, em parceria
688 com a Universidade Federal da Bahia. E a gente tem dois focos importantes lá, que a
689 gente traz, inclusive, para cá, que é o trabalho com as comunidades fundos de pastos.
690 Na Bahia tem mais de 600 comunidades de fundos de pastos, que são verdadeiros
691 guardiões da Caatinga, que representam cerca de 350 mil hectares dentro da Bahia. Mais
692 de 100 comunidades são reconhecidas e boa parte delas ainda em processo de
693 reconhecimento. Monte Santo é um município que tem mais de 40 comunidades de
694 fundos de pastos e a nossa escola está dentro de uma comunidade de fundos de pastos,
695 ela nasceu com essa raiz. E, além disso, com as quebradeiras de licuri. A gente também
696 faz um trabalho com o extrativismo do licuri, desenvolvendo um trabalho com cinco
697 municípios e com mais de 600 famílias. Então, a nossa escola não ficou simplesmente

698 dentro da escola, ela sai para o meio, ela trabalha também com esse meio. E a gente
699 deseja a todos um bom encontro e agradeço. Obrigado.

700 **O SR. SAMUEL DE ANDRADE REIS (ACOTERRA)** – Bom dia a todos e todas. Eu me
701 chamo Samuel, também lá do Monte Santo. Monte Santo, como o Nelson falou, fica aí
702 no norte da Bahia, próximo de Juazeiro, Senhor do Bonfim, ali, às margens das 116. Sou
703 agricultor familiar, técnico em agropecuário e sou raizeiro da Caatinga. Catingueiro, raiz.
704 Nasci e me criei nas margens, no entorno da Caatinga. Bastante conhecimento, tentei
705 agora aprofundar um pouco, trabalhar, quando falo raizeiro, que a gente trabalha
706 bastante a questão da medicina alternativa a partir das plantas da Caatinga. E hoje estou
707 como monitor colaborador lá na escola agrícola. Fui fundador também há 27 anos atrás
708 dessa escola e faço parte de todo esse contexto. Desejo a todos um bom encontro e boa
709 sorte para nós.

710 **A SR^a. JÚNIA LEITE** – Bom dia a todas as pessoas presentes. Acho que sou um ET aqui
711 no meio desse grupo. Sou da Bahia, me chamo Júnia Leite, trabalho atualmente no
712 Ministério da Cultura. É um pseudo ET, na verdade, eu diria, porque estamos falando
713 aqui de patrimônio natural e estamos falando, portanto, de patrimônio cultural também.
714 Trabalho no gabinete da ministra, junto à assessoria, chefia de gabinete. Recentemente,
715 em novembro, fizemos um seminário internacional de cultura e mudança do clima, no
716 âmbito do... Esqueci agora. Em novembro, o que aconteceu lá na Bahia, um dos maiores
717 eventos internacionais. Dei um branco aqui agora, daqui a pouco me lembro. Mas, enfim,
718 fizemos esse seminário, contamos com muitos participantes internacionais, nacionais,
719 para discutir os impactos no patrimônio natural e cultural da mudança do clima. Porque
720 sabemos, posso falar obviedades aqui, não só temos impactos nas culturas e nas
721 pessoas, portanto, que agem dentro desses ambientes culturais por conta da mudança
722 do clima, portanto, da desertificação, como também acreditamos que somos instrumentos
723 de mudança para a redução desses impactos e para a mitigação, mas também para a
724 transformação, transformação na nossa perspectiva de consumo e de práticas que
725 podem ser impactantes. Então, é isso. Eu sou representante suplente, então também não
726 sei o quanto estarei aqui, mas talvez algumas mais vezes do que você, porque dividimos

727 bastante as coisas lá no gabinete da ministra. E muito obrigada pela presença. Bom
728 encontro para todos nós.

729 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
730 **MMA)** – Júnia, que bom que você já descobriu que você não é um ET aqui.

731 **A SR^a. BEATRIZ ARARIPE BEZERRA DE MENEZES LIRA (Superintendência do**
732 **Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE)** – Oi, gente, bom dia a todas e todos. Me
733 chamo Beatriz, aqui representando a SUDENE. Estamos eu e o Victor, que logo mais
734 também vai se apresentar. Nós fazemos parte da coordenação de desenvolvimento
735 sustentável no meio ambiente. A SUDENE tem por objetivo reduzir desigualdades
736 sociais, promover o desenvolvimento sustentável, e dentro dos instrumentos da
737 SUDENE, nós temos trabalhado muito na equipe, eu e o Victor, com projetos de
738 desenvolvimento. Então, várias cadeias produtivas, dentro da caatinga especialmente
739 também, projetos produtivos na parte de mel, de caprinovinocultura, enfim. Então, tudo
740 que tem a ver com a nossa região. Nós atuamos, não sei se todo mundo sabe, a SUDENE
741 em todo o Nordeste, parte de Minas e Espírito Santo também. E nós estamos aí para
742 contribuir. O Alexandre é um parceiro nosso aqui, também com a secretária. Nós temos
743 uma iniciativa aqui de atualizar os planos estaduais de combate à desertificação. Então,
744 é um projeto que vai ser composto entre Sudene, MMA e Univasf que está executando
745 na ponta. Então, a Univasf está indo com professores atualizando esses planos
746 estaduais. Eu acho que vai ser um caminho bem importante para nós traçarmos aí. Nós
747 nos colocamos à disposição. Obrigada. E eu acho que vai ser um sucesso esse nosso
748 novo início do comitê. Obrigada.

749 **A SR^a. NATÁLIA** – Bom dia a todas e todos. Meu nome é Natália. Eu sou do Ministério
750 do Desenvolvimento Social. Estou na Secretaria Extraordinária de Combate à Fome. E
751 nós, lá na secretaria, nós fazemos a Secretaria Executiva da CAISAN, que é a Câmara
752 Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. E nós estamos num processo de
753 construção de um protocolo de calamidades e emergências no âmbito da segurança
754 alimentar e nutricional. Nós tivemos uma reunião com a secretária Edel. E aí, nessa
755 conversa, foi muito oportuna, não é, secretária? Porque agora a gente está aqui, a gente
756 está na suplência. Acho que, em primeiro momento, a gente está aqui para aprender

757 muito e para poder também ter contribuição dessa comissão na elaboração desse
758 protocolo, que eu acho que nessa situação toda de desertificação em seca é fundamental
759 para que a gente possa discutir no âmbito do nosso protocolo. A gente acaba discutindo
760 muito no âmbito das calamidades de enchentes e como que isso afeta a segurança
761 alimentar e nutricional. Mas a gente sabe que a seca também tem muitas circunstâncias
762 que trazem muita insegurança alimentar e nutricional para a população. A gente espera
763 poder receber a contribuição dessa comissão e agradeço por estarmos aqui.

764 **O SR. THIAGO ROBERTO SOARES VIEIRA (IPAN)** – Bom dia a todas e todos. Eu me
765 chamo Thiago. Eu sou engenheiro florestal de formação e atuo na Caatinga já há alguns
766 anos. Atuei no Ceará durante uns 3, 4 anos, na época, com o projeto de conservação do
767 tatu-bola, do PAN Tatu-bola, bem na época da Copa do Mundo, em 2014, com a
768 Associação Caatinga, na região do Ceará, do Piauí, com criação de RPPNs, naquela
769 região do Cânion do Rio Poti. Em Sergipe, aqui representa o Instituto Pangea, uma
770 instituição que existe desde 2011. Desde a sua criação, vem atuando muito com projetos
771 e apoiar as comunidades tradicionais extrativistas, a gente tem uma atuação muito forte
772 com a Alicia, que é uma pessoa muito conhecida lá de Indiaroba, da Associação das
773 Catadoras de Mangaba de Indiaroba, Ascamai. Inclusive, no Instituto Pangea, a gente
774 colaborou na elaboração do e-commerce, principalmente na época da pandemia, que,
775 enfim, as catadoras tinham muita dificuldade. Sergipe já foi, historicamente, o maior
776 produtor de mangaba do país, atualmente é o segundo, perdeu posto para a Paraíba. E,
777 na Caatinga, nos últimos 8 anos, a gente está atuando com projetos de reflorestamento,
778 de restauração florestal. A gente participa também no Comitê da Bacia do São Francisco
779 e finalizamos recentemente um projeto na terra indígena Caiçara, ilha de São Pedro, no
780 município de Porto da Folha, com o povo Xokó, um projeto de reflorestamento chamado
781 Na pisada_da Caatinga, reflorestando a terra indígena Caiçara, ilha de São Pedro, em
782 que a gente trabalhou com viveiro florestal comunitário, sistema bioágua, com algumas
783 tecnologias sociais de convênios com o semiárido, na terra indígena, e atuando na
784 recomposição florestal do seu entorno, que é bastante desmatado, naquela região da
785 bovinocultura leiteira. Então, aqui eu represento o Pangea como membro titular. E aqui
786 eu vou passar para a Chiara para se apresentar.

787 **A SR^a. CHIARA MENEZES DONADIO (AP1MC)** – Hoje é aniversário de Thiago, pessoal.
788 Só a fofquinha do dia. Parabéns, Thiago. Viva Caatinga! Bom dia, pessoal. Foi bom para
789 descontrair, porque eu fico nervosa quando pego nesse aparelho. Eu me chamo Chiara,
790 também estou aqui representando o Instituto Pangea, meu ambiente de cultura e
791 educação. Sou engenheira florestal de formação e também sou educadora popular e
792 profissionalizante. E venho atuando, ao longo da minha vida e da minha profissão, com
793 agroecologia. Hoje eu sou agrofloresteira também, sou natural de Aracaju, porém digo
794 que enraizei em Poço Redondo, porque comprei um terreno há cinco anos, dez anos
795 atrás, mas há cinco eu venho agroflorestando, tentando recuperar aquelas terras que não
796 é muito fácil sem água. E é isso, espero que a gente consiga avançar com propostas e
797 estratégias para a gente reduzir e restaurar essas áreas que a gente está perdendo cada
798 dia mais. Sergipe mesmo está numa situação degradante. São pequenas manchas
799 mesmo, na Caatinga, muita retirada de lenha, muito pasto, milho transgênico, uma
800 situação terrível mesmo. A gente precisa avançar mesmo nesses debates, nessas
801 discussões.

802 **A SR^a. JOYCIANE DE OLIVEIRA BRITO (Rede Buriti)** – Oi, pessoal, bom dia. Eu sou
803 Joyciane, sou engenheira ambiental, faço parte da Associação Rede de Buriti, do
804 povoado Bom Gosto, da cidade de Tutóia, Maranhão. É um privilégio estar hoje aqui,
805 junto com tantas autoridades que são cada um de vocês, com muita bagagem, com muita
806 contribuição. Para mim é um prazer estar participando de um evento como esse e
807 também de levar para o nosso Maranhão o conhecimento que está sendo adquirido aqui
808 e a contribuição também, porque o nosso Maranhão é rico de belezas naturais, de
809 recursos naturais, e, como profissional, o meu objetivo é sempre estar podendo contribuir
810 para que as futuras gerações possam usufruir de toda a grandeza que nós temos no
811 nosso Maranhão e também no nosso Brasil. Essa foi a minha missão, de fazer a
812 propaganda do meu Maranhão, e agora vou passar para o meu colega, que é meu titular,
813 de fazer agora a propaganda da nossa Associação de Rede de Buriti. Muito obrigada.

814 **O SR. MAXUEL RODRIGUES PINTO (Rede Buriti)** – Bom dia a vocês, pessoal. Eu sou
815 o Maxuel Pinto, lá da Associação Rede de Buriti do Bom Gosto, Tutóia. Como eu sou da
816 área de geografia, eu gosto de localizar. Nós estamos dentro do Delta do Parnaíba, que

817 é uma área federal, e ao lado dos Lençóis Maranhenses. Lá de Tutóia, para Barreirinhas,
818 é em torno de 30 minutos de carro. Então é um prazer, um privilégio, estar participando
819 dessa comissão nacional. Maxuel Pinto. E a Rede Buriti trabalha muito na questão da
820 educação ambiental, educação não formal. Nós estamos no território da bacia
821 hidrográfica do Rio Bom Gosto, é uma bacia que tem 13 povoados. Nós estamos no
822 Bioma Cerrado, e nós estamos na área da borda da ASD, por isso que é importante o
823 município de Tutóia estar nessa comissão. Também nós fazemos parte do Conselho
824 Estadual de Recursos Hídricos, e também nós estamos na CIEA, que é a Comissão
825 Interinstitucional de Educação Ambiental do Maranhão, e no Comitê da Bacia do Rio
826 Parnaíba, que é um comitê federal. Então, eu acho que seremos um porta-voz lá nessas
827 escolas de AZO, levar essa temática, e também nós estamos na Comissão Organizadora
828 Estadual da Comissão Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que é uma comissão
829 realizada nas escolas, e também nós estamos com a proposta, na escola do Bom Gosto,
830 que agora se tornou uma escola de tempo integral, Fundamental 2, de 6º ao 9º, da gente
831 criar o Comitê Infanto-Juvenil da Bacia do Rio Bom Gosto. Lá no Maranhão já tem uma
832 experiência, lá na região metropolitana, em São Luís, e a coordenadora do FONASC, que
833 é o Fórum Nacional de Sociedade Civil dos Comitês de Bacias, está incentivando a gente
834 criar esse comitê lá para trabalhar com os alunos, a questão da importância da
835 preservação da política de recursos hídricos. Porque esse sistema tem um diálogo muito
836 produtivo, proteção das nascentes, a política dos recursos hídricos em interface com essa
837 política nacional, que é o combate à desertificação. Então, muito obrigado, pessoal.

838 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
839 **Norte de Minas – CAANM) –** Bom dia. Eu sou geraizeiro, lá do semiárido do norte de
840 Minas. Meu nome é Alisson, sou agrônomo de formação e venho da organização que é
841 o Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas. É uma organização de 35 anos,
842 estou lá há 15 anos, e nossa principal missão é atuar com a agroecologia, desde quando
843 a organização foi criada, traz essa bandeira da agroecologia e, principalmente, do direito
844 dos povos e comunidades tradicionais. E, além da pauta da convivência com o semiárido,
845 da proteção dos territórios tradicionais, a gente vem da região que tem a primeira RDS
846 no Cerrado, que é a RDS Nascentes Geraizeiras. O CAA tem 35 anos e, desde 2015,
847 além do norte de Minas, a gente atua nos 10 estados onde tem Cerrado, com o programa

848 do DGM Brasil. A gente é a agência implementadora. Estou aqui enquanto suplente. O
849 nosso titular é um geraizeiro, que é guardião também do Cerrado, no assentamento
850 extrativista, do assentamento americano. O CAA é composto por oito povos tradicionais
851 do norte de Minas. Esse titular é um geraizeiro que faz parte, é um desses oito povos.
852 Tem indígena, quilombola, geraizeiro, veredeiro, catingueiro, apanhadores de flor,
853 vacarianos, que são os povos tradicionais. Espero que a gente tenha bons debates, bons
854 diálogos e uma construção efetiva de políticas e marcos para esse trabalho com combate
855 à desertificação. Obrigado.

856 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira)** – Bom dia. Meu nome
857 é Afonso Cavalcanti. Eu trabalho na Cáritas Brasileira. A Cáritas é uma organização da
858 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É dividida por regionais. Eu trabalho no
859 Regional Nordeste 2, que acompanha os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e
860 Rio Grande do Norte. A gente está em três estados onde há áreas suscetíveis à
861 desertificação, então, por essa razão, a gente acha que deve estar aqui. Eu sou sertanejo,
862 da região do Seridó da Paraíba, região que hoje é afetada pelo fenômeno, e é um imenso
863 prazer estar aqui com vocês.

864 **A SR^a. ANA CRISTINA NOBRE DOS SANTOS (RMPP)** – Bom dia, pessoal. Eu sou Ana
865 Cristina. Venho do sertão do Pajeú. Sou de uma organização, a Rede de Mulheres
866 Produtoras do Pajeú, e sou feminista. Minha formação, eu sou professora de formação,
867 mas aí eu venho trabalhando há algum tempo com os quintais produtivos agroecológicos,
868 e dentro dos quintais produtivos agroecológicos, não apenas como uma ferramenta de
869 produção de alimentos, mas também de empoderamento das mulheres para
870 enfrentamento à violência doméstica. E, assim, a Rede de Mulheres tem uma atuação
871 em doze municípios do território do sertão, e nós agregamos nessa rede uma média de
872 260 mulheres. Então, nós temos um trabalho muito bacana, e, ao mesmo tempo,
873 desafiador, num contexto muito machista e patriarcal, que normalmente são as regiões
874 de sertões. A região da gente não é diferente. E, assim, gostaria só de compartilhar aqui
875 com vocês... Cadê meu telefone? Meu celular. Porque, assim, a gente se inscreveu no
876 prêmio de... E aí eu queria compartilhar, porque, assim, para a gente é bem importante.
877 A gente se inscreveu no prêmio das Organizações Guardiãs da Sociobiodiversidade, pelo

878 Ministério do Meio Ambiente, dentro da Secretaria de... Deixa-me ver aqui qual é a
879 secretaria. A Secretaria Nacional de Bioeconomia do Departamento de Patrimônio
880 Genético, a gente acabou de ficar sabendo ontem que nós fomos classificadas como
881 como organização guardiã da sociobiodiversidade. Então, assim, para a gente, é muito
882 importante estar aqui hoje, e ir construindo dentro dessa comissão, e aí compartilhar
883 também frutos desse trabalho que a gente tem já há quase 20 anos lá no Sertão do Pajeú.
884 Então é isso. Eu vou passar aqui para a Apolônia, porque aí a gente divide um pouco a
885 nossa participação aqui.

886 **A SR^a. APOLÔNIA GOMES DA SILVA (RMPP)** – Bom dia a todas. Bom dia a todos. Eu
887 me chamo Apolônia. A Ana Cristina já deu uma situada geograficamente. Nós estamos
888 lá no Sertão do Pajeú. A sede da Rede Mulheres Produtoras do Pajeú fica em Afogados
889 da Ingazeira, vizinha do município de Alexandre, ao qual eu tive a honra de aprender.
890 Nessa minha pequena caminhada, eu estou começando a ficar adolescente, e
891 aprendendo com o movimento. A rede já tem uma atuação no território há 17 anos, mas
892 de movimento tem 20 anos. Então ela tem esse formato de associação. E para a gente,
893 eu estava dizendo internamente, na reunião de equipe, que nesses 17 anos, a gente vem
894 dando passos pequenos, e como eu já mencionei para Carlos e para Edivan em outro
895 momento, são cinco mulheres para tudo, para limpar o banheiro, para elaborar a proposta
896 do projeto, execução do projeto, prestação de conta, e manter ainda a instituição viva,
897 diante das dificuldades. A rede, hoje, está articulada na Articulação Nacional de
898 Agroecologia, na ASA Pernambuco, no Comitê de Bacia do Pajeú. Então, são espaços
899 estratégicos para a gente também fazer agroecologia e tratar essa questão da
900 desertificação, a partir dos trabalhos que as mulheres vêm executando com a
901 preservação e conservação das nascentes, e também dos quintais produtivos. Estamos
902 executando, hoje, um projeto do edital do Fundo Clima. Fomos a primeira organização
903 no topo da lista. Isso nos honra muito. Assim como trazendo um pouco, lá no início da
904 rede, a gente teve também a honra de contribuir para o lançamento da Comissão de
905 Mulheres no primeiro governo Lula. Então, para nós, estar nesse espaço hoje também é
906 um segundo momento histórico. Espero que a rede possa contribuir com o debate, com
907 as experiências exitosas que estão no território, a partir desse conjunto de organizações
908 que está instalado no Pajeú, através da Rede Pajeú de Agroecologia. Isso é fundamental

909 para nós. Também, Afonso, você porta a voz do que esse Ministério do Meio Ambiente,
910 do que essa Secretaria de Combate à Desertificação, desse departamento tão
911 importante, vem fazendo para aproximar o movimento social do governo. Então, é nisso
912 que nós temos incidido. E esse prêmio trazido agora para nós tem um simbolismo muito
913 grande, ter uma instituição com corpo pequeno, mas com coração grande, literalmente.
914 Mas é uma honra estar aqui. Espero que possamos, ao longo dessa comissão, construir
915 e aprender muito com cada um e cada uma.

916 **A SR^a. SANDRA PAULA BONETTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
917 **Agricultura – CONTAG) –** Bom dia. Me chamo Sandra Paula Bonetti, sou agricultora
918 familiar, licenciada em Educação do Campo, e atualmente ocupo a Secretaria de Meio
919 Ambiente da CONTAG, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores, Agricultores
920 e Agricultoras Familiares. Para quem não conhece a CONTAG, nós somos uma
921 instituição de representação da agricultura familiar, da estrutura sindical. Nós temos mais
922 de 27 federações em todo o Brasil e mais de 3.800 sindicatos filiados. Estamos em vários
923 outros coletivos, organizações. Fizemos parte de Fundo Clima, Fundo Amazônia,
924 CONAMA, CONSEA, CONDRAF, várias outras organizações. Espaços de diálogo nós
925 compomos e não poderíamos deixar de estar nesse espaço, representando, nós,
926 enquanto dirigente nacional, representando as nossas federações que estão nas regiões
927 de desertificação, que hoje, inclusive, não é só uma especificidade da região nordeste.
928 Nós temos áreas de desertificação, inclusive no meu estado, no estado do Paraná. Então,
929 nós precisamos, cada vez mais, ser uma pauta também do movimento sindical.

930 **A SR^a. EDNEIDA CAVALCANTE –** Bom dia, gente. Meu nome é Edneida Cavalcante,
931 eu sou sertaneja lá de Pernambuco, do Agreste de Pernambuco, neta de agricultora. Sou
932 da Fundação Joaquim Nabuco, sou pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco há
933 bastante tempo, e estou nessa pauta também há um bocado de tempo, então, bom rever
934 vários colegas que caminhamos juntos já há algumas décadas. Eu vim ontem para o
935 seminário representando a presidenta da [ininteligível], a professora Márcia Ângela,
936 acabei ficando hoje, então, sou testemunha ocular desse momento extremamente
937 importante, eu não componho a comissão, mas sou uma entusiasta desse espaço de
938 diálogo, de participação popular, de construção conjunta de política pública e de

939 implementação de política pública. Então, estou muito feliz de estar aqui e escutando
940 todos os colegas, e estou vendo que é um grupo extremamente empenhado, qualificado
941 e conectado com a pauta, então, bom trabalho para todo mundo. Contem com a
942 Fundação Joaquim Nabuco, é uma instituição pública federal ligada ao Ministério da
943 Educação, com atuação prioritária no Nordeste e Norte do país, está na nossa missão,
944 apesar de que a nossa atuação tenha ficado muito mais concentrada no Nordeste do
945 país, com um trio que eu considero muito importante, que é de pesquisa na área social,
946 de formação e de toda uma parte ligada à cultura e um acervo fundamental que a
947 Fundação tem, acho que precisamos estar, inclusive, mergulhando nele com esse recorte
948 de semiáridos, desertificação, mudança do clima. Bom trabalho para todos vocês.

949 **A SR^a. VIVIANE ALVES SILVA (IRDA)** – Bom dia, meu nome é Viviane, sou militante do
950 Movimento dos Trabalhadores, Trabalhadoras do Campo, MTC, estou aqui
951 representando o IRDA, que é uma mão do movimento que trabalha com formação
952 política, porque os nossos projetos que nós executamos através de nossas entidades,
953 nós trabalhamos também com esse processo de formação política, porque nós vemos a
954 necessidade também de fazer esse processo principalmente com a juventude. Hoje
955 estamos no Nordeste, também estamos no Norte, de Minas Gerais, agora estamos
956 também no estado do Rio de Janeiro, com a determinação do MST, que eles
957 organizariam a reforma agrária, mas os pequenos agricultores ficariam conosco. Então,
958 nós estamos lá também no Rio de Janeiro e também estamos no Norte, na região Norte.
959 Também estou aqui, sou Viviane, como já me apresentei, mas a minha formação é em
960 serviço social, sou mestranda também em serviço social, e a minha estadia aqui é
961 justamente para discutir também esse processo das políticas públicas, também faço parte
962 e sou colaboradora da Escola Florestan Fernandes, faço parte do grupo de estudo, que
963 estuda a questão agrária a nível nacional e a nível da América Latina. A nossa grande
964 bandeira agora está sendo também o processo de formação e sucessão rural. Nós
965 estamos muito focados na formação de jovens, porque eles têm sido os grandes
966 desbravadores, inclusive eles estão nas bases, construindo grupos de base nessas
967 regiões, e, assim, a importância também de formarmos essa nova geração até para o
968 processo de sucessão. Só isso. Bom dia.

969 **A SRª. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Bom dia,
970 mulheres e homens. Fiquei pensando aqui por onde começar, viu, Alexandre? Mas hoje
971 eu resolvi homenagear meus pais, minha ancestralidade. Eu sou filha de agricultores,
972 neta, bisneta, filha, e filha daqueles agricultores que, com a seca, migravam. Meus pais
973 migravam tanto e eu tinha vontade de estudar. Então, com 14 anos, minha família migrou
974 e eu não fui, e fui morar com outra família, porque eu queria estudar. Então... Para que
975 eu fui falar isso? Bom, passou o tempo, vamos dar um pulo aí na história. Então, depois,
976 assim, já mais velhinha, eu comecei a estudar tanto que ainda estou concluindo, até
977 junho, se Deus quiser, concluo o doutorado em agroecologia. Eu fiz pedagogia, que era
978 o que podia fazer depois, onde eu morava, no interior, por incentivo de Edneida, daqui,
979 fui estudar até em Belém. Eu digo para ela que ela é minha anja da guarda terrestre. E
980 aí, por incentivo dela, eu fui estudando mais. Agora ela está pegando no meu pé para
981 que eu termine esse doutorado. Vamos lá, em agroecologia. Bem, então, eu faço parte
982 da Agendha, que é uma ONG que fica sediada em Paulo Afonso, mas atua na região
983 semiárida e árida. Nós estamos situados exatamente na área que está considerada... Os
984 povos já sabiam, não é, Sandro? Que ali era árido, mas, cientificamente, só agora foi
985 constatado. E é difícil, nós trabalhamos com 3.800 famílias, com assistência técnica e
986 extensão rural, porque todas essas discussões, é importante que se diga que precisa de
987 um trabalho continuado, junto às famílias agricultoras, povos e comunidades tradicionais.
988 Dessas 3.800, 1.040 está exatamente nessa região árida, que pega Paulo Afonso,
989 Macururé, Chorrochó, Abaré, Rodelas. E nós trabalhamos com tecnologias sociais, com
990 apoio da ASA, também com apoio do Governo do Estado da Bahia, e esse trabalho é até
991 com apoio do Governo do Estado da Bahia. Também trabalhamos aqui com o Ministério
992 do Meio Ambiente, alguns projetos, inclusive o Redeser. Então, nós temos um trabalho
993 muito interessante nessa área. E, além da Agendha, nesse desafio da necessidade que
994 eu vim perceber depois de estudar, eu também fui ser professora na UNEB, Universidade
995 do Estado da Bahia, mas eu só queria se fosse para trabalhar com povos e comunidades
996 tradicionais. Felizmente, a vida me deu a sorte e eu faço parte da primeira Universidade
997 Brasileira de Povos e Comunidades Tradicionais do departamento Opará, que tem o
998 nome Opará em homenagem ao Rio São Francisco. Hoje temos 680 estudantes entre
999 indígenas e quilombolas, já temos duas turmas formadas com especialização, agora tem

1000 mestrado, tanto indígena quanto quilombola. E nós estamos aqui nessas estradas da
1001 vida, somando com tantas pessoas legais. Nós também temos o apoio, o último, do
1002 PNUD, com plantas medicinais da Caatinga, aqui que nós trabalhamos também, em
1003 parceria com a ACOTERRA. Então, é isso, estamos aqui nessa estrada, construindo
1004 junto, às vezes, tendo que fazer algumas falas de luta, mas todas elas, no fundo, porque
1005 eu sou também irmã de dez, nós falamos alto, porque, senão, a mãe da gente não
1006 escutava, então, nós aprendemos a falar alto, mas é muito afetivamente, e estou aqui
1007 também junto com o meu companheiro Maurício, que não pôde vir. Obrigada.

1008 **A SR^a. CLÁUDIA CHARNESKY** – Bom dia, meu nome é Cláudia Charnesky, eu sou
1009 engenheira florestal de formação aqui pela UNB, e servidora do Ministério da Ciência e
1010 Tecnologia há 27 anos, sempre trabalhando na mesma coordenação, hoje em dia eu sou
1011 coordenadora geral de ecossistemas e biodiversidade. E, assim, eu sou suplente na
1012 teoria, mas eu sou titular na prática, porque eu vou estar sempre nas reuniões. E o
1013 Ministério, nós atuamos, acho que de três formas, mais efetivamente no semiárido,
1014 através do INSA, que é o nosso Instituto de Pesquisa do Semiárido, através da SEP, que
1015 é a secretaria que eu trabalho, que a gente é responsável pela convenção, e a gente tem
1016 o Programa de Pesquisa de Biodiversidade, que é um programa que a gente tem duas
1017 redes de pesquisa, uma liderada pela UFPE e a outra pela Estadual de Feira de Santana,
1018 no semiárido. E, além disso, a gente tem outras iniciativas que a gente gostaria de
1019 expandir para o semiárido, como a Iniciativa Regenera Brasil. Além disso, a gente tem a
1020 SEDES, que é uma outra secretaria que trabalha mais com a parte de inclusão social.
1021 Então, a gente está à disposição, estou feliz de estar aqui e de conhecer todos vocês,
1022 essa diversidade de instituições, e conhecer a ponta, eu acho isso muito bacana, ver que
1023 uma agricultora, hoje em dia, vai ser uma doutora. Então, isso é uma felicidade muito
1024 grande para a gente. Obrigada. Oi? Sim, como secretária, exatamente. Muito bom, muito
1025 bom, eu fico feliz. A gente é a casa da ciência e, quando a gente vê essa ascensão, dá
1026 mais incentivo para a gente continuar na nossa missão. Obrigada.

1027 **A SR^a. ANA CAROLINA** – Bom dia a todos. Eu sou Ana Carolina, estou como suplente
1028 da ABEMA e trabalho lá na SEMAS, na Secretaria de Meio Ambiente do Estado da

1029 Paraíba, e sou bióloga de formação. Estou entrando agora no governo, descobrindo
1030 muita coisa e espero que a gente trabalhe junto por muito tempo ainda.

1031 **O SR. RUBENS (Banco Nordeste do Brasil – BNB)** – Bom dia a todas e a todos. Eu vi
1032 a colega se identificando como ET e estou me sentindo um pouco estranho no ninho,
1033 porque eu represento aqui um banco. É porque eu não vou dizer assim, eu não posso
1034 dizer que sou catingueiro, porque eu nasci na capital, sou cearense, nasci em Fortaleza,
1035 praticamente morei no interior, mas o banco que eu represento tem tudo a ver com o que
1036 se discute aqui. Eu vou só ler para vocês uma coisinha aqui. Quem não conhece o Banco
1037 do Nordeste, quem é da região e não conhece o Banco do Nordeste, é porque nós
1038 estamos trabalhando errado, porque todo mundo deveria conhecer o Banco do Nordeste,
1039 porque é um banco muito importante no apoio às atividades que são geradas na região.
1040 Mas eu peguei aqui um recorte bem rapidinho. O banco foi criado em 1952. E, quando o
1041 banco foi criado, ele foi criado para prestar assistência, através de financiamento, para a
1042 área do Polígono das Secas. Essa área aumentou. Hoje o banco atua em 2.074
1043 municípios. Alguém se apresentou dizendo que era do Espírito Santo. Lá a gente chama
1044 o Espírito Santo, porque a gente atua no norte do Espírito Santo e norte de Minas, a gente
1045 chama tudo de nordeste expandido. Então, nessa área nós temos o nordeste expandido,
1046 que é o norte de Minas, do Espírito Santo. Mas, quando o banco foi criado, lá em 1952,
1047 ele foi criado com o objetivo de financiar grandes açudes na parte que cabia ao produtor
1048 rural a financiar a construção de pequenos açudes e barragens submersas às expensas
1049 dos interessados, perfuração de instalação de postos, obras de irrigação. Então, o banco
1050 foi criado para atuar dentro da dificuldade na qual vive a região desde que existe. E o
1051 trabalho continua, o trabalho ainda é necessário, porque, na verdade, acho que alguém
1052 já citou também ontem, o nosso colega aqui, a área do semiárido só aumenta. Então, o
1053 nosso desafio de estar junto só aumenta. Por isso que o banco está aqui, porque a gente
1054 não consegue fazer recuperação ambiental sem recursos. A gente precisa de recursos
1055 para fortalecer a recuperação cada vez mais e mais urgentemente, porque, à medida que
1056 o tempo passa, só aumenta a área a ser recuperada, só aumenta o desafio. Então, o
1057 banco está junto. O banco é o Banco da Agricultura Familiar. Para vocês terem ideia, ano
1058 passado, o banco financiou R\$ 9,6 bilhões para a agricultura familiar e com foco maior
1059 naquele pessoal pequenininho dentro do nosso programa do Agroamigo. O banco

1060 também trabalha com recursos não reembolsáveis voltados para a ciência. Esse ano, o
1061 banco tem um recurso para trabalhar o nosso fundo de sustentabilidade. A gente tem um
1062 foco muito grande na questão da desertificação. O nosso foco, enquanto bioma, é a
1063 Caatinga. Ano passado, nós lançamos uma digital junto com o BNDES para financiar
1064 áreas de conservação dentro da Caatinga. Talvez eu não tenha lugar de fala, mas o
1065 banco que eu represento tem muito lugar de fala e tem muito a contribuir nessa luta.

1066 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1067 **MMA) –** Mas você não disse seu nome.

1068 **O SR. RUBENS (Banco Nordeste do Brasil – BNB) –** Desculpe, meu nome é Rinaldo
1069 Rubens, eu sou suplente. Aliás, só um detalhe, eu até questionava isso, porque o banco
1070 geralmente manda para essas comissões o pessoal da área técnica. E o banco disse que
1071 isso é relevante demais, então ele nomeou um diretor como titular e um superintendente
1072 como substituto, porque ele acha isso muito importante, e as discussões que estão aqui
1073 são muito importantes para a região.

1074 **A SR^a. IVI ALIANA CARLOS DANTAS (ASA) –** Bom dia. Eu sou Ivi Aliana, venho de
1075 Mossoró, Rio Grande do Norte. Faço parte de uma organização chamada Centro
1076 Feminista 8 de Março. Sou também uma militante feminista do Movimento Marcha
1077 Mundial das Mulheres, mas aqui estou representando a articulação do semiárido
1078 Brasileiro, a ASA, e é da coordenação executiva pelo Rio Grande do Norte. A ASA é uma
1079 rede que articula mais de 3 mil organizações no semiárido brasileiro. Esse semiárido
1080 composto pelos nove estados do Nordeste, mais o Norte e de Minas Gerais. Então,
1081 estamos articulados nessa rede, construindo a pauta da convivência com o semiárido. E
1082 nós construímos isso a partir de um programa, que é o Programa de Formação e
1083 Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido. E, dentro desse programa,
1084 abriga importantes iniciativas, como o Programa 1 Milhão de Cisternas, o Programa Uma
1085 Terra e Duas Águas, com também água de captação de chuva para produção de
1086 alimentos. O Programa Cisterna nas Escolas. Nós sabemos das dificuldades das escolas
1087 rurais de manter os seus alunos no cotidiano por falta de água. E o Programa Sementes
1088 do Semiárido. Também nessa perspectiva de reforçar a guarda das sementes e proteção
1089 da nossa biodiversidade. E aí eu queria destacar, nessa nossa trajetória, o prêmio que a

1090 ASA recebeu em 2017, exatamente pelo Programa 1 Milhão de Cisternas, reconhecido
1091 como uma iniciativa pela ONU de combate à desertificação. Então, acho que isso é
1092 bastante relevante para nós percebermos que as iniciativas que estão sendo construídas
1093 nos territórios estão sendo reconhecidas como estratégias e importantes ferramentas de
1094 mudança da vida e dos territórios no semiárido brasileiro. E no nosso último, o Econasa,
1095 que aconteceu ano passado, a ASA se desafia mais uma vez e lança o Programa 1
1096 Milhão de Tetos Solares. E aí, secretária Edel, nós gostaríamos muito que isso nós
1097 perseguíssemos junto com a ministra Marina Silva. Eu lembro, recentemente, participei
1098 de uma atividade virtual, não pude estar presencial, mas acompanhei a atividade virtual,
1099 em que a ministra Marina dizia: “O Programa 1 Milhão de Cisternas nasceu no Ministério
1100 do Meio Ambiente. Pequeninho. E, quando ele foi criando o corpo, ele precisou migrar
1101 para um outro ministério, que hoje está o MDS.” Então, nós também fazemos esse
1102 chamado para que o Ministério do Meio Ambiente possa pensar de forma bastante
1103 carinhosa e atenciosa para o Programa 1 Milhão de Tetos Solares. Para nós, daqui a
1104 alguns anos, estar conseguindo visualizar uma estratégia real de acesso à energia limpa
1105 e justa para o semiárido e que vai contribuir para a geração de energia, para a produção
1106 de alimentos, para o reflorestamento, para a produção dos nossos solos e para a
1107 produção da nossa biodiversidade.

1108 **A SRª. EDEL NAZARÉ SANTIAGO MORAES** – Este compromisso já foi aceito, não é,
1109 diretor?

1110 **O SR. SANDRO HAWATY (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do**
1111 **Brasil – APIB)** – Bom sol, bom dia. Meu nome é Sandro Hawati, sou do povo Tuxá,
1112 submédio de São Francisco, e aqui representando, junto com o meu guerreiro Romacil
1113 Cretã, que não pôde vir, a APIB, que é a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas
1114 do Brasil, que nós resolvemos organizar e criar depois daquele episódio lá no Porto
1115 Seguro, no ano 2000, que foi a primeira conferência que tivemos os povos indígenas do
1116 Brasil, nos 500 anos, naquele movimento indígena, negro popular, que fizemos lá em
1117 Porto Seguro, e o governo da Bahia rechaçou, o governo da Bahia, foi Antônio Carlos
1118 Magalhães e alguns índios conhecem como Antônio Malvadeza, mas, enfim, o Antônio
1119 Carlos Magalhães, junto com o presidente Fernando Henrique Cardoso, não deixou a

1120 gente fazer uma marcha, e aí gerou um conflito muito grande, e aí repercutiu
1121 mundialmente, porque muitos índios saíram feridos, e a gente notou a necessidade de
1122 ter uma organização de maior amplitude para congregar os diferentes, porque mesmo
1123 nós sendo chamados de parentes, a gente tem a especificidade dos grupos étnicos, a
1124 gente gosta de dizer que nós fomos o muro forte para não haver o extermínio
1125 generalizado da população indígena, a gente gosta de falar para os parentes do Norte:
1126 “Olha, vocês estão com seus territórios, vocês estão com as suas questões ainda não
1127 tão abaladas, agradece aos índios do Sul, agradece aos índios do Nordeste.” Alguns
1128 diziam, estudiosos, que nós não chegaríamos onde chegamos, que nós índios do
1129 Nordeste, sobretudo, já estávamos fadados à extinção, mas estamos aqui para dizer que
1130 não, e hoje representando a nossa organização de amplitude maior, que é a APIB, que a
1131 gente consegue trazer outras organizações a nível macro, que é a Tiguassu, que é a
1132 COIAB, que é a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que
1133 é a APOINME, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas
1134 Gerais e Espírito Santo, que aí nós temos nossa representante ali, Tupiniquim, Espírito
1135 Santo, temos nosso representante aqui que vai falar do povo tapeba, e além delas,
1136 ArpiPan, a ArpinSul, Articulação dos Povos Indígenas do Sul, então a gente conseguiu
1137 entender e visualizar, sobretudo porque eu sou do povo Tuxá, e nós temos um território
1138 que é um foco muito forte da desertificação, começa dali, e aí os parentes me delegou
1139 essa função. Também sou educador popular, estudante daquela menina ali, lá na
1140 Licenciatura Intercultural e Educação Escolar Indígena, Valda, e a gente também está
1141 num programa muito bacana, do Participa Mais, que é promover formações aos
1142 conselhos, aos conselheiros de saúde no âmbito do SUS, para a gente fortalecer o SUS,
1143 que está sofrendo uma ameaça muito forte aí, por parte de pessoas que querem privatizar
1144 a saúde. O SUS não é para o pobre, não é para o índio, é para todos, o SUS é acolhida
1145 para todos, e essa ideia de querer dizer que quem tem dinheiro não precisa do SUS, não,
1146 isso é um retrocesso, e a gente está militando muito forte também nisso, mas nesse ponto
1147 aqui de partida, de chegada, a gente quer trazer toda a bagagem que a gente tem
1148 enquanto militância indígena, enquanto movimento indígena, nas instâncias que a gente
1149 está participando, pedindo apoio aos meninos da Amazônia, pedindo apoio aos meninos
1150 do SUS, pedindo apoio aos meninos do Pantanal, lá dos Pampa, e, sobretudo, da nossa

1151 organização APOINME, para a gente, na oportunidade que a gente tiver em estar fazendo
1152 um bom combate, fazendo uma boa contribuição, e nessa pegada que eu falei para o
1153 Alex ontem, a gente precisa identificar os territórios, porque onde os índios estão
1154 localizados, onde os quilombos estão localizados, onde nossas comunidades tradicionais
1155 estão localizadas, ela consegue responder melhor, ela consegue ter uma defesa melhor
1156 para a nossa mata em pé, e contem conosco nessa grande empreitada que é desafiadora
1157 diante desse cenário aí, tão perverso para as populações tradicionais, para os pequenos,
1158 para aquele que está lá no campo. É isso.

1159 **O SR. JOÃO CASSIMIRO DO NASCIMENTO NETO (Articulação dos Povos e**
1160 **Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME) –**

1161 [Língua indígena] Bom dia a todos e todas. Sou Cassimiro Tapeba, lá do Ceará, liderança
1162 indígena do povo Tapeba, ali na região metropolitana. Vejo aqui que algumas pessoas
1163 também são cearenses. Estamos lá na luta em defesa do nosso bioma, em defesa dos
1164 nossos ecossistemas. Tem alguns papéis que eu cumpro, da nossa organização. Um
1165 deles é a coordenação executiva da articulação dos povos e organizações indígenas do
1166 Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, a nossa APOINME, que nossa titular está bem
1167 ali, estou como suplente. Também ocupo o Conselho Nacional de Política Indigenista, o
1168 CNPI, e, recentemente, estive assumindo a secretaria executiva de Meio Ambiente e
1169 Mudanças do Clima lá do Ceará, então, estou secretário de Meio Ambiente, executivo de
1170 Meio Ambiente lá do Ceará, um indígena ocupando esses espaços, porque temos... Acho
1171 que é importante nós, enquanto indígenas, inclusive a nossa juventude, as mulheres, os
1172 nossos anciões, as nossas crianças, é importante colocar a nossa cosmovisão com
1173 relação aos nossos biomas. Nós, mais do que nunca, sabemos o manejo, a importância
1174 espiritual e ancestral que a nossa caatinga tem. Então, nós estamos fazendo essa grande
1175 defesa para quebrar também um pouquinho o que nós temos. As políticas públicas em
1176 nosso país, é preciso visualizar a caatinga como uma prioridade. Nós temos um grande
1177 racismo ambiental, racismo estrutural, sobretudo sobre essas políticas públicas, e é
1178 preciso fortalecer os investimentos para que a gente consiga recuperar e fortalecer essa
1179 pauta tão importante para todos nós. Então, mais uma vez, agradecer por esse momento.
1180 Talvez eu não venha a tantas reuniões, a Bárbara irá acompanhar mais, mas estamos à
1181 disposição. A nossa APOINME, que está no Nordeste Brasileiro, Minas e Espírito Santo,

1182 estamos aí para contribuir para fortalecer essa pauta do meio ambiente. Eu estou nessa
1183 coordenação de políticas públicas no Estado, e aí ele pediu para falar. Nós temos
1184 diversas experiências e as experiências que estamos implementando lá no Estado,
1185 sobretudo a participação popular na construção dos movimentos sociais, e nós criamos
1186 lá o agente jovem ambiental, através desse diálogo com o governador Elmano de Freitas,
1187 lá no Ceará, temos um auxílio catador, temos diversas unidades de conservação e
1188 também um planejamento para a criação de unidades de conservação estadual, que
1189 também contribui com o processo das federais que estão lá, mas também organizando
1190 junto com os 184 municípios do Estado para que os municípios também consigam realizar
1191 a sua criação de unidades municipais também. Então, mais uma vez, agradecer a todos
1192 e todas.

1193 **O SR. VITOR UCHÔA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
1194 **SUDENE)** – Bom dia, pessoal. Eu sou o Vítor Uchôa, sou engenheiro agrônomo de
1195 formação, sou da Sudene, e também já círculo aqui nesse meio já faz algum tempinho.
1196 É, o cabelo entrega, não é? A SUDENE, que historicamente tem uma atuação nessa
1197 questão da desertificação desde a sua criação, quando ela foi responsável pelo
1198 levantamento de questões de recursos naturais, recursos hídricos, solos, vegetação, e
1199 contou com a participação de figuras como o próprio Vasconcelos Sobrinho, Dárdano de
1200 Andrade Lima, Manoel Correia de Andrade, esse pessoal todo. E aí era um tempo em
1201 que estava tudo ainda por se fazer, para se descobrir, levantar, e muito desse material
1202 ainda hoje serve de referência. Até a cartografia da SUDENE também foi pioneira,
1203 digamos assim. Só que hoje estamos em outro tempo. Nessa época da criação, a
1204 SUDENE chegou a ter mais de 2 mil funcionários, espalhado no Nordeste todo, e hoje
1205 somos bem menos, aproximadamente 10% disso. Temos a mesma questão que a
1206 Alexandre tem aqui, não é, Beatriz? Nós temos lá na nossa equipe. E, em função disso,
1207 não dá para ter a mesma atuação. Então, sendo um órgão de planejamento, um órgão
1208 de articulação de políticas e, principalmente, de parceiros. A Beatriz já colocou algumas
1209 das parcerias. E aí eu queria pegar um exemplo que até o Iedo colocou aqui, desse
1210 trabalho que foi feito no convênio nosso com a SEMAS de Pernambuco, contou com a
1211 contribuição da Embrapa Semiárido, e foi um projeto que contou com o recurso de uma
1212 ação relacionada ao zoneamento ecológico e econômico. Foi o zoneamento ambiental

1213 das áreas vulneráveis à desertificação do estado de Pernambuco. Então, que representa
1214 uma articulação de instituições, de temáticas, e, Alexandre, você, como diretor, gostaria
1215 de falar também para a secretária, de saber em que pé se encontra. É uma grande
1216 satisfação ter a retomada do Comissão Nacional de Combate à Desertificação, mas, por
1217 outro lado, nós tínhamos o Consórcio ZEE Brasil, que era constituído, onde a gente fazia
1218 parte, a SUDENE fazia parte, juntamente com o IPEA, IBGE, Embrapa, CODEVASF,
1219 enfim, diversas instituições que têm tudo a ver com a gente trabalhar essa questão da
1220 desertificação, não só desertificação, mas fornece subsídios para o planejamento de uma
1221 forma mais ampla e sustentável, em que a gente tinha essa vertente. Então, estamos aí,
1222 desde quando o Chico estava à frente, estamos contando com a parceria, e agora
1223 continuamos nessa aí, o que tiver ao alcance da gente, da instituição, as parcerias
1224 possíveis, estamos à ordem.

1225 **O SR. ERNESTO PEREIRA GALINDO (Ministério do Desenvolvimento Agrário e**
1226 **Agricultura Familiar – MDA) –** Pessoal, bom dia, quase boa tarde. Eu sou Ernesto
1227 Pereira Galindo, sou representante do MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e
1228 Agricultura Familiar, sou suplente, na verdade, à nossa secretária executiva, Fernando
1229 Maquiavelli, que é titular. Sou baiano, de nascimento, como muitos aqui, e é interessante
1230 que cada história que contam aqui, vamos vendo como estamos ligados a todo mundo
1231 aqui. Na verdade, sou baiano, mas meu pai é pernambucano, de Pesqueira, que é perto,
1232 inclusive, do município onde temos o assentamento que foi citado aqui, de Americana.
1233 Meu pai foi criado em Montes Claros, na verdade. A minha avó, mãe de meu pai,
1234 inclusive, ela é do povo Xucuru, lá de Pesqueira. É isso aí, exatamente, a região lá. Hoje
1235 estou no MDA, já fui do INCRA, fui citado aqui, alguns colegas são da carreira de Análise
1236 de Infraestrutura, eu fui também já da carreira de Análise de Infraestrutura. Estive no
1237 MDA, no segundo governo Lula, trabalhando com agricultura familiar na região do
1238 Mercosul, e sou hoje servidor do IPEA, pesquisador do IPEA. Fui, inclusive,
1239 representante do IPEA na discussão do ZEE Brasil, lá também, junto com a turma toda
1240 lá, e passei esse tempo todo também pesquisando na área de desenvolvimento agrário.
1241 O Alexandre eu conheci na transição, a gente ajudou na recriação do MDA, nos
1242 conhecemos lá, essa pessoa maravilhosa aí que todos conhecem, e agora estamos aqui
1243 de volta, nos encontrando para discutir e ajudar. O MDA, atualmente, eu estou como

1244 diretor de avaliação, monitoramento, estudos e informações estratégicas, lá na Secretaria
1245 Executiva, e a gente tem feito muitos estudos, tentando identificar, localizar, verificando
1246 os impactos que os incêndios, a estiagem, a seca, as inundações, os rompimentos de
1247 barragem, têm tido sobre o nosso público da agricultura familiar de uma forma geral,
1248 incluindo os povos e comunidades tradicionais também, e estamos aqui à disposição para
1249 dar todo o apoio à comissão. Obrigado.

1250 **O SR. JÚLIO** – Bom dia, pessoal. Está dando para escutar? Bom dia, pessoal. Meu nome
1251 é Júlio, Júlio. Sou engenheiro florestal, já bem antigo, das antigas. Atuo atualmente como
1252 colaborador da Fundação Araripe e estive anteriormente, muitos anos, a serviço do
1253 Ministério do Meio Ambiente, junto ao Departamento de Combate à Desertificação,
1254 participando da elaboração do relatório nacional e do plano de prevenção dos incêndios
1255 e desmatamento da Caatinga, ainda por 2010. Quer dizer, foi um período muito forte, e,
1256 de repente, nos sentimos... Eu queria fazer um breve comentário sobre essa fase, porque,
1257 de repente, em 2016, nós nos sentimos como ficamos com o pincel na mão. Foi realmente
1258 uma tragédia. Então, o que eu vejo, a gente tem que sentir... Hoje é um dia de... Para
1259 mim, acho que para todos nós, é um dia de muita alegria, de muita alegria ver a comissão
1260 voltando à vida. É um paralelo com a Caatinga. Tem tudo a ver com a Caatinga, tem tudo
1261 a ver com o semiárido, tem tudo a ver com as áreas secas, as florestas secas da
1262 humanidade, tanto aqui como na África, como na América Central. A gente vê esse
1263 mesmo processo de resiliência. Não é porque a natureza que é resiliente, é a combinação
1264 nossa com a natureza. E isso se dá aqui. Nós aqui, de repente, estamos todos de volta.
1265 Ninguém parou. Então, isso é genial. Para mim, foi uma escola, é uma escola. Eu tive
1266 esse processo, eu senti há mais de 40 anos. Eu fui educado através de um projeto
1267 pioneiro no Rio Grande do Norte. Essa foi a minha educação. Eu tenho uma origem,
1268 vamos dizer, tenho uma origem como todos aqui têm. Eu sou meio da Bahia, minha mãe
1269 é baiana, mas meu pai é catarinense. Então, é o Brasil, é o Brasil. Eu senti isso, mas
1270 quem me educou foi o Nordeste. Quem me educou foi o semiárido. Depois, eu trabalhei
1271 nos processos de reforma agrária em muitas partes do mundo. Tive essa oportunidade,
1272 uma grata oportunidade. Eu acho que a gente conseguiu levar a semente de Paulo Freire
1273 para muita parte através da reprodução dos processos participativos de planejamento.
1274 Então, pessoalmente, eu vejo isso aqui como uma oportunidade de ouro para a gente

1275 trazer à tona a questão da inovação. Vocês perceberam ontem, em todas as conversas,
1276 nós temos um corte geracional, intergeração. Se não houver essa renovação, se não
1277 houver, nós estamos... Esse sonho acaba, mas aqui está o ecossistema. Nós somos um
1278 subsistema dentro do ecossistema. Então, é uma oportunidade de tratar o tema da
1279 inovação com muita força. Eu espero que essa seja também uma oportunidade para
1280 poder dar o que eu ainda posso fazer. Agradeço muito essa oportunidade. Agradeço ao
1281 pessoal da Fundação Araripe, com quem eu tenho trabalhado há muitos anos. Eu não
1282 me considero mais nem como engenheiro florestal. Eu gostaria de dizer o que dizia o
1283 saudoso Pierre Gervaiseau, fundador da fundação, que sempre repetia: “Eu sou um
1284 agitador social.” Eu também me coloco nessa situação. Muito obrigado, pessoal.

1285 **A SR^a. DANIELE DE CARVALHO SIEBRA (Fundação Araripe)** – Oi, gente, bom dia a
1286 todas e a todos. Mais uma cearense está na área. Eu venho... Já o sotaque denunciou,
1287 não foi? Eu venho lá da região sul do Ceará, da região do Cariri, onde eu tenho uma
1288 alegria enorme de ter nascido, onde tem a primeira floresta nacional do Brasil, a Flona
1289 Araripe, que agora, no dia 2 de maio, vai estar completando 79 anos. Eu sou bióloga de
1290 formação, sou estudante também da Univasf, no curso de mestrado em Extensão Rural,
1291 e estou na Fundação Araripe há três anos. E, hoje, eu, dentro da fundação, eu coordeno
1292 um centro de estudos, pesquisa e comunicação, que é voltado para essa questão dos
1293 processos de formação, dos estudos, junto às comunidades rurais. E a pauta da
1294 desertificação é uma pauta, um tema, que, desde a sua fundação, nos anos 2000, ela se
1295 faz presente na Fundação Araripe. Então, com esse centro, é um reforço do nosso
1296 compromisso em continuar ampliando esse debate, não só ampliando o debate, mas
1297 também ampliando as ações em campo junto às comunidades. Eu, na comissão, eu sou
1298 suplente, e participarei junto com o Francisco Campello, e é uma satisfação muito grande
1299 estar aqui hoje com vocês. É um bom dia de trabalho para todos nós.

1300 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1301 **MMA)** – Mas qual é o seu nome mesmo?

1302 **A SR^a. DANIELE DE CARVALHO SIEBRA (Fundação Araripe)** – Ah, eu só esqueci o
1303 meu nome. Meu nome é Daniele, Daniele Siebra.

1304 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1305 **MMA) –** Valeu, Daniele.

1306 **A SR^a. PATRÍCIA CAMPELLO (Fundação Araripe) –** Oi, gente, bom dia. Meu nome é
1307 Patrícia Campello. Hoje estou como secretária-geral da Fundação Araripe. Tive esse
1308 prazer, em 2018, de receber de presente de Dr. Pierre Gervaiseau essa função. Não sei
1309 se faço à altura, mas tento. E foi difícil. A Fundação Araripe tem 25 anos de existência,
1310 e, nesses 25 anos, conservar o bioma é a sua maior missão. Principalmente buscando
1311 trazer melhoria para aqueles mais necessitados em todas as suas áreas de necessidade.
1312 Hoje, nós temos nove projetos dentro da Fundação Araripe vivos, visando essa melhoria
1313 de convivência com o bioma, porém, três deles efetivamente ligados à restauração e à
1314 questão da reversão da desertificação. Então, é um prazer estar aqui. Não faço parte da
1315 comissão. Estou aqui, como diz Edneida, como testemunha ocular e auditiva, mas fiz
1316 questão de poder contribuir um pouquinho, que seja na possibilidade de ensinar e
1317 aprender algo. Bom trabalho a todos. Pernambucana da gema.

1318 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe) –** Bom
1319 dia a todas e a todos. Eu sou Francisco Campello, sou engenheiro florestal de formação.
1320 Hoje, estou como diretor técnico da Fundação Araripe e como presidente da Reserva da
1321 Biosfera da Caatinga. Vou fazer somente um breve histórico. Primeiro, aproveitar a
1322 oportunidade para parabenizar o Ministério do Ambiente pela retomada da comissão.
1323 Como o Júlio bem falou, a gente teve um corte muito forte nos processos participativos.
1324 Num primeiro momento, uma ameaça muito forte à democracia. E a retomada da
1325 comissão é consolidar a presença de todos nós na implementação das políticas públicas.
1326 Então, Alexandre, parabéns pelo esforço, parabéns pela composição. A gente teve a
1327 oportunidade de estar também trabalhando nesse processo há um tempo atrás. Fico feliz
1328 de a gente ter uma ação de continuidade e de melhoria dos processos. Isso é
1329 extremamente importante, a gente melhorar os processos. Hoje, a gente vê a comissão
1330 muito mais plural do que era antes. Isso é emblemático. E eu acho que isso consolida os
1331 esforços para as diversas políticas públicas. Um desafio que nós temos é muito grande.
1332 E o Alexandre deve passar por esse problema. O Ministério do Ambiente não é um
1333 ministério de investimento, mas é um ministério de ações estruturantes. Então, eu digo

1334 isso com a experiência de quem, com o Júlio, teve que fazer o relatório nacional. Se as
1335 políticas públicas que trabalham para a questão da convivência com o semiárido, a
1336 questão da conservação de solo, do uso sustentável da nossa biodiversidade, se elas
1337 não enxergarem isso como elemento para o combate à desertificação, a gente, enquanto
1338 país, fica difícil de mostrar a grandeza do trabalho que nós temos para o combate à
1339 desertificação. Então, eu acho que esse é o maior desafio que a comissão tem. E isso,
1340 eu acho que é a maior oportunidade pela pluralidade que vocês, que a gente conseguiu
1341 estar hoje nessa composição. Isso eu acho que vai ajudar fortemente nessa questão, já
1342 que a gente influencia iniciativas e tem pouca capacidade de financiar pela natureza do
1343 próprio ministério. Também queria dizer que a Fundação Araripe é parceira do ministério
1344 em um projeto que é quase um programa, que é o Redeser, uma parceria do ministério
1345 com a FAO, com o apoio do Fundo Global Ambiental, para iniciativas de combate à
1346 desertificação. E a gente trabalha fortemente em duas grandes direções. A promoção do
1347 uso sustentável da caatinga, seja para a questão da apicultura, seja a questão forrageira,
1348 seja para a questão dos frutos e seja para a questão madeireira. Um colega aqui falou
1349 do preconceito ambiental, e a gente, com os nossos povos originários, a gente tem que
1350 perder o medo de usar a caatinga. O medo de usar a caatinga é o que está fazendo a
1351 desertificação se materializar. A Chapada do Araripe, há mais ou menos 10 anos, tinha
1352 70% de cobertura florestal. O medo de que a caatinga seja uma fonte de suprimento da
1353 matriz energética faz com que, hoje, nós tenhamos quase 40% de cobertura florestal e a
1354 caatinga, que não podia fornecer lenha, pode ser retirada para pasto, para mandioca e
1355 para soja. Então, a gente precisa aprender com os nossos ancestrais que, usando, a
1356 gente não degrada. E aí eu reforço o conceito de Vasconcelos Sobrinho, que ontem foi o
1357 dia dele, que ele dizia que não tinha a menor dúvida do potencial da caatinga, que a
1358 vocação da caatinga era energética. E aí fazia um complemento. Mediante sábio manejo
1359 dos seus recursos naturais. Então, é isso que a gente precisa trabalhar fortemente nessa
1360 comissão. Os órgãos de controle precisam continuar controlando, mas precisam também
1361 fazer fomento ao uso sustentável. Tivemos vários professores que se dedicaram à
1362 caatinga. João Ambrósio, mostrando o potencial forrageiro da caatinga. Hoje, quando a
1363 gente trabalha com agricultura de baixo carbono, a gente praticamente está trazendo os
1364 ensinamentos de João Ambrósio. E o sertanejo que pegar uma foice para fazer

1365 raleamento e rebaixamento vai preso. Então, precisa haver um avanço de compreensão
1366 para que a gente possa fazer o uso de uma forma mais simplificada dentro da nossa
1367 realidade. A outra frente que nós trabalhamos fortemente é a questão da conservação do
1368 solo. A gente não tem água se a gente não conservar o solo. A gente não tem ambiente
1369 de produção se a gente não conservar o solo. Então, essas são as duas frentes da
1370 fundação. E, pelo meu histórico de trabalho, espero poder, como membro da comissão,
1371 apoiar meu colega Alexandre nessa luta. Ele sabe desde o começo que a gente se
1372 prontificou a estar presente nesse processo para o que precisar. E faço uma ressalva à
1373 colega da ASA. A minha pergunta é se você, quando falou daquele prêmio, você está
1374 falando do *Dryland Champions* ou é outra premiação. Pronto. Então, eu acho que é
1375 extremamente importante a gente reforçar, Alexandre, esse processo da comissão,
1376 reconhecer as contribuições da nossa gente, de forma simples, mas pragmática, e que,
1377 de fato, vai reverter os vetores da desertificação. Então, como a ASA, diversas outras
1378 instituições foram reconhecidas, e é um reconhecimento, que eu acho que é
1379 extremamente emblemático, porque ele é dado, no caso por você, como ponto focal da
1380 convenção, e a ministra representando o secretário da nossa convenção. Então, retomar
1381 isso, eu acho que é emblemático para fortalecer o papel da comissão e do mais,
1382 parabenizar a todos pela presença e pela contribuição.

1383 **O SR. RICARDO PADILHA** – Bom dia a todos. Eu me chamo Ricardo Padilha. Eu
1384 participei da... Eu estou no Ministério da Gestão e Inovação, até hoje estou no MCTI,
1385 amanhã, na segunda-feira, vou estar no MDIC. Mas o MCTI já está muito bem
1386 representado aqui por Cláudia. Cláudia é uma colega que, quando eu tive a honra de ser
1387 aceito lá nos quadros, na passagem que tive pelo MCTI, que está se encerrando agora,
1388 nos acolheu muito bem, agora é, merecidamente, coordenadora-geral. É bem verdade
1389 que esse tema estava morto lá, e agora Cláudia vai fazê-lo viver. Lá no Ministério tem um
1390 recurso do fundo, estou falando ainda desse antigo Ministério, que é o MCTI, tem um
1391 recurso do Fundo Nacional de Combate à Desertificação, que se chama hoje Fundo
1392 Nacional de Ciência e Tecnologia. Então, os 20 bilhões, ou 30, que estão disponibilizados
1393 lá, necessitam de serem qualificados, precisam serem criticados, não são do MCTI,
1394 Cláudia, são do povo brasileiro, os recursos que vieram da agricultura devem voltar à
1395 agricultura, pessoalmente a pequena agricultura, deve haver uma participação mais forte.

1396 Óbvio que estou saindo de lá, porque estou dizendo isso. Estou dizendo que não está
1397 bem, não está bem a política do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, porque era
1398 para estar aqui, dizendo, vamos abrir aqui os cofres, 500 milhões para combate à
1399 desertificação, para começar. Menos do que isso, vocês estão equivocados. Eu estou lá,
1400 sei que esse dinheiro podia estar bem usado no combate à desertificação. Estou indo
1401 para o MDIC e lá a gente vai colocar o Alckmin, para fortalecer, quem sou eu para colocar
1402 o Alckmin? Ele já está lá. Mas seremos humildes auxiliares da grande gestão que está
1403 fazendo à frente do Ministério, e que certamente, inclusive na secretaria em que eu vou
1404 estar, se relaciona diretamente com a agricultura, com a modernização da agricultura,
1405 com a mecanização, com inteligência artificial na agricultura, com inteligência artificial em
1406 cada uma das comunidades indígenas ou quilombolas. Então, a gente precisa que a
1407 tecnologia, Cláudia concorda comigo nesse aspecto, que precisa estar lá na ponta, certo?
1408 Não é aqui em Brasília. Aqui em Brasília, a gente deve fazer reuniões rápidas, decidir a
1409 liberação do recurso e muito dinheiro, de preferência, e deixar as coisas na ponta
1410 funcionárias. Aqui, eu quero também fazer uma menção, finalizando, temos aqui a honra
1411 de estar presente o colega Etham, recém-impulsado diretor do INSA. O INSA nunca
1412 conseguiu fazer muita coisa, mas com o Etham, também fará mais. Não estou dizendo
1413 que é culpa da querida diretora Mônica anterior ou do querido Salcedo, todos são muito
1414 queridos, mas as condições institucionais não permitiram, e o Etham tem a chance. E a
1415 comissão pode ajudar muito o INSA a deixar de ser um departamento do bairro de
1416 Campina Grande e passar a ser um instituto nacional de todo o Brasil, porque a minha
1417 visão sobre desertificação inclui, obviamente, questões da Amazônia, questões do Rio
1418 Grande do Sul, e elas estão presentes na política nacional de combate à desertificação,
1419 que eu tive a honra de ser, talvez, um dos principais redatores, junto com o Jaime e com
1420 a bancada do Partido Verde na Câmara. Então, eu acho que vocês têm uma
1421 oportunidade. E, se pedirem pouco, me desculpem, estão errados. Eu vi de dentro que a
1422 máquina precisa de crítica, precisa de participação popular, transparente e sem medo de
1423 ser feliz. Obrigado.

1424 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1425 **MMA)** – Temos dois colegas que chegaram depois que a gente iniciou, e já viram que a

1426 dinâmica é uma apresentação para a gente saber quem é que está aqui na comissão.
1427 Marçal.

1428 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
1429 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Bom dia a todos. Sou Marçal
1430 Cavalcante, presidente da ANAMMA, Associação dos Municípios e Meio Ambiente do
1431 Brasil. Uma satisfação muito grande, porque os impactos todos ocorrem nos municípios.
1432 Então, essa parceria de nós termos sido instados a estar aqui nos orgulha muito, nós
1433 estamos à disposição. A Caatinga, com dignidade. Nós precisamos aqui entrar na
1434 Caatinguidade, porque a Caatinga, com dignidade, é o que nós precisamos.
1435 Desmatamento zero. Preservação, mil. Comunidades locais, um milhão por cento para
1436 poder tirar o seu sustento e preservar. É o que nós precisamos das políticas públicas
1437 desse país. Então, nós que fazemos os municípios, podem contar conosco. Acabamos
1438 de aprovar no Fundo Clima, agora, as Cidades Verde e Resiliência, secretária Delva. É
1439 de muita importância que essa comissão possa ir buscar, e nós buscarmos dinheiro do
1440 Fundo Clima para ser remediado às nossas ações na Caatinga, para que seja
1441 implementado um milhão de espôndia no sertão, que é umbu cajá, que é a cajarana, que
1442 dá e que mantém a comunidade. Uma associação chamada CARPIL, lá de Palmeiras
1443 dos Índios, está com esse programa no MDA, para que nós possamos criar a Rota da
1444 Fruticultura, onde já compra a produção, onde faz a preservação e tenha um maior
1445 recolhimento do carbono. Então, nós estamos, no momento, com os municípios. O nosso
1446 suplente é o Luciano da CARPIL, lá de Palmeiras dos Índios, que está com esse projeto
1447 à disposição para que a gente possa implementar essa política pública aqui. Quero
1448 agradecer ao Alexandre, parabenizar pela iniciativa, Edel, a ministra Marina, ao governo
1449 do presidente Lula, que trouxe essa política de volta, depois do retrocesso que nós
1450 vivenciamos no desmonte das políticas públicas desse país. Precisamos avançar, e
1451 avançar muito. Mas isso começa com esse primeiro passo. Então, muito obrigado,
1452 contem comigo.

1453 **O SR. FLÁVIO COSTA (Departamento de Reflorestamento, Recuperação de Áreas**
1454 **Degradadas) –** Bom dia, bom dia a todos. Eu sou Flávio Costa, eu trabalho no Ministério
1455 da Agricultura, estou suplente, representando aqui o ministério. Talvez os nomes não

1456 estejam atualizados, Alexandre, porque foi na semana passada que a gente enviou...
1457 Bom, o ofício deve estar sendo encaminhado, os nomes que estão aí são Rodrigo e a
1458 Mauricéia, e a Ivana é a titular. Eu represento aqui o Departamento de Reflorestamento,
1459 Recuperação de Áreas Degradadas. É um departamento dentro dessa secretaria do
1460 ministério, que é dedicado a promover as florestas plantadas, com conservação, a
1461 recuperação de pastagens, de áreas degradadas também. Nós já temos algumas ações
1462 em conjunto com o MMA, importantes, que é a questão relacionada à repactuação de
1463 Mariana, dos atingidos, pela barragem. A gente também está junto no programa União
1464 com os Municípios, na região norte. Então, é um prazer, é uma honra estar aqui, eu
1465 agradeço o convite, e nos colocamos à disposição de todos, principalmente do MMA,
1466 para a gente trabalhar junto nas ações que a gente se propõe na comissão. Muito
1467 obrigado, gente.

1468 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1469 **MMA) –** Maravilha, Flávio. Obrigado. Obrigado a todos e a todas. A gente tinha uma hora
1470 mais ou menos para esse momento, a gente levou aí mais ou menos uma hora e
1471 quarenta, mas é como eu falei inicialmente, acho que a gente tem uma necessidade,
1472 nesse momento de retomada da comissão, de a gente se conhecer, e de a gente
1473 entender um pouco quem é essa constelação, vou chamar assim para poder a gente
1474 valorizar essas estrelas que estão aqui, essa constelação que compõe a Comissão
1475 Nacional de Combate à Desertificação. Porque nós temos uma caminhada, nós temos
1476 uma tarefa, um trabalho a ser feito nesse período que segue, e que, para isso, a gente já
1477 percebe as possibilidades de conexões e de informações que cada um e cada uma de
1478 nós traz, para que a gente faça essa caminhada sabendo e olhando para essas
1479 possibilidades de conexões, seja no âmbito da sociedade civil, com o governo, entre os
1480 órgãos de governo, que nos ajudam a fazer uma caminhada mais qualificada. Eu queria
1481 encerrar esse momento, desse momento das apresentações, trazendo a seguinte
1482 reflexão. Nós não estamos aqui ou começando esse processo a partir do decreto do
1483 presidente Lula, que cria essa comissão lá em 2024. Nós estamos aqui porque nós
1484 tivemos vários colegas amigos, companheiros e companheiras, pessoas que estiveram
1485 antes de nós, lá na ICID, na primeira ICID, em 1992, que foi uma conferência para
1486 discussão sobre desenvolvimento sustentável em terras secas, que conseguiu influenciar

1487 na COP, na conferência da Rio 92, e que gerou, obviamente, a Convenção das Nações
1488 Unidas de Combate à Desertificação. Nós estamos aqui porque nós temos organizações,
1489 pessoas como o professor Vasconcelos Sobrinho, que foram dedicando sua vida à
1490 pesquisa sobre a Caatinga, sobre o tema da desertificação, dentro das suas agendas
1491 institucionais. Nós estamos aqui porque, lá no início do primeiro governo do presidente
1492 Lula, com a ministra Marina na presidência, no Ministério do Meio Ambiente, tomaram a
1493 decisão de elaborar um Plano de Ação Nacional de Combate À Desertificação. Nós
1494 estamos aqui porque, em 2008, foi criada pela primeira vez, também por decreto
1495 presidencial, a Comissão Nacional de Combate à Desertificação. Nós estamos aqui
1496 porque cada organização do governo brasileiro, através de seus pesquisadores e
1497 pesquisadoras, organizações históricas, como estamos fazendo referência aqui ao
1498 Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, ao IRPAA, à Cáritas, à Agendha
1499 e tantas outras que não estão aqui representadas, mas estão aqui representadas por
1500 vocês, que estão aqui, não institucionalmente. A ASA, a Articulação do Semiárido, tem
1501 uma trajetória de construção da convivência com o semiárido como uma trajetória, uma
1502 abordagem que dialoga com a perspectiva do que nós queremos construir a convivência
1503 com o semiárido. Nós estamos aqui porque outros vieram antes de nós fazendo ações
1504 de resistência e de construção da própria Política Nacional de Combate à Desertificação.
1505 Nós estamos aqui porque um grupo de pessoas que estavam dentro do governo e no
1506 Parlamento em 2015 aprovaram, a partir da elaboração, do diálogo, a Política Nacional
1507 de Combate à Desertificação e os efeitos da seca. Então, eu acho que a composição que
1508 nós estamos construindo desta comissão, ela precisa reconhecer aqueles e aquelas que
1509 vieram antes de nós, que geraram todo esse legado e aí, fazendo uma referência aqui
1510 também muito importante, a cada um dos estados do semiárido aqui representados pela
1511 ABEMA, que em algum momento, olhando para o processo da construção da Política
1512 Nacional, do Plano de Ação Nacional, também tomaram decisões nos seus estados,
1513 fizeram lutas, reivindicações e construíram as leis que criam as políticas estaduais de
1514 combate à desertificação e os seus planos estaduais de combate à desertificação. Nós
1515 estamos aqui porque nós temos instituições históricas como a SUDENE, como o DNOCS,
1516 como a Embrapa Semiárido, como o INSA, que embora seja um dos mais recentes
1517 criados, lá em 2013, em 2013? 2004. 2004, pelo presidente Lula, mas cumprindo um

1518 papel importante na agenda do combate à desertificação. Mas, ao mesmo tempo, nós
1519 estamos atualizando essa comissão com uma composição mais plural, mais ampla, uma
1520 composição, por exemplo, que tem um ator estratégico e importante, não na formação
1521 do decreto que compõe a comissão, mas a gente tem hoje um ator estratégico na região
1522 do Nordeste, que é o Consórcio de Governadores do Nordeste, que pode ser um ator e
1523 um aliado importante nessa nossa agenda do combate à desertificação, considerando o
1524 impacto da desertificação nesse território de forma específica e, obviamente, sem
1525 desconsiderar a importância de Minas Gerais e Espírito Santo nessa composição. Então,
1526 eu quero dizer que nós, quando estávamos organizando a minuta da reunião, tivemos o
1527 cuidado de ir atrás de quando foi a última reunião que aconteceu. Essa é a sétima
1528 reunião. E, para a gente, do ponto de vista concreto e simbólico, é importante a gente
1529 reconhecer que essa comissão está sendo retomada, como uma retomada também da
1530 democracia do nosso Estado brasileiro, como uma retomada da participação social.
1531 Então, nós não estamos começando a comissão, nós estamos dando continuidade, nós
1532 estamos retomando a comissão com uma outra composição, garantindo, inclusive, ou
1533 nos acercando, de pessoas históricas que estiveram aqui desde o princípio, como Chico
1534 Campello, como Vitor Uchôa, como Iedo, que estiveram aqui desde um momento lá atrás
1535 na composição inicial da comissão, que trazem sua experiência, que trazem toda a sua
1536 trajetória, obviamente em lugares distintos, mas que a gente traz, por exemplo, agora
1537 também outras instituições para essa composição, no sentido de mergulhar também a
1538 partir das experiências concretas. Assim como a gente faz uma inovação também nessa
1539 composição da comissão quando a gente convida a cultura para estar aqui. Só para que
1540 você entenda, da composição original, o Ministério da Cultura é o que a gente trouxe de
1541 dizer, vamos incorporar um outro ministério que para a gente é estratégico, porque
1542 discutir a convivência com o semiárido é essencialmente discutir cultura, é discutir a
1543 forma de enxergar, de viver no mundo, de valorizar as experiências concretas. Então, eu
1544 acho que essa é uma mensagem, uma reflexão que queria deixar aqui com vocês e quero
1545 passar a palavra para a secretária Edel, se ela tem algum comentário, mas queria fazer
1546 uma pactuação rápida que é da gente encerrar por aqui o nosso período da manhã. A
1547 gente tem um ponto agora que seria a apresentação do que a gente avançou no
1548 Ministério de 2023 para cá, mas eu queria saber se a gente poderia voltar meia hora

1549 antes, se a gente consegue voltar 13h30, porque daqui para o restaurante é super perto,
1550 a gente pode sair agora para o almoço, volta 13h30, a gente retoma com a apresentação
1551 das nossas iniciativas. Podemos combinar dessa forma? Mas antes, eu queria passar
1552 para a secretária Edel para uma palavra final.

1553 **A SR^a. EDEL NAZARÉ SANTIAGO MORAES** – Final do horário da manhã de hoje, eu
1554 acho que é só mesmo, eu fiquei aqui anotando e tem todos os temas, estão na agenda
1555 para serem discutidos, para serem definidos nas comissões. Eu tenho me empenhado
1556 muito dentro dessa temática do fortalecimento da presença e da participação de povos e
1557 comunidades tradicionais, por quem eu vou estar sempre repetindo, mesmo que isso já
1558 esteja nos nossos planos. Eu ia ficar só na abertura de manhã, eu fiz questão de ficar
1559 aqui sentada, ouvindo e cochichava com o Alexandre, não era falando outra coisa, não,
1560 era querendo saber um pouco mais de cada um e de cada uma. Nós temos uma
1561 importante missão, acho que aqui nós temos o secretário... Onde está o secretário? Não,
1562 está à frente, atrás do senhor. Está no MRE. O Leandro me deu branco. Foi muito
1563 remédio ontem. Nós estamos aqui com o secretário Leandro. A gente tem um assunto,
1564 porque nós fizemos uma grande conquista na última convenção, que foi a criação dos
1565 caucus de povos e comunidades tradicionais. E nós temos uma responsabilidade de
1566 ocupar esses caucus, com a presença também do debate, levando o debate dos nossos
1567 povos e comunidades tradicionais. Então, eu tenho um dever de casa, eu sinto-me com
1568 o dever de casa, que eu convoco o secretário sempre para estar junto comigo, que é da
1569 gente levar esse debate, como é que funciona esse debate, para dentro desta comissão
1570 também, o que é esse espaço dentro da convenção de combate à desertificação, aos
1571 efeitos da seca, desse calco, desse espaço, são espaços onde haverá a presença
1572 específica de dois segmentos. Isso é único nas três convenções. É um marco, não é isso,
1573 secretário? Ele é marcado, como já está marcado lá, com a presença e como caucus.
1574 Então, a gente precisa ocupar. E eu e o secretário, o diretor, Alexandre, estamos com
1575 esse compromisso de fazer um processo também de mobilização interna, de fazer um
1576 processo de formação, que eu estou chamando, secretário, de diplomacia popular,
1577 desertificação, a gente já deu até o nome, gênero e comunicação. Como é que a gente
1578 comunica isso, como é que a gente tem certeza e diplomatas também nesse
1579 entendimento dessa negociação, para que eles possam continuar fazendo o que foi feito

1580 durante a última COP, que foi estar subsidiando também com temas e com assuntos a
1581 partir do chão. Então, eu deixo isso lançado aqui, isso vai ser discutido. Eu estou agora
1582 aqui para também encontrar com a secretária da convenção, a secretária, e reforçar,
1583 junto com ela, que a gente esteja participando dessa construção, desse espaço, que vai
1584 ser um resultado que deveremos estar discutindo na COP17, na Mongólia. Então, bom
1585 evento a todos e a todas e bom almoço para nós. Obrigada e parabéns.

1586 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1587 **MMA)** – Ok, gente, voltamos 13h30. Bom dia. Uma falinha administrativa.

1588 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Os certificados de posse da comissão, para
1589 quem não pegou e para quem estava com o nome errado, já estão corrigidos ali. Por
1590 favor, passem na mesa da recepção e peguem.

1591 **Dia 29/04/2025 – Tarde:**

1592 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1593 **MMA)** – Boa tarde. Vamos retomando aqui a nossa reunião desse períodozinho aqui da
1594 tarde da nossa reunião. Assim fica melhor, esse formato, porque a gente consegue se
1595 ver melhor e tal. Quando for amanhã, ou no final do dia de hoje, a gente pede para o
1596 próprio pessoal do IBAMA, do Prevfogo, organizar melhor, e assim a gente, amanhã, se
1597 mantenha um pouco nesse formato mais humanizado, vamos dizer assim. A gente pelo
1598 menos está se vendo. Tem uns de costas para os outros, mas é o mínimo. A gente se vê
1599 um pouquinho mais. E aí a gente mexeu nas cadeiras. Quem tinha coisa aí nas cadeiras,
1600 vai procurar onde a sua cadeira ficou depois desse arranjo todinho para a gente tocar
1601 aqui. Eu queria pedir... Alguém que não estava no período da manhã, que chegou agora
1602 à tarde e não se apresentou? Ok. Tem um colega aqui.

1603 **O SR. ADRIANO FERREIRA DA SILVA (IRDA)** – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome
1604 é Adriano Ferreira, sou da Direção do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadores do
1605 Campo, do MTC. O MTC é uma organização a nível nacional, a gente está presente em
1606 mais de 12 estados do país, e a gente está aqui na comissão via o Instituto Irmã Dorothy,

1607 que é um instituto que trabalha as questões relacionadas à ciência técnica, à inovação
1608 do agricultor e a sistemática do combate à desertificação. Muito obrigado.

1609 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1610 **MMA) –** Maravilha, querido. Obrigado. Bom dia também. Vejam, a gente preparou aqui,
1611 eu vou ficar aqui só para poder ver melhor ali a apresentação, que é um dos pontos da
1612 nossa pauta, que é falar um pouquinho para vocês qual foi a caminhada que a gente fez
1613 de 2023 para cá com a criação do departamento, a instalação do novo governo, para que
1614 a gente entenda também um pouco, a comissão se instala agora, e dessa caminhada no
1615 âmbito da implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação, onde a
1616 gente já tocou algumas agendas. Pode passar. Pode passar, Marcos. Não, volta lá. Volta
1617 lá. De toda forma, eu queria... Talvez... A gente está preparando um material para enviar
1618 para vocês, e a gente queria até trazer hoje de forma mais organizada, mas não deu
1619 tempo. Não deu tempo, mas na próxima reunião a gente vai ter um material que é um
1620 compilado dos documentos do decreto que o Brasil aprova, o texto da Convenção das
1621 Nações Unidas, a lei que cria a Política Nacional, o decreto da comissão. E, claro, se a
1622 gente conseguir, até o final da reunião de amanhã, aprovar também o nosso regimento
1623 interno, a gente já vai incluir o regimento interno nesse documento. Mas será um
1624 documento para que seja o subsídio e acesso de vocês o tempo inteiro do arcabouço
1625 legal da conferência, da agenda de desertificação. Mas, para quem está tendo, vamos
1626 dizer assim, um contato mais inicial com a perspectiva conceitual da desertificação, isso
1627 aqui é o que está na nossa lei, que é a Lei 13.153, de 2015, está aqui, que a desertificação
1628 é a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes
1629 dos fatores e vetores, incluindo, de vários fatores e vetores, que incluem a variação
1630 climática e as atividades humanas. Isso aqui é um conceito mais formal do que é a
1631 desertificação. E o combate à desertificação é um conjunto de atividades da recuperação
1632 ambiental e socioambiental, com o uso sustentável dos recursos naturais em zonas
1633 áridas, semiáridas e subúmidas secas, com vistas a um desenvolvimento integrado,
1634 equilibrado, pensando as várias dimensões. A lei que cria a Política Nacional do Combate
1635 à Desertificação é uma lei que tem um caráter, ou a política, é um caráter intersetorial.
1636 Como eu falava na mesa ontem, a gente trata de segurança alimentar, de recursos
1637 hídricos, de extensão rural, de desenvolvimento rural sustentável, de mineração, ou seja,

1638 trata de uma série de assuntos e de agendas, exatamente por entender que o tema da
1639 desertificação não é uma coisa localizada ou isolada, ela é resultado de processos
1640 distintos e que impactam as pessoas e o ambiente também de formas distintas. Por isso,
1641 não dá para a gente pensar que é uma lei, ou uma estratégia, ou uma política que está
1642 ali focada em um único aspecto. Pode passar, Marcos. Esse mapa é um mapa do Atlas
1643 Global sobre Desertificação, ele é de 2018, e ele mostra para a gente aqui, vocês vão
1644 vendo aí as degradações de áreas hiper áridas, áridas, semiáridas, subúmidas, secas e
1645 úmidas. Essas, vamos dizer assim, esse percentual aqui, que vai do hiper árido até o
1646 subúmido seco, é algo em torno de 37% da superfície terrestre. Globalmente falando,
1647 nós estamos dizendo que 37% da superfície do planeta, das terras do planeta, estão com
1648 suscetibilidade à desertificação ou desertificadas. O que é algo extremamente
1649 preocupante. Quando a gente olha, se a gente jogar aqui um mapa das populações
1650 nesses territórios, nós vamos identificar, obviamente, quem são aqueles e aquelas que
1651 estão em contextos de maior vulnerabilidade. Pode passar, Marcos. Aqui é a base nossa
1652 científica, legal, definida pela Convenção das Nações Unidas de Combate à
1653 Desertificação, que é o extrato de área suscetível, que é o indicador que compõe o
1654 indicador de aridez, que é as áreas com clima árido, semiárido e subúmido seco. Pode
1655 passar. Aqui é um mapa que o CEMADEN e o INPE produziram para a gente, que eles
1656 vão mostrando, se vocês observarem. Primeiro, observem aqui. Eles pegam da década
1657 de 60 até os anos 2020 e vão mostrando como é que essa área vai se expandindo ao
1658 longo desses ciclos de décadas. Vou dar um tempinho só para vocês olharem a história
1659 da data com a expansão, porque ajuda a gente a ver... 60, 70, 80, 90. Veja, eles pegam
1660 os ciclos de cada 30 anos, de 60 a 90, de 70 a 80, aliás, a 2000 e assim vai. Prestem
1661 atenção também como é que há uma expansão desse verde sobre o azul, que significa
1662 dizer também uma expansão da perda de umidade sobre a região úmida. O que nós
1663 estamos vivendo, muito concretamente, em função do aquecimento global, é a perda de
1664 umidade no nosso território. Nós, enquanto semiárido, a gente já sofre isso do ponto de
1665 vista histórico, já sofre isso naturalmente, mas outras regiões, regiões úmidas e
1666 subúmidas, também começam a sofrer. E aqui, quando a gente identifica, o CEMADEN
1667 identifica que, na região do Pantanal do Mato Grosso do Sul, que é uma planície alagada,
1668 a gente passa a ter uma área de subúmido seco, o que significa dizer, obviamente, que

1669 nós estamos no contexto de perda de umidade significativa no território brasileiro. Uma
1670 planície seca, aliás, uma planície alagada está ficando mais seca. Os dados do
1671 MapBiomas que mostram que entre os anos 80 e agora, os anos 2000, a gente perdeu
1672 algo em torno de 17% da superfície de água no Brasil. A região do Pantanal perdeu mais
1673 de 50% de superfície de água, segundo esses dados do MapBiomas, o que é algo
1674 extremamente preocupante, porque também ali tem uma atividade agrícola muito intensa
1675 e está afetando a própria dinâmica do bioma pantanal. Pode passar, Marcos. Aqui é um
1676 pouco dos instrumentos legais da nossa política de combate à desertificação. É a partir
1677 desses instrumentos legais que nós temos que agir, enquanto comissão, enquanto
1678 governo, que é o decreto legislativo e o decreto presidencial, um de 97 e o outro de 98,
1679 aqui está errado, não é 88, é 98, que promulgam o documento da Conferência Nacional,
1680 da Conferência das Nações Unidas de Combate à Desertificação, é quando o Brasil se
1681 compromete formalmente com a Convenção. A gente tem a Lei 13.153, de 2015, que cria
1682 a política, e a gente tem o Decreto 11.932, que é o decreto que cria essa comissão e do
1683 qual a gente precisa também sempre nos basear. Pode passar. Quais são as ações que
1684 o Ministério do Meio Ambiente, nesse ciclo de 2023 para cá, que a gente tem feito para
1685 tocar a agenda? Um primeiro é o PAB, o Plano de Ação Brasileiro de Combate à
1686 Desertificação. Quem aqui participou dos seminários estaduais ou regionais de
1687 elaboração do plano? Se olhem um pouquinho. Levantem a mão e se olhem. Que bom
1688 que quem está aqui também na comissão são pessoas que já participaram desse
1689 processo de elaboração do plano, dos seminários de escuta. Então, a gente
1690 desencadeou esse processo no início de 2024, montamos um grupo de organizações, o
1691 Aldrin, lá do INSA, pelo INSA, a Fundação Joaquim Nabuco e a Edneida estão aqui,
1692 porque também teve uma contribuição significativa nesse processo, a Universidade
1693 Federal Rural de Pernambuco e a Universidade Federal de Campina Grande. E esse
1694 grupo de organizações e de pesquisadores nos ajudaram a pensar a metodologia, a
1695 organizar os seminários, a realizar esses seminários e elaborar o documento que está
1696 agora conosco no departamento para olhar para as iniciativas, ações e metas e,
1697 obviamente, fazer um processo de pactuação no âmbito do governo daquilo que está
1698 estabelecido como metas vindo desse conjunto de seminários. Mas a gente contou
1699 também, e é por isso que é importante que a ABEMA esteja aqui, porque contamos com

1700 a participação dos governos dos estados do semiárido como parceiros estratégicos no
1701 processo de formulação, mas também de elaboração dos seminários. Então, acho que
1702 esse foi um pouco do arranjo. A gente optou por uma metodologia que fosse uma
1703 metodologia mais próxima do campo popular, uma metodologia de escuta, de quebra de
1704 gelo, uma metodologia onde a gente pudesse trabalhar também o campo da
1705 subjetividade, para além de sentar em uma mesa e pensar quais são os problemas, quais
1706 são as soluções, e a gente pensar nisso. Mas pensar nisso também a partir de uma
1707 perspectiva do campo subjetivo, que é o que nos convida à educação e à participação
1708 popular. A gente fez 15 seminários, 10 estaduais, quatro regionais e um seminário
1709 nacional. A gente tem aí a participação da sociedade civil, organizações, ONGs,
1710 movimentos sociais, federações de agricultores familiares, municípios, os órgãos dos
1711 governos dos estados, setor privado, instituições de pesquisa e de ensino. Então, a gente
1712 tentou fazer com que os seminários tivessem as instituições públicas federais, além dos
1713 ministérios e vários órgãos, que a gente tivesse, de fato, uma representatividade de todo
1714 esse processo. A princípio, no documento que está elaborado por esse grupo de
1715 pesquisadores aqui, a gente tem 51 objetivos estratégicos, 185 indicadores e 514 metas.
1716 Essas metas são muitas porque nós estabelecemos metas para cada um dos
1717 indicadores, de curto, médio e longo prazo, para os próximos 20 anos. É onde o plano
1718 está olhando para um horizonte de 20 anos, pensando que precisamos desenvolver uma
1719 estratégia de monitoramento, de acompanhamento desse plano ao longo desses 20
1720 anos, para também ir fazendo ajustes, fazendo concertações necessárias para que ele
1721 esteja o máximo possível atualizado, vamos dizer assim, porque em 20 anos muita coisa
1722 muda. Já fizemos uma consulta pública, e essa consulta pública recebeu, pelo site
1723 Participe Mais do Governo Federal, recebeu 56 contribuições, e nós estamos agora
1724 nesse momento de ajustes, de pactuação, com a ideia de lançamento no dia 17 de junho.
1725 Isso ainda é uma ideia que nós a gente quer discutir com vocês amanhã, para irmos para
1726 algo mais seguro. Próximo. Uma outra iniciativa que já foi citada aqui por Beatriz da
1727 Sudene, é uma iniciativa nossa do Ministério do Meio Ambiente, com a Sudene e a
1728 UNIVASF, a Universidade do Vale do São Francisco, que é de apoiar os governos dos
1729 estados na atualização dos seus planos estaduais de combate à desertificação. Para
1730 quem está chegando agora nessa caminhada, sobre essa agenda, e aí os que estão há

1731 mais tempo, me perdoem para que eu possa fazer esse resgate, porque acho que é
1732 importante que a gente também sigamos a caminhada entendendo o processo anterior.
1733 O Brasil elaborou o Plano de Ação Nacional em 2004. Esse processo de elaboração do
1734 Plano Nacional, em uma pactuação com os governos subnacionais, com os governos
1735 dos estados, gerou um processo para que os governos dos estados elaborassem os seus
1736 planos estaduais. Também apoiados pelo governo federal, e vários estados elaboraram.
1737 O único estado que não tem um plano elaborado é o Espírito Santo. Além disso, os
1738 estados também criaram leis ou decretos que criam políticas estaduais de combate à
1739 desertificação. Nesse caso, só Minas Gerais e Espírito Santo, que não têm uma lei
1740 específica, e a Bahia, que tem uma lei de convivência com o semiárido, que trata da
1741 agenda da desertificação. Ou seja, nós estamos seguindo também um processo de
1742 construção de uma relação de governança entre o governo federal e o governo dos
1743 estados, e temos um grande desafio, que o Marçal não está aqui, da ANAMMA, que é
1744 como envolver os municípios. Porque, efetivamente, é lá onde está o desmatamento,
1745 onde está a queimada, onde está a degradação concreta no município. Então, buscar um
1746 pouco do arranjo de envolvimento dos municípios é algo extremamente relevante. Então,
1747 isso aqui são imagens dos planos dos estados que foram elaborados lá atrás. Nós temos
1748 o plano de 2008, temos o plano de 2012, mas agora nós estamos nesse processo em
1749 parceria com a UNIVASF e os governos dos estados, mais uma vez, Sudene e MMA,
1750 apoiando os governos dos estados para atualizarem os seus planos, buscando um
1751 alinhamento com o plano nacional, para que a gente possa ter uma mesma lógica de
1752 monitoramento, de acompanhamento, de linguagem na implementação da política.
1753 Próximo. Aqui é o Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação. Essa iniciativa é
1754 uma iniciativa que a gente também está resgatando, porque ela já foi feita lá atrás. A
1755 gente tinha um sistema, ou tem, mas ele está sem funcionamento, sem atualização, que
1756 é o Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação, que foi uma iniciativa do
1757 Ministério do Meio Ambiente, com o CEMADEN, com o INPE, que é... Eu falei do PAB,
1758 falei dos planos estaduais, estou falando do Sistema de Alerta Precoce, tudo isso aqui é
1759 instrumento da política. Está lá na lei que a gente precisa construir esses instrumentos
1760 para a implementação da política nacional de combate à desertificação. Então, o que é o
1761 SAP? É a possibilidade de a gente ter dados atualizados e antecipados, por isso que é

1762 de alerta precoce, sobre seca e sobre desertificação, para ajudar os municípios, o
1763 governo dos estados e o próprio governo federal a tomar decisões para implementação
1764 de políticas e aplicação de recursos em tempo, vamos dizer assim, em um tempo antes
1765 do desastre acontecer. Ou seja, qual é a nossa ideia? Agora nós estamos fazendo um
1766 arranjo um pouco diferente, nós estamos fazendo um arranjo envolvendo o INSA, o
1767 CEMADEN e o INPE, que são três instituições de ciência e pesquisa vinculadas ao MCTI,
1768 a Federal de Campina Grande e o Observatório da Caatinga e Desertificação, para que
1769 nós resgatemos o que foi o SAP elaborado inicialmente e a gente possa fazer, dar um
1770 upgrade, aquela coisa de dar uma recauchutada para que o sistema esteja mais
1771 atualizado e possa cumprir esse papel de alertar. Qual é o nosso sonho? O que está no
1772 sonho, do que nós podemos ir pensando que é um sistema de alerta? Que a gente tenha
1773 a base de dados, que alerta sobre o processo, sobretudo de seca, porque a seca e a
1774 desertificação são fenômenos que acontecem de forma lenta, e por isso requer muita
1775 atenção. Claro que a desertificação é mais lenta do que a seca. Quando eu estou dizendo
1776 lenta, é porque o desastre de uma chuva torrencial acontece hoje, amanhã de manhã
1777 está tudo alagado, está assim. A seca não é exatamente isso. Não chove hoje, não chove
1778 essa semana, não choveu há um mês e a gente a... Passaram dois meses sem chover e
1779 a gente começa a nos preocupar. Passaram três meses sem chover, seis... Mas que
1780 dados, que bases de informações a gente pode ter antes sobre a previsão de secas que
1781 ajudem os municípios, o governo dos estados e o governo federal a tomar medidas
1782 antecipadamente à chegada das secas. Assim como o processo de desertificação,
1783 trabalhar com previsões matemáticas que modulam situações, para dizer assim: “Olha,
1784 continuando com o processo de seca, de estiagem e de degradação, no cenário de 5, 10,
1785 15, 20 anos, a desertificação tem essas possibilidades de impacto.” Então, o que a gente
1786 pode tomar de medida agora para evitar isso daqui a 5, 10, 15, 20 anos? A ideia do
1787 sistema de alerta é exatamente a gente poder trabalhar nessa perspectiva. E eu estava
1788 falando do sonho, é que a Elisete, lá em Caruaru, possa pegar o telefone dela e a gente
1789 ter um aplicativo do nosso sistema de alerta, e a Elisete vai participar da reunião do
1790 Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, lá em Caruaru, e vai acessar o
1791 aplicativo, vai clicar no município de Caruaru e vai ver a previsão de chuva dos próximos
1792 quatro meses para o município de Caruaru, e vai chegar lá e vai dizer assim: “Secretário

1793 do meio ambiente, de agricultura, nós precisamos estar atentos porque vai ter seca,
1794 porque aqui o sistema está dizendo que vai ter seca.” O que é que nós vamos fazer? Ou
1795 nós, enquanto governo federal, obviamente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, da
1796 Agricultura, que lida mais com essa perspectiva da safra, o que pode ser feito,
1797 considerando que determinada região, determinado território, município, tenha uma
1798 previsão de seca diferente do que está normalmente pensado. Então, a gente já sabe
1799 que tem várias outras iniciativas que tangenciam essa construção, e a gente quer dialogar
1800 com elas para que a gente possa fazer algo que, de fato, sirva para a sociedade, que
1801 tenha uma serventia. Não adianta a gente fazer um sistema e ele não ser usado. A gente
1802 tem que ter um sistema... Hoje, por exemplo, o CEMADEN elabora uma nota, um
1803 documento, sobre a situação de seca. Só que a gente precisa fazer com que isso chegue
1804 lá no agricultor, na agricultura familiar, que as pessoas dos municípios saibam. Então, a
1805 ideia é que a gente possa desenvolver isso juntos, com esse conjunto de instituições,
1806 reconhecendo a importância das instituições de pesquisa e ciência no Brasil, para a gente
1807 fazer com que essa produção tenha uma atenção direta para as pessoas. Próximo,
1808 Marcos. O outro, pode votar um. Está ok. Então é isso mesmo, a campanha. A gente
1809 lançou, no ano passado, em Petrolina e Juazeiro, com a ministra Marina Silva, com o
1810 secretário Ibrahim Thiaw, nosso secretário da Convenção das Nações Unidas de
1811 Combate à Desertificação, quando a gente fez a missão climática pela Caatinga, a gente
1812 lançou a campanha: Terra, Floresta, Água, de enfrentamento à desertificação e à seca.
1813 A ideia dessa campanha é ser uma campanha educativa, uma campanha que possa dar
1814 informações às pessoas sobre o que é a desertificação, o que causa a desertificação,
1815 quais são as consequências da desertificação. A gente fez uma parceria com o Canal
1816 Saúde da Fiocruz, que tem toda uma expertise sobre produção de conteúdo para
1817 campanhas e tudo mais. A ASA tem sido um parceiro estratégico nesse processo, desde
1818 o princípio da concepção da campanha. Nós não temos recursos financeiros para colocar
1819 a campanha nos grandes veículos de comunicação. Então, o que a gente tem feito? A
1820 gente tem acionado as TVs públicas, as TVs universitárias e as TVs estatais, para que
1821 as TVs recebam o conteúdo produzido pela campanha e veicule. E o balanço que a gente
1822 fez, dos seis meses de 2024, de junho a dezembro, nós alcançamos, através dos vídeos,
1823 dos documentários que nós produzimos, algo em torno de 16 milhões de pessoas com a

1824 produção desses conteúdos e a veiculação. No site da campanha, a gente tem uma aba,
1825 a gente pode mostrar depois para vocês, que é sobre publicações. A gente pediu a várias
1826 organizações cartilhas, vídeos, manuais, almanaques, o que tem produzido sobre
1827 convivência com semiáridos, sobre desertificação. E a gente hospedou na página da
1828 campanha esse material para que as pessoas que acessam a campanha possam entrar
1829 e acessar esses documentos. E a gente tem documentos muito preciosos, muito legais.
1830 Por exemplo, a cartilha Catinga, Guardiã das Águas, lá da rede... Do grupo Fé e Política,
1831 de Afogados da Ingazeira, vocês mandaram esse material. Tem vários. A cartilha sobre
1832 recaatingamento, que o IRPA também cedeu. A gente pede o documento, mas também
1833 uma declaração de autorização para que o Ministério possa colocar no site e estar aberto
1834 para que a gente possa também receber outros materiais. Próximo. Uma outra iniciativa
1835 é a comissão, que é o que nós estamos aqui agora. Essa foto é do seminário nacional
1836 que a gente fez de lançamento do processo de elaboração do plano de ação que foi lá
1837 em Recife, na Universidade Rural de Pernambuco. Mas uma das outras nossas iniciativas
1838 é isso, é a gente instalar a comissão nacional para que a gente possa ter um
1839 acompanhamento desse processo relacionado à política nacional de combate à
1840 desertificação. Próximo. Aqui eu vou ficar um pouquinho mais de tempo, talvez um
1841 pouquinho mais para explicar para vocês que outras ações a gente tem feito. A gente tem
1842 aqui o projeto Redeser, e aqui nós temos a Fundação Araripe, quem mais? É, mas é a
1843 Caritas Piauí. Isso. A Agenda... Exato. A Agendha, ACOTERRA e Fundação Araripe, que
1844 tem... O projeto Redeser é um acordo de doação do governo brasileiro com o GEF, que
1845 é o Fundo Global de Meio Ambiente. Quando nós chegamos aqui, esse projeto já existia,
1846 porque Chico Campelo tinha elaborado ele antes junto com o povo e deixou o projeto
1847 aqui. Obviamente que no governo passado o projeto ficou paralisado, e a gente retomou
1848 ele em 2023. Então, nós estamos com várias cartas de acordo, com esses projetos sendo
1849 executados nos territórios. Nós temos cinco territórios prioritários para esse projeto, que
1850 é a região do São Francisco, Uauá e Centro Sé, a região de Xingó, Araripe, Cearense...
1851 Cariri Cearense, não é? É o Araripe. No Ceará é o Seridó do Rio Grande do Norte e da
1852 Paraíba. Então, são projetos que trabalham com a agrofloresta, com o manejo florestal
1853 sustentável da Caatinga, com apicultura, com a implantação de várias tecnologias sociais
1854 de combate à desertificação, mas com toda a abordagem socioeducativa que é da

convivência com o semiárido. Oi? Barrocais são várias tecnologias, várias práticas que a gente, que as organizações propuseram, que são algumas, bastante inovação, que trazem essa perspectiva da convivência. Nós temos um outro projeto que também está... Esse projeto finaliza esse ano, o Redeser. Esse outro de agrofloresta e reúso de água é com a Caritas, no Piauí, onde estão sendo instalados 80 hectares de sistemas agroflorestais associados com sistemas de reúso de águas cinzas. Também em uma lógica de produção, de restauração da vegetação nativa. Não está aqui, mas eu quero falar, nós estamos com outros três projetos, que são projetos pequenos, mas foram projetos que a gente conseguiu captar para apoiar a implementação da nossa política. Uma é com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, através do Mecanismo Global, nós captamos um recurso para... Você pode passar, Marcos? Para o compromisso do Brasil no marco estratégico das metas LDNs. Como eu falei ontem, quem estava no seminário, na COP, por uma decisão da COP 13, em 2017, a Convenção lançou o marco estratégico 2018-2030, que é para a neutralização da degradação da terra. No entanto, o Brasil nunca definiu suas metas. E nós estamos agora no esforço, através desse apoio da Convenção. O IICA será a agência implementadora do projeto. Nós devemos criar nos próximos períodos um grupo de trabalho onde a gente deve convidar, obviamente, várias instituições, algumas que estão aqui, outras que não estão, mas para pensar que metas o Brasil pode definir até 2030, que podem contribuir com a neutralização da degradação da terra. De um modo geral, a gente pode dizer assim: Tem várias atividades, sobretudo econômicas, atividades produtivas, que geram uma degradação. A agenda da neutralidade, ela se estabelece um pouco nessa pirâmide, que é evitar... Ou seja, o que estou fazendo que pode evitar a degradação? Que tecnologias, que mecanismos, que práticas se pode fazer para evitar que se degrade? A segunda é reduzir. Ah, não, eu tenho que fazer e vai ter que degradar. Sim, mas pode fazer de uma forma que reduza. Ia degradar 100, vai degradar 80, vai degradar 50? E a terceira é reverter, restaurar. Ou seja, a gente precisa estabelecer algumas metas no Brasil. Obviamente que algo que era para ter sido elaborado em 2018 para 2030, nós vamos elaborar em 2025 para 2030. Então, as nossas metas têm que ser metas um pouco mais tímidas e capazes, obviamente, de a gente cumpri-las nesse curto espaço de tempo. Mas que o façamos. Eu até tenho defendido que podemos pensar em metas para além de

1886 2030, porque interessa para a gente neutralizar a degradação da terra. Mas precisamos
1887 fazer um recorte do compromisso nosso do Brasil com a Convenção. Então, esse é um
1888 dos projetos. O segundo projeto é um projeto com a FAO. É um projeto para a elaboração
1889 do Relatório Brasil para a Convenção também. Ou seja, para quem não sabe disso, mas
1890 como o país parte da Convenção, nós temos a obrigação de a cada dois anos... Dois
1891 anos? Quatro anos. Relatório. A cada quatro anos, a gente elaborar um relatório sobre
1892 quais são as medidas que o país fez para contribuir com os marcos da Convenção. É um
1893 compromisso. O de 2022 não foi feito, ou seja, a passada não foi feita. Nós vamos fazer
1894 o de 2022, porque nós podemos fazer retroativo, mas estamos com um recurso com a
1895 FAO, via GEF, também via o Fundo Global de Meio Ambiente, para reportar em 2026 o
1896 relatório do Brasil para o cumprimento dessas metas, do que a gente conseguiu fazer de
1897 restauração, de trabalho, de atenção às comunidades e tudo mais, no âmbito do combate
1898 à desertificação. Então, esse é um terceiro projeto, aliás, um segundo projeto, e tem um
1899 terceiro projeto, que é um projeto que a gente submeteu, e vocês vão saber agora de
1900 forma bem atualizada e bem fresca, porque nem as comunidades sabem ainda, mas a
1901 gente vai fazer uma missão para trabalhar com elas, que é: A gente, em 2023, tinha a
1902 abertura de um edital do Fundo Global do Clima, que é o chamado Fundo Verde, para
1903 uma linha chamada *Readness*, que é uma linha de você pensar em um projeto como se
1904 fosse um projeto piloto, para, do exercício desse projeto, nós elaborarmos um outro. Está
1905 com sono, não é, Elizete? E aí a gente tinha um tempo curto, tinha que fazer alguma
1906 coisa e precisávamos elaborar, enviar uma proposta, e o ICA foi quem nos apresentou a
1907 ideia de fazer uma proposta. E aí a gente fez uma escolha inicial, que foi a escolha de
1908 fazer em Pernambuco esse projeto, considerando que o Redeser já estava em alguns
1909 outros estados e a gente não tinha nenhuma ação no estado de Pernambuco. Então, a
1910 gente escolheu a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas e dois povos
1911 indígenas, que foi o povo Pankará e... O que está junto. Não. Atikum. Atikum, Pankará e
1912 Conceição das Crioulas. São dois territórios indígenas e a comunidade quilombola que
1913 estão bem juntinhos ali, em Carnaubeira da Penha e Salgueiro. E a gente elaborou uma
1914 proposta, que esse projeto é um projeto curto, de um ano e meio, onde a gente tem a
1915 implementação de tecnologias sociais, de convivência com o semiárido, recuperação de
1916 nascentes e tudo mais, mas tem uma proposta que é de elaborar um documento que

1917 oriente... O documento, na verdade, é de um estudo que diga assim, como é que essas
1918 comunidades indígenas e comunidades quilombolas convivem com o semiárido? Que
1919 estratégias, conhecimentos, práticas é que essas comunidades fazem aqui nesse
1920 território que ajudam elas a conviver com esse clima semiárido? E a gente quer, com o
1921 projeto, criar um protocolo que ajude o MDA, o MAPA, o MRE, o MMA e vários outros, a
1922 Sudene, o INSA, mas, sobretudo, os órgãos de governo, quando forem trabalhar alguma
1923 agenda, algum projeto de combate à desertificação, de convivência com o semiárido,
1924 com os povos indígenas e comunidades quilombolas, tenha um referencial de
1925 reconhecimento das práticas e modos de convivência que esses povos têm nos seus
1926 territórios. Claro que o projeto inicial é com essas três comunidades, mas a gente já está
1927 em uma articulação com a Universidade Federal de Campina Grande, com um projeto
1928 maior, para ver se a gente envolve mais outras comunidades indígenas e outras
1929 comunidades tradicionais, de fundo e fecho de pasto, nessa iniciativa de entender essas
1930 práticas tradicionais de convivência com o ambiente. Então, tem esses três projetos que
1931 estão em curso. Nós, no início de 2023 ainda, nós estabelecemos uma relação com os
1932 governos dos estados, como uma outra iniciativa nossa, que foi de pactuar a história dos
1933 pontos focais de cada um dos governos dos estados para o tema da desertificação, e a
1934 gente tem feito isso em um diálogo mais permanente com os estados. Temos feito esse
1935 diálogo também no âmbito da Câmara de Meio Ambiente, Técnica de Meio Ambiente do
1936 Consórcio de Governadores do Nordeste, para que a gente possa fortalecer essa
1937 iniciativa, mas, ao mesmo tempo, também manter essa relação direta com cada um dos
1938 governos dos estados na implementação das nossas iniciativas. Então, isso é um pouco
1939 do que a gente tem feito ao longo desses dois anos e quatro meses no governo, cinco
1940 meses, para fazer com que a agenda avance, que a gente chega agora na comissão com
1941 um caminho feito para que a gente possa seguir juntos com vocês nessa iniciativa. Eu
1942 acho que é isso. A ideia é ser uma coisa mais informativa, mas a gente pode abrir para
1943 algum tipo de questionamento, de entendimento melhor. A gente pode garantir um pouco
1944 de tempo para isso. Nós já estamos aqui com... Então, Laura, por favor. Laura, essa
1945 figura que está aqui, é a nossa representante da Convenção das Nações Unidas para a
1946 América Latina e Caribe, e ela está em missão aqui no Brasil, e eu convidei Laura para
1947 aproveitar a oportunidade que ela está aqui para falar um pouquinho com a gente sobre

1948 a convenção. Mas, voltando para as iniciativas, alguém quer levantar algum ponto?
1949 Chico, por favor.

1950 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação ARARIPE) –**
1951 Primeiro, é bom ver que o Ministério não deixou a agenda parar. Eu acho que isso é
1952 importante. Alexandre, era só um reforço para alguns colegas que estão chegando agora,
1953 porque a gente teve momentos no Brasil em que a gente ouviu muitas informações que
1954 amedrontaram um pouco a sociedade. E aí uma coisa que é extremamente importante,
1955 quando dizem assim: “O Brasil não é mais signatário dessa convenção.” Não é tão
1956 simples. O que o Alexandre mostrou aí. A gente tem um decreto legislativo. Por que a
1957 convenção tem força de lei? Porque a gente tem um decreto legislativo que obriga o
1958 Estado brasileiro a cumprir a convenção. Então, não é um presidente, ou seja, quem for:
1959 “Vou acabar”, não é tão simples, tem que ter autorização do Congresso. Então, isso foi
1960 um passo extremamente importante. Outra coisa que foi extremamente importante para
1961 a comissão estar hoje funcionando, foi a política. O decreto que cria a comissão é uma
1962 regulamentação da política, porque a gente, na época, conseguiu inserir na política a
1963 comissão. Por isso que ele não acabou, mas também não deixou funcionar. Mas estamos
1964 aqui graças a esses instrumentos. Então, eu estou chamando a atenção a isso,
1965 Alexandre, porque, às vezes, a gente acha, porque a gente é muito operacional, e, às
1966 vezes, uma ação estruturante, que não se reflete no dia a dia, parece perda de tempo,
1967 mas ela é fundamental para segurar o processo. Então, isso é importante. A outra é no
1968 tocante ao relatório nacional, seu desafio. Eu acho que a comissão deveria, mais na
1969 frente, fazer alguns movimentos para assegurar que todas as iniciativas do governo
1970 relacionadas ao fortalecimento da convivência, as práticas de conservação do solo, as
1971 práticas de uso sustentável da biodiversidade, em sua descrição, fizesse menção que
1972 elas também estão fortalecendo o combate à desertificação, porque isso vai ajudar o
1973 governo a apresentar a sua ação para o combate à desertificação, porque, senão, fica
1974 muito difícil, fica no subjetivo. Eu tenho que imaginar, e lá fora não é tão fácil, porque é
1975 tudo em inglês, que o que a gente está falando de convivência tem tudo a ver com o
1976 combate à desertificação. E, para a gente que está no dia a dia, é importante, porque,
1977 senão, eu desassocio a convivência com o combate à desertificação. E, quando eu estou
1978 convivendo de forma sustentável, eu estou combatendo a desertificação. E, por último,

1979 mais dois pontos, o SAP. Veja o que a Alexandra acabou de mostrar. A gente já viu que
1980 tem áreas nossas que são áridas. O SAP é esse alerta, e isso vai ajudar o Ministério a
1981 direcionar políticas públicas nesses ambientes para não deixar a coisa se agravar.
1982 Também é um instrumento que, às vezes, acha que é desnecessário, é fundamental
1983 quando se olha para frente. E, por último, é só um informe com relação a essa iniciativa
1984 em Conceição das Crioulas. Nós temos também, em Conceição das Crioulas, uma
1985 parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa, e eles dispõem de um viveiro, já bem
1986 estruturado, com plantas da catinga, lá é um ambiente extremamente estratégico para
1987 isso, e que vocês podem, logicamente, contar com o nosso apoio.

1988 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Rapidinho. A
1989 partir da Bahia, tem a TV Kirimurê, que foi daqueles editais do governo federal, e é uma
1990 TV que a gente chama de inclusiva, porque ela é muito assistida pelos povos e
1991 comunidades tradicionais, e vai além da Bahia. Então, a gente pode fazer articulação
1992 com a TV Kirimurê, que é parceira do Fórum Baiano de Agricultura Familiar, e também
1993 ampliar essa comunidade.

1994 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
1995 **MMA)** – Maravilha, Edvalda. Muito obrigado. É isso. A gente vai precisar lançar a mão
1996 desse conhecimento que a gente tem aqui das relações, para alcançar mais pessoas.

1997 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Eu queria só entender um pouquinho, porque
1998 você comentou alguns programas aqui, eu notei aqui, o Campanha Terra e Floresta, o
1999 Redeser, o SAP. Como é que está a situação? Vai revitalizar esses programas? Eles têm
2000 perspectiva de continuar, de se ampliar? Têm perspectiva de outros programas também,
2001 para serem de suporte para o nosso trabalho? Como é que está essa? Você comentou
2002 um pouquinho como é que eles vieram. Como é que eles estão? Tem perspectiva de...
2003 O SAP, por exemplo, ele está desativado. O outro programa não tem recurso.

2004 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2005 **MMA)** – Ou seja, um está desativado, o outro não tem grana. Vai para onde mesmo?

2006 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Um não tem dinheiro, o outro está
2007 funcionando, o outro está em curso. O Redeser está em curso. Você tem perspectiva de
2008 ampliar? Como é que está a situação nesse sentido?

2009 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2010 **MMA)** – Perfeito. Vejam, o Redeser, a gente tem uma... Primeiro, agradecer à Valda, e é
2011 isso mesmo, se vocês têm conhecimento, a gente vai colocar, vai mandar para vocês as
2012 informações sobre a campanha, de forma específica, os vídeos documentários que a
2013 gente está produzindo, que a gente está lançando, os *videocasts*, todas as informações,
2014 porque se vocês podem compartilhar nas redes das suas organizações, se vocês podem
2015 conectar com instituições como a TV, que a Valda faz referência, para pedir apoio de
2016 veiculação, melhor, porque a gente alcança mais pessoas. Então, agradecer por isso. A
2017 gente vai... Eu queria só pedir uma coisa que, como está gravando, é importante que
2018 cada um e cada uma, quando for falar, tem que dizer o nome e a instituição, que é para
2019 poder, na gravação, depois saber quem foi quem. Mas, vejam, o SAP, ele foi elaborado,
2020 ficou paralisado, e a gente está retomando, ele vai, a gente já está com recurso para a
2021 Federal de Campina Grande, na Paraíba, que junto com o INSA, INPE, CEMADEN,
2022 Observatório da Caatinga, vão botar o sistema para funcionar de novo. Então, essa é
2023 uma coisa bem concreta. O Redeser acaba em 2025, mas nós temos, dentro do próprio
2024 Redeser, um recurso para uma contratação de uma consultoria para a elaboração de um
2025 novo projeto, que já se iniciou. Então, a gente já está em curso, pensando junto com a
2026 FAO, alguma iniciativa que não é de continuidade do Redeser, mas com uma abordagem
2027 focada na convivência, nas tecnologias sociais e tudo mais. Nós iniciamos em 2024, é
2028 porque é o seguinte: Os meus 300, vocês viram como são os 300, as pernas são curtas
2029 para muita coisa. Então, a gente acabou abrindo alguns flancos, mas não demos conta
2030 de seguir. E, inspirados nessa metodologia do IRPA sobre o recaatingamento, com os
2031 dados do Observatório da Caatinga e da desertificação, sobre o contexto da
2032 desertificação no Brasil, no semiárido, a gente começou a elaborar um programa, que é
2033 um programa chamado: Recaatingar, inspirado nessa metodologia que o IRPA vem
2034 desenvolvendo há alguns anos, que é de restaurar 20 milhões de hectares de terras
2035 degradadas na Caatinga. A Caatinga tem um quarto do seu território, que são 840 e
2036 poucos mil quilômetros quadrados, 200 mil deles estão em processo de degradação. Um

2037 quarto. E a 200 mil quilômetros quadrados dá 20 milhões de hectares. Então, a nossa
2038 meta do programa Recaatingar é restaurar 20 milhões de hectares. Contratamos ainda
2039 uma consultoria para nos ajudar a pensar o programa, aquela coisa toda, mas as pernas
2040 foram curtas e a gente não deu conta de dar continuidade. Mas colocamos como um
2041 ponto para a gente trabalhar agora, nesse ano de 2025, a retomada da elaboração do
2042 programa. E, obviamente, com a comissão constituída, nós vamos ter aqui também uma
2043 grande oportunidade de pensar o programa de forma mais coletiva, junto com vocês. Não
2044 que a gente tenha pensado sozinhos, porque a gente chegou a convidar algumas
2045 instituições que estão aqui a apresentar, a ver, pitacar, aqui e acolá, para ver como é que
2046 a gente trabalhava juntos. Mas a gente quer retomar a história do programa. Por que um
2047 programa? E é um programa, assim... Sabe o Programa Um Milhão de Cisternas, quando
2048 foi proposto lá em 1999, que não tinha o horizonte de quando ia acabar, por que até hoje
2049 ainda tem família que não tem água? O Programa Recaatingar não tem um horizonte de
2050 tempo, tem um horizonte de urgência. Mas a ideia é que a gente possa elaborar esse
2051 programa para captar recursos e, com esses recursos, a gente conseguir fazer ação
2052 concreta de restauração desses 20 milhões de hectares de terras. Seja em uma
2053 perspectiva das florestas produtivas, que o MDA trabalha, seja em uma perspectiva de
2054 restauração ecológica, de revitalização de microbacias hidrográficas, em uma
2055 perspectiva da segurança hídrica, da cidadania hídrica, para assegurar, reverter esses
2056 processos de degradação das águas. Então, a ideia do programa é pensar um pouco no
2057 horizonte mais longo, mas que a gente tenha um instrumento no Ministério que seja um
2058 instrumento para dizer assim: Se a gente conseguir captar um recurso do BNDES, da
2059 Petrobras ou de alguma outra agenda internacional, a gente já tem um instrumento
2060 elaborado para dizer assim: "Põe o recurso aqui que a gente consegue fazer com que
2061 esse projeto consiga chegar na ponta." E, claro, a gente está fazendo alguns recortes
2062 dentro do programa. A ideia é priorizar as comunidades tradicionais, indígenas,
2063 quilombolas, comunidade de fundo e fecho de pasto, comunidades extrativistas, de
2064 agricultura familiar, ou seja, ter um recorte que atenda a esses segmentos da sociedade
2065 que sejam mais vulnerabilizados em função da agenda climática. Então, isso é algo que
2066 está em elaboração ainda e que a gente certamente vai contar com vocês aqui na
2067 comissão para pensar. Uma outra coisa, Edneida, eu vou jogar aqui já para comprometer

a gente mesmo. A gente vem pensando, desde o ano passado, eu, a Edneida e a professora Márcia, que é a diretora-presidente da Fundação Joaquim Nabuco, em fazer alguma coisa juntos. Então, nós estamos idealizando, ainda muito incipientemente, mas a ideia é avançarmos, em montar uma parceria, MMA, Fundação Joaquim Nabuco, e ENAP, que é a Escola Nacional de Formação Pública, e a gente montar um curso sobre desertificação e mudanças climáticas para gestores públicos municipais. Chegar às secretarias de meio ambiente dos municípios, às secretarias de agricultura dos municípios, para que as pessoas pudessem entender o que é desertificação, quais são as questões das secas. E a gente pensou, inclusive, em três, a princípio, na nossa construção ainda preliminar, uma coisa para quem é do Executivo, secretários, diretores municipais, uma outra para vereadores. O que é que é um papel de um vereador ou uma vereadora em um município como... Bela Vista do Piauí, que é um município em uma área suscetível à desertificação, o que um vereador ou uma vereadora pode fazer com relação a esse tema? Com o papel de vereador ou vereadora, do ponto de vista legislativo. E um outro módulo seria para conselheiros municipais de meio ambiente, para que o tema da desertificação pudesse ser entendido por esses conselheiros e conselheiras, para poder atuar. A ENAP tem toda uma expertise e plataforma de cursos online, já faz isso com muita primazia, tem hoje um curso sobre mudanças climáticas, que tem todo um percurso metodológico sobre o tema, e a nossa ideia é pegar uma vereda desse curso de mudanças climáticas da ENAP e tratar do tema da desertificação com essas três abordagens, uma coisa sendo construída junto com a Fundação Joaquim Nabuco. Claro que tudo vai depender muito das pernas da gente, mas eu estou muito crente que com esses 300 que se somam aos nossos 300 já existentes, a gente vai conseguir fazer alguma coisa de forma mais ampla. Mas, a princípio, é um pouco do que estamos caminhando. Tem duas falinhas que, se não tiver outras contribuições, a gente poderia encerrar nelas, por conta do nosso tempo também, lembrando que a gente está com a ideia de ficar, tentar acelerar o mais rápido possível para terminar amanhã um pouco mais cedo. Mas está a companheira Raquel, do DNOCS, e Cris, do MMTRNE.

A SR^a. RAQUEL CRISTINA BATISTA VIEIRA PONTES (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS) – É só para registrar uma experiência que eu tive na época dos Objetivos do Milênio. A presidência da República organizou um conjunto de

2099 servidores, de pessoas que poderiam percorrer capitais, palestras para municípios, para
2100 fazer uma compatibilização entre os Objetivos do Milênio e o planejamento de cada
2101 município. Então, tinha manual e tudo para que eles preparassem isso. Por quê? Porque
2102 o Brasil precisava capturar as informações das metas através dos indicadores que os
2103 municípios organizassem no seu orçamento. Então, talvez fosse uma experiência
2104 também de aproximação. Vou separar esse material e vou enviar.

2105 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2106 **MMA)** – Só lembrando que essa ideia do curso para formação com os agentes públicos
2107 municipais, nós temos dois atores que temos um desafio de mobilizar e de envolver nesse
2108 processo. Um é a ANAMMA, que o Marçal estava aqui presente de manhã, que é o
2109 presidente da Associação Nacional dos Municípios, das Organizações de Meio Ambiente
2110 dos Municípios, e outro é a ABEMA, porque a gente entende que os governos dos
2111 estados também têm um papel estratégico e de interesse que os seus municípios tenham
2112 essa qualificação sobre essa agenda para a gente avançar nela também. É isso.

2113 **A SR^a. CRISTIANE LINA DE ARAÚJO (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
2114 **Nordeste – MMTRNE)** – É só um complemento, porque alguns municípios não possuem
2115 Secretaria de Meio Ambiente, e sim Secretaria de Desenvolvimento Rural, que é quem
2116 atua no campo mesmo. Então, alguns municípios não vão ter meio ambiente. Aí inserir
2117 também Secretaria de Desenvolvimento Rural, que as organizações que estão aqui
2118 também estão nesses conselhos de desenvolvimento rural. Importante também os
2119 conselhos estarem juntos, porque as organizações não-governamentais também
2120 participam do processo.

2121 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2122 **MMA)** – Perfeito, Cris. É isso aí. É isso. Então, queria convidar para cá... Venha cá,
2123 chegue. Chegue é uma expressão muito da minha região do semiárido. Chegue. Gente,
2124 eu queria apresentar a vocês Laura Mesa. Laura é a nossa representante regional para
2125 a América Latina e Caribe na Convenção de Combate à Desertificação, que a gente
2126 chama Anexo III. A convenção é dividida, ou divide os países e continentes, porque
2127 chama-se de anexo. Tem África, tem Ásia, tem Europa, e nós, enquanto América Latina
2128 e Caribe, somos o anexo III da convenção. E Laura está em missão no Brasil, e eu achei

2129 que seria uma oportunidade imensa ter ela conosco aqui e falar um pouco sobre a COP16
2130 e interagir um pouco com essa diversidade que é a nossa comissão, que participou ontem
2131 também, no momento de instalação da comissão, que é a retomada desse instrumento,
2132 para nós, muito relevante da política de combate à desertificação. Uma alegria ter você
2133 aqui com a gente.

2134 **A SR^a. LAURA (Representante Regional América Latina e Caribe)** – Muito obrigada,
2135 Alexandre. Boa tarde. Boa tarde, caros colegas, eu vou falar em espanhol. Meu português
2136 é horrível. Vou fazer o melhor para falar mais lentamente, para que me entendam. Muito
2137 obrigada por me dar esse espaço, foi uma coincidência muito bonita poder estar aqui e
2138 queria contar o que aconteceu na COP16, ano passado, na Arábia Saudita, alguns de
2139 vocês estavam lá, foi uma COP diferente, eu tenho pouco tempo na convenção, sete
2140 meses, seis, sete meses, mas essa foi uma convenção histórica, em muitos sentidos. A
2141 próxima, por favor. Estou tapando vocês, não? Melhor aqui? Foi uma convenção
2142 importante, porque houve uma participação, a maior participação que se teve na história
2143 dessa convenção. Essa convenção é a menos conhecida, talvez nesta sala seja muito
2144 conhecida, mas no mundo não é muito conhecida, é a menos conhecida. É a mais social
2145 de todas as convenções de rio, no sentido que vincula a terra com quem vive lá, sem
2146 deixar de ser uma convenção ambiental. E essa teve uma participação, como digo, a
2147 maior da sua história, com muita gente que participou na zona azul, na zona verde, com
2148 muitos eventos paralelos, com uma delegação brasileira de 120 pessoas e mais, que já
2149 ficou curta. A próxima, por favor. Muita representação da sociedade civil. Também com
2150 novos aportes ou promessas de aportes por alguns países, especialmente do mundo
2151 árabe. Aqui quero dizer que devemos ter cuidado, porque a América Latina continua
2152 sendo um lugar que não recebe muitos desses compromissos, mas há uma
2153 demonstração do mundo árabe de querer aportar nos temas de desertificação, seca e
2154 degradação da terra. A próxima, por favor. Também, e é um alcance impulsado pelo
2155 Brasil, devo dizer com clareza, se conseguiu a criação de um fórum, de um grupo que
2156 se chama Caucus, de povos indígenas, e outro, porque são dois, de comunidades locais.
2157 Isso vai ser discutido como vai operar isso, mas é um mandato que se faz para que
2158 possam estar essas reuniões em paralelo com as conferências das partes. Há uma
2159 participação de jovens, uma estratégia de como envolver as jovens em nossas temáticas,

2160 e um ênfase nos temas de gênero. Também se pediram as partes, os países, os governos
2161 que participam nesse processo de negociação, pediram ao secretariado impulsar uma
2162 maior participação de mulheres nas negociações. Hoje em dia, participa um pouco menos
2163 de 30%. A ideia é que haja mais mulheres nos processos de negociação. A próxima, por
2164 favor. E também uma vinculação com o setor privado. Hoje em dia, só o 6%, 6% de toda
2165 a inversão necessária para atender os problemas de degradação da terra, a
2166 desertificação, a seca, vem do mundo privado. Como podemos refletir melhor em
2167 companhias que talvez não estão fazendo bem e seus relatórios não estão chegando,
2168 não estão visibilizando essas boas práticas? Como podemos conhecer melhor, financiar
2169 melhor esse mundo privado que o está fazendo melhor? Como financiar também, trazer
2170 novos instrumentos financeiros? A banca é um setor privado que pode impulsar muitos
2171 das mudanças positivas que deveria impulsar os caminhos positivos que todos
2172 queremos. A próxima, por favor. Há uma iniciativa, perdão quem está atrás, que se chama
2173 Business for Land, ou Empresas para a Terra, e a ideia é capturar esses exemplos. Na
2174 América Latina, devo dizer que poucas companhias latinas com bons exemplos estavam
2175 aí. Talvez devemos buscar mais, devemos conhecer melhor os territórios. Outra área de
2176 discussão durante a conferência foi o tema de como a ciência se vincula. Na Convenção,
2177 há um grupo que trabalha a interface ciência e política, como a ciência, em seu amplo
2178 sentido, pode influenciar a política, o desenho de políticas, e foram lançados nesse
2179 entorno o Observatório de Secas, e diferentes documentos que geram esse grupo de
2180 trabalho. Cada país tem um ponto focal da Convenção, mais de um, normalmente aqui
2181 temos o Alexandre, temos o Leandro, do Itamaraty, temos também um corresponsável
2182 de ciência e tecnologia. Então, cada um deles aporta em diferentes momentos, eventos
2183 e processos dentro da Convenção. A próxima, por favor. Houve novos temas, novas
2184 decisões que os países definiram que deveriam ser tratados sob essa Convenção, e isso
2185 é algo novo, talvez, para vocês. O tema de pradeiras, os pastizales, esse bioma.
2186 Obrigada. Não é tão fácil. *Rangeland*, em inglês. E aí, na América Latina, no Brasil
2187 também há zonas importantes desses biomas, vamos ver como se pode abordar, porque
2188 também sofrem de degradação. Também o tema de paisagens produtivas, terras
2189 produtivas, terras agrícolas, especialmente a saúde dos solos. Como se pode monitorar,
2190 ao alertar dessa Convenção, melhor, ou melhor reportar o tema da saúde dos solos. Essa

2191 foi uma proposta também. E sobre o que vai acontecer com essa Convenção depois de
2192 2030? O que vem depois? Para isso, se criou um grupo de trabalho intergovernamental
2193 que vai discutir como deveria, o enfoque que deveria ter essa Convenção depois de 2030.
2194 Vários comentários sobre a maior sinergia que deve haver entre as convenções de rio.
2195 Obviamente, os ciclos de água, os ciclos de carbono têm uma abordagem nos territórios,
2196 na terra, não estão separados. Nós, artificialmente, colocamos as coisas em diferentes
2197 caixas, mas é necessário fazer essa maior sinergia. A próxima, por favor. A próxima, um
2198 pouco para explicar, os textos são bem aborrecidos, são textos longos, escritos com uma
2199 linguagem muito formal, mas, para fazer isso um pouco simples, se dividem em
2200 processos que ocorrem a escala global, que são intergovernamentais de vários governos
2201 que estão envolvidos e que nos dão tarefas ao secretariado, a nós, para dar seguimento.
2202 E outras tarefas que, pela primeira vez, na Convenção, quer dizer, os mesmos governos
2203 que estavam lá, disseram que essas são tarefas para nós mesmos, são tarefas para as
2204 partes assinadas, para que Alessandra, Leandro e todos que estão nesta sala possam
2205 levá-las a cabo. A próxima, por favor. Dentro dos processos que são para todos os países
2206 e que vão se trabalhar coletivamente, está o tema do que falava das metas, que o Brasil
2207 não definiu, mas vários outros países sim. Está o tema de continuar trabalhando a
2208 resiliência à seca, e aí os saudíes criaram uma aliança, um partenariado, como se chama
2209 aqui, partenariado? Parteria, a parteria das secas. Eu disse bem? Partnership. Parceria.
2210 Parceria, isso, das secas. E é um fundo, é um partenariado, uma parceria para
2211 intercambiar expertos, mas também mobilizar recursos, de que falamos antes. A Aliança
2212 Internacional para a Resiliência à Seca, muito importante também o Brasil estar aí
2213 participando forte. E vamos continuar trabalhando nisso, para a resiliência, além de como
2214 se vai, o que eu lhes contava, o que vai acontecer depois de 2030, e qual é a
2215 compreensão dos temas de desertificação, de degradação da terra e da seca dentro da
2216 convenção? O seguinte, por favor. O próximo Informe Nacional está fixado para 2026,
2217 como disse o Alexandre, e o que eu lhes falava da interface científico-técnica, se está
2218 pensando em ter uma aliança mundial de ciência e política sobre a terra. Isso está em
2219 avaliação. A criação do Caucus dos Povos Indígenas e as outras iniciativas que já
2220 mencionei, e uma reunião de revisão de como vamos até agora. Isso vai acontecer em
2221 dezembro deste ano, em Panamá. Todos os países do mundo vão estar em Panamá,

2222 todos os representantes do governo vão falar como os processos internacionais
2223 avançaram, mas também os processos nacionais, para dizer que estamos aqui, que não
2224 falta [ininteligível] onde vamos. O seguinte. Estas são as tarefas assinadas às partes. Isto
2225 é o que cada um dos países precisa continuar trabalhando. E acho que os temas estão
2226 bastante conhecidos por todos. O tema da tenência das terras é também um tema chave,
2227 muito difícil de abordar em muitos contextos. Às vezes, o tema da tenência das terras
2228 delimita porque alguns territórios se degradam mais que outros, e tem que abordá-los.
2229 Isso tem que se abordar em cada um dos contextos nacionais. Então, há um debate aqui
2230 dentro da convenção, o tema da pradeira, já mencionei, como você disse? As tormentas
2231 de pólvora e areia. *Sand and dust storm*. Migração. Migração, a migração é muito
2232 relevante. Me dá o seguinte, por favor. E nas metas que o país não definiu, quero
2233 comentar que este estudo comparou os compromissos dos países em cada uma destas
2234 convenções de biodiversidade, de câmbio climático e, bem, o *Bold Challenge*, e
2235 descobriu que os compromissos, se adicionarmos todos os compromissos dos países em
2236 termos de degradação neutra, da neutralidade na degradação da terra, conceito que já
2237 explicou Alexandre, os compromissos que estão nesta convenção são os mais altos,
2238 equivalem a quase, apenas para um ano, equivalem ao que representa toda a China,
2239 toda a superfície da China. Claro que há um *overlap* aqui, estamos contando o dobro,
2240 isso sabemos, mas o que quero dizer é que, nesta convenção, é onde está o tema de
2241 onde se trabalha e onde há mais compromissos para a degradação da terra. Depois, a
2242 diferença está em quanto se investe lá. Havia alguém que disse, e vou repetir sem
2243 conhecer a fonte, mas que a cada 3 dólares que se investe em câmbio climático, 1 em
2244 biodiversidade, só 1 centavo de dólar se investe em degradação neutra da terra.
2245 Comparamos os níveis de investimento. Por isso que assim estamos. Então, é importante
2246 também, com a base da experiência dos países que definiram algumas das metas, se
2247 chegou a uma conclusão. Na COP-15, se chegou à conclusão de que essas metas
2248 precisam ser muito mais específicas, em quantidade, para que vocês vão pensando.
2249 Territorializadas, onde? Onde vou atuar, especialmente falando? Que tenham um
2250 horizonte temporal, para que eu saiba quantos anos me comprometo, mas com anos,
2251 com dígitos, com dados, dados, com dados concretos, com mapas. Então, ir avançando
2252 nessa linha. Desde a convenção, também se avançou com novas formas de reportar,

2253 novos instrumentos, novas ferramentas para fazer o reporte um pouco mais simples, mas
2254 mais claro e específico, que é o que foi pedido. Me dá a seguinte, por favor? E os temas...
2255 já estou quase finalizando. Os temas de relevância para a nossa região da América Latina
2256 e do Caribe, são muitos. Há temas compartilhados, há um grupo, como dizia o Alexandre,
2257 os países, meus chefes, são 33 países, meu chefe em particular, porque eu trabalho para
2258 todos os países da América Latina, têm um grupo que se chama GRULAC, e são os
2259 representantes que discutem certos temas. Esse grupo tem certas discussões virtuais ao
2260 longo do ano, e em cada reunião colocam temas que são de comum acordo.
2261 Ultimamente, estão pensando que a prioridade continua sendo uma prioridade importante
2262 para a região na seca. Alguns países propõem estabelecer ou entender melhor o vínculo
2263 da seca com incêndios, com fogos, fogos e secas, porque estão relacionados. A
2264 migração, obviamente, é muito importante na América Central, mas falávamos também
2265 da migração interna, a tenência da terra. Reforçar o trabalho com o setor produtivo,
2266 provavelmente há um par de setores, agricultura, mineira, que se precisa trabalhar melhor
2267 para trabalhar nessa neutralidade, na degradação da terra. América Latina,
2268 especialmente a América do Sul, com tantas... Pastagens, provavelmente tem um papel,
2269 e, de fato, teve, porque essa iniciativa global de pastagens foi impulsada, entre outros,
2270 por Uruguai, então, tem um papel da região. Os temas de tormentas de pólvora e areia,
2271 *sand and dust storm*, são especialmente impactantes para o Caribe e a América Central,
2272 eles sofrem muito com isso, essas tormentas de pólvora se produzem na África, mas
2273 acabam afetando os países daqui, e aqui no Brasil também. Reforçar a sinergia, é claro,
2274 e o CRIC, essa reunião da comissão que revisa a implementação da convenção que vai
2275 acontecer no Panamá, em dezembro, com todos os países do mundo, vai ser uma
2276 oportunidade para que a América Latina também possa mostrar o que temos, nossos
2277 dores, como disse o Alexandre, mas também nossos casos de sucesso, certos sistemas
2278 de governança, provavelmente, algumas formas de fazer as coisas que outras regiões
2279 possam aprender. Como digo, aqui eu queria mostrar esta foto, aí está algum dos que
2280 estão na sala, tem um em particular que distingo, mas esses são os grupos de
2281 negociação, os que ficam até tarde, à noite, e que tiram alguns documentos e algumas
2282 decisões claves. Aqui estão todos felizes? Estão todos felizes, porque entendo que você,

2283 Leandro, que esteve aí, foi quando se alcançou o Caucus de povos indígenas e
2284 comunidades locais, certo?

2285 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
2286 **Exteriores – MRE)** – Leandro Magalhães, Ministério das Relações Exteriores. Essa foto,
2287 estou ali no lado esquerdo, não sei se vocês conseguem ver, mas essa foto foi tirada no
2288 final da reunião que fechou todos os projetos de decisão que estavam sendo discutidos
2289 no grupo de contato do Comitê Geral da UNCCD. Então, esse foi um momento de alívio
2290 para todos, porque finalmente a gente tinha conseguido terminar a discussão de todas
2291 as decisões. Mas a gente tem outros momentos em que nós comemoramos a decisão do
2292 estabelecimento dos dois Caucus. A secretária e o Alexandre também estavam
2293 presentes, a gente tirou fotos, fizemos até um vídeo. Depois, a gente pode verificar como
2294 a gente compartilhar aquele momento específico com vocês.

2295 **A SR^a. LAURA (Representante Regional América Latina e Caribe)** – Obrigada. Houve
2296 fotos mais tristes também. Tem que dizer, houve uma discussão que não chegou ao
2297 porto, não se conseguiu um consenso, poderia ter sido um consenso a favor de algo, mas
2298 não chegou a nenhum e foi relativo à seca. Então, é um tema que precisa continuar sendo
2299 discutido, mas essa foto é a final. A próxima, por favor. Mas também houve um pavilhão
2300 no Brasil, não é? Não sei se todos, mas alguns estavam lá. Houve uma participação
2301 importante da sociedade civil. A sociedade civil está representada, tem uma voz, há
2302 eventos paralelos, há discussões que acontecem em paralelo. A próxima, por favor. Este
2303 é o caminho que vem até a próxima COP. A próxima COP será na Mongólia, será no
2304 segundo trimestre do ano, mais ou menos se está pensando que é em agosto. O que tem
2305 que acontecer desde cá, que estamos aqui, até chegar lá? Entre os meios está o
2306 Panamá, a reunião, entre os meios há processos nacionais que têm de acontecer. Então,
2307 há muito caminho a andar, mas tem que se preparar com o tempo. Que temas queremos
2308 que se relevem na Mongólia? É uma discussão que se dá em vários âmbitos, mas
2309 também que se dá nesses espaços. Me dão a próxima, por favor. Acredito que apenas
2310 destacar o Panamá como um momento de reflexão, como um momento de levar boas
2311 experiências, de comentar nossos [ininteligível] compartilhados entre países, o que nos

2312 doí, que temas temos que trabalhar juntos, e essa é o último convite que faço. Muito
2313 obrigada por me dar este espaço.

2314 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2315 **MMA)** – Obrigada, Laura. Talvez a gente pode abrir para algum tipo de pedido de
2316 explicação, de comentário, de consideração sobre a fala de Laura. É em espanhol, às
2317 vezes tem uma palavrinha ou outra que a gente não consegue entender. Já temos três
2318 pessoas.

2319 **A SRª. LAURA (Representante Regional América Latina e Caribe)** – Eu não falo
2320 [ininteligível], mas eu compreendo.

2321 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2322 **MMA)** – Ou seja, cuidado, ela compreende. Então, a gente tem... Tupiniquim. Bárbara,
2323 Ednieida e Leandro. Edneida.

2324 **A SRª EDNEIDA** – Boa tarde. Prazer grande conhecê-la pessoalmente. A Alexandre faz
2325 sempre referências muito positivas. Eu comentava aqui com a colega o quanto, muitas
2326 vezes, o Brasil não se insere nessa discussão macrorregional de América Latina e Caribe.
2327 O quanto, às vezes, a gente não conecta com discussões, iniciativas mais dentro desse
2328 campo. Eu acho que é muito interessante e importante essa aproximação. Duas
2329 questões, se você puder ampliar. Uma diz respeito a esse tema da sinergia entre as
2330 convenções, que é um tema antigo dentro da própria UNCCD, que novidades tem a esse
2331 respeito? Ou seja, que iniciativas e, do ponto de vista latino-americano, como é que isso
2332 tem sido visto? É uma provocação que também vale para Alexandre, não sei se a Edel
2333 já saiu, mas eu acho que eu tenho, muitas vezes, provocado um pouco. E a outra, nesse
2334 tema de migrações, se há um campo, alguma iniciativa mais específica para olhar para
2335 esse tema. E acho que você já toca que as migrações, hoje, têm o chamado dos
2336 deslocados climáticos. Muitas vezes não são migrações entre países, mas no contexto
2337 de um mesmo país, e isso se dando de uma forma muito intensa. E, às vezes, a gente
2338 não se dá conta. Para o nosso semiárido, talvez nós não tenhamos mais as grandes
2339 migrações para o sudeste, mas eu não sei se a gente está dando conta de detectar, em
2340 que medida a gente dá conta de detectar os deslocamentos mais específicos para as

2341 cidades de Porte Médio, por exemplo, que têm crescido até de forma muito desordenada.
2342 E aí, um terceiro ponto, que eu acho que a gente precisa, talvez, começar a ver, é o da
2343 questão do envelhecimento das populações nessas áreas suscetíveis à desertificação.
2344 Aqui, pelo menos para o Brasil, é uma realidade, uma mudança significativa na pirâmide
2345 etária. Então, a gente tem, por um lado, o jovem que não fica no campo, e, por outro lado,
2346 a população envelhecendo. Muita coisa, mas, enfim.

2347 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
2348 **Exteriores – MRE)** – Obrigado. Eu só queria aproveitar. Isso não é uma pergunta, mas
2349 é mais um comentário. Aproveitar o ensejo que foi feito, uma apresentação, acho que
2350 bastante extensa, a respeito de vários resultados obtidos em Riad. E falar um pouquinho
2351 sobre, aproveitar que o público está aqui, interessado, acho que falar um pouquinho
2352 também sobre qual tem sido a nossa posição histórica, sobretudo defendida ali pelo
2353 governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty, dentro da convenção. Então, em primeiro
2354 lugar, a gente tem sempre uma posição de buscar um equilíbrio entre os três principais
2355 temas da convenção, que são: Desertificação, mitigação dos efeitos da seca e combate
2356 à degradação de terras. E nós temos visto, com certa preocupação, que a convenção
2357 tem dado uma ênfase muito forte, e até, de certa forma, desproporcional, em relação aos
2358 outros dois temas, ao tema de degradação de terras. Não que tratar de degradação de
2359 terras seja algo que a gente não concorde, não é isso. Mas a gente acredita que é preciso
2360 tratar dos outros dois temas com equilíbrio. Até porque, por exemplo, desertificação é o
2361 processo de degradação de terras em áreas secas, que é o principal mandato da
2362 convenção. Então, é preciso resgatar esse mandato original, e é preciso dar foco, se
2363 quisermos tratar de degradação de terras, dar foco de tratar de degradação de terras em
2364 áreas secas. Então, acho que esse é um primeiro elemento. O segundo elemento, que
2365 eu acho que também é bastante importante, é relacionado à mobilização de recursos.
2366 Um dos grandes desafios que a gente tem para a implementação da convenção é a falta
2367 de recursos. A gente muito pouco chega para os países em desenvolvimento, e menos
2368 ainda, por exemplo, para o Brasil, em termos de financiamento. Alguma coisa chega, não
2369 estou dizendo que não, o próprio Alexandre fez menção a alguns projetos, mas a verdade
2370 é que falta muito. E é preciso insistir nesse ponto, com maior nível de ambição, e de
2371 buscar um resultado um pouco mais concreto em termos de mobilização de recursos

2372 dentro da convenção. E, por fim, o último tema que eu queria comentar é a questão da
2373 centralidade das pessoas dentro dos processos decisórios dentro da convenção. Então,
2374 a criação dos dois Caucus, um para povos indígenas e outro para comunidades
2375 tradicionais, foi nesse sentido. Mas a gente acredita que precisa fazer mais. Quando a
2376 gente trata dos indicadores, é claro, toda essa parte de neutralidade e degradação de
2377 terras é importante, é relevante, é claro que sim, mas, às vezes, nos falta olhar para os
2378 indicadores sociais dentro da convenção, que são muito poucos. Então, acho que isso
2379 também é algo que a gente precisa pensar coletivamente dentro do Brasil, como é que a
2380 gente consegue atuar conjuntamente como governo brasileiro, como sociedade
2381 brasileira, no sentido de ser mais propositivo e buscar que esses pontos que estou
2382 levantando sejam endereçados nas minutas de processo de decisão da convenção. É
2383 tudo. Obrigado.

2384 **A SR^a. BÁRBARA FAVALESSA ALMEIDA (Articulação dos Povos e Organizações**
2385 **Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME)** – Boa tarde a
2386 todos e a todas. Boa tarde. Eu estive participando... Oi? Ah, perdão. Bárbara Tupiniquim.
2387 Eu estive participando da convenção, através da Política Nacional de Gestão Ambiental
2388 e Territorial, a PNGATI, da qual eu coordeno a Câmara Técnica de Restauração e
2389 Recuperação de Áreas Degradadas, que foi uma parceria com o MMA, que nos levou,
2390 enquanto Política Nacional, para participar da convenção. É uma convenção em que nós,
2391 povos indígenas, temos pouca atuação, como ela já comentou, é uma convenção menos
2392 conhecida. Mas o que me chamou a atenção foi ser em um país petroleiro com uma
2393 grande estrutura. Fiquei extremamente impactada. Teve as pessoas que foram para
2394 Baku, na COP do clima, e disseram que a estrutura da convenção estava melhor do que
2395 a do clima, no sentido de estrutura mesmo. E a gente vê o quanto, de fato, os países que
2396 têm recurso, fizeram um grande investimento de projeções e projetos para restauração.
2397 Algo muito ambicioso para quem tem recurso. Mas a minha pergunta é muito direcionada
2398 à questão de hoje termos, como a companheira colocou, essa proximidade, enquanto
2399 América Latina é Caribe. E qual é a nossa perspectiva, enquanto a América Latina é
2400 sendo representada, nessa perspectiva mesmo, primeiro, do financiamento, que já foi
2401 colocado, que é um gargalo, porque a gente que atua nas organizações de bases, nos
2402 territórios, a gente sabe que o recurso que chega para restauração é muito pequeno,

2403 ainda é muito pequeno. E qual é a nossa perspectiva nossa para os próximos meses, até
2404 a COP 17, sendo ela também uma Copa na Mongólia, se não me engano. Não é um país
2405 desenvolvido, não é um país que vai ter toda aquela visibilidade. Qual é a nossa
2406 expectativa? Acho que é a pergunta mesmo. Qual é a nossa expectativa dos próximos
2407 passos, tanto para o aporte financeiro, para recursos, quanto para essa próxima COP, as
2408 decisões até lá, o caminho até lá? Obrigada.

2409 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Seguindo a linha
2410 dos companheiros aqui, na condição de recurso, uma coisa também muito preocupante...
2411 Valda, Edvalda, da AGENDHA, uma coisa preocupante é a temporalidade dos projetos.
2412 Como é que a gente faz recuperação ou restauração ecológica em três, quatro anos ou
2413 até cinco anos? Os projetos precisam prever recursos que sejam muito mais tempo para
2414 respostas, principalmente no bioma caatinga. Então, os recursos têm que prever também
2415 a questão da temporalidade, do tempo da natureza, e não do tempo das pessoas e da
2416 gestão das pessoas. Devem transcender a isso. Obrigada.

2417 **A SRª. LAURA (Representante Regional América Latina e Caribe)** – Obrigada por sua
2418 pergunta muito interessante, reflexões, comentários sobre as sinergias. E é bom que há
2419 pouco eu tenha dado um comentário sobre isso, porque já tenho a resposta. Primeira
2420 coisa, como secretariado, desde o que nós fazemos como secretariado, temos dois
2421 almas, secretariado propriamente, que tem a ver com os processos de discussão que se
2422 tem que dar com os países e organizar tudo aquilo, e a outra alma, que é dada a nossa
2423 convenção que tem menos recursos, se criou o mecanismo global para apoiar os países
2424 a que consigam esses recursos. Nós não geramos recursos nem fazemos projetos,
2425 somente buscamos sócios para que nos ajudem a ter impacto sobre o que os países
2426 definiram. Essa é uma parte de como funciona para dizer o seguinte: No tema da sinergia,
2427 acontece um pouco o mesmo. Nossos chefes, que são os países, nos dão tarefas. Não
2428 podemos fazer mais além do que nos pedem. E nos diz uma pessoa que tem 25 anos
2429 trabalhando no âmbito técnico. Eu estou há sete meses em uma convenção que é um
2430 animal político por essência, onde se passam temas de caráter político com um
2431 *background* mais técnico, trabalhando com projetos, e agora vejo como são as duas
2432 dinâmicas e a importância que têm essas instâncias, porque daí se deriva tudo o que

2433 depois os doadores priorizam, o que as agências levam ao terreno e o que os próprios
2434 governos fazem em termos de política. Dito isso, que só trabalhamos nos temas que nos
2435 comandam as partes, não se deu à convenção um mandato para se coordenar com as
2436 outras convenções. Volto a repetir, vocês não nos [ininteligível] coordenem-se com o
2437 câmbio climático, coordenem-se como específico, como uma tarefa concreta. Enquanto
2438 isso não acontece, as convenções o fazem de alguma maneira através do que se chama
2439 de trio-rio, então as convenções tentam fazer alguns temas conjuntos, em específico, por
2440 exemplo, o tema de gênero, que são todos os materiais de como integrar o tema de
2441 gênero, estamos trabalhando juntos, ou se vai fazer um curso sobre esse tema, se busca
2442 a eficiência e poder fazê-lo juntos. Isso a nível internacional. A nível local, a nível dos
2443 países, há momentos em que os próprios administradores podem fazer algumas gestões
2444 e há exemplos. Por exemplo, o Panamá, como país, disse que vai fazer um *Natural*
2445 *Pledge*, vai fazer um plano que tenha três anexos. Meu plano, minha planificação vai ter
2446 um anexo de câmbio climático, um de biodiversidade e um de desertificação. E com isso
2447 ordeno a casa. Entendo que o Brasil, e aí responderão os colegas, também está fazendo
2448 um esforço para, igual que o Chile, por exemplo, tratar de que seus sistemas de
2449 monitoramento, quando tiverem que reportar, tenham os indicadores, pelo menos em
2450 uma mesma plataforma, ao menos que se reúnam os pontos focais. Às vezes, os pontos
2451 focais, por exemplo, o do Peru, me disse no outro dia, tivemos apenas uma reunião entre
2452 as três pessoas que trabalhamos na Convenção de Câmbio Climático e Desertificação,
2453 apenas no outro dia. Então, quando essas coordenações têm que acontecer mais
2454 naturalmente, não esperaria que a nível de país. Então, os temas de governança, ter uma
2455 plataforma como esta Comissão, onde tenho várias instituições públicas, mas também o
2456 setor privado, as organizações civis, é muito relevante, porque não só o que se reporta,
2457 o progresso de um país não é somente, obviamente, o que faz o setor público. E por aí,
2458 eu acho que até que não saia um mandato de alguma das conferências para
2459 trabalharmos mais unidamente, as sinergias se darão um pouco à vontade dos processos
2460 nacionais. Não quero me estender nisso, mas me estendi. A imigração é um tema muito
2461 relevante, houve um trabalho, acho que, se não me engano, vai continuar com um
2462 trabalho que, desde o secretariado, é colocar em disposição alguns informes, temas de
2463 informação através de documentos, mas as decisões são tomadas novamente pelos

2464 países. Envelhecimento não é um tema que eu tenha visto em particular, mas sim, na
2465 minha vida passada, reconheço que há muito disso, também vinculação de pobreza,
2466 obviamente, ficam os velhos e ficam as pessoas mais pobres, são territórios que vão se
2467 empobrecendo. Nisso, também capturar essa informação é muito relevante. Nessa
2468 plataforma que eu lhes disse, Ciência e Política, é importante que vocês, com o
2469 corresponsável, façam transferência dos estudos que talvez se tenham na região árida
2470 do Brasil, para que outros países possam conhecer essa informação, etc. O comentário
2471 do Leandro é muito de acordo, novamente, em seu papel, o ponto focal tem que
2472 convencer outros países para que haja esse equilíbrio que se pede, e tem que ter uma
2473 liderança dentro da região latino-americana, uma harmonização de posições também
2474 para conseguir algo, e nós, novamente, temos que manter uma posição neutra, mas aí
2475 está o espaço. Em um momento, quero dizer que, hoje em dia, algumas vozes dizem que
2476 o multilateralismo não serve. Como se... Minha avó dizia: "Falando se entende as
2477 pessoas." Tem que haver espaços de diálogo, tem que haver espaços onde se pode falar.
2478 Podemos não estar de acordo, mas em algumas coisas estaremos de acordo e podemos
2479 avançar. Então, isso é sumamente relevante. Bárbara. Qual é a expectativa com respeito
2480 aos povos indígenas? Dos Caucus, em particular? Bom, se gerou essa decisão de que
2481 vão haver essas instâncias. Eu não coloquei uma coisa muito importante que eu esqueci,
2482 que é todo sujeito à disponibilidade de recursos. Porque os países nos dão muito
2483 trabalho, mas nós temos que buscar os recursos. Neste momento, com os Caucus, está
2484 sujeito a que haja doadores que possam financiar essa participação dos povos indígenas
2485 e das comunidades locais ao alero das COP. O que deveria acontecer nestes dois anos,
2486 ou neste ano e meio daqui para a Mongólia, é primeiro construir os termos de referência
2487 para o involucramento desses povos indígenas e das comunidades locais com eles, ou a
2488 partir deles, ou de vocês. E, talvez, durante a reunião do Panamá, sejam validados esses
2489 termos de referência, quer dizer, como vão ser essas reuniões, como vai ser a
2490 representatividade, tudo o que significa como vão operar isso no futuro, isso tem que ser
2491 validado, tem que ser discutido. Primeiro tem que ser criado um projeto com vocês, tem
2492 que ser validado com todos os países do mundo, com todos os representantes que
2493 participem, esperamos que isso possa acontecer no Panamá, e depois reafirmar por
2494 todos os países na próxima COP. Esse é o processo pontual que deveria acontecer. Para

2495 isso, estamos passando o sombrero para ver se pode mover mais rápido a coisa. Muito
2496 de acordo com a temporalidade dos processos, o que posso dizer? De acordo,
2497 totalmente. Nada mais que dizer.

2498 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2499 **MMA)** – Obrigado, Laura. Eu queria, talvez, fazer algumas complementações, porque eu
2500 acho que... Esse contexto, por exemplo, dos Caucus indígenas e de comunidades locais.
2501 A secretária Édel fez menção, e a Laura agora também. Para quem não entende ainda
2502 muito sobre o processo das conferências, das convenções, a gente tem a convenção,
2503 que é a institucionalidade do tema, e, a cada ciclo, nós temos as conferências
2504 relacionadas àquela convenção. O que o Brasil propôs na COP16, em Riad, na Arábia
2505 Saudita, foi a criação desses dois Caucus, que são espaços institucionais. Eles começam
2506 a fazer parte da estrutura da convenção, que é um espaço para as comunidades locais,
2507 e o termo comunidade local é o termo de consenso, porque nós, aqui no Brasil, dizemos:
2508 Povos e comunidades tradicionais, mas, em outros países, se falam: Comunidades
2509 locais, e tem outras terminologias, mas o que se encontra de termo mais comum a todos
2510 é comunidades locais. Então, quando nós estivermos falando de comunidades locais,
2511 nessa lógica, nós estamos falando de comunidade de Fundo e Fecho de Pasto, de
2512 quilombola, de extrativista, de ribeirinho, nós estamos falando desses segmentos todos.
2513 E tem o outro espaço, que é o Caucus Indígena. Para cada um desses espaços
2514 funcionarem na convenção, é preciso ter um, o que Laura chamou de borrador, que é um
2515 termo de referência que diga qual o objetivo do espaço, como ele vai funcionar, quem vai
2516 assegurar as condições materiais para o funcionamento dele, para assegurar que haja
2517 participação, que haja envolvimento, escuta, e como é que esse espaço, como vai ser
2518 coordenado e qual o canal de diálogo desse espaço com o secretariado. Hoje já existe
2519 de jovens e de mulheres, e agora temos o de povos e comunidades locais e povos
2520 indígenas. Claro que esse é um desafio, porque, por exemplo, temos que fazer um
2521 documento que represente todos e de todos os países. Isso não é uma coisa sempre
2522 muito simples, mas precisamos começar. Então, o começo é de ter uma minuta que cada
2523 país discute e faz suas contribuições e remete a esse grupo do secretariado, essa
2524 consultoria, para ir consolidando, até a gente chegar em Mongólia com algo definido e
2525 como vai funcionar. A secretaria [ininteligível] assim, a gente tem discutido isso

internamente no Ministério, porque essa foi uma proposição nossa, do Ministério do Meio Ambiente, na verdade, do governo brasileiro. Foi uma proposição do governo, e nós temos que buscar minimamente alguma condição de por onde fazemos com que os Caucus funcionem. Vamos pensar em um plano de trabalho, conversar um pouco com a Laura, em um momento futuro, com o Leandro, e com o Ministério dos Povos Indígenas, com outros organismos do governo, para ver, da parte brasileira, como a gente pode contribuir, talvez, também, com um papel de liderança desse processo, uma vez que nós apresentamos a proposta, foi acolhida, isso nos traz uma responsabilidade. Ou seja, propõe, cuida. Tem um pouco disso também. Obviamente que é preciso cuidar junto, mas é preciso liderar essa perspectiva. Há outra que está relacionada à história da sinergia, Edneida, entre as convenções. De fato, eu acho sempre muito legal que você está muito atenta a essa perspectiva. Já existe uma provocação do secretariado das três convenções, para que os países reflitam sobre isso, para que a gente avance em pensar estratégias de como buscar essas sinergias. O Ministério do Meio Ambiente fez um documento, produziu um documento interno para as áreas, para que a gente pudesse refletir sobre essa coisa da sinergia. E, para quem não está familiarizado com o termo, qual é a ideia? A gente, na grande conferência global de Meio Ambiente em 92, foram criadas as três convenções. A Convenção de Mudança Climática, a Convenção de Biodiversidade e a Convenção de Desertificação. Sim, no Rio, em 92. Quando se fala de sinergia, nós estamos dizendo assim: Como trabalhar as três perspectivas de enfrentamento à mudança climática, de recuperação e proteção da nossa biodiversidade e de combate à desertificação juntos. Por quê? Porque cada coisa está na sua caixinha, não tem abertura de uma caixinha para outra, cada um vai tocando e assim segue. Mas não é só uma coisa... É uma coisa que parte dos países, isso reflete na própria estrutura das próprias convenções, que não tem os mandatos para fazer isso, porque os países são quem delega essa tarefa. O grande desafio é como encontrar a sinergia entre essas para a gente trabalhar junto. Internamente no Ministério do Meio Ambiente, nós estamos trabalhando em uma perspectiva de termos um espaço institucional dentro do Ministério criado para pensarmos juntos as três áreas do Ministério, que trata de desertificação, biodiversidade e mudança do clima, pensarem o que podem fazer para atuar conjuntamente. Por quê? Porque quando você está contribuindo com o enfrentamento à

2557 mudança climática e redução, por exemplo, da emissão de gás carbônico, para poder
2558 reduzir a temperatura do planeta, você está contribuindo para a proteção da
2559 biodiversidade e para a redução da degradação da terra, porque a degradação da terra
2560 também vem em função do aquecimento global, da perda de água na superfície. Quando
2561 a gente está restaurando a terra, a gente está recompondo a biodiversidade e a gente
2562 está sequestrando carbono e contribuindo para o enfrentamento das mudanças
2563 climáticas. Quando a gente está conservando a nossa biodiversidade, a gente está
2564 contribuindo também para as mudanças climáticas e para o combate à desertificação.
2565 Confesso que não consigo entender uma dessas agendas separada das outras. É muito
2566 difícil. Talvez cada um vai tendo uma forma de pensar, e pensar de forma integrada e
2567 sistêmica ajuda. Mas como trabalhar juntos? Esse é o desafio. Porque, para não correr o
2568 risco de cada um estar querendo trabalhar separadamente para poder ter os seus
2569 resultados. E acho que esse não pode ser o objetivo. Porque eu sempre digo, o que o
2570 Redeser, por exemplo, está produzindo de resultados como projeto, eu já falei isso para
2571 o Manuel Timbó, para o pessoal da FAO, nós precisamos ter os dados, o quanto isso
2572 está contribuindo para a conservação e recuperação da biodiversidade e para o
2573 enfrentamento da mudança climática, de sequestro de carbono e tudo mais. Por quê?
2574 Porque é importante que a gente entenda que o que nós estamos fazendo de restauração
2575 da terra degradada contribui para as outras duas agendas. Esse pode ser um passo
2576 importante, que é o que a gente [ininteligível] chamado, Edneida, nós não só, mas
2577 chamado da sinergia doméstica, que é os governos pensarem internamente no seu
2578 governo de como trabalhar. Como eu venho da minha trajetória de vida na ASA, no
2579 Centro Sabiá, que é de uma coisa muito concreta lá, e muito a partir das experiências,
2580 eu tenho defendido com os meus colegas de ministério que, antes de proposições de
2581 grandes temas internacionais e acordos internacionais, nós deveríamos praticar, e a
2582 nossa experiência praticada e sistematizada e refletida pode ser uma experiência a ser
2583 apresentada aos demais países para dizer assim: “Opa, tem um caminho da sinergia”, e
2584 ela começa em casa. Porque, embora as convenções, as conferências tenham os
2585 mandatos de decisão, eu acho que é mais fácil a gente começar a partir da nossa vivência
2586 do que a gente receber uma orientação de cima dizendo para a gente o que tem que
2587 fazer. Ou seja, vamos viver, e, a partir dessa vivência, a gente experienciamos ela. Então,

2588 eu acho que até logo em breve a gente vai ter esse espaço dentro do governo que vai
2589 ajudar também a reverberar essa perspectiva da sinergia de forma mais ampla. Bom, é
2590 isso. Laura, quer uma palavra final?

2591 **A SRª. LAURA (Representante Regional América Latina e Caribe)** – Agradecer-te a ti
2592 e agradecer a todos pela sua iniciativa, pela liderança que o Brasil teve também, pelas
2593 mostras de casos sucessivos. Não tudo é... Também floresce no deserto, então, muito
2594 obrigada.

2595 **O SR. SANDRO TUXÁ (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil –APIB)** - Bem, eu
2596 queria contribuir, Sandro Tuxá, pela APIB, e compartilhar um evento bem interessante
2597 que ocorreu em um lugar chamado Mairiporã, em São Paulo, recentemente, porque o
2598 Alto Comissariado das Nações Unidas, ali, representado pelo índio filipino, que é mosse,
2599 que agora cuida desse programa de *fellowship* para estudantes indígenas, entendeu os
2600 mecanismos de proteção internacional da ONU. E tem um lançamento para o Brasil, para
2601 o país Latino américa aqui, que só é voltado para a questão de nativos que falam
2602 espanhol. Então, a gente envolvendo, brigando para ter o português. E teve um encontro,
2603 nesse lugar, Mairiporã, com a participação de um evento da OIT. E aí criou-se uma rede
2604 dos *fellowships* desses estudantes que estiveram na ONU, que estudaram, que
2605 conheceram. Acho que, talvez, você entrar em contato com o mosse ou o próprio
2606 Alexandre, no tocante do Caucus indígenas. As discussões que a gente pudesse gerar
2607 com essa comissão aqui, poderia compartilhar em rede com esses parentes que estão
2608 engajados nesse caminho, através de suas organizações de base em cada país da Latino
2609 américa. Esse é um caminho que acho que, vislumbrando, pode nos ajudar nesse debate
2610 na temática indígena e nos Caucus que vão vir para a Mongólia. É isso, só uma
2611 contribuição.

2612 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2613 **MMA)** – Maravilha. Obrigado. Gente, são 15h40. Nós estamos 1h40 atrasados. Então,
2614 em tese, era isso. Mas o que é que eu queria propor? Nós temos um café servido ali fora,
2615 para que a gente possa levantar um pouquinho, tomar um café, até trocar algumas ideias.
2616 Mas a minha proposta é que a gente conseguisse fazer isso em 20 minutos. Para a gente
2617 voltar... Não, menos é irreal. Eu conheço meu povo, Valda. Eu saí de lá, mas o meu povo

2618 não saiu de mim. Então, a gente voltar às 16h, para a gente retomar com o tema do nosso
2619 regimento interno. Pode ser? Vamos lá. Obrigado. Valeu. Gente, vamos lá. Vejam, qual...
2620 Eu vou resgatar algo que eu coloquei mais cedo para vocês, que foi o seguinte: Para
2621 poder a comissão funcionar de forma mais fluida, com as coisas melhor definidas, a gente
2622 precisa de um regimento interno que oriente um pouco o nosso fazer, o nosso cotidiano.
2623 O regramento do funcionamento da comissão, porque é assim, a gente tem a lei, a lei
2624 cria a comissão, aí tem um decreto que cria a comissão, e depois tem um regimento que
2625 regulamenta a comissão, e a vida segue assim. A gente mandou para vocês com
2626 antecedência uma minuta de regimento, esperando, com a esperança, com o desejo de
2627 que vocês conseguissem ler e trazer algum tipo de contribuição, algum tipo de
2628 observação sobre o regimento. Qual foi o esforço de a gente chegar nessa minuta de
2629 regimento? Na verdade, nós pegamos o regimento da primeira comissão, lá de 2008,
2630 porque já foi um regimento discutido na comissão, aprovado e publicado na comissão, e
2631 fizemos as adaptações do regimento ao novo decreto. Ou seja, um decreto que cria a
2632 Câmara Interministerial e tal. Então, as alterações que a gente fez nessa minuta foram
2633 muito pequenas em relação ao anterior, porque a gente também entendeu que ali o
2634 regramento de funcionamento de reunião deste grupo de trabalho de Câmara não muda
2635 muito de alguns anos para outros. Então, a gente... Foi um pouco nesse momento que
2636 chegou. No entanto, a gente entende que, no caso de alguns ministérios, houve troca de
2637 pessoas, e talvez as pessoas não tenham tido acesso a esses documentos. A gente
2638 imprimiu alguns exemplares para deixar aqui disponível, não sei quem precisa. Vamos
2639 lá. Eu não vou fazer aquele de professor. Quem leu? Eu não vou fazer aquele de
2640 professor. Quem leu? Quem tem observações? Para não deixar a gente mais... Qual a
2641 dinâmica que o Carlos vai conduzir nesse momento com a gente? Mas a gente queria
2642 pactuar, na verdade, uma dinâmica de a gente ir lendo o regimento coletivamente.
2643 Alguém vai lendo, vai passando aí. Quem tiver algum ponto de destaque naquele item, a
2644 gente faz um registro, termina a leitura total, e depois a gente volta para ir trabalhando
2645 cada um dos pontos de destaque em relação ao regimento. Vocês acham que pode ser
2646 assim? Iedo. Só um minuto.

2647 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Iedo, da Embrapa Semeado. É que tem
2648 alguns pontos que não estão postos aqui. Por exemplo, os membros titulares e suplentes

2649 dos órgãos de governo, no meu caso, Embrapa, não está posto aqui que eu vou
2650 despende um pouco do meu tempo de trabalho, seja ele uma hora, duas horas, dez
2651 horas, um dia, um mês, por ano, para atender às demandas da comissão. Isso não está
2652 especificado aqui. Eu gostaria que, de alguma forma, colocasse isso, dizendo que: “Olha,
2653 o indicado institucional da sua instituição foi fulano de tal, e ele está respaldado por algum
2654 meio.” Porque eu não sei se vocês sabem, mas grandes partes dessas instituições do
2655 governo federal, que eu me incluo, é uma empresa do Ministério da Agricultura, a gente
2656 tem ponto, inclusive ponto biométrico. E a gente, para se afastar, para fazer alguma
2657 atividade, alguma coisa desse tipo, a gente tem que justificar. Então, eu gostaria de ter
2658 algum respaldo posto aqui. Isso.

2659 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2660 **MMA)** – Veja, o respaldo, talvez a gente já ir entendendo aqui juntos. Existe um decreto
2661 que cria a comissão e no decreto já define que a Embrapa terá um assento. A gente
2662 mandou um ofício do MMA para a Embrapa, para que a Embrapa indique quem serão
2663 seus membros. A gente tem um ofício formal da Embrapa indicando você e a Franci como
2664 representantes. Quando a gente teve o nome de todo mundo indicado e as organizações
2665 selecionadas, tem uma portaria assinada pela ministra Marina Silva, como presidenta da
2666 comissão e ministro de Estado, nomeando você e a Franci como membros da comissão
2667 representantes da Embrapa. Isso já basta? O esforço nosso foi, inclusive, ledor, de
2668 mandar para vocês a portaria, de mandar para vocês, porque o ofício vocês devem ter
2669 tido acesso, mas mandar a portaria, porque a gente sabe que a portaria é aquilo que
2670 nomeia a gente. Então, se nomeia, eu estou delegado para isso, pelo meu ministério, tem
2671 um ofício que me faz a nomeação. Então, talvez isso resolva. Sim. Ainda tem o ofício da
2672 ministra convocando a reunião para cá, que é nominal, está com o nome de todo mundo,
2673 que aí também é um outro que já diz o tempo que você vai estar afastado, para justificar
2674 o seu afastamento. Claro. Não, eu sei. Bom, é isso. Mas podemos fazer, então, essa...
2675 Olha, tem outra coisa que talvez é importante dizer aqui. Eu queria até deixar isso para
2676 uma coisa mais administrativa mais lá para frente, mas eu vou aproveitar já para falar,
2677 porque... Assim, a coisa da comunicação, para a gente, às vezes, é um grande desafio.
2678 É um ponto no e-mail que saiu errado, virou vírgula, era um E que virou A. E, às vezes,
2679 por isso que é importante, pedimos para vocês preencherem um formulário com todas as

2680 informações. Quem não recebeu ainda, porque tem mudanças, a gente vai mandar para
2681 vocês. Porque a ideia é que a gente tivesse um cadastro de todo mundo com todas as
2682 informações. Nome, instituição, o e-mail institucional, o e-mail pessoal, o telefone, o
2683 telefone da instituição. Por quê? Porque toda a informação que a gente tem aqui, por
2684 exemplo, a lista de presença veio para vocês, só para vocês assinarem. Porque a ideia
2685 era a gente já ter os dados todos das pessoas para não precisar ficar preenchendo. A
2686 gente precisa fazer um contato e tem alguma dificuldade. Então, por isso esse esforço
2687 nosso de tentar ter todas as informações e mandar também para vocês todas as
2688 informações. Tem pessoas que têm dificuldade com o e-mail, porque não têm acesso tão
2689 fácil à internet. Talvez amanhã, no momento de acordos, a gente possa fazer um pouco...
2690 Quais são os canais de comunicação mais eficazes que a gente pode ter entre nós?
2691 Porque a ideia é mandar por todos os canais, para que a informação chegue
2692 minimamente.

2693 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Proposta de
2694 ordem mais geral. E não necessariamente naquele artigo, mas a proposta é que ele se
2695 inclua em outros onde aparecer aquilo. Qual vai ser?

2696 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2697 **MMA)** – Você tem uma proposta de como proceder? Você tem? Como? Certo. Então,
2698 você monta como destaque e, na hora que voltar para discutir o destaque, você diz: “Olha,
2699 eu proponho isso aqui e que isso siga para todas as questões.” Isso, exato. Exato. Para
2700 frente.

2701 **O SR. NELSON DE JESUS LOPES (ACOTERRA)** – Nelson da ACOTERRA. Eu estava
2702 sugerindo que a gente já fosse vendo os destaques e já ir resolvendo, para não voltar de
2703 novo.

2704 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2705 **MMA)** – Sabe o que é, Nelson? É que às vezes, aquilo que eu ponho como destaque vai
2706 aparecer lá na frente e que a gente diz assim: “Opa, não precisa mais daquilo lá, porque
2707 já está aqui.” Então, por isso que é bom ter o documento todo. E aí, com o documento
2708 todo, você tem uma noção do todo e aí, depois, você volta. Porque, às vezes, eu penso:

2709 “Não, aqui seria importante ter isso.” Mas isso vai aparecer lá na frente. A gente discutiu,
2710 levou um tempo discutindo aqui, quando lá na frente vai aparecer, entendeu? Aí, talvez,
2711 isso resolva.

2712 **O SR. NELSON DE JESUS LOPES (ACOTERRA)** – É, porque a gente não fez a lição
2713 de casa, não é?

2714 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2715 **MMA)** – Não, não quero. Não vou perguntar de novo quem leu. Então, vamos lá. Vamos
2716 proceder assim. Vamos lá. Carlos.

2717 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Vamos lá, gente, começar. Então, vamos fazer a leitura.
2718 Só para a gente entender o documento, assim, em uma visão mais ampla, como um todo.
2719 Essa minuta está distribuída em oito capítulos, são 49 artigos, e cada um capítulo desses
2720 trata de um tema específico. Então, a gente vai começar pelos capítulos. Eu acho que
2721 Alexandre foi muito sucinto e explicou bem a ideia de que, assim, existem coisas na
2722 minuta que são frutos do decreto que cria a Constituição, a Comissão, desculpa. Então,
2723 a gente tem uma margem de alteração muito pequena nesse tipo de coisa, porque já tem
2724 um decreto que regulamenta isso. E nos pontos que a gente sugeriu destaque, a gente
2725 segue daquela forma. Então, já no capítulo 1, a gente trata das finalidades e
2726 competências da Comissão...

2727 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2728 **MMA)** – Só lembrando uma coisa. O que a gente decidir aqui e acordar aqui vai passar
2729 pelo jurídico do MMA, para ajustar os termos e tudo mais. Então, pode ter algum tipo de
2730 alteraçãozinha, mas não substancial, obviamente, mas para botar em uma linguagem
2731 mais adequada, para ser publicado por portaria do Ministério, e, obviamente, como
2732 aprovação nossa de resolução da Comissão. E aí, passa a valer, obviamente, a partir
2733 dessa publicação. Só para lembrar um pouco desses passos também.

2734 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Então, vamos para o capítulo 1, das finalidades da
2735 Comissão. Artigo 1º, a Comissão Nacional de Combate à Certificação, CNCD, órgão
2736 colegiado da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, de natureza

2737 deliberativa e consultiva, prevista na Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015. Está 25, não
2738 é? Vamos alterar isso aqui. Já trouxe um ponto aqui que não é um destaque, mas é um
2739 erro de digitação. Instituído no Decreto 11.932, que é o decreto que a gente citou
2740 anteriormente, de 27 de fevereiro de 2024. Organiza-se... Então, a gente está falando da
2741 organização, de forma especificada neste regimento, e tem a finalidade de: Inciso I,
2742 deliberar sobre a implementação da Política Nacional de Combate à Certificação e
2743 Mitigação dos Efeitos das Secas, em articulação com as políticas setoriais, os programas,
2744 os projetos e as atividades governamentais sobre o combate à desertificação e a
2745 degradação da terra e mitigação dos efeitos das secas; Isso. Inciso II, promover, falando
2746 das finalidades, promover a articulação da Política Nacional de Combate à Desertificação
2747 com o planejamento em âmbito nacional, regional, estadual, distrital e municipais; Inciso
2748 III, orientar, acompanhar e avaliar a implementação dos compromissos assumidos pelo
2749 país, junto à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a UNCCD, na
2750 sigla em inglês; Inciso IV, deliberar sobre as propostas advindas dos comitês e grupos
2751 de trabalho criados no âmbito da CNCD; Inciso V, estabelecer estratégias e ações de
2752 governo para o combate à desertificação, a degradação da terra e mitigação dos efeitos
2753 das secas, com vista ao desenvolvimento sustentável em todo o território nacional; E,
2754 inciso VI, promover a construção, no inciso V. Perfeito. Inciso VI, promover a construção
2755 de pactos para o combate à desertificação, a degradação da terra e a mitigação dos
2756 efeitos das secas. Então, essas são as finalidades. Na seção 2, ainda do capítulo 1, das
2757 competências da comissão. Então, compete à comissão: Acompanhar e avaliar a gestão
2758 do combate à desertificação, da recuperação de áreas degradadas, da mitigação dos
2759 efeitos das secas; Inciso II, promover a integração das estratégias de erradicação da
2760 pobreza nos esforços de combate à desertificação. No inciso II, isso. No combate à
2761 desertificação, a degradação da terra e a mitigação dos efeitos das secas; Inciso III,
2762 propor ações estratégicas para o combate à desertificação, a degradação da terra e a
2763 mitigação dos efeitos das secas; Inciso IV, acompanhar e avaliar a execução do Plano
2764 de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, o PAB
2765 Brasil, propor providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos e apresentar
2766 propostas para o seu aperfeiçoamento. Inciso V... Do quinto? Perfeito, vamos... Então,
2767 vamos lá. Analisar propostas de alteração da relação pertinente ao combate à

2768 desertificação, a recuperação de áreas degradadas, mitigação dos efeitos da seca e a
2769 política nacional de combate à desertificação. Inciso VI, propor medidas para o
2770 cumprimento pelo Poder Executivo Federal das principais diretrizes para a
2771 implementação da política nacional de combate à desertificação, eliminar a
2772 descentralização da execução das ações, estimular, perdão, a descentralização da
2773 execução das ações e assegurar a participação dos setores interessados. Inciso VII,
2774 identificar a necessidade e propor a criação ou a modificação dos instrumentos
2775 necessários à plena execução dos princípios e das diretrizes da Política Nacional de
2776 Combate à Desertificação. Inciso VIII, estimular a cooperação interinstitucional e
2777 internacional para a implementação dos princípios e das diretrizes da Política Nacional
2778 de Combate à Desertificação e da Convenção das Nações Unidas de Combate à
2779 Desertificação, CNUCD. Parágrafo único, para o cumprimento de suas funções, a
2780 CNUCD contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento
2781 do Ministério do Meio Ambiente. Indo para o capítulo 2, que trata da organização da
2782 comissão, então vamos para a sessão 1, da estrutura. No artigo 2º, a CNUCD tem a
2783 seguinte estrutura: Inciso I, plenário; II, presidência; III, secretaria executiva; IV, Câmara
2784 Interministerial de Combate à Desertificação; Inciso V, câmaras técnicas e grupos de
2785 trabalhos específicos. Parágrafo único, a CNUCD será gerida por: inciso I, um presidente,
2786 que será o ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Inciso II, um
2787 secretário executivo que será exercido pelo Serviço Nacional de Povos... Perdão. Que
2788 será exercido pelo servidor da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
2789 e Desenvolvimento Rural Sustentável, SNPCT, do Ministério do Meio Ambiente e
2790 Mudança do Clima, que atue como ponto focal técnico da Convenção das Nações Unidas
2791 de Combate à Desertificação, conhecida como Alexandre Pires. Alguém ainda precisa,
2792 seria interessante ter algumas vias extras aqui. Vamos seguindo para o artigo 4º. Caberá
2793 ao Departamento de Combate à Desertificação, Mitigação dos Efeitos da Seca, DCDE,
2794 da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, sem prejuízo das demais
2795 competências que lhes são conferidas, proveu o serviço da Secretaria Executiva da
2796 CNCD. Artigo 5º. A CNCD será presidida pela ministra de Estado do Meio Ambiente e
2797 Mudança do Clima e terá em sua composição, além do seu presidente, que é a própria
2798 ministra, inciso I, um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades. Aqui

2799 está falando das entidades de governo. Perfeito. Alínea A, Ministério do Meio Ambiente
2800 e Mudança do Clima, que a presidirá; B, Ministério da Agricultura e Pecuária; C, Ministério
2801 das Cidades; D, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; E, Ministério da Cultura;
2802 F, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; G, Ministério do
2803 Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome; H, Ministério da Educação; I,
2804 Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; J, Ministério de Minas e Energia;
2805 K, Ministério do Planejamento e Orçamento; L, Ministério das Relações Exteriores; M,
2806 Instituto Nacional de Semiárido, INSA; N, Agência Nacional de Agro saneamento básico,
2807 ANA; O, Banco do Nordeste, BNB; P, Companhia de Desenvolvimento do Vale de São
2808 Francisco, do Parnaíba, Codevasf; Q, Departamento Nacional de Obras e Combate à
2809 Seca, DNOCS; F, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; E, S,
2810 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene; No inciso II, que ainda trata
2811 da composição, dois representantes do governo, estaduais e municipais das quais:
2812 Alínea A, um da Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente,
2813 ABEMA, indicado dentro dos estados que integram as ASDs, as [ininteligível]
2814 Certificação. Na alínea B, um da Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio
2815 Ambiente, a ANAMMA, indicado também dentro dos municípios que integram as ASDs.
2816 No inciso III, ainda da composição, nós temos 18 representantes das entidades de
2817 sociedade civil com atuação nas ASDs. Inciso IV, dois representantes do setor privado,
2818 com atuação comprovada no combate à desertificação, na recuperação de áreas
2819 degradadas ou na mitigação dos efeitos das secas nas ASDs. Inciso V, ainda dos
2820 integrantes que compõem a CNCD, temos o correspondente de Ciência e Tecnologia,
2821 junto à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Parágrafo primeiro:
2822 Cada membro da CNCD terá um suplente que o substituirá em suas ausências e seus
2823 impedimentos. Parágrafo segundo, o presidente da CNCD, no caso, o ministro do Estado,
2824 será substituído em suas ausências e seus impedimentos pelo secretário-executivo da
2825 CNCD ou seu substituto legal, integrante da Secretaria Nacional de Povos e
2826 Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
2827 Parágrafo terceiro, os membros da CNCD e os respectivos suplentes dispostos no artigo
2828 quinto e inciso, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades que
2829 representam. Parágrafo quarto, o membro da CNCD e o respectivo suplente, já que trata

2830 a alínea A do inciso II do caput do artigo, serão indicados pelo presidente da ABEMA. No
2831 parágrafo quinto, o membro da CNCD e o respectivo suplente, indicado na alínea B inciso
2832 II do caput também, serão indicados pelo presidente da ANAMMA. Parágrafo sexto, os
2833 membros da CNCD e os respectivos suplentes, de que trata o inciso III e IV do caput do
2834 artigo, serão selecionados em Assembleia Setorial Pública, coordenada pela Secretaria
2835 Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do
2836 Ministério do Meio Ambiente. Esse parágrafo sexto diz respeito justamente à eleição dos
2837 membros da sociedade civil, que foi feita por meio de assembleia que vocês participaram,
2838 os membros da sociedade civil. Parágrafo sétimo, o mandato dos membros da CNCD,
2839 de que trata os incisos II, III e IV do caput, será de três anos, permitida a recondução por
2840 igual período. Parágrafo oitavo, o membro da CNCD e o respectivo suplente, de que trata
2841 o inciso V do caput do artigo, será indicado em procedimento específico relacional da
2842 participação nacional no âmbito da Convenção das Nações Unidas. Esse parágrafo
2843 oitavo fala justamente do correspondente científico para o Brasil junto à UNCCD.
2844 Parágrafo nono, os membros da CNCD serão designados em ato do Ministro de Estado
2845 do Meio Ambiente. Artigo quinto, a seleção de que trata o... Artigo sexto, perdão. A
2846 seleção de que trata o parágrafo sexto do artigo quinto será estabelecida em ato do
2847 Ministério do Meio Ambiente por meio de edital de seleção pública. Estamos no artigo
2848 sexto. Artigo sexto. Artigo sétimo, o presidente da CNCD poderá convidar especialistas
2849 representantes de outros órgãos, entidades públicas e privadas e da sociedade civil para
2850 participar de suas reuniões sem direito a voto. Artigo oitavo, a CNCD poderá instituir
2851 câmaras técnicas e grupos de trabalho específicos com o objetivo de apoiar a execução
2852 de suas atividades temáticas integrados por representantes dos órgãos e entidades
2853 governamentais da administração federal, estadual e municipal e da sociedade civil.
2854 Parágrafo único do artigo. A finalidade, a composição e o prazo de funcionamento de
2855 cada câmara ou grupo de trabalho específico constarão em ato da CNCD que os criar.
2856 Artigo nono, a Câmara Interministerial de Combate à Desertificação órgão colegiado de
2857 caráter construtivo, de articulação e integração intersetorial dos órgãos e das entidades
2858 da administração pública federal, com iniciativas que contribuam com a implementação
2859 dos objetivos da Política Nacional de Combate à Desertificação, coordenados pelo
2860 Ministério do Meio Ambiente, terá sua composição, competência e norma de

2861 funcionamento estabelecidos nos termos do decreto que dispõe sobre a CNCD. Artigo
2862 décimo, a participação da CNCD, da Câmara Interministerial, das câmaras técnicas, dos
2863 grupos de trabalho específicos, dos comitês gestores e intersetoriais nos grupos de
2864 trabalho temático, será considerada prestação de serviço público relevante, não
2865 remunerada. Partindo para o capítulo três, que trata do funcionamento do plenário da
2866 Comissão, temos no artigo 11. A CNCD se reunirá em caráter ordinário, anualmente, e
2867 em caráter extraordinário, mediante convocação do seu presidente, por iniciativa própria
2868 ou requerimento de um texto de seus membros. Parágrafo primeiro do artigo 11. A
2869 convocação ordinária será feita com 30 dias de antecedência e a extraordinária com 15
2870 dias de antecedência. Parágrafo segundo. As reuniões da CNCD poderão ser realizadas
2871 fora do Distrito Federal por decisão do presidente da Comissão, no interesse da Política
2872 Nacional de Combate à Certificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

2873 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
2874 **Exteriores – MRE)** – Desculpe, eu vou fazer um pedido aqui, fora do que foi combinado.
2875 É porque eu vou precisar sair, e o meu único ponto em relação à discussão é justamente
2876 esse parágrafo segundo. Então, eu pediria a Vênia aqui para ver se a gente poderia
2877 discutir esse parágrafo para que eu possa participar de uma outra reunião, se possível.
2878 E aqui é mais uma pergunta. Eu estava verificando outros conselhos e comissões,
2879 inclusive de que faço parte, e me chamou a atenção essa questão de reuniões poderem
2880 ser realizadas fora do Distrito Federal. Nos outros modelos eu não vi isso, eu também
2881 não vi isso no decreto. Eu queria entender um pouquinho melhor qual é a motivação de
2882 ter colocado esse artigo, porque a minha grande preocupação de fundo é não poder
2883 participar presencialmente, porque, enfim, eu estou baseado aqui no Distrito Federal,
2884 acho que grande parte dos ministérios também estão aqui. Então, eu só queria entender
2885 um pouquinho melhor o que levou a redação desse inciso, desse parágrafo, para a gente
2886 poder discutir. Obrigado.

2887 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
2888 **MMA)** – Bom, como eu falei... Vocês estão escutando bem? Esse regimento é um
2889 regimento que já estava na comissão passada. E, obviamente, que esse parágrafo, ele
2890 abre a possibilidade de a gente fazer as reuniões da comissão no território onde tem o

2891 contexto do semiárido instalado. É claro que a gente também leva isso em consideração.
2892 A gente tem um conjunto de órgãos do governo federal que estão em Brasília, e que teria
2893 essa dificuldade de se deslocar, mas, ao mesmo tempo, a gente também tem um
2894 processo de deslocamento de outros órgãos que também são do governo e que saem do
2895 território, que têm sede no território do semiárido e para cá. O que eu acho que é muito
2896 mais no sentido de permitir a possibilidade de que a reunião também esteja conectada
2897 com alguma experiência, com alguma organização que compõe a comissão e que pode
2898 receber, como no passado já se fez reunião no BNB, lá em Fortaleza, da Comissão de
2899 Combate à Desertificação. É um pouco nesse sentido. Quem foi que convidou isso? Mas
2900 é isso, Leandro, é um pouco nesse sentido.

2901 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Vamos lá, seguindo. O parágrafo 3º, ainda que trate do
2902 funcionamento do plenário. O quórum da reunião do CNCD é de maioria absoluta e o
2903 quórum de aprovação é de maioria simples. Parágrafo 4, nas hipóteses de empate, além
2904 do voto ordinário, o presidente da CNCD terá voto de qualidade. Artigo 12º, as reuniões
2905 extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias objetos da sua convocação,
2906 somente podendo serem deliberados os assuntos que existem na pauta de reunião,
2907 exceto requerimentos de urgência. Artigo 13º, a ordem do dia observará sucessivamente,
2908 I, requerimento de urgência. II, proposta de resolução objeto de anterior pedido de vista
2909 ou de retirada de pauta pelo proponente, com respectivo parecer ou justificativa. Inciso
2910 III, resoluções aprovadas e não publicadas por decisão do presidente da comissão, com
2911 respectiva emenda e justificativa, nos termos desse regulamento. Inciso IV, propósito de
2912 resolução. Inciso V, propósito de moções. Parágrafo único, nas reuniões, as matérias de
2913 natureza deliberativa terão precedência sobre as matérias de outra natureza, ressalvada
2914 decisão do plenário em contrário. 14º, a comissão manifestar-se-á por meio de: Inciso I,
2915 resolução, quando se tratar de deliberação vinculada à sua competência, específica e de
2916 instituição ou extinção de câmaras especializadas, comissões ou grupos de trabalho.
2917 Inciso II, moção, quando se tratar de outra manifestação dirigida ao poder público e/ou à
2918 sociedade civil em caráter de alerta, comunicação honrosa ou pesarosa. E, inciso III,
2919 comunicação oficial, quando se tratar de orientações a serem proferidas em expedientes,
2920 requerimentos e processos sujeitos à esfera de competência da CNCD. Parágrafo 1º, as
2921 resoluções e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta e publicadas no

2922 Diário Oficial da União. Parágrafo 2º, as comunicações oficiais não dependerão de
2923 deliberação da comissão e serão utilizadas pelo presidente e pelo secretário-executivo
2924 da CNCD com finalidade de encaminhar assuntos diversos e de cunho administrativo de
2925 interesse da CNCD. Artigo 15º, as propostas de deliberação poderão ser apresentadas
2926 por qualquer membro, acompanhadas de minuta de deliberação e de justificativa
2927 fundamentada à secretária-executiva. Parágrafo 1º do artigo 15º, após a apresentação
2928 de proposta de deliberação à secretária-executiva, após a apresentação de proposta de
2929 deliberação à secretária-executiva, abrirão o processo com um número específico
2930 destinado a registrar e arquivar toda a sua tramitação na CNCD. Parágrafo 2º, após o
2931 cumprimento do disposto no parágrafo 1º desse artigo, a secretária-executiva submeterá
2932 a admissão da análise da proposta à aprovação do plenário da CNCD, na primeira
2933 reunião subsequente ainda não colocada. Artigo 16, as matérias a serem submetidas à
2934 apreciação da CNCD deverão ser encaminhadas ao secretário-executivo, que proporá
2935 ao presidente sua inclusão na pauta de reunião. Parágrafo 1º, as propostas de resolução
2936 antes de serem submetidas à deliberação da CNCD, deverão ser analisadas e aprovadas
2937 pelas competentes câmaras técnicas, bem como verificada a sua compatibilização à
2938 legislação pertinente, caso exista a câmara técnica específica para o tema. Parágrafo 2º,
2939 as propostas de resoluções que implicam despesas deverão indicar a fonte respectiva de
2940 receita. Artigo 17, a deliberação das matérias em plenário deverá obedecer a seguinte
2941 sequência: Um, o presidente apresentará o item incluído na ordem do dia e dará a palavra
2942 ao relator da matéria. Dois, terminada a exposição, a matéria será colocada em
2943 discussão, podendo qualquer membro manifestar-se a respeito, escrita ou oralmente. E
2944 três, encerrada a discussão, o plenário deliberará sobre a matéria. Parágrafo único, a
2945 manifestação em que trata o inciso I deste artigo deverá limitar-se a um máximo de três
2946 minutos por membro, ressalvados casos de alta relevância a critério do presidente da
2947 CNCD. Artigo 18, destaque. Artigo 18, a CNCD deliberará, por maioria simples, com um
2948 quórum mínimo de metade mais um e seu presidente. Votará somente em caso de
2949 empate quando terá o voto de qualidade. Parágrafo 1º, cada membro titular terá direito a
2950 um voto. Parágrafo 2º, nas hipóteses previstas no parágrafo 4 do artigo 11, o membro
2951 que estiver exercendo a presidência terá direito a seu voto. É aquele que fala do voto de
2952 qualidade em caso de empate. Parágrafo 3º, a substituição do membro titular em plenário

2953 somente poderá ser feita por seu suplente formalmente indicado junto à comissão.
2954 Parágrafo 4º, o membro suplente terá direito a voto de ausência do respectivo titular e
2955 terá direito a voz mesmo quanto presente o titular. Parágrafo 5º, o exercício do voto é
2956 privativo dos membros titulares ou suplentes, não sendo permitido seu exercício por
2957 representante, mesmo que qualificados. Artigo 19, o plenário poderá apreciar matéria não
2958 constante de pauta mediante justificativa e requerimento de regime de urgência. Artigo
2959 1º, o requerimento de urgência deverá ser subscrito por um mínimo de 10 membros da
2960 CNCD e encaminhado à Secretaria Executiva com no mínimo cinco dias de
2961 antecedência, a qual, no prazo de três dias providenciará a distribuição aos demais
2962 membros da CNCD. Parágrafo 2º, excepcionalmente o plenário poderá dispensar o prazo
2963 estabelecido no parágrafo anterior desde que o requerimento de urgência seja subscrito
2964 por, no mínimo, 15 membros. 3º, o requerimento de urgência poderá ser acolhido a
2965 critério do plenário por maioria simples. 4º, a matéria cujo regime de urgência não tenha
2966 sido aprovada deverá ser incluída obrigatoriamente na pauta da reunião subsequente,
2967 seja ordinária ou extraordinária, observados os prazos regimentais. Artigo 20, facultada
2968 qualquer membro da CNCD com direito a voto, requerer vistas, devidamente justificada,
2969 de matéria não julgada ou, ainda, solicitar retirada de pautas de matéria de sua autoria.
2970 Parágrafo 1º do artigo 20, a matéria objeto do pedido de vista deverá constar da pauta
2971 da reunião subsequente, ordinária ou extraordinária, quando deverá ser exposto o
2972 parecer do respectivo membro da CNCD.

2973 **O SR. ERNESTO GALINDO** – Obrigado. Desculpa, gente. Eu queria só me valer do
2974 precedente do tempo, que eu vou ter que sair. Meu destaque único é esse. Eu não sei se
2975 vocês vão alterar a periodicidade das reuniões, mas, se você fizer uma reunião anual e
2976 uma pessoa pedir vista, não teme. A gente esperar mais um ano para decidir aquilo é
2977 uma coisa muito ruim. Sobre isso, não é? Não, perfeito. Daqui a pouco eu vou ter que me
2978 retirar. Obrigado. Sou Ernesto Galindo, do MDA. Obrigado.

2979 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Parágrafo 2º, o parecer relativo à matéria objeto do pedido
2980 de vista deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva no prazo estabelecido pelo
2981 presidente. Terceiro, quando mais de um membro da CNCD pedir vista, o prazo para
2982 apresentação dos pareceres escorrerá simultaneamente. Parágrafo 4º, é vedado o

pedido de vista ou de retirada de pauta após o início da votação da matéria. Parágrafo 5º, as matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o plenário assim o decidir. Parágrafo 5º, a matéria somente poderá ser retirada de pauta por pedido de vista uma única vez. Sétimo, o membro da CNCD que requerer vista e não apresentar o respectivo parecer no prazo estipulado receberá advertência por escrito da presidente. Oitavo, a matéria objeto do pedido de vista constará de pauta de reunião subsequente, independentemente da apresentação do respectivo parecer no prazo estipulado. Artigo 21, as resoluções e moções aprovadas pelo plenário, assinadas pelo presidente e pelo secretário executivo, serão publicadas no Diário Oficial da União no prazo máximo de 40 dias, podendo ser divulgadas por intermédio de boletim do Serviço do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, no site do próprio MMA. Parágrafo único, o presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos, infração a normas jurídicas ou improbidade em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na reunião subsequente, acompanhada de propostas de emendas devidamente justificadas. Artigo 22, o presidente poderá decidir *ad referendum* da CNCD sobre a matéria previamente apreciada em Câmara Técnica, devendo a mesma ser apresentada ao plenário na primeira reunião subsequente da comissão. Artigo 23, as reuniões serão gravadas e as atas deverão ser redigidas de forma a retirar as discussões relevantes, a retratar, desculpe, as discussões relevantes e todas as decisões tomadas pelo plenário e depois de aprovadas pela comissão assinadas pelo presidente e pelo secretário executivo. Parágrafo único do artigo, as gravações das reuniões serão mantidas até a aprovação da respectiva ata de reunião. Artigo 24, poderão ser convidados pelo presidente da CNCD para participar de reuniões específicas com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e instituições relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de análise pelo plenário. Artigo 25, eventuais despesas com passagens e diárias serão custeadas pelos respectivos órgãos e entidades representadas na CNCD. Parágrafo primeiro, os representantes das organizações civis constante no artigo 5º, inciso III, no artigo 25. Parágrafo primeiro do artigo 25, os representantes das organizações civis constante no artigo 5º, inciso III, deste regimento poderão ter suas despesas de deslocamento e estadia pagas à conta de recursos

3014 orçamentários do Ministério do Meio Ambiente mediante solicitação do representante da
3015 Secretaria Executiva da CNCD. Parágrafo segundo, as despesas constantes do
3016 parágrafo anterior se referem à participação nas reuniões do plenário da CNCD e de suas
3017 câmaras técnicas. Terceiro, para as reuniões plenárias aplica-se o disposto no parágrafo
3018 primeiro aos membros titulares e, em sua ausência, aos respectivos suplentes. Parágrafo
3019 4º, para as reuniões de câmara técnica e grupos de trabalhos específicos aplicar-se-á o
3020 disposto no parágrafo primeiro aos membros titulares ou aos respectivos representantes
3021 por ele indicados formalmente. Capítulo quinto, que trata das câmaras técnicas, temos
3022 aqui no artigo 26, a CNCD, mediante proposta do presidente ou de, no mínimo, 15 de
3023 seus membros, poderá criar, por resolução, câmaras técnicas encarregadas de examinar
3024 e relatar ao plenário assuntos de suas competências constituídas por membros titulares
3025 ou suplentes ou por representantes indicados formalmente pelo membro titular à
3026 secretaria executiva, os quais terão direito a voz e a voto. Parágrafo primeiro, a proposta
3027 de criação de câmaras técnicas será analisada pelo plenário com base em parecer
3028 contendo a pertinência de sua criação, suas atribuições e composição. Artigo 27, ainda
3029 falando das câmaras técnicas, as câmaras técnicas, no número máximo de 10, serão
3030 constituídas de, no mínimo, sete membros e, no máximo, 17, com mandato de dois anos
3031 admitido à sua recondução. Parágrafo único, caso o número de interessados em
3032 participar da composição da câmara técnica seja superior ao número previsto no caput,
3033 o plenário poderá indicar membros em ordem progressiva para eventuais substituições.
3034 Artigo 28, a extinção das câmaras técnicas deverá ser aprovada pelo plenário mediante
3035 proposta fundamentada do presidente da CNCD como 15 dos seus membros devem da
3036 mesma ser objeto de resolução. Artigo 29, na composição das câmaras técnicas deverá
3037 ser considerada a participação dos segmentos segundo a natureza técnica do assunto e
3038 de sua competência, a finalidade das instituições ou setores representados e a formação
3039 técnica ou notória atuação dos seus membros na área de combate à desertificação e
3040 mitigação dos efeitos da seca. Artigo 30, compete às câmaras técnicas observar suas
3041 respectivas atribuições. Um, elaborar e encaminhar propostas ao plenário, por meio de
3042 secretaria executiva, observar a legislação pertinente; 2, manifestar-se sobre consulta
3043 que lhe for encaminhada; 3, relatar e submeter à aprovação do plenário assuntos a elas
3044 pertinentes; 4, solicitar os órgãos e entidades atuantes no âmbito do combate à

3045 desertificação por meio de sua secretaria executiva manifestação sobre o assunto de sua
3046 competência; 5, convidar especialistas ou solicitar à secretaria executiva sua contratação
3047 para assessorá-las em assuntos de sua competência; 6, criar grupos de trabalho para
3048 tratar de assuntos específicos; E 7, propor a realização de reuniões conjuntas com outras
3049 câmaras técnicas da CNCD. Artigo 31, as câmaras técnicas serão presididas por um de
3050 seus membros eleito na sua primeira reunião por maioria simples dos votos dos seus
3051 integrantes. Parágrafo primeiro, o presidente da Câmara Técnica terá mandato de um
3052 ano, permitido a reeleição. Segundo, em caso de vacância será realizado nova eleição
3053 em conformidade com o disposto no caput desse artigo. Terceiro, nos seus
3054 impedimentos, o presidente da Câmara Técnica indicará entre os seus membros da
3055 Câmara o seu substituto. Quarto, caberá ao presidente da Câmara Técnica quando dar
3056 a abertura da reunião estabelecer os procedimentos para a manifestação dos presentes.
3057 Artigo 32, as reuniões das câmaras técnicas serão públicas e deverão ser realizadas com
3058 pelo a menos a metade dos seus membros, os membros respectivos da câmara técnica.
3059 Parágrafo primeiro, as reuniões serão convocadas por suas respectivas presidências por
3060 decisão própria ou a pedido de um terço dos seus membros com, no mínimo, 12 dias de
3061 antecedência. Parágrafo segundo, a pauta respectiva da documentação das reuniões
3062 deverá ser encaminhada no prazo mínimo de sete dias anteriores à sua realização.
3063 Terceiro, das reuniões das câmaras técnicas serão redigidas atas na forma a retratar as
3064 discussões relevantes de todas as decisões tomadas e aprovadas pelos seus membros
3065 e assinadas pelo seu presidente e relator. Artigo 33, as decisões das câmaras técnicas
3066 serão tomadas por consenso ou por votação da maioria dos membros presentes,
3067 incluindo o seu presidente, ao qual cabe o voto de desempate. Artigo 34, o presidente da
3068 Câmara Técnica poderá relatar matérias ao plenário ou designar um relator. 35, a
3069 ausência de membros da Câmara Técnica por três reuniões consecutivas ou por seis
3070 alternadas no decorrer de um biênio implicará a exclusão da instituição governamental
3071 ou setor por ele representado. Artigo 36, a Câmara Técnica poderá estabelecer regras
3072 específicas para o seu funcionamento desde que aprovada pela maioria de seus
3073 membros e obedecido o disposto no regulamento deste regimento. Capítulo 5, dos
3074 grupos de trabalho. No artigo 37, as câmaras técnicas poderão criar, em articulação com
3075 a Secretaria Executiva, grupos de trabalho para analisar, estudar e apresentar propostas

sobre matéria de sua competência. Parágrafo 1, o plenário poderá, para atendimento da necessidade de maior esclarecimento de uma determinada matéria, sugerir a criação de grupos de trabalho no âmbito das câmaras técnicas existentes. Parágrafo 2, os grupos de trabalho terão seus componentes, cronogramas e data de encerramento dos seus trabalhos estabelecidos pela Câmara Técnica ou Plenário quando for o caso no ato de sua criação. Parágrafo 2, o prazo para a conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado a critério das câmaras técnicas ou Plenário quando for o caso mediante justificativa de seu coordenador. Artigo 38, os componentes do grupo de trabalho poderão ser escolhidos entre os membros da Câmara Técnica e seus representantes especialistas interessados na matéria em discussão. Artigo 39, o coordenador do grupo de trabalho será escolhido entre seus componentes. Artigo 40, o grupo de trabalho reunir-se-á em sessão pública. Artigo 41, o coordenador do grupo de trabalho deverá designar na primeira reunião um relator que será o responsável pelo relatório final do grupo de trabalho assinado pelos membros e encaminhado à respectiva Câmara Técnica. Capítulo 6, que trata da atribuição dos membros do colegiado, temos em seu artigo 42. Ao presidente Incube: 1. Convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto de qualidade; 2. Ordenar o uso da palavra durante as reuniões da CNCD; 3. Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário; 4. Manter a ordem na condição dos trabalhos, suspendendo sempre que necessário; 5. Assinar a deliberação da CNCD e atos relativos ao seu cumprimento; 6. Submeter à apreciação do Plenário o calendário de atividades e o relatório anual da CNCD; 7. Dar posse aos membros da CNCD; 8. Assinar as atas aprovadas pelas reuniões; 9. Assinar os termos de posse dos membros da CNCD; 10. Zerar pelo cumprimento das disposições desse regimento, adotando, para este fim, as providências se fizerem necessárias. Artigo 43, que trata das competências dos membros, ao secretário-executivo incumbe: 1. Encaminhar à apreciação do Plenário a assuntos relacionados ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca que lhe forem encaminhadas ouvidas as respectivas câmaras técnicas, quando houver; 2. Informar ao Plenário sobre o cumprimento das deliberações da CNCD; 3. Submeter o relatório anual de atividades ao presidente da CNCD; 4. Remeter matérias às câmaras técnicas; 5. Cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes desse regimento e os encargos que lhe forem cometidos pela CNCD; 6. Prestar esclarecimento solicitados

3107 pelos membros; 7. Dar encaminhamento e fazer publicar as decisões emanadas do
3108 Plenário; 8. Adotar as providências necessárias ao pleno funcionamento da CNCD; 9.
3109 Encaminhar documentos e prestar informações relacionadas com a CNCD; 10. Executar
3110 outras atribuições com relatos determinados pelo presidente da CNCD; 11. Convocar as
3111 reuniões da CNCD no impedimento do presidente; e 12. Assinar, em conjunto com o
3112 presidente, as deliberações da CNCD. Com relação aos membros da CNCD, do artigo
3113 44, cabe: 1. Aprovar seu regimento interno e suas alterações; 2. Comparecer às reuniões
3114 para as quais foram convocados; 3. Debater, analisar e deliberar sobre as matérias em
3115 discussão; 4. Requerer informações e providências e esclarecimentos ao presidente e ao
3116 secretário executivo, eu, conversando com o Alexandre, que eu sou formado em Direito,
3117 então, lei, lei, é o que mais fiz na vida, e aí eu estou tendo aqui, exato, estou tendo aqui
3118 alguns lápis aqui. Vamos continuar. Inciso IV, requerer informações, providências e
3119 esclarecimentos ao presidente ou ao secretário executivo; 5. Pedir vista de matéria ou
3120 retirar de pauta matérias de sua autoria, observando o disposto no artigo 20, que fala
3121 daqueles prazos e seus parágrafos, apresentar relatórios e parcerias nos prazos fixados;
3122 7. Participar das câmaras técnicas com direito a voz e, quando membro, a voto; 8. Aqui
3123 está repetindo o 7, não é? Ou é impressão minha? A ordem dos incisos. Onde termina o
3124 10, no caso, seria a 11. 8. Propor questão de ordem nas reuniões plenárias; 9. Observar
3125 suas manifestações, as regras básicas de convivência e de decoro, e delegar a seu
3126 critério o uso da palavra para manifestação em plenário. O parágrafo único, quando o
3127 membro titular estiver presente, ao suplente caberá somente direito a voz. Capítulo 7,
3128 que trata da Secretaria Executiva. No artigo 45, a Secretaria Executiva compete: 1.
3129 Prestar apoio administrativo, técnico e financeiro à CNCD; 2. Instituir os expedientes; e
3130 3. Elaborar o programa de trabalho e respectivo à proposta orçamentária anual e
3131 submetê-los à aprovação da CNCD. Artigo 46, para o desempenho de suas
3132 competências legais relacionadas ao artigo anterior, cabe à Secretaria Executiva as
3133 seguintes atribuições, entre outras: 1. Elaborar a pauta de reuniões da CNCD e redigir
3134 suas atas; 2. Acompanhar e monitorar o processo de implementação das políticas, de
3135 políticas, projetos e ações, cuja proposta de instituição foi aprovada pela CNCD; 3.
3136 Planejar e coordenar o processo de realização de assembleias para escolha dos
3137 representantes da sociedade civil na CNCD; 4. Prestar apoio administrativo, técnico e

3138 financeiro às câmaras técnicas e seus grupos de trabalho; 5. Monitorar o comprimento
3139 das deliberações da CNCD com a finalidade de elaboração do relatório anual de
3140 atividades da CNCD; 6. Proceder à avaliação sistemática e ao plenário de curto, médio e
3141 longo prazo das atividades da CNCD, submetendo ao plenário para deliberação; 7.
3142 Promover a integração dos temas discutidos no âmbito da CNCD, a partir das atividades
3143 previstas e em andamento com as câmaras técnicas; e 8. Promover a integração dos
3144 temas com a interface com a CNCD, entre os demais conselhos colegiados. No inciso 9,
3145 zelar pelo cumprimento das exposições desse regimento interno, capítulo 8, que trata
3146 das disposições finais, no 9, disposições finais, capítulo 8, artigo 47, o presente regimento
3147 poderá ser alterado mediante proposta do plenário, com aprovação de maioria absoluta
3148 de seus membros, 48, os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desse
3149 regimento interno serão solucionados pelo presidente ouvido o plenário, e artigo 49, esse
3150 regimento interno aprovado pela Comissão Nacional entra em vigor na data de sua
3151 publicação. Vamos trabalhar os destaques. Me ajudem. Vamos proceder aos destaques.
3152 Na dinâmica, o pessoal fala, a pessoa que sugeriu o destaque, e a gente põe para
3153 apreciação, perfeito? Então, o primeiro destaque já ocorreu no artigo 1º, inciso I, que foi
3154 a Valda.

3155 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
3156 **Exteriores – MRE)** – Talvez só lembrar para a gente que o regimento interno precisa
3157 refletir e estar em consonância com o decreto que cria a Comissão e com a lei, que são
3158 superiores ao regimento interno. Tem que seguir um pouco dessa lógica. Mas aí é muito
3159 mais para a forma de como coloca do que...

3160 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Em função do
3161 tempo, eu não vou argumentar, eu vou propor. Só se tiver polêmica, eu entro com a
3162 argumentação. Está certo? Pode ser assim? Então, no inciso I, onde tem a degradação
3163 da terra e a mitigação dos efeitos da seca, aí eu sugiro tirar o “e” antes, e colocar: “E da
3164 crise climática.” É impossível desassociar essa discussão, proposta. Onde tiver a
3165 degradação da terra e a mitigação dos efeitos da seca, acrescentar “E da crise climática.”

3166 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alguma objeção? Então, vamos seguir para o próximo
3167 destaque. O próximo destaque está no inciso V, também com Valda. Sim? Sim, sim.

3168 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – É, pode ser. Eu
3169 só não questiono, não. A gente chama crise porque sempre...

3170 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Então, a sugestão seria das mudanças climáticas.

3171 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Pronto, isso.

3172 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Só para ficar registrado, ok.

3173 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – E aí, no quinto,
3174 onde tem o desenvolvimento territorial...

3175 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Só um instante.

3176 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Não foi
3177 aprovado?

3178 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Sim.

3179 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Isso, só para
3180 corrigir.

3181 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Isso.

3182 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – E das mudanças
3183 climáticas, ao invés da crise. Das mudanças climáticas. O quinto...

3184 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Destaque no inciso 5º.

3185 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – O quinto, ao final,
3186 ao desenvolvimento sustentável, a minha sugestão é acrescentar, em todos os territórios
3187 e etnoterritórios nacionais, porque hoje nós temos os territórios criados pelo MDA, desde
3188 sempre, território de identidade, e os etnoterritórios demarcam os territórios dos povos e
3189 comunidades tradicionais. Por exemplo, na Bahia, só para explicar, o nosso etnoterritório
3190 indígena se chama Ibiara.

3191 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3192 **MMA)** – Eu acho que a gente, do ponto de vista semântico, do ponto de vista... Aliás, não
3193 é semântico, é do ponto de vista político, eu acho que é tranquilo. A gente só precisa
3194 saber se a gente tem um amparo legal, institucional, para esse termo etnoterritório.
3195 Porque, se não tiver, a gente corre o risco de estar colocando no regimento determinadas
3196 abordagens que não estão amparadas em algum instrumento legal dessa perspectiva.
3197 Só isso. Se tiver, você já pode também indicar.

3198 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Está amparado
3199 na política nacional de povos e comunidades tradicionais.

3200 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Perfeito. Alguma objeção? Pode acrescentar. Identifica.

3201 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (FUNDAÇÃO ARARIPE)** –
3202 Francisco Campello, Fundação Araripe. A comissão tem competência para atuar em todo
3203 o território nacional ou só nas áreas suscetíveis à desertificação?

3204 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3205 **MMA)** – A lei define todo o território nacional, da política, em território nacional. A lei que
3206 o senhor criou. Eu vou pegar você e ledo hoje. Vocês criaram e agora vocês têm que dar
3207 conta também.

3208 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Sem objeções, vamos para o próximo destaque, também
3209 de Valda. No artigo 2º, inciso II. O microfone, por favor.

3210 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Esse aqui eu
3211 acrescentei mais um pouquinho. Justificando, para esclarecer. Porque essa história de
3212 que está implícito, toda hora surge uma coisa nova. Está implícito, eu, como freiriana,
3213 não concordo muito, não. Por isso que eu vou ampliar aqui a proposta. Promover a
3214 integração das estratégias e ações estratégias e ações de erradicação da pobreza, em
3215 especial de mulheres, da juventude, das pessoas idosas, de famílias agricultoras,
3216 camponesas, povos e comunidades tradicionais, assentadas, reassentadas, refugiados
3217 socioambientais, principalmente do campo e das florestas, onde concentram-se a

3218 necessidade de combate, e aí continua. Das águas, isso. Foi eu que fiz igual para ele,
3219 não li de tão rápido, querendo ser objetiva.

3220 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alguma objeção? Não? Poderia repetir, Valda? Podemos
3221 seguir, então?

3222 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Foi ele que disse
3223 que era para mim ser pausada. Promover a integração das estratégias e ações de
3224 erradicação da pobreza, em especial das mulheres, da juventude e das pessoas idosas,
3225 de famílias agricultoras, camponesas, povos e comunidades tradicionais. Está digitando?
3226 Eu não sabia. Pode.

3227 **O SR. CAMILO (CODEVASF)** – Camilo, Codevasf. No caso, quando a gente começa a
3228 especificar demais, muitas especificidades, você perde o geral, porque a desertificação
3229 não é só para o pobre, não é só para o indígena, não é só para as comunidades, para as
3230 mulheres. Todos nós, brasileiros, sofremos com a desertificação. Então, quer dizer, as
3231 ações, elas têm que ser para todos. E aí, no caso, quando você especifica, o que
3232 acontece? Muitos setores que não foram colocados aí serão excluídos. E o fato de excluir
3233 esses setores, o que vai acontecer? Você tem um setor empresarial que sofre com isso
3234 também, você tem os grandes empreendimentos governamentais, como foi falado do
3235 pessoal, em relação às outras ações. Então, eu acho que, neste caso, deixar mais geral,
3236 você consegue ter várias estratégias de políticas públicas que podem ser atingidas aí.
3237 Quando você coloca essa especificidade, você tira outras políticas públicas que o próprio
3238 direito difuso nos permite dessas áreas suscetíveis a não serem atendidas. Então, eu
3239 acho que não deve colocar. Eu sei que é importante, mas, para este objetivo, fica muito
3240 específico, aí você perde o geral e perde o objetivo da nossa situação.

3241 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Na verdade, a
3242 gente não está... A gente está colocando em especial. Então, aqui está para todos.
3243 Promover a integração das estratégias de ações de erradicação da pobreza em especial,
3244 porque, em especial, são esses povos que mais são impactados pela desertificação,
3245 pelas mudanças climáticas, pela crise climática, e é incomparável, é só ver estatísticas e
3246 dados, tanto os internacionais como nacionais e territoriais, de que são essas pessoas

3247 as mais impactadas. Por isso, a necessidade de ficar claro como um dia de sol nas
3248 Caatingas. Obrigada.

3249 **A SRª. ELIZETE MARIA DA SILVA (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
3250 **Nordeste – MMTRNE)** – Eu sou a Elizete, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do
3251 Nordeste. Eu só queria complementar o seguinte: Neste parágrafo está dizendo:
3252 “Erradicar a pobreza.” O setor empresarial não tem pobreza, querido. O setor empresarial
3253 tem riqueza e muita, e degrada muito. Quem tem pobreza é mulher, idoso, jovem, que
3254 está no campo sofrendo a degradação que, infelizmente, o setor empresarial provoca.

3255 **A SRª. JÚNIA LEITE (Ministério da Cultura - MINC)** – Júnia, Ministério da Cultura. Eu
3256 queria incluir, eu acho que, trazendo esse regimento que vem de uma história já, para a
3257 atualidade, eu acho que uma temática que é muito importante é a redução da
3258 desigualdade social. Ela é fundamental para a gente atingir esses objetivos. Então, eu
3259 sugeriria a inclusão, erradicação da pobreza, redução da desigualdade social.

3260 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alguma objeção à redução da desigualdade social? Não?
3261 Então, acho que a gente pode seguir, para a gente dar encaminhamento aqui. Superados
3262 o destaque.

3263 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3264 **MMA)** – Não, eu acho que é isso. Só para... A qualidade desse papel de secretário-
3265 executivo da comissão, eu acho que eu me preocupei com o que a fala do companheiro
3266 da Codevasf colocou, e comentei muito rapidamente aqui com o Carlos. Carlos, quando
3267 a gente diz em especial, nós não estamos excluindo. Ou seja, nós não estamos excluindo.
3268 Nós estamos dizendo que, dentro deste contexto, estes segmentos precisam de uma
3269 atenção maior, porque são mais vulnerabilizados. Ou seja, isso não vai impedir de a gente
3270 trabalhar com outros setores, e os que não estão aqui. Mas, de forma prioritária, a
3271 comissão está indicando que precisamos olhar para esses.

3272 **A SRª. BÁRBARA FAVALESSA ALMEIDA (Articulação dos Povos e Organizações**
3273 **Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME)** – Só queria fazer
3274 uma contribuição, mas acho que vai servir para todo o texto. Sempre que for incluir povos

3275 e comunidades tradicionais, a gente pleiteia povos indígenas e comunidades tradicionais,
3276 porque povos envolvem muitos. Só acho que no resto do texto também precisar.
3277 Obrigada.

3278 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Perfeito. Anotado. Seguindo ainda no capítulo das
3279 competências, tem um destaque no inciso IV da Valda.

3280 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – No quarto, onde,
3281 depois do PAB Brasil, propor providências e os investimentos necessários, porque foi o
3282 que mais foi falado aqui. Ou a gente pauta e define a importância de recursos e de
3283 investimento, ou não vamos conseguir. Então, tem que pautar sempre essa questão dos
3284 investimentos.

3285 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alguma objeção? Perfeito. Tem um destaque aqui no
3286 inciso 5 do Sandro. Você fez um destaque? A Valda também fez?

3287 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Analisar
3288 propostas de alteração da legislação pertinente ao combate à desertificação, vírgula, a
3289 restauração ecológica, é o que eu proponho acrescentar, a recuperação de áreas
3290 degradadas, e aí propõe complementar, e a prevenção e diminuição dos danos
3291 socioambientais decorrentes de eventos climáticos extremos por meio da implementação
3292 da política nacional. E aí prossegue.

3293 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alguma objeção, alguma observação? A Bárbara, ali.

3294 **A SRª. BÁRBARA FAVALESSA ALMEIDA (Articulação dos Povos e Organizações**
3295 **Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME)** – Só por uma
3296 questão de termo também. A gente tem usado muito regeneração, mas ainda não é uma
3297 palavra, talvez, muito usada, porque, para nós, envolve cosmovisão. Mas eu sugeriria a
3298 restauração e recuperação de áreas degradadas, porque a restauração ecológica
3299 também tem uma série de questões, a gente trabalha com restauração produtiva para
3300 poder não especificar demais. Então, restauração e recuperação de áreas degradadas,
3301 acho que já abrange...

3302 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Então, podemos seguir com a observação feita pela
3303 Bárbara? Alguma objeção? Então, tira o ecológico do termo. Isso. Tem um destaque no
3304 inciso 6 também. Marcos, por gentileza, nesse ponto, põe um parêntese e reticências
3305 para a gente entender que existe ainda o resto da redação do próprio inciso. Tem um
3306 destaque no inciso 6, quem fez? Acho que foi a Embrapa.

3307 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Na última linha
3308 do parágrafo 6º, e assegurar onde tem descentralização da execução das ações e
3309 assegurar, complementei, recursos e continua, e participação. Estou insistindo nessa
3310 questão dos recursos.

3311 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Perfeito. Você? Não? Então, aqui, Elizete. Tem um
3312 destaque no inciso 6. Então, superado o 6, tem um destaque no parágrafo único desse
3313 artigo com Valda também.

3314 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Depois de
3315 orçamentos e financeiros, contará com recursos, orçamentos e financeiros. A
3316 complementação é: “Condizente com as demandas.” É utópico? Pode ser, mas a gente
3317 tem que assegurar isso. Então, e financeiros condizentes com as demandas e segue,
3318 consignados no orçamento...

3319 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alguma objeção? Então, seguimos. Tem um destaque no
3320 artigo 5º. Seu Sandro?

3321 **O SR. SANDRO** - Como já foi uma questão de portaria e está elencando o quadro de
3322 ministérios, a experiência que nos trouxe a fazer parte da Comissão Nacional de Política
3323 Indigenista e outros mais, Conselho, hoje, Nacional de Política Indigenista, a gente vê
3324 que cria-se um grupo interessante de ministérios e, com o passar do tempo, nem todos
3325 esses grupos acabam acompanhando e, às vezes, tem duas instâncias, três instâncias
3326 do mesmo ministério. E eu acho, de alguma maneira, prejudicial. A gente não tem
3327 ninguém aí do MPI, não tem ninguém aí da FUNAI para nos ajudar no dia a dia. O que
3328 eu sugeri logo no começo, aí eu quero dar ênfase, não sei se vai alterar aqui ou alguma
3329 coisa assim, é que talvez, estava até discutindo com nossa guerreira Valda, liguei para

3330 alguém do ministério, a gente conversou, aliás, alguém ligou e a gente conversou, é que
3331 talvez a gente possa dar um suporte, sei lá, como convidado permanente, até as coisas
3332 se ajustarem, ver quem vai ficar mesmo, porque, de repente, o ministério: “Olha, não dá
3333 para a gente seguir, a gente acha estratégia de colocar, às vezes, lá na frente, tem
3334 esvaziamento e tal”, porque a gente vai precisar desse grupo aí para nos ajudar com os
3335 dados. A gente tem um quantitativo bom de áreas indígenas que estão em processo, que
3336 a gente vai precisar dialogar com elas e ampliar nossos corredores de mata em pé, em
3337 nome do nosso bom Tupã. É isso.

3338 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alexandre.

3339 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Então, só
3340 reforçando, embora os povos indígenas também já estejam aqui na comissão, por
3341 diversas representações, o que nós estamos falando aqui é quanto ao Ministério dos
3342 Povos, o MPI, que ficou mais ou menos dialogado, que seria colocado como convidado
3343 permanente até que o próximo momento de revisão do regimento possa ser analisado.

3344 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Alexandre.

3345 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3346 **MMA)** – Vejam, em algum momento, o Valda me fez uma consulta sobre essa questão,
3347 e eu falei para o Valda o seguinte: “Quando saiu o decreto, vocês imaginam quantas
3348 mensagens e ligações eu recebi criticando, olha, nós não estamos aí, por que nós não
3349 estamos, a gente estabeleceu uma parceria com vocês e nós não estamos, na comissão”,
3350 e que eu faço uma conta assim, por baixo, nós temos hoje 42 membros titulares,
3351 obviamente, 42 suplentes. Se nós fôssemos atender todas as demandas, nós teríamos
3352 uma comissão por volta de 60 instituições, o que daria 120, o que não é uma coisa
3353 simples. Quando nós começamos a pensar o decreto de criação da comissão, recriação
3354 da comissão, eu fiz algumas consultas aos que vieram antes, Chico Campello foi um
3355 deles, o Paulo Pedro de Carvalho, o nosso amigo lá da SEMAS, Sérgio Mendonça, que
3356 são pessoas que têm estado na comissão anteriormente, e eu: “Cara, como é isso?”
3357 Havia uma recomendação também do nosso ministério de que a gente tivesse cuidado
3358 com o tamanho das comissões, porque uma comissão, a depender do tamanho dela, ela

3359 gera não só um pouco mais de custos e despesas, mas gera também um trabalho
3360 diferenciado, em um contexto em que, e eu vou falar só porque o meu papel é de falar,
3361 mas eu sei que isso não justifica, mas é para que vocês também tenham esse
3362 conhecimento, nós estamos em um grupo extremamente reduzido para tocar essa
3363 agenda. Então, eu sei que o governo tem a obrigação de dar as condições, mas,
3364 concretamente, no momento, as condições não estão dadas. O que é que... O que é que
3365 eu proponho? De fato, nós... A gente pode aqui definir, enquanto comissão, que nós
3366 podemos convidar e criar ali uma categoria em algum dos incisos, de ministérios e órgãos
3367 do governo, que a gente entende que são importantes, que é importante a gente fazer
3368 diálogo com eles, já está citado o MPI, a FUNAI, que não estão na composição da
3369 comissão, mas que a gente pode convidar para estar aqui, criar uma categoria de
3370 convidados permanentes para que essas instituições possam vir, com o direito à voz,
3371 obviamente, para que elas possam... Como? Não, sim, eu acho que essa é uma coisa
3372 super pertinente. Por que eu estou dizendo isso? Porque isso fica mais na governança
3373 nossa da comissão. Porque, se a gente for para modificação do decreto, a gente vai
3374 paralisar o que a gente acabou de começar até rodar e não sei das quantas, eu acho que
3375 a gente vai gerar um problema. Já está posto. Isso, exatamente. Mas eu acho que, se a
3376 gente entende que deveria, a gente pode criar uma categoria de órgãos, instituições
3377 permanentes a comporem a comissão. Eu estou falando, por exemplo, do MPI, que foi
3378 uma das instituições que me contataram, do BNDES, o BNDES também manifestou
3379 interesse de compor a comissão e me questionou pela ausência. Mas eu quero só
3380 lembrar que eu acho que o ledo tem razão também, a gente pode criar isso, para ficar no
3381 regimento interno da comissão, mas lembrar que a gente pode convidar a qualquer
3382 momento a Secretaria Executiva, por orientação da plenária e tal, esses e outros órgãos
3383 que a gente entende que devem estar aqui participando das reuniões.

3384 **O SR. SANDRO** - Vocês sentirão mais responsabilidade para acompanhar a agenda,
3385 para estar contribuindo e planejando junto conosco.

3386 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3387 **MMA)** – Então, só para... Então, como proposta. Eu vou acolher a proposta de a gente
3388 ter convidados permanentes e a gente colocar no regimento.

3389 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** - Alexandre.

3390 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3391 **MMA)** – Por favor.

3392 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** - Não poderia, no artigo 24, inserir algum termo
3393 para ajudar a encaminhar essa questão, por exemplo? O artigo 24 fala que poderão ser
3394 convidadas pelo presidente para participarem de reuniões específicas com direito à voz,
3395 pessoas e instituições relacionadas aos assuntos que estejam sendo objeto de análise
3396 pelo plenário. Talvez criar um inciso, por exemplo, alguma coisa assim.

3397 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3398 **MMA)** – Podemos. E não a permanência na comissão. Ok, espera aí. Tem uma leitura
3399 sobre essa sugestão? Chico.

3400 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (FUNDAÇÃO ARARIPE)** –
3401 Assim, vou dizer que a gente comunga com a ideia. A gente fez um esforço, Alexandre
3402 lembra, grande para não perder a oportunidade, mas, infelizmente, aconteceu. A gente
3403 tem uma situação, Alexandre, no Conselho de Meio Ambiente de Pernambuco, que,
3404 como Ministério Público, ele participa sistematicamente, mas não vota. Então, a gente
3405 poderia ver qual é o instrumento, o mecanismo que está posto no regimento que dá essa
3406 condição de ele estar permanente sem direito a voto. E aí estaria a mesma coisa aqui.

3407 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3408 **MMA)** – Como regimento, a gente pode colocar. Talvez... Isso, exato. Que aí o nosso
3409 jurídico pode ajudar a gente a encontrar isso. Então, volta lá, Marcos, tira daí, que acho
3410 que talvez aqui não caiba, porque, de fato, está relacionado ao tema específico. A gente
3411 quer que eles estejam permanentemente, independentemente do tema, da matéria que
3412 esteja sendo discutida. Aí, no final desse... Cadê? Isso aí. No final, pode passar. Isso,
3413 pode passar. Cada membro da comissão terá um suplente, ok. Pode passar. Sexto,
3414 sétimo, oitavo. Aí, depois do nono. Põe aí e depois a gente vê qual é o melhor local. Que
3415 seria um parágrafo dizendo que a comissão terá como convidados permanentes, e a
3416 gente formaliza, enquanto Secretaria Executiva e Presidência, a esses órgãos. O

3417 Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério das Mulheres, que foi uma outra demanda
3418 que nos surgiu de forma direta. O BNDES. Minha gente, eu disse a Val de uma coisa que
3419 eu quero dizer para vocês: O que saiu no decreto foi o que foi possível. Agora, para a
3420 frente, é nós juntos. É para onde a gente vai construir juntos. É isso que nós estamos
3421 fazendo aqui. Não me destituam do meu cargo de Secretaria Executiva, senão a minha
3422 ministra vai me botar para fora. FUNAI, alguma sugestão mais que vocês tenham? O
3423 Ministério Público Federal. Porque é uma coisa, a gente pode convidar. Se eles vão estar
3424 aqui ou não, aí é uma outra coisa. Ficamos por aqui por enquanto, porque os outros
3425 podem entrar na outra categoria lá, que é a depender da matéria em discussão, a gente
3426 convida. Mas esses a gente gostaria de estar.

3427 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Não, tem? Iedo, Embrapa. No artigo 5, aí tem
3428 vários ministérios, e eu acho que o Ministério da Agricultura está faltando. Ministério da
3429 Agricultura, Pecuária e Abastecimento. E também uma sugestão minha é que, depois do
3430 nome do ministério, colocar a sigla. E de todos, porque a gente se perde para caramba.
3431 As pessoas falam coisas, hoje está se falando tudo em linguagem de WhatsApp, que as
3432 pessoas mais velhas como eu não entendem, não. Então vamos colocar aí, direitinho.
3433 Ministério da Agricultura e Abastecimento é MAPA. Ministério do Ambiente é MMA.
3434 Colocar em todos. Essa é uma sugestão que eu faço.

3435 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Está, perfeito.

3436 **O SR. FLÁVIO (Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA)** – Oi, colega. É Flávio
3437 aqui do MAPA. Eles são separados novamente. A gente tem o MPA, Pesca e Aquicultura,
3438 e tem o Agricultura e Pecuária. Eles já são dois ministérios separados, novamente.

3439 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Observações feitas. Vamos para o próximo destaque. No
3440 capítulo 3, do funcionamento do plenário, teve um destaque no artigo 11. Marcos, o
3441 Alexandre pediu para... Só colocar a observação das siglas, perfeito. O próximo destaque
3442 está no capítulo 3, do funcionamento do plenário. O Sandro fez um destaque no artigo
3443 11. Sandro, para você, artigo 11.

3444 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
3445 **do Brasil – APIB)** – Bem, pessoal, eu acho que todos nós aqui ficamos até meio
3446 impactados com o tamanho da responsabilidade que cada um, cada uma tem, seja de
3447 instituição, seja de organização, seja do que for, para contribuir. E se tem uma coisa que
3448 eu sei e que aprendi desde pequeno, é ser cobrado. A gente é líder de movimento, o
3449 nosso povo o que mais faz é nos cobrar. E eu acho que a gente, com o tamanho do
3450 desafio que essa comissão tem, a gente ter garantido uma ordinária ao ano, é muito
3451 pequeno. Para quem for, não é? Os titulares, que eu sei que vão ser os titulares. Não é
3452 da questão das reuniões ordinárias, não? É isso, sim. Valda, não procura mais coisa,
3453 não, que você não deu o destaque, não. Você deu? Desculpa, então. Então volta aqui,
3454 perdão.

3455 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Porque foi
3456 discutido, o outro passou. Mas é rapidinho. Onde tem 18 representações, substituir
3457 entidades por organizações, porque o MROSC, o Marco Regulatório das Organizações
3458 da Sociedade Civil, reconhece a gente como organizações, não como entidades.

3459 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Então, Marcos, é artigo 5º, inciso III, substituir por
3460 organizações. Voltando para o artigo 11º.

3461 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
3462 **do Brasil – APIB)** – Bem, eu entendo que aí foi a articulação do nosso guerreiro ali, junto
3463 com o Alexandre, para o projeto passar, então botar uma reunião só, para não ter muito
3464 ônus. Mas, diante do desafio, minimamente que ela seja quadrimestral, a cada quatro
3465 meses uma, garantia de uma ordinária. E é extraordinária sempre quando tiver uma
3466 demanda, uma necessidade. Mas uma reunião, eu acho, não atende os objetivos dos
3467 trabalhos que essa comissão se propõe a fazer.

3468 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Sandro, eu
3469 também propus nesse sentido, mas sendo um pouco assim... Não, não, é porque eu
3470 gostei do quadrimestral, embora eu tenha colocado semestral. E presencial. É bom
3471 destacar isso.

3472 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Desculpe, é porque é importante colocar no
3473 texto presencial. Eu sei que está implícito, mas no regulamento dos decretos, pede que
3474 a gente coloque, inclusive porque tem que ter orçamento e tudo mais.

3475 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – A Elizete também pediu a palavra, no destaque.

3476 **A SR^a. ELIZETE MARIA DA SILVA (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
3477 **Nordeste – MMTRNE)** – Eu também concordo, Elizete do MMTR Nordeste, eu também
3478 concordo que uma reunião anual é para a gente chegar aqui uma vez no ano e dizer qual
3479 foi o calango e a lagartixa que sobreviveu ao desastre da desertificação. Não tem nem
3480 cabimento, minha gente, uma reunião por ano. Isso é um absurdo. Mas como existe um
3481 decreto, que Alexandre disse que é uma complicação, mexer no decreto agora, a gente
3482 pode deixar uma reunião ordinária, presencial, e já amarrar três reuniões extraordinárias,
3483 minha gente. É uma no começo do ano, um em junho, um em setembro, e outra no final
3484 do ano. E aí a gente já deixa amarrado, no regimento, três reuniões extraordinárias. Não
3485 tem para onde, vai entrar no orçamento, tem dinheiro, o Brasil nunca faltou dinheiro. Eu
3486 sou trabalhadora rural, mas não sou cega. Tem os portais de transparência, tem as
3487 informações hoje abertas no site para todo mundo ver. O que acontece no Brasil é a má
3488 distribuição de verbas. Quem tem muito, tem mais. E quem tem pouco, não ganha quase
3489 nada. Então cabe a gente aqui, enquanto Comissão Nacional de Desertificação, brigar
3490 para que esse departamento tenha recurso para a gente estar discutindo as políticas de
3491 fortalecimento da Caatinga. A Caatinga pede socorro e a gente não vai permitir ser
3492 exterminado dentro dos nossos territórios por falta de dinheiro, porque o Brasil tem
3493 dinheiro, Alexandre, ele nunca deixou de ter dinheiro. Agora, tem dinheiro na mão de
3494 muitos. A gente vai para o Congresso, o dinheiro todinho do Brasil dentro do Congresso
3495 está na mão do agronegócio, das sojas. Por que não pode vir para a mão de a gente
3496 salvar a Caatinga, que é lá que a gente vive, que é lá que a gente produz? Então vamos
3497 brigar para a gente fazer essa reunião, uma presencial, ordinária, que está no decreto,
3498 vai ser difícil mexer agora no decreto, mas já deixar amarrado três extraordinárias.

3499 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Obrigado, Elizete. Francisco Campello tem um destaque.

3500 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (FUNDAÇÃO ARARIPE) –**
3501 Meu destaque era com relação a gente fazer um esforço para marcar reuniões. Eu sei
3502 que, de forma pragmática, é quase que impossível trazer 21 membros custa, no mínimo,
3503 quase R\$ 100 mil reais ao departamento. Então, a gente tem que olhar por esse lado.
3504 Então, eu iria ver se é possível colocar assim: Uma reunião ordinária presencial e
3505 assegurar reuniões extraordinárias usando o mecanismo moderno da tecnologia, que
3506 aqui o decreto, o regimento não deixa claro. E hoje a gente já faz cursos a distância, a
3507 gente tem condições de fazer uma reunião dessa com uma pauta, porque a reunião da
3508 comissão tem pauta, a gente vem para deliberar, a gente não vem para discursar. Então,
3509 é uma reunião relativamente rápida. A Comissão Nacional de Conservação da
3510 Biodiversidade, esse ano já teve pelo menos duas reuniões virtuais e de três dias, que
3511 foi um desafio. Então, eu acho que a gente poderia, Alexandre, assegurar mais
3512 permanência dentro da realidade orçamentária que a gente sabe que tem, acrescentando
3513 aqui os sistemas remotos presentes hoje.

3514 **O SR. CARLOS SANTIAGO –** Perfeito. Tem... Com a palavra, Sandro.

3515 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
3516 **do Brasil – APIB) –** Bem, eu pedi novamente a palavra.

3517 **O SR. CARLOS SANTIAGO –** Espera aí um instante.

3518 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3519 **MMA) –** Não, então, só para a gente, porque tem várias pessoas inscritas, então, quem
3520 se inscreve, levanta a mão e a gente vai garantindo a ordem para poder... Então, Sandro,
3521 depois... Valda. Guilherme e Valda.

3522 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
3523 **do Brasil – APIB) –** Bem, pessoal, eu pedi a palavra novamente porque acho o seguinte:
3524 O desafio aqui é a gente entender que a gente precisa de mais reuniões ordinárias. As
3525 extraordinárias... É extraordinário quando o presidente é virtual, é extraordinário, pode
3526 ser virtual. A reunião ordinária é aquela que delibera, é aquela que encaminha, é aquelas
3527 coisas. Os conselhos, por mais simplório que seja, ele reúne, no mínimo, três vezes ao

3528 ano. Por mais simplório que seja. Se lá não pode mexer, mas é uma proposta dessa
3529 comissão que já demonstra que não concorda com isso e dá um sinal, um sinal claro que
3530 ela quer mais reuniões ordinárias. Por isso que eu defendo. Agora lá o jurídico mexer o
3531 decreto, não pode, pode isso aqui, não pode, mas a gente sinaliza que uma reunião
3532 ordinária garantida por um ano é pouco, é irrisório. Não estou dizendo nem de recurso,
3533 estou dizendo que é pouco. Que a gente se reúna debaixo de uma árvore, vamos lá para
3534 a aldeia, vamos para algum lugar, mas que a gente se reúne de maneira ordinária mais
3535 vezes, só isso.

3536 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – A Valda com a palavra.

3537 **A SR^a EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Sendo realística,
3538 é absurdo só ter uma reunião no ano, presencial, ordinária. Então, eu vou aí na mediação
3539 de duas, de caráter ordinário semestralmente e presencial, e as outras até que possam
3540 ser, de acordo com a demanda e as urgências, de forma virtual. Agora, a gente tem uma
3541 responsabilidade dessa. A maior crise climática do mundo, no Brasil e tudo, e a gente
3542 tem uma reunião só, não tem sentido. E virtual, a gente sempre, como comentou aqui a
3543 companheira do IRPA, a gente às vezes até se dispersa, é mais difícil para a gente ali se
3544 concentrar em uma reunião virtual de um dia ou dois dias, é muito mais difícil. E assim
3545 como os órgãos do governo têm dificuldade de ir lá para a base porque são muito
3546 ocupados, nós, da sociedade civil, somos tão ocupados quanto para descer para cá.
3547 Quando a gente está dizendo que vem para cá é porque o negócio é importante mesmo,
3548 porque vir para Brasília não é fácil, principalmente quem mora lá no interior, que não tem
3549 avião. A gente anda mais de 400 quilômetros para poder pegar um avião, para vir e tudo
3550 mais. Então, a recíproca tem que ser verdadeira e a responsabilidade também.

3551 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Guilherme, com a palavra.

3552 **O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (Ministério de Minas e Energia – MME)** – Eu
3553 não vou entrar aqui no mérito, se vai ser uma por ano, duas ou até mais. Para mim, eu
3554 acho que não há problema nisso. O mérito que eu quero entrar é se a gente vai propor o
3555 ajuste do decreto ou somente uma resolução, porque a resolução proposta não pode ser
3556 diferente do decreto que está vigente. Se a gente partir para esse tipo de ajuste, então a

3557 gente pode inclusive incluir o MPI, então é um ajuste de decreto que a gente está fazendo
3558 aqui. A resolução não pode estar em desacordo com o decreto vigente. Acho que é um
3559 ponto pacificado, entre os vários conselhos e comitês que a gente participa, é que tem
3560 que estar aderente ao que está no decreto, que é o que está oficial sobre o grupo.

3561 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3562 **MMA)** – Então, eu vou buscar aqui uma fala de consenso para a gente... A construção
3563 do consenso é isso, a gente ir buscando um pouco do que é possível dentro do contexto
3564 que está posto. Guilherme tem toda a razão, porque, se a gente disser que vai fazer mais
3565 de uma ordinária, nós temos que mudar o decreto. Aí entra na mesma lógica da
3566 composição. Então, o que eu gostaria de sugerir? Primeiro, a gente já começou o ano de
3567 2025 sabendo que nós íamos fazer duas reuniões, nós temos recursos assegurados para
3568 duas reuniões. É essa ordinária e mais uma extraordinária. Então, já tem mais uma
3569 extraordinária assegurada. Ao mesmo tempo, eu entendo que é importante a gente
3570 amarrar um pouquinho, dentro do regimento interno, que teria uma... Obrigado. Que teria
3571 uma... Um número X de reuniões, para que, independente de quem venha assumir no
3572 futuro essa agenda, vai ter que cumprir aquilo que está lá. Então, o que eu queria propor?
3573 Eu acho que nós não podemos abrir mão, e aí é uma ponderação mesmo para todos nós,
3574 nós não podemos abrir mão de ter reuniões virtuais. Então, eu acho que o Chico tem
3575 razão quando ele propõe que isso precisava estar no texto, para poder a gente estar
3576 respaldado, no caso de uma convocação de uma reunião virtual, a gente estar
3577 respaldados pelo regimento. Esse é o primeiro ponto. Ok até aí? Então, ok. O segundo
3578 ponto é o seguinte: Eu acho que nós poderíamos pensar na realização da reunião
3579 ordinária e deixar amarrado pelo menos duas reuniões extraordinárias, para fazer a cada
3580 quatro meses, porque se não, se for com a Elizete, todo mês ela está aqui em Brasília.
3581 Mas eu temo que não seja do ponto de vista... Não, não é operacional, não. É do ponto
3582 de vista regimental, legal, dizer quantas você vai fazer extraordinárias, por que como é
3583 que você vai prever extraordinárias se estou prevendo ordinárias? Então, é ver um pouco
3584 com o nosso jurídico como é que a gente poderia contemplar isso no nosso regimento.
3585 O que eu queria que a gente pactuasse aqui entre nós seria essas duas questões. Uma
3586 é garantir essa perspectiva de possibilidade de uma agenda virtual, inclusive, porque nós
3587 vamos ter câmaras técnicas, vamos ter grupo de trabalho, e se pode fazer as reuniões

3588 das câmaras técnicas em grupo de trabalho virtualmente, vai facilitar, porque vai ter aí
3589 um trabalho, inclusive, para chegar nas reuniões com as coisas amarradas e proposições
3590 das câmaras técnicas, dos grupos de trabalho. A gente já tem uma reunião extraordinária
3591 prevista para esse ano, que amanhã eu quero... A gente tem um momento para pensar
3592 a agenda e propor quando seria, de forma coletiva, e a gente assumiu o compromisso
3593 com vocês de assegurar no orçamento de 2026 recursos para três reuniões. A reunião
3594 ordinária e, pelo menos, mais duas extraordinárias. Eu estou dizendo isso porque daqui
3595 a pouco a gente vai ter que fazer o planejamento do orçamento de 2026 e a gente já pode
3596 prever no nosso orçamento o recurso para as três reuniões. Isso é um acordo político,
3597 porque, do ponto de vista regimental, a gente vai ter que ver com o nosso jurídico se é
3598 possível dizer de reuniões, porque se eu vou prever reuniões extraordinárias, eu estou
3599 prevendo ordinariamente. Então, acho que isso seria um problema. De toda forma, eu
3600 acho que nós já estamos percebendo, e é preciso a gente ter muita tranquilidade nisso,
3601 de que nós precisamos, no futuro, talvez com a gente ainda neste governo, e pensando
3602 no ajuste do decreto, que aí eu acho que a gente precisava começar, e mais na frente a
3603 gente meio que trazer para a necessidade de revisão do decreto, seja pela incorporação
3604 de outras instituições, ou seja para a revisão desse ponto, que é o número de reuniões
3605 ordinárias, ou outros pontos que a gente, na caminhada que vamos percorrendo agora,
3606 a gente vai identificando que precisa ajustar o decreto mais para frente. Talvez a gente
3607 pudesse planejar que, entre o primeiro e o segundo semestre de 2026, a gente faria um
3608 grupo de trabalho para revisar o decreto, e a gente poder não paralisar o nosso trabalho
3609 em função dessa história. Então, o que é que nós estamos tirando aqui de pactuação?
3610 Primeiro, vamos contemplar a perspectiva de possibilidades virtuais. Nós já temos duas
3611 reuniões garantidas para 2025, que é essa e mais uma extraordinária. Nós vamos
3612 assegurar, e estou assumindo isso aqui como um compromisso, de pelo menos três
3613 reuniões em 2025, uma ordinária e duas extraordinárias, ou 26, e conversar com o nosso
3614 jurídico de como é que a gente trabalharia isso. Ok? Sigo firme como secretário executivo.
3615 Está superada a questão?

3616 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Vai só deixar a
3617 possibilidade das reuniões virtuais, deixar claro.

3618 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Isso, a gente vai inserir do texto. Tinha um destaque ainda
3619 no artigo 11, no parágrafo 2º, que foi do Ministério das Relações Exteriores da reunião
3620 em Brasília, mas foi superado, creio. Temos um destaque agora no artigo 15, desculpe,
3621 artigo 16, parágrafo 2º. A Valda.

3622 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Gente, não é
3623 uma questão de semântica, é uma questão política. As propostas de resoluções que
3624 implicarem em investimentos e não despesas, a gente tem que descaracterizar que
3625 qualquer coisa, nesse sentido, é despesa. Não é despesa, é investimento.

3626 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Ainda nesse artigo, desculpe, no artigo 17, o parágrafo
3627 único também tem um destaque de Valda.

3628 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Eu? Sim, já sei.
3629 Minha gente, falar que a gente só fala três minutos é absurdo. Vamos botar cinco minutos
3630 para a gente ser mais realistas? Pelo menos cinco.

3631 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Isso, não foi aprovado. A gente discutiu que era das
3632 reuniões em Brasília.

3633 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – A gente discutiu
3634 que ele pediu destaque, que era a questão das reuniões descentralizadas daqui.

3635 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Mas permanece do mesmo jeito.

3636 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Mas permanece
3637 do mesmo jeito, está certo.

3638 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Com relação a esse destaque da Valda no parágrafo único
3639 do artigo 17, do tempo de três para cinco minutos, tem alguma objeção? Não? Então fica
3640 alterado de três para cinco minutos. Bom, o próximo destaque está no artigo 20, no
3641 parágrafo primeiro, a Valda. Do 21? Então... Alguém pediu destaque no primeiro
3642 parágrafo? Não? Então segue. Então, destaque do parágrafo único do artigo 21,
3643 Francisco Campello.

3644 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (FUNDAÇÃO ARARIPE)** – Era
3645 só uma sugestão de a gente trocar, onde diz aí: “Podendo ser divulgada”, é: “Devendo
3646 ser divulgada”, porque aí, às vezes, a gente não tem acesso ao diário oficial e no site do
3647 Ministério é mais tranquilo.

3648 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Tem alguma objeção? Eu acho que não. Será atualizado.
3649 Artigo 25, tem um destaque da Valda. Destaque no artigo 24.

3650 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - Foi no 25, não é? Aliás, 25, eventuais
3651 despesas, foi o que a Valda já colocou, não são despesas, são investimentos, com
3652 passagens e diárias serão custeadas pelos respectivos órgãos e entidades
3653 representadas. O que eu destaquei, mas eu fui contemplada no parágrafo primeiro,
3654 representantes das organizações civis, constante no artigo 5º, inciso II deste regimento,
3655 poderão ter suas despesas de deslocamento e estadia paga conta de recursos
3656 orçamentários do Ministério do Meio Ambiente. Isso que me contemplou. Eu estava
3657 entendendo que era das organizações, mas nesse parágrafo aqui, me contemplou.
3658 Obrigada.

3659 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Perfeito. Então, fica a observação da substituição da
3660 palavra despesa por investimento, e não tem objeção. Com a palavra que o...

3661 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (CB)** – Afonso, Caritas. Nesse mesmo
3662 inciso que ela acaba de... nesse mesmo parágrafo que ela acaba de falar, a palavra é
3663 “poderão.” Poderão é muito vago, acho que deveria ser deverão, porque ninguém sabe
3664 quem vai administrar isso no futuro. Isso, a gente tem que garantir o direito da sociedade
3665 civil estar presente aqui.

3666 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Espere aí, o Afonso falou, a Chiara vai falar? E aqui, isso.
3667 Não? Está ok. Então, aqui o Erinaldo.

3668 **O SR. ERINALDO** – A substituição de despesa por investimento no parágrafo anterior
3669 estava ok, mas aí não, aí realmente são despesas de passagens e diárias, isso é
3670 despesa. A gente dizer que é investimento nesse sentido, acho que fica... Pode dar
3671 confusão. São despesas.

3672 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – A não ser que mudarem a frase, no sentido
3673 de passar a entender que é um investimento que trará retorno a essa questão do pessoal,
3674 essa despesa para as pessoas virem para discutir demandas que vão ser de benfeitoria
3675 para todo mundo, para a questão do combate à desertificação. Se for só para mudar a
3676 palavra, eu concordo com ele, o que ele falou, e realmente é despesa, porque são gastos.
3677 Isso aí é gasto, é despesa. Agora, com relação ao que ela falou, que está certo mesmo,
3678 porque isso que a gente está fazendo não é uma despesa aleatória, é um investimento,
3679 sim, porque trará retorno. Então, teria que mudar mais ou menos o texto para ficar claro,
3680 a questão da despesa para investimento.

3681 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – O que o Erinaldo está falando especificamente do artigo
3682 25, que fala mais dessa logística, seria despesa. Então, acho que retorna a palavra
3683 despesa no artigo 25. Retira investimento.

3684 **O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (Ministério de Minas e Energia – MME)** – Deixa
3685 eu só fazer um comentário. Eu não sou contra mudar para investimento, mas eu acho
3686 que o MMA poderia consultar a área de orçamento do Ministério para verificar se a
3687 mudança para investimento não causa uma questão dentro do âmbito da contabilidade
3688 lá do Ministério.

3689 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Nesse artigo 25 ficou pacífico que é despesa mesmo. E
3690 aí no outro a gente pode avaliar a questão juridicamente.

3691 **O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (Ministério de Minas e Energia – MME)** –
3692 Porque depois pode ter algum problema. Investimento e despesa são termos diferentes
3693 no âmbito da contabilidade.

3694 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Não, perfeito. Com relação ao que ficou definido como
3695 poderá.

3696 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3697 **MMA)** – Vejam, com relação a esse item, primeiro eu concordo com o Guilherme também.
3698 Embora eu ache que, no entendimento nosso, é o Estado investindo na participação
3699 social, do ponto de vista material, técnico, contábil, público, é despesa. Então, o

3700 investimento pode ser entendido que está investindo em alguma coisa... É, então.
3701 Comprar um avião para fazer um roteiro do semiárido para chegar em Brasília, imagina.
3702 Eu acho que talvez é isso. De toda forma, vamos deixar aí a consulta, mas a consulta vai
3703 ser isso. É só para a gente ter o trabalho de ir lá e deixar firme. O que eu queria dizer é
3704 o seguinte: Quando poderão ter suas despesas de deslocamento estadias pagas à conta
3705 de recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente, solicitação da representação,
3706 é porque poderão ser do MMA, é porque pode ser de outra fonte. A gente pode ter um
3707 projeto, por exemplo, com a FAO, com o IICA, que pode ser por lá o pagamento, entende?
3708 Então, talvez podemos fazer uma... Porque me parece que tem um certo receio de que a
3709 forma como está é que pode, mas pode não ter. Pode é assim, pode ou não pode. Então,
3710 podemos dizer assim, que a participação da sociedade civil será assegurada, garantida
3711 as condições pelo governo, e as despesas poderão ser pelo Ministério do Meio Ambiente,
3712 mas pode ser também por outro ministério, pode ser por outro órgão, só para... Bom,
3713 pode ser também. Deverão ter suas despesas de deslocamento e estadias pagas à conta
3714 do recurso orçamentário do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, mediante
3715 a solicitação dos representantes da Secretaria Executiva ou por outra fonte de projetos e
3716 recursos. Eu acho que talvez... Não, sim, mas eu acho que dessa forma que você está
3717 propondo, é melhor, porque aí assegura que vai ser por uma ou por outra. Pode falar,
3718 Vitor.

3719 **O SR. VITOR LEAL SANTANA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**
3720 **– SUDENE)** – Vitor, da Sudene. Com relação ao parágrafo 4º, para as reuniões da
3721 Câmara Técnica, em grupos técnicos específicos, trabalho específico, aplica-se o
3722 disposto no parágrafo 1º. Só que, no parágrafo 2º, diz: “As despesas constantes do
3723 parágrafo anterior, se refere a participação, que é o primeiro...”

3724 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Vitor, só um instante para o Marcos colocar na tela.
3725 Marcos está no mesmo artigo 25, no parágrafo 4.

3726 **O SR. VITOR LEAL SANTANA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**
3727 **– SUDENE)** – Isso. Mas sobe um pouquinho, sobe um pouquinho mais. Não, então
3728 desce.

3729 **O SR. CARLOS SANTIAGO – É o 25, 4.**

3730 **O SR. VITOR LEAL SANTANA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**
3731 **– SUDENE) –** Isso. Só que, no parágrafo 2º, as despesas constantes do parágrafo
3732 anterior, que é o primeiro, se referem à participação nas reuniões da plenária, da
3733 comissão e de suas câmaras técnicas. Não fala nos grupos de trabalho.

3734 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3735 **MMA) –** Eu me dei conta agora, na leitura do regimento, por essa outra vez, que os
3736 grupos de trabalho estão vinculados às câmaras técnicas.

3737 **O SR. VITOR LEAL SANTANA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**
3738 **– SUDENE) –** Então não precisa falar...

3739 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3740 **MMA) –** Então, se a Câmara Técnica constitui o grupo de trabalho, faz parte... Pelo
3741 menos esse é o meu entendimento.

3742 **O SR. VITOR LEAL SANTANA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**
3743 **– SUDENE) –** Então, tiraria grupos de trabalho específicos do parágrafo 4º, é isso? Não
3744 precisa falar neles. Porque o terceiro fala das plenárias da comissão, que aí são membros
3745 titulares ou, na falta deles, seus suplentes. E das câmaras técnicas, que é o que fala do
3746 4º, diz que são os titulares ou os respectivos representantes indicados formalmente por
3747 ele. Então não precisaria falar dos grupos técnicos específicos. Grupos de trabalho
3748 específicos.

3749 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3750 **MMA) –** Eu acho que é melhor nós acrescentarmos grupos de trabalho lá em cima.
3751 Porque é melhor pegar por excesso do que por falta. Me deixa mais explícito, mas...
3752 Então acho que é melhor a gente colocarmos assim, Marcos, no parágrafo 2º. As
3753 despesas constantes do parágrafo anterior se referem à participação das reuniões no
3754 plenário da CNCD, de suas câmaras técnicas e grupos de trabalho.

3755 **O SR. VITOR LEAL SANTANA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**
3756 **– SUDENE)** – Mas a questão também, Alexandre, que estou colocando aqui, é se as
3757 despesas com os grupos de trabalho que fazem parte das câmaras técnicas vão ser
3758 custeadas também. Ou serão prioritariamente realizadas por meio virtual, alguma coisa
3759 assim?

3760 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3761 **MMA)** – Não, essa história do meio virtual nós vamos ter que garantir geral. E vamos ter
3762 que pactuar entre nós, porque, vejam, se a gente está com limitações orçamentárias para
3763 realizar a reunião, as reuniões da comissão, imagina para esse grupo de trabalho e
3764 câmaras técnicas que nós vamos criar. Então, em tese, acho que a gente teria que
3765 assegurar que seria para todas as instâncias da comissão. A reunião ordinária ou
3766 extraordinária, as câmaras técnicas e grupos de trabalho. Agora, mediante a escassez
3767 ou a falta ou a reduzir do orçamento, a gente faz virtual, e aí a gente vai um pouco se
3768 virar. Mas acho que é bom garantir que esteja. Agora, de toda forma, lá atrás, onde fala
3769 das reuniões, a gente tem que assegurar, porque nós já decidimos, que seria garantir
3770 reuniões também na modalidade virtual. Poderão ser.

3771 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Então, superado esse destaque e essas observações que
3772 a gente fez. Os artigos subsequentes, eles tratam mais do funcionamento, não houve
3773 nenhum destaque. E o último destaque foi no artigo 46, inciso IX, feito... 44? Quem fez o
3774 44? Então, vamos abrir aqui um destaque para o artigo 44.

3775 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (FUNDAÇÃO ARARIPE)** –
3776 Francisco Campello, Fundação Araripe. O artigo 44, ele trata dos membros da comissão.
3777 Aí, no inciso VII, faz participar das câmaras técnicas, com direito a voz e, quando
3778 membro, a voto. Aí fica meio esquisito. Ele tem direito a voto porque ele é da comissão,
3779 ele não é um convidado, então não precisa. É só uma correção. Com direito a voz e voto.

3780 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Está, perfeito. Não, perfeito. Com direito a voz e voto,
3781 perfeito. Não tenho objeção, é só uma correção de redação. E o último destaque foi do
3782 inciso IX, do artigo 46. Alguém lembra quem fez? Eu não tenho aqui anotado. Francisco?
3783 O próprio.

3784 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (FUNDAÇÃO ARARIPE)** – Aí,
3785 Alexandre, essa é para a gente refletir. Eu não sei hoje se a convenção... É o 46 da
3786 competência da Secretaria Executiva. Se a convenção, se ela mantém aquele prêmio
3787 que reconhece as iniciativas para o combate à desertificação. Se não a gente instituir no
3788 âmbito do Brasil, a minha proposta seria colocar aqui um inciso, que a Secretaria
3789 Executiva criaria no âmbito do Brasil, como forma de valorizar os trabalhos em prol do
3790 plano, um prêmio anual de reconhecimento das pessoas a serem entregues no dia de
3791 combate à desertificação. Seria uma atribuição para a Secretaria.

3792 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3793 **MMA)** – Eu também não sei, Chico, no âmbito da convenção, se tem, se mantém. Mas
3794 eu acho que, de toda forma, independente disso, e alguns de vocês aqui já me ouviram
3795 falar sobre isso, uma das coisas que nós iniciamos em 2024, e não tivemos perna, foi a
3796 criação do Prêmio Nacional de Combate à Desertificação Vasconcelos Sobrinho. A gente
3797 queria fazer uma homenagem, aliás a gente queria, não, a gente quer e vai fazer uma
3798 homenagem ao professor Vasconcelos Sobrinho, criando um prêmio. Tem uma minuta
3799 de projeto para o prêmio, já tem regimento das categorias do prêmio e tal, só que as
3800 pernas para ir atrás do recurso de negociar, não sei das quantas, foram curtas, e a gente
3801 não deu conta. Então, eu acho que a gente pode, ali, e a gente pode já definir o Prêmio
3802 Nacional Vasconcelos Sobrinho de Combate à Desertificação. Nós estamos botando
3803 nacional, porque Pernambuco tem o Prêmio Vasconcelos Sobrinho da CPRH, e, por isso,
3804 para fazer uma diferenciação, seria o Prêmio Nacional Anual Vasconcelos Sobrinho de
3805 Combate à Desertificação, que era para ajudar a reconhecer municípios, governos
3806 estaduais, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica, comunidades
3807 tradicionais com práticas de conservação e tal, só que não tivemos perna. A gente
3808 apresentou à ministra, inclusive, ela fez uma fala muito interessante, dizendo: “Que coisa
3809 bacana, Alexandre, parabéns, mas prêmio só com um papelzinho de reconhecimento não
3810 dá muito certo, não, arranja dinheiro para botar no prêmio.” Aí eu parei tudo, porque eu
3811 não tinha como arranjar mais o recurso. Mas ela já, inclusive, manifestou, achou muito
3812 interessante a ideia do prêmio, porque é isso, a gente queria reconhecer experiências de
3813 comunidades tradicionais, de municípios, de governos estaduais e de organizações da
3814 sociedade civil. A princípio, a gente queria fazer uma coisa mais simbólica, e com essa

3815 ideia que a ministra apresentou, da gente ter... Porque tem todo sentido o que ela está
3816 dizendo, ela colocou assim: “Quando eu vou lá, recebo o prêmio, mas eu recebo um
3817 recurso que eu posso dar continuidade ao meu trabalho, ao trabalho da organização, isso
3818 motiva muitas pessoas”, e é verdade. Só que a gente foi fazer o orçamento, querendo
3819 premiar e tal, essa coisa toda, e a ideia era que as pessoas, as experiências também
3820 fossem para a COP, em Riad, na Arábia Saudita, o orçamento do prêmio foi lá para cima,
3821 e a gente ficou meio que sem muitas condições. Mas a gente vai retomar, e eu acho que
3822 vale a pena a gente já colocar aqui e agradecer a Chico pela lembrança. Muito bom. A
3823 gente deve isso ao professor Vasconcelos Sobrinho.

3824 **O SR. JOSÉ ADEMIR FREIRE (Banco do Nordeste)** – Deixa eu ser chato?

3825 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3826 **MMA)** – Claro. Foi bonzinho até agora, imagino que...

3827 **O SR. JOSÉ ADEMIR FREIRE (Banco do Nordeste)** – As atribuições que estão aí para
3828 a secretaria, no âmbito da sua atuação dentro da CNDC. Dentro dessas atribuições,
3829 pode-se atribuir à secretaria esse papel de criar um prêmio? Esse papel não seria talvez
3830 lá da comissão ou de uma atuação do Ministério individualmente? Porque tudo que está
3831 aí listado é dentro dessa atuação na CNDC, é só essa dúvida, não contrário à iniciativa.
3832 É uma pergunta se cabe nesse sentido.

3833 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3834 **MMA)** – Então, coloca entre parênteses, Marcos, avaliar se onde seria pertinente isso, e
3835 se é uma pertinência da comissão, porque pode ser uma pertinência da comissão avaliar,
3836 mas talvez criar, de fato, talvez seja uma competência do Ministério, do Departamento, e
3837 não da comissão. E quem vai financiar o prêmio? Dizendo, a gente já fica com... Mas,
3838 massa, eu acho que é isso. Vale a pena essa reflexão.

3839 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Gente, esse foi o último destaque, o último artigo,
3840 praticamente, depois entra as disposições finais. Então, dá-se por encerrado. Não há
3841 nenhum destaque mais, acho que foi tudo deliberado, discutido. Então, missão cumprida.

3842 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3843 **MMA)** – Minha gente, essa será a nossa primeira... Nossa primeira votação de aprovação
3844 de um instrumento nesta retomada da comissão. Então... Edna já está levantando o
3845 crachá para votar. Então, para ficar registrado a todos os presentes, nesse momento da
3846 nossa reunião, da sétima reunião ordinária da Comissão Nacional de Combate à
3847 Desertificação, aprovamos o regimento interno de funcionamento da comissão. Quem
3848 aprova, levanta o crachá para cima, levanta a mão, faz uma manifestação. Lembrando
3849 que quem vota são os titulares, e, na ausência do titular, o suplente. Há alguma
3850 abstenção? Alguém é contra? Então, está aprovado o nosso regimento interno. Por
3851 unanimidade. Marcos, pode colocar a programação... Calma, [ininteligível], está
3852 agoniado. Só para a gente pactuar direitinho. Veja, estava previsto às 18h, nós estamos
3853 em 18h20, estamos bem. Significa que todo mundo fez a tarefinha de casa, de ler com
3854 antecedência e tudo mais, e chegou todo mundo afiado. Então, queria mesmo agradecer
3855 a todos vocês pela contribuição e aquilo que eu disse para a Valda, disse aqui já, o que
3856 a gente conseguiu fazer até agora, fomos nós do possível. Agora, para adiante, somos
3857 nós juntos. Então, acho que essa é uma grande demonstração dessa caminhada. Então,
3858 amanhã, a ideia é que a gente retome às 9h, aqui mesmo, nessa sala. Se puderem
3859 chegar um pouquinho antes, para a gente começar exatamente às 9h, lembrando da ideia
3860 de a gente tentar agilizar nossa agenda, para discutirmos a nossa estrutura da comissão,
3861 o que é essa ideia de mesa coordenadora, a ideia das câmaras técnicas e dos grupos de
3862 trabalho, da Câmara Interministerial, que é um âmbito mais do governo, para a gente
3863 fazer uma reflexão sobre o PAB. Tem esse tema da COP30, da Conferência Nacional do
3864 Meio Ambiente e da ICID, que a gente vai receber alguns convidados e convidadas aqui,
3865 e a gente poder tocar nossa agenda. Tem assuntos administrativos, Val? Carlos? Não?

3866 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – Na verdade, assim, só para sinalizar ao pessoal, amanhã,
3867 quem veio pela sociedade civil, que foi custeado pelo Ministério, eu vou entregar os
3868 relatórios de prestação de contas, que a gente já assina logo, porque adianta o processo.

3869 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3870 **MMA)** – Pela manhã, logo, para poder...

3871 **O SR. CARLOS SANTIAGO** – E quem tiver, quem puder, já organiza os tickets de
3872 passagem, que já pode entregar amanhã, porque adianta o processo.

3873 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3874 **MMA)** – E queria dizer para vocês, de forma bem objetiva: Os tickets de passagens e a
3875 assinatura desse relatório pela sociedade civil é o nosso cuidado com o orçamento
3876 público. Nós, como cuidadores dessa coisa do orçamento público, temos que prestar
3877 contas daquilo que a gente está usando o recurso. Então é importante que vocês
3878 entreguem os comprovantes e os relatórios. Eu queria... Algumas pessoas me
3879 provocaram. Alexandre, vamos jantar juntos, vamos... Alô. Vamos jantar juntos, vamos
3880 tomar uma cerveja, conversar, alguma coisa do tipo. Então, consultei aqui algumas
3881 pessoas, tem um restaurante aqui na 400 e... Não. No restaurante Beirute, da Asa Norte,
3882 que é comida árabe, mas também tem outras comidas. Pode ser uma boa, para quem
3883 topa, a gente jantar juntos e beber quem bebe, álcool, quem não bebe, beber água,
3884 beber suco, beber outras coisas. Então, quem topa, a gente pode ir fazendo grupos e ir
3885 no Uber, acho que ninguém está de carro aqui. Hoje? Sim, hoje, porque amanhã todo
3886 mundo já está indo. 107 Norte, eu vou botar o endereço no grupo e... A gente pode
3887 encerrar a gravação também. Porque já está em outro mundo. Vamos lá. Chico e Valda.

3888 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Rapidinho, como
3889 sempre, eu queria propor que amanhã conseguíssemos ser objetivos, como a gente foi
3890 hoje aqui no...

3891 **Dia 30/04/2025 – Manhã:**

3892 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3893 **MMA)** – Bom dia, companheirada. Vamos tocar aqui a nossa conversa, a nossa reunião.
3894 Pode subir para o dia de hoje? Então, a ideia é que a gente tenha esse primeiro ponto na
3895 nossa pauta para a gente conversar um pouquinho sobre a nossa estrutura organizativa.
3896 Tem um companheiro que chegou hoje, que não estava ontem. Eu vou pedir para ele,
3897 ele é muito importante para nós, eu vou pedir para ele se apresentar.

3898 **O SR. JOAQUIM GONDIM (Superintendente de Operações da ANA)** – Bom dia, meu
3899 nome é Joaquim Gondim, eu sou superintendente de operações da ANA, de agentes
3900 críticos e cuido do monitor de cerca e operação de todos os reservatórios elétricos e não
3901 elétricos. Então, a gente tem um papel de colaborativo muito grande com vocês e já
3902 coloco à disposição para vocês conhecerem, que eu sei que o seminário termina às
3903 17h30 e nós temos uma sala de situação que talvez seja, assim, eu posso considerar,
3904 uma das melhores do Brasil. Quem quiser conhecer, eu posso recebê-los hoje, na hora
3905 que vocês quiserem. Após o evento, vocês se organizam e podem ir lá conhecer a sala
3906 e vocês vão ver o Nordeste e o Caatinga e tudo. Eu nasci na Caatinga, meu pai construiu
3907 um reservatório chamado Ibimirim, lá é o Moxotó, o Francisco Saboia, que é o principal
3908 reservatório de Pernambuco, e eu nasci lá. Então, eu sou catingueiro de certidão de
3909 nascimento.

3910 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3911 **MMA)** – E faz parte da cota pernambucana, viu? Quero dizer logo, porque estou vendo
3912 aqui que o povo da Bahia está bem firme. Bom, então, a ideia é que a gente pudesse
3913 falar um pouco sobre a nossa estrutura organizativa e, agora, de manhã, a gente ainda
3914 falar um pouco sobre o processo de elaboração do Plano de Ação Brasileiro de Combate
3915 à Desertificação, para que a gente situe um pouco vocês em que pé está e quais são os
3916 passos que nós estamos vivenciando agora e que a gente pode... Qual o horizonte que
3917 a gente está pensando para a própria instalação do plano. À tarde, a gente... Pode subir
3918 um pouquinho o texto, Marcos, por favor? À tarde, a gente tem um momento para falar
3919 de três agendas que estão sendo realizadas este ano, que é a própria COP30, que
3920 acontece em Belém, no mês de novembro. Pode subir um pouquinho o texto, Marcos,
3921 por favor? A Conferência de Meio Ambiente, que acontece semana que vem, aqui em
3922 Brasília. E a terceira é a ICID, que é a Conferência Internacional sobre Clima e
3923 Desenvolvimento. A gente convidou para cada uma dessas agendas as pessoas
3924 responsáveis, assessorias, para poder a gente escutar um pouco, entender e ver como
3925 é que cada um está aqui participando, as organizações, as instituições do governo, para
3926 também colaborar um pouco com essa nossa agenda. Depois a gente teria uma pausa
3927 para o café e, no retorno, a gente teria um ponto de pensar um pouco da nossa agenda,
3928 de reunião extraordinária, de pactuação de alguns canais de comunicação, mas também

3929 de receber algum tipo de recomendação, de moção que os membros da Comissão
3930 tenham a apresentar. Então, voltando para o primeiro ponto dessa manhã, que é sobre a
3931 estrutura organizativa da Comissão, pelo próprio decreto presidencial, a gente tem ali
3932 uma estrutura mínima, que é da presidência da comissão exercida pela ministra Marina
3933 e eu assumindo o papel de coordenador executivo dessa comissão. Dessa comissão. Às
3934 vezes eu fico pensando que é um conselho, mas é uma comissão. Só que a gente
3935 também tem algumas experiências, e dentro da estrutura ainda da comissão, a gente vai
3936 ter uma câmara técnica, aliás, uma câmara interministerial. O que é essa câmara
3937 interministerial? É um espaço do governo, onde vão participar somente os órgãos de
3938 governo, os ministérios, as instituições públicas que estão ali, para dar tratamento às
3939 demandas que essa comissão vai trazer. Então, essa reunião, essa comissão
3940 interministerial, ela vai ter uma vida própria, sua lógica, mas ela não tem um papel
3941 deliberativo, ela tem um papel consultivo, ou seja, para fornecer as informações e fazer
3942 o alinhamento no âmbito do governo das questões que são trazidas para a comissão.
3943 Essa experiência da câmara interministerial, ela é uma experiência que a gente traz de
3944 dois outros conselhos do governo, que são bastante eficientes, e a gente se inspirou
3945 nessas experiências para poder propor isso na comissão, que é o CONSEA, a gente tem
3946 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e a gente tem a CAISAN, que
3947 é a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que é esse espaço do
3948 governo, ou seja, o governo trata das agendas para poder chegar na reunião da comissão
3949 com respostas, com questões que o próprio CONSEA apresenta. E a outra experiência
3950 é da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, assim como tem a
3951 CNAPO, também tem a CIAPO, que é a Comissão Interministerial de Agroecologia e
3952 Produção Orgânica. Então, o desenho dessa nossa comissão, de reinstalação da nossa
3953 comissão, a gente criou no decreto esse papel dessa câmara interministerial para que a
3954 gente possa ter um momento do governo, de pactuação, de construção de entendimentos
3955 e de proposições a apresentar para a Comissão Nacional. De toda forma, olhando um
3956 pouco para a estrutura nossa, eu também queria propor que a nossa Comissão Nacional
3957 tivesse um espaço de coordenação partilhado do governo com a sociedade civil. Ou seja,
3958 há exemplos como a gente tem a CNAPO, a Comissão Nacional de Agroecologia e
3959 Produção Orgânica. A Comissão Nacional... O CONCEA é coordenado pela sociedade

3960 civil. No caso da CNAPO, a coordenação é do governo, é da Casa Civil, mas você tem
3961 uma composição que é um membro da sociedade civil fazendo pareia com o coordenador
3962 executivo da CNAPO para conduzir os trabalhos das reuniões da comissão, de modo que
3963 a gente possa ir construindo alinhamentos entre governo e sociedade na condução dos
3964 trabalhos da própria comissão. Esse é um primeiro ponto que queria abrir para consultar
3965 vocês, o que vocês acham dessa... Isso é uma coisa, um pacto político aqui entre nós. É
3966 algo que não está em regimento, que não está em decreto, mas entendendo a
3967 importância da participação e da gente ir construindo esse espaço de forma coletiva, a
3968 gente entende que isso poderia ser... Eu quero trazer isso aqui como uma proposição
3969 nossa para que a gente possa, a partir das próximas reuniões, a gente ter junto aqui, com
3970 a secretaria executiva, alguém da sociedade civil para a gente ir coordenando juntos os
3971 trabalhos da comissão. E, suposto, eu abro para algum tipo de interação, de colaboração,
3972 de leitura que vocês possam ter sobre isso. De opinião. Lembrar de falar o nome e a
3973 instituição, por conta da gravação.

3974 **A SR^a. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Valda, Agendha.
3975 Quando eu vejo que fala Valda, é Edvalda, porque é de Valda. Vamos lá. Eu acho uma
3976 iniciativa integrativa, construtiva, participativa e faz com que as organizações da
3977 sociedade civil também, trazendo o conhecimento, a vivência, trazendo a informação da
3978 ponta, eu acho de uma inteligência institucional estupenda. Eu acho muito interessante.

3979 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
3980 **MMA)** – Mais alguém gostaria de emitir uma opinião? Nelson, Chico, Elizete.

3981 **A SR^a. ELIZETE MARIA DA SILVA (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
3982 **Nordeste – MMTRNE)** – Bom dia a todas e a todos. Elizete, Movimento da Mulher
3983 Trabalhadora Rural do Nordeste. Eu queria compartilhar um pouco da experiência da
3984 CNAPO com os andamentos dos trabalhos que nós temos tido, porque eu faço parte da
3985 comissão lá. E lá as coisas também não estavam andando, porque a gente se reunia com
3986 todo mundo, e aí nós vimos muita dificuldade em resolver alguns problemas que nós
3987 precisávamos resolver, principalmente quando tínhamos que negociar com alguns
3988 ministérios. Então nós criamos uma mesa diretora, que é composta pelo governo, através
3989 da secretária da comissão, e três segmentos, o quarto da sociedade civil. E essa mesa

3990 diretora, ela senta, geralmente às vezes é virtual, mas agora mesmo vai ter presencial,
3991 para discutirmos os problemas que geralmente é difícil discutir na plenária e fazer as
3992 negociações nos diversos ministérios que tem, porque quando o trabalho é isolado, a
3993 coisa não funciona. E quando se dirige à política do campo, nada está isolado. Nós não
3994 podemos isolar o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde, o Ministério da
3995 Cultura, do Desenvolvimento Agrário, nem o MDS. Tudo está ligado, porque são políticas
3996 que têm uma direção, e a direção é a sustentabilidade do povo do campo, principalmente
3997 do povo do campo. Então é muito difícil dissolver isso em uma reunião grande. Então,
3998 geralmente, foi através dessa mesa diretora que nós conseguimos dar alguns
3999 encaminhamentos muito importantes dentro da comissão de agroecologia e dar outra
4000 direção às políticas da agroecologia dentro da situação do governo.

4001 **O SR. NELSON DE JESUS LOPES (ACOTERRA)** – Bom dia, Nelson, da ACOTERRA.
4002 Eu só queria entender um pouco sobre essa Câmara. Seriam as mesmas pessoas que
4003 estão aqui nessa comissão e vão participar dessa Câmara, ou seriam outras pessoas?
4004 Acho pertinente a ideia de ter a sociedade civil também uma representação nessa
4005 Câmara, ou pelo menos de forma... Ou seja, de uma maneira informal, mas nossa, que
4006 traz essa representação e essa discussão um pouco mais ampla. Mas eu queria perceber
4007 isso. São as mesmas pessoas que estão aqui, é uma parte das pessoas que estão aqui,
4008 vão ser escolhidas aqui por essa comissão ou não? Como é que se traz essa Câmara?

4009 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (FUNDAÇÃO ARARIPE)** –
4010 Francisco Campello, Fundação Araripe. Alexandre, eu acho que, mais do que estratégico,
4011 ela é extremamente importante porque, quando a gente olha a convenção, ela diz que
4012 ela vai ser implementada em parceria com a sociedade civil. Então, isso seria materializar
4013 no Brasil o que a convenção propõe. E, nesse caso, a gente ficaria num diferencial muito
4014 propositivo para outros países. Então, eu acho que é necessário.

4015 **A SRA. EDNA MARIA (ASSOLIB)** – Eu também concordo com essa Câmara, porque vai
4016 dar mais... Não sei se é a divisão de tarefa, mas precisamos ter essa Câmara. A CAISAN
4017 tem essa Câmara e funciona muito bem, porque a gente faz parte do Conselho Estadual,
4018 do CONSEA do Maranhão, e tem essa Câmara para acompanhar. Eu acho que é
4019 interessante. Estou favorável.

4020 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4021 **MMA) –** Pode. Não, tem não.

4022 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
4023 **do Brasil – APIB) –** [Língua Indígena]. Eu peço perdão, desculpa, a gente teve um
4024 problema aí do ramo, pedimos um lugar e foi para outro lugar, o transporte demorou. Mas
4025 ontem a gente pediu licença à Val, para que a gente pudesse hoje começar o trabalho
4026 com atuantes. Eu queria pedir licença ao meu secretário-executivo, para que... Inclusive,
4027 nós estamos aqui com o nosso guerreiro, que é um pajé, lá do povo Xukuru Kariri, e a
4028 gente pediu para ele vir para cá para tirar um atuante também do meu povo Xukuru Kariri,
4029 para abençoar. A gente acredita que tudo que nos envolve, que nos move, tem que ter a
4030 graça do nosso bom Nhanderu, nosso bom Niamisu, nosso bom Kupazuá, nosso bom
4031 Tupã, Deus, como todo mundo conhece, para que eles nos abençoe, essa Comissão,
4032 para que ele abençoe cada um de nós, preencha o coração de vocês, enchendo a mente
4033 de vocês de muita luz, de muita sabedoria, para trilhar nesse caminho, que não é um
4034 caminho só contra à desertificação, mas é um caminho para salvar o planeta. Então, é
4035 algo muito sério. Então, a gente quis fazer esse momento de espiritualidade, pedir licença
4036 aos encantados de luz. Meu pajé, chegue prática cá. Chamar a minha guerreira Bárbara
4037 também para cá. Cadê ela?

4038 **O SR. CELSO –** E hoje estou na assessoria de unidade de saúde na AgSUS, aqui em
4039 Brasília. Tem três meses que estou aqui e tive que sair um pouco do meu território, mas
4040 com muita dor, porque deixei uma comunidade de 330 famílias, que hoje a gente vê em
4041 uma luta da questão territorial do povo Xukuru Kariri, que no governo de transição, foram
4042 14 terras para serem homologadas e a nossa era a quarta. E nós estamos aí sendo a
4043 última para ser assinada, através das questões políticas, de Arthur Lira, de Renan, de
4044 vários outros. Então, a nossa terra, até agora, está para ser assinada. Depois que
4045 perdemos mais, perdemos praticamente tudo de 36 mil hectares de terra, nós temos 7
4046 mil homologadas. Veja só o tanto que nós perdemos dentro de Palmeiras dos Índios. E
4047 também venho aqui falar para vocês e pedir ajuda aos parceiros, os amigos, e de um
4048 governo que a gente confiou tanto, e confia para que a gente tenha nosso território em
4049 nossas mãos, não só do povo Xukuru Kariri, e também dos demais do Nordeste. A gente

4050 vem aí sofrendo ataques, vocês vêm acompanhando aí a questão da Bahia, os Pataxó,
4051 vocês veem a questão dos Tuxá, vocês veem a questão lá no Ceará, para que as coisas
4052 aconteçam. Um governo que a gente confia o tanto, que a gente precisa de apoio, e das
4053 pessoas que também estão de lado, dos secretários, dos ministros, que tivemos tantas
4054 amizades e conhecimento, como a ministra Marina Silva, que ela conhece o nosso
4055 território, ela sabe da nossa história. A Sônia, que está aí no MPI, fazendo todo esse
4056 trabalho. Mas a gente, hoje, para assinar a nossa terra, é preciso que o governo vá pedir
4057 licença ao Governo Estadual de Alagoas, para que homologue, enquanto isso o meu
4058 povo está morrendo, enquanto os outros povos estão morrendo, se acabando,
4059 derramando suas vidas, seu sangue no território, porque o que eu estou vendo hoje, me
4060 desculpe, secretário, é negociação de vidas que já morreram. Então, é preciso matar, é
4061 preciso que a gente morra, derrame nosso sangue em cima de um território que é nosso?
4062 Para ser negociado? Para o governo ir lá negociar? O que a gente está vendo? Foi
4063 preciso a irmã do Nailton ser morta para ir lá, de Pataxó, para que fosse homologado o
4064 território? É preciso os guaranis morrerem, matarem, para ir lá negociar? Então, depois
4065 que a gente se passa, que os outros tiram nossas vidas, é que vão negociar o nosso
4066 território? Porque hoje eu estou no programa de proteção, eu e várias outras lideranças,
4067 Xukuru Kariri, eu acho que vocês conheceram a Maninha Xukuru Kariri, que foi uma
4068 grande guerreira dentro do nosso povo, e nós estamos sob ameaça, várias lideranças, o
4069 município de Palmeira, uma população de 75 mil habitantes, mas temos lá uma Câmara
4070 de Vereadores, que é contra a gente, nós temos a Prefeitura, que praticamente é contra
4071 a gente, nós temos os deputados, todos eles, do Estado de Alagoas, que é contra a
4072 gente, e todos os trâmites do Decreto 1775, a gente já seguiu todos, está na mesa do
4073 Lula para ele assinar, só precisa isso. Quantos? Xukuru Kariri vão morrer mais, porque
4074 se for para matar, a gente vai para isso. Se for necessário, a gente ir para a luta por nosso
4075 território, a gente vai ter que ir, a gente vai ter que ir, porque nós queremos o futuro de
4076 nossos filhos. E todo o território Xukuru Kariri, nunca, governo nenhum, deu de graça.
4077 Sempre desde 1978. Eu tinha um ano de idade, em 1979, eu tinha um ano de idade, foi
4078 a primeira retomada do povo Xukuru Kariri no Nordeste. E daí a gente saiu seguindo até
4079 hoje. Perdemos liderança, em 1995, 1996, perdemos várias lideranças mortas, temos
4080 lideranças que nunca encontramos, e isso dói dentro da gente. De nós, uma coisa que é

4081 nossa, e hoje, para nós ter, é preciso morrer em cima dela. Então, peço ao senhor,
4082 enquanto secretário, que leve esse recado à Ministra, e tente sentar com o Lula e assinar
4083 isso, porque isso está havendo um problema muito sério em Alagoas, dentro da cidade,
4084 os vereadores estão jogando a sociedade contra a gente, que vamos acabar a cidade,
4085 que não sei o quê, que os índios vão tomar tudo, que vai acabar o comércio de Palmeiras
4086 dos Índios. Então, isso tudo. Então, gente, a gente está sendo ameaçado, então, eu peço
4087 encarecidamente que o senhor leve esse recado à Ministra, para ver se a gente
4088 consegue, porque nós acreditamos muito nesse governo. Então, gente, diante de tudo
4089 isso, mas sempre que a gente vai para as nossas lutas, as nossas guerras
4090 independentes, que seja território, meio ambiente, que seja saúde, que seja educação, a
4091 gente se preparar com nosso grande pai, nosso Tupã e com nossos encantados,
4092 cantando, louvando e pedindo a eles dessa maneira.

4093 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4094 **MMA) –** Muito obrigado, Celso e os companheiros, companheira, por esse momento.
4095 Certamente nos coloca em outro lugar da energia, da potência e da certeza do caminho
4096 que a gente está fazendo. Com esse instrumento, que é a nossa comissão, que precisa
4097 ser a voz dos povos, das mulheres, da juventude, dos agricultores e agricultoras
4098 camponeses e camponesas, das comunidades tradicionais que vivem no território do
4099 semiárido. Acho que esse é o nosso guia. E nós estamos aqui exatamente para isso.
4100 Então, retomando um pouquinho a ideia que a gente estava aqui conversando, a gente
4101 escutou algumas falas, acho que a Elizete recolocou a proposição que a gente fez,
4102 trazendo um pouco dessa experiência da Comissão Nacional de Agroecologia. A ideia
4103 que eu estou trazendo, obviamente, vejam, eu estou no governo agora, de março de 2023
4104 para cá, mas antes eu estava como representante da sociedade civil nesses espaços,
4105 então, eu trago essa experiência, eu não posso deixá-la lá atrás, escondida, e dizer que
4106 agora não tenho mais ela. Então, quando eu faço a proposição, é exatamente a partir da
4107 experiência que eu vivi na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, de
4108 ter essa mesa coordenadora, que lá chama a diretora, nós estamos propondo que seja
4109 uma coisa de coordenação dos trabalhos da comissão. A ideia, inicialmente eu tinha
4110 pensado de ter uma pessoa, a gente pode pensar em ter duas ou até três pessoas, para,
4111 junto com a Secretaria Executiva do Ministério, a gente fazer essa coordenação da

4112 comissão, no sentido também de preparar as reuniões, as pautas das reuniões, ou seja,
4113 fazer algo que ajude ao andamento do trabalho da comissão. A gente vai ter as câmaras
4114 técnicas, a gente vai ter os grupos de trabalho, mas essa mesa coordenadora teria um
4115 papel muito mais da gente ir trabalhando os vários momentos da comissão, juntos,
4116 sociedade e governo, para que a gente tenha um bom desenvolvimento da nossa ação.
4117 A mesa coordenadora, Nelson, não é uma câmara, é uma instância, vamos dizer assim,
4118 entre nós, que vai preparar as reuniões, vai preparar as reuniões da comissão, vai
4119 coordenar a reunião no momento que a reunião está aqui, porque agora estou eu, ontem
4120 eu puxei Carlos aqui por um momento, mas isso pode ser partilhado, um coordena um
4121 momento, outro coordena outro momento, desde que a gente se prepare para isso,
4122 porque não dá para chamar alguém para coordenar sem um processo preparatório, sem
4123 entender um pouco qual é o sentido, o objetivo. Então, me parece que o conjunto de falas
4124 aqui é um conjunto de falas que entendem, que acolhem que essa é uma proposta
4125 interessante e importante. E aí acho que Chico levanta a Convenção das Nações Unidas
4126 de Combate à Desertificação, como a Laura Mesa nos disse ontem aqui, é a convenção
4127 mais próxima dos povos, mais próxima das pessoas afetadas pelas mudanças climáticas,
4128 porque as mudanças climáticas afetam a todos, mas quem está nos territórios
4129 semiáridos, ela afeta de forma diferente. Assim como afeta de forma diferente quem está
4130 na periferia, nos morros das cidades, em função das enchentes e tudo mais, também
4131 quem está no semiárido, em função do contexto de aridez, da escassez hídrica e tudo
4132 mais, a gente entende que também tem uma afeta de forma diferente. Então, fazer isso
4133 é estar alinhado com aquilo que o próprio governo do presidente Lula orienta de ter um
4134 processo de participação intensa da sociedade na elaboração, no controle e
4135 monitoramento das políticas públicas. Então, o convite é um pouco para esse tipo de
4136 iniciativa. Como a nossa comissão também é uma comissão pequena, diferente da
4137 CNAPO, porque é uma comissão bastante robusta e grande, eu fico pensando, se a gente
4138 puder fazer uma composição da secretaria executiva da comissão, com mais duas
4139 pessoas da sociedade civil, que aí pode se definir, em algum momento revezar, de
4140 período em período, para que várias instituições possam ter essa experiência de
4141 coordenação da mesa, pode ser também uma estratégia interessante. E aí a sociedade
4142 civil pode se organizar, e aí surgem desafios também, e definir quem seriam essas

4143 pessoas para fazer essa mesa, compor essa mesa coordenadora conosco, com a gente
4144 do Ministério. Podemos pensar, então, de ter duas pessoas da sociedade civil e a
4145 secretaria executiva, como constituição dessa mesa coordenadora, que vai coordenar os
4146 trabalhos, preparar as reuniões, e tocar a vida cotidiana da comissão? Podemos pensar
4147 assim? Alguém é contra? Tem dúvidas sobre a proposição? Está aberta, está
4148 franqueada. Ok? Podemos seguir assim, então. Então, tem outra... Antes de entrar na
4149 proposição das câmaras técnicas, e falarmos também um pouco mais sobre a comissão,
4150 a Câmara Interministerial, nós vamos definir, mais tarde, um pouco do nosso cronograma.
4151 Temos a proposta de fazer mais uma reunião, uma reunião extraordinária esse ano. E
4152 queria propor um desenho, que também é um desenho que eu trago da experiência, na
4153 CNAPO, na Comissão Nacional de Agroecologia, que é a gente fazer uma reunião de
4154 dois dias, como estamos fazendo hoje, essa primeira de instalação, mas a gente tivesse
4155 o meio primeiro dia, ou seja, amanhã do primeiro dia de reunião, como uma manhã onde
4156 a gente possa ter reuniões presenciais nas câmaras técnicas, ou seja, as composições
4157 das câmaras que nós vamos definir, que seria uma estratégia de termos algo mais
4158 presencial. Isso pode ser um desenho, mas a outra proposta pode ser também... porque
4159 eu sei da necessidade que a gente tem representação da sociedade civil aqui de vários
4160 lugares distintos. Então, a gente poderia dedicar essa primeira manhã das nossas
4161 reuniões para também um momento de reunião da sociedade civil. Obrigado, Celso. Um
4162 abraço. Maravilha. Então que a gente também tenha um momento da sociedade civil se
4163 organizar e se reunir, porque nós vamos ter a Câmara Interministerial, o governo vai se
4164 reunir e vai fazer suas discussões. E está quase todo mundo, porque tem vários órgãos
4165 de governo que estão... CODEVASF, EMBRAPA, SUDENE estão fora, mas nas reuniões
4166 da Câmara Interministerial vão estar junto conosco, participando. Mas o momento para a
4167 sociedade civil poderia ser esse, ou seja, a gente chega no primeiro dia da reunião,
4168 amanhã seria o momento para a sociedade civil se reunir, fazer suas discussões, levantar
4169 suas questões, suas pautas, suas articulações, partilhar o que está se discutindo nos
4170 grupos de trabalho, que cada um está participando, e, obviamente, se preparar para a
4171 reunião, que iniciaria no início da tarde. Então acho que esse pode ser um desenho que
4172 a gente pode... E aí estou dizendo isso, por que estou trazendo isso para cá? Porque,
4173 obviamente, vocês podem construir um fórum de vocês enquanto sociedade, vamos fazer

4174 uma reunião virtual da sociedade civil, qualquer coisa do gênero, mas, na nossa próxima
4175 reunião, já teria esse momento da sociedade civil, para a sociedade civil se reunir, e
4176 vocês definirem quem seriam essas pessoas para ajudar na coordenação da mesa
4177 coordenadora. Seria bom que fizesse antes, porque, para preparar a próxima reunião,
4178 seria bom que tivéssemos a definição de quem seriam essas duas pessoas, para poder
4179 nos ajudar a preparar a reunião que vai vir, a reunião extraordinária. Então acho que fica
4180 aí um pouco essa dica. E aí podemos ir refletindo e pensar um pouquinho isso para,
4181 quando for definir a reunião, a data da reunião extraordinária, abrir um pouquinho para
4182 essa questão. Pode ser? Vejam, um segundo ponto... E aí, Marcos, vou pedir a tua ajuda
4183 para você digitar o que vamos ir definindo para poder ficar visivelmente, e poderemos
4184 guardar na memória esse ponto mesmo da proposição das câmaras técnicas e dos
4185 grupos de trabalho. Pelo que nós vencemos ontem no regimento interno, os grupos de
4186 trabalho devem compor as câmaras técnicas, ou seja, em tese, você não teria grupo de
4187 trabalho desvinculado da câmara técnica. Então é um pouco isso. E a isso nós refletimos
4188 no departamento de combate à desertificação, na nossa equipe, preparando essa
4189 reunião, e nós temos a proposição de, pelo menos, duas câmaras técnicas, e agora já
4190 tenho a terceira em função de ontem, que seriam duas câmaras técnicas para
4191 apresentarmos para vocês como proposição. E aí, obviamente, vamos abrir, porque pode
4192 ter mais propostas. Uma primeira câmara técnica é para, seria uma câmara técnica para
4193 acompanhamento do PAB, do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação,
4194 porque está no decreto que cria a comissão, ela tem um papel de acompanhamento,
4195 monitoramento da implementação. Você pode colocar isso, Marcos, por favor? Essa ideia
4196 da câmara técnica de acompanhamento do PAB? Pode ser nesse documento mesmo,
4197 só coloca embaixo do item, porque aí a gente vai vendo. Está em PDF? Ah, está. Então
4198 seria uma primeira câmara técnica que é de acompanhamento do plano, isso está lá
4199 como atribuição da comissão, a comissão deve acompanhar a implementação do plano.
4200 Uma segunda câmara técnica que nós queremos propor é uma câmara técnica composta
4201 pelos estados nas áreas suscetíveis à desertificação. Essa seria uma câmara técnica
4202 também permanente, porque, para quem não sabe, não viveu a experiência passada, a
4203 composição da comissão era governo federal, governo dos estados e sociedade civil.
4204 Então era, se você somasse os governos, era, sei lá, três quartos de governo e um quarto

4205 de sociedade civil. E a nossa decisão de fazer uma comissão paritária para que a gente
4206 tenha mais vozes da sociedade civil, a gente foi também conversando com os governos
4207 dos estados para dizer assim, olha, os governos já têm suas instâncias também nos
4208 estados, suas comissões, conselhos de meio ambiente, no caso do Rio Grande do Norte,
4209 tem uma comissão estadual de combate à desertificação, a lei que cria a política estadual
4210 de combate à desertificação no Rio Grande do Norte, cria uma comissão estadual. E já
4211 foi instalada, eu fui, inclusive, a câmara técnica dos estados em áreas suscetíveis à
4212 desertificação. Então, por que a ideia dessa câmara? Para que a gente tenha um diálogo
4213 direto dos estados que estão nesse contexto de suscetibilidade à desertificação,
4214 dialogando conosco. Mesmo que a gente tenha aqui a representação da ABEMA, feita
4215 pela Secretaria de Meio Ambiente da Paraíba e a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia,
4216 ter esse diálogo direto e um espaço onde os próprios estados possam dialogar entre si,
4217 conosco, na comissão, sobre o tema da desertificação, eu acho que é um ganho que a
4218 gente tem, porque nós vamos estar alinhados no diálogo com os estados que têm suas
4219 políticas, têm seus planos e têm suas agendas vinculadas a esse fenômeno. E uma
4220 terceira...

4221 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Iedo, da Embrapa. Essa segunda câmara
4222 técnica, ela queria propor essa atualização dos planos estaduais de desertificação?

4223 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4224 **MMA)** – Os planos já estão sendo atualizados. Ela pode ter um papel já, que Iedo já está
4225 propondo, que é um papel de acompanhamento da atualização dos planos. Eu acho que
4226 já podemos aproveitar essa fala de Iedo e já colocar como uma atribuição dessa câmara
4227 dos estados, que é de acompanhar a atualização dos planos estaduais de combate à
4228 desertificação. Só um minutinho, Victor, eu te passo. Então, tem uma terceira proposição
4229 que eu queria fazer, que é de ontem para hoje, em função do regimento interno, que seria
4230 uma câmara técnica para acompanhar a implementação da Convenção das Nações
4231 Unidas de Combate à Desertificação. Um clique interno, talvez, pode ser isso. Mas por
4232 que eu coloco isso? Porque eu acho que nós estamos com tarefas vinculadas à
4233 convenção, como a instalação dos Causus indígenas e de comunidades locais, a... Ok,
4234 Leandro, só um minutinho. A definição das nossas metas LDN, que a gente pode criar

4235 grupos de trabalho dentro dessa câmara técnica da convenção para ir acompanhando
4236 cada uma dessas iniciativas de forma específica. Então, foi isso um pouco que eu fiquei...
4237 Ou seja, Marcos, só para a gente ir qualificando, e eu vou abrir para as falas. A segunda
4238 câmara técnica, que é das áreas suscetíveis à desertificação, ela já teria um papel
4239 proposto aqui pelo Iedo, que é acompanhamento... Aí talvez diferenciar... Isso.
4240 Acompanhamento da atualização dos países. Eu já fico pensando que a SUDENE tem que
4241 estar nessa câmara, que está junto com a gente nessa iniciativa, então isso seria...
4242 Depois a gente pode falar da composição, mas já visualizando. E essa câmara técnica
4243 de acompanhamento à implementação da UNCCD, teria, por exemplo, já dois grupos de
4244 trabalho. Um grupo de trabalho para acompanhamento da definição das metas LDN, ou
4245 seja, a gente vai compor um grupo com o governo, a gente vai compor um grupo com o
4246 governo para a definição dessas metas, mas seria importante que tivesse a
4247 representação da comissão acompanhando esse processo. E o outro que é da
4248 implementação dos caucus indígena e de comunidades locais, que foi uma das decisões
4249 da conferência da COP16. Então acho que seria... A princípio seriam essas duas
4250 iniciativas. E aí, Victor e Leandro. Você está com o microfone aí, Annie? Está com o Victor
4251 lá já.

4252 **O SR. VICTOR LEAL SANTANA (Superintendência do Desenvolvimento do**
4253 **Nordeste – SUDENE)** – Bom dia, pessoal. Victor, da SUDENE. Alexandre, é com relação
4254 a essa câmara dos estados. A comissão não tem mais representante dos estados,
4255 propriamente dito. Quem seria convidado, pessoas dos estados a participarem? Da
4256 câmara. Mas não é necessário que seja integrante da comissão para participar da
4257 câmara? Enquanto você estava falando, eu estava procurando aqui. Não sei se de
4258 repente não precisa que todos sejam. Tem aqui que pode ser convidado também. Mas
4259 acho que uma parte, pelo menos, tem que... Era mais esse questionamento. Quando
4260 você falou câmara técnica dos estados, eu disse: “oi?” Mas os estados não fazem mais
4261 parte. É nesse sentido.

4262 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
4263 **Exteriores – MRE)** – Obrigado. Leandro Magalhães, Ministério das Relações Exteriores.
4264 Sobre a câmara técnica para acompanhar a implementação da UNCCD, eu acho que ela

4265 é uma excelente ideia. Mas eu tenho uma sugestão. Eu acho que a gente poderia usar
4266 essa câmara técnica não só para acompanhar a implementação da UNCCD, mas
4267 também para usar ela como processo de preparação para as próximas conferências das
4268 partes da UNCCD. E a minha sugestão é, em vez de a gente ter um GT específico
4269 somente para a implementação dos caucus, que são esses dois que a gente criou, talvez
4270 a gente possa ter um GT para preparação para as próximas conferências das partes. E,
4271 obviamente, isso vai incluir todos os assuntos que estão pendentes, inclusive caucus.
4272 Mas eu acho que tem outros assuntos que são tão relevantes quanto para a gente poder
4273 tratar. Então, eu teria só essa sugestão de colocar uma abordagem um pouquinho mais
4274 ampla para essa câmara técnica e também para o GT. Obrigado.

4275 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4276 **MMA) –** Obrigado, Leandro. Julio, depois Elizete.

4277 **O SR. JÚLIO (Fundação Araripe) –** Júlio, Fundação Araripe. Eu queria fazer um
4278 comentário... Está escutando? Eu queria fazer um comentário sobre a colocação a
4279 respeito das câmaras e voltando um pouco o que o companheiro ali da SUDENE
4280 levantou. Nós temos... vocês começam a perceber o nível de complexidade que vai
4281 levando nessas instâncias, nos leva a um nível de complexidade. Uma coisa que a gente
4282 nota é que tudo isso tem que estar, ao final, representado em documentos, na
4283 formalidade, no formalismo que se exige para o acompanhamento da Convenção. Então,
4284 aqui eu queria trazer à tona a questão do PPA, que é a grande ferramenta que vai, ao
4285 final, consolidar tudo isso, deixar presente, marcar o histórico e tocar os pontos dentro de
4286 todos os ministérios que têm, de uma forma ou outra, uma relação direta com a
4287 Convenção. Não, uma relação indireta e direta, que não é visível. O PPA permite essa
4288 situação. Então, era esse detalhe. E tem a relação com os grupos de trabalho. O grupo
4289 de trabalho vai ter que ter uma abertura a esse respeito devido à complexidade de
4290 identificação das ações que se sobrepõem e se completam.

4291 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4292 **MMA) –** Elizete, depois Sandro e depois Luiz.

4293 **A SRª. ELIZETE MARIA DA SILVA (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
4294 **Nordeste – MMRNE)** – Elizeth, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.
4295 Veja, se o espírito não me engana, no regimento diz que a Comissão pode convidar
4296 algumas pessoas para fazer parte da Câmara Técnica, mas a Câmara Técnica não pode
4297 ser composta só de convidados. Ela pode ser convidada algumas pessoas, mas ela
4298 precisa também ser composta com os membros da Comissão. Então, quando diz assim
4299 o Estado, quer dizer, dá-se a entender que só vai vir gente de outros lugares que não
4300 estão aqui dentro da Comissão. Pode ser convidado, mas é preciso que tenha gente da
4301 Comissão dentro dessa Câmara para poder acompanhar as discussões. Senão o Estado
4302 discute o que quiser, traz para aqui, e a gente vai ficar como? A gente precisa também
4303 acompanhar alguém da Comissão, precisa estar dentro dessa Câmara para acompanhar
4304 essas discussões das pessoas nos Estados. Isso está dentro do regimento interno.

4305 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
4306 **do Brasil – APIB)** – Eu entendi da mesma forma, mas eu gostaria de acrescentar porque
4307 a gente precisa vincular a responsabilidade. Quando a gente convida ao Estado, ele pode
4308 mandar quem ele queira. E aí uma pessoa se responsabiliza por uma coisa, quando vem
4309 da resposta, vem outra. Então tem que ser alguma coisa institucional. Eu não sei se é
4310 pertinente, Alex, mas a jurídica pensar alguma coisa para estar lá como função do GT,
4311 alguma coisa mais organizada, que é uma questão que não foge da regra que nós
4312 aprovamos aqui do regimento interno, mas poderia pensar para ter esse alcance que a
4313 gente precisa de compor esse GT da forma como está sendo pensado, essas comissões
4314 aí, mas a gente pode solicitar e aí formalmente ter algum instrumento que vincule a
4315 nomeação desse grupo de trabalho e que as pessoas se sintam responsabilizadas como
4316 instituição e como pessoa, como ponto focal daquela instituição.

4317 **A SRª EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Primeiro, eu acho
4318 que é natural que tenha pessoas da comissão na Câmara, e eu acho que o que essa
4319 Câmara teria, inclusive, era um primeiro levantamento, porque, por exemplo, na Bahia, a
4320 Câmara de Desertificação está dentro do Fórum de Convivência com o semiárido.
4321 Inclusive, eu presidi até o ano passado, e agora é do IRPAA, Cícero, do IRPAA, que é
4322 também presidente da ASA, ele que está presidindo a comissão. Então, veja, ela está

4323 dentro da comissão de convivência com o semiárido, e até o ano passado não teve
4324 nenhuma reunião da Câmara Técnica. A gente teria que também sair um pouco fazendo
4325 essa busca, porque, por muito tempo, ficaram paradas.

4326 **O SR. LUÍS ALMEIDA SANTOS (IRPAA)** – Bom dia. Luiz, do IRPAA. Nesse ponto, eu
4327 queria trazer, a Valda já trouxe, não vou precisar repetir com relação à Bahia, mas aí,
4328 Alexandre, eu queria ver outras duas possibilidades que fogem um pouco do que nós
4329 estamos discutindo agora sobre esse tema, mas de como é que a gente poderia pensar,
4330 dentro dessa primeira ou segunda Câmara Técnica, dois GTs que eu acho que são
4331 estratégicos e importantes para a gente pensar, inclusive para conseguir operacionalizar
4332 tudo o que a gente está discutindo, que é alguma coisa relacionada ao financiamento e
4333 captação de recursos, que é meio que uma articulação entre, por exemplo, no dia 28, a
4334 gente viu o ARCA, viu o Conecta Caatinga, e tem outras experiências ali que a gente
4335 pode discutir entre nós e propor também essa captação de recursos, inclusive para
4336 operacionalizar essas práticas que a gente está discutindo, dos povos, essas práticas
4337 agroecológicas de convivência com o semiárido, que nós já viemos fazendo ao longo do
4338 tempo. Então, acho que um GT de financiamento e captação de recursos. O segundo,
4339 que eu acho que é extremamente estratégico e importante, é alguma coisa relacionada
4340 à comunicação. E aí talvez um GT de comunicação, porque eu não sei se só a campanha
4341 em si vai dar conta assim, sabe? Mas a gente conseguir colocar ela na estrutura da
4342 comissão, pensar as estratégias, pensar como fazer, inclusive para divulgar essas boas
4343 práticas que a gente já realiza. Poderia até entrar a ideia do Prêmio, toda aquela ideia do
4344 Prêmio Vasconcelos Sobrinho, por exemplo, mas também a gente divulgar essa pauta
4345 do combate à desertificação, que ainda é uma pauta que não está colocada para a
4346 sociedade como um todo. Então, como que a gente poderia colocar esses dois GTs? Eu
4347 tinha pensado na Câmara do Estado, mas talvez nessa primeira Câmara do
4348 Acompanhamento do PAB, eu acho que eles encaixam bem assim.

4349 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4350 **MMA)** – Tenho antes... Tem Aldrin, Sandro... Não, não, não. Aldrin. Não, Aldrin agora.
4351 Anne. Aldrin. Sandro, não? Você já falou, não é? Luiz. Luiz. Afonso e Tiago. E Victor. Me
4352 ajudem na ordem. Por favor.

4353 **O SR. ALDRIN MARÍN PÉREZ MARIN (Convenção das Nações Unidas para o**
4354 **Combate à Desertificação – UNCCD)** – Bom dia a todos e todas. Oi, Alexandre, eu sou
4355 Aldrin Pérez, pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido, e estou aqui como
4356 correspondente científico. Eu queria... Minha observação vai na mesma linha do Luiz.
4357 Assim, atualmente aqui no Nordeste, a ciência brasileira do Nordeste, desde 2010, vem
4358 estudando a dinâmica da variação do carbono, da água e da energia na Caatinga.
4359 Cientificamente já provamos que a Caatinga é a segunda floresta seca mais eficiente de
4360 carbono, comparando com todas as florestas secas do mundo. E assim, o nosso grupo
4361 de pesquisa, nossa rede de pesquisa, nossa angústia é como transformar essa
4362 informação em benefícios e direitos para as famílias. Então assim, eu pensei, quando
4363 começaram a falar de grupos de trabalho, câmaras técnicas, vou propor que eles criem
4364 um programa, que se crie um programa de crédito social de carbono para a Caatinga.
4365 Mas não estou conseguindo visualizar dentro dessas câmaras onde se encaixaria. E por
4366 que estou propondo esse crédito social de carbono? Existem apenas dois mecanismos
4367 que se pode vender esses créditos. Um que se chama mercado regulado, que é um
4368 mercado basicamente do governo brasileiro, que podíamos entrar nisso aí, transformar
4369 em uma política objetiva, que o dinheiro chegue na família. Ou o mercado voluntário, que
4370 é de empresas, que é o que está funcionando. E são basicamente três empresas,
4371 empresas que certificam esse carbono. E acredito que não é necessário dessas
4372 empresas para certificar esse carbono. E a comissão poderia, efetivamente, que esse
4373 programa se crie. E não sei como enquadrar dentro dessas proporções das câmaras
4374 técnicas. Onde colocar isso? É possível, não é possível? Eu queria colocar em discussão
4375 isso.

4376 **O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO JÚNIOR (Associação Brasileira de Entidades**
4377 **Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA)** – Bom dia, pessoal. Luiz Araújo, da SEMA
4378 Bahia, representando aqui ABEMA. Queria trazer algumas contribuições. A primeira
4379 delas é, olhando para essas câmaras técnicas, eu vejo o PAB como uma das ferramentas
4380 de implementação da UNCDD. Então, a meu ver, o PAB deve ser um grupo de trabalho
4381 dentro dessa câmara técnica de implementação da UNCDD. Permitindo que a gente
4382 foque, crie outras câmaras técnicas que não estão previstas aí. E aí, considerando o que
4383 os colegas trouxeram aqui, o meu xará Luiz, a gente talvez pudesse criar uma câmara

4384 técnica de estratégias de combate à desertificação, enfrentamento à seca. E aí, embaixo
4385 dela, a gente traz a questão dos créditos de carbono, a gente pode trazer a parte de
4386 comunicação, porque são estratégias desse enfrentamento. Então, a gente pode criar
4387 grupos de trabalho específicos dessa câmara técnica, nesse sentido. E aí, uma
4388 consideração sobre a questão da câmara técnica dos estados. Nos nossos órgãos
4389 colegiados, lá na Bahia, pelo menos, a gente busca que as câmaras técnicas tenham
4390 objetivos claros, que elas deixem claro no seu nome qual objetivo. E assim, do jeito que
4391 está, uma câmara técnica dos estados de áreas suscetíveis à desertificação, a meu ver,
4392 não fica muito claro qual é o objetivo dessa câmara técnica. Eu acho que o fato de, se o
4393 objetivo for acompanhar a atualização dos PAEs, talvez a câmara técnica seja um grupo
4394 de trabalho dentro do PAB ou da UNCDD. Eu acredito que, se tiver a possibilidade da
4395 gente entender como os estados estão desenvolvendo suas ações relacionadas a esse
4396 tema, eu acho que isso tem que ser exposto aqui, não em um ambiente fechado. Os
4397 convidados vêm aqui, eles expõem como isso está acontecendo. Até porque, como eu
4398 falo como ABEMA, a gente tem uma visão geral, a gente tem um levantamento das
4399 principais necessidades já indicadas por esses estados, mas é interessante que eles
4400 possam ter a oportunidade de mostrar pessoalmente suas próprias experiências, ao invés
4401 de ficar limitado a uma câmara técnica. Obrigado.

4402 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB) –** Ok. Afonso.
4403 Cáritas. Veja, nós fomos convidados a participar do processo de elaboração dos PAEs,
4404 ou seja, a contribuição da sociedade dentro desses espaços de formulação de políticas.
4405 Também fomos convidados para estar aqui, colaborando com as iniciativas de governo,
4406 para que isso tenha a cara da sociedade. Eu acho, discordando um pouco do Luiz, eu
4407 queria falar justamente sobre as câmaras estaduais. Acho extremamente oportuno essa
4408 coisa de uma câmara técnica para os estados com representações principalmente de
4409 pessoas que vivem nas áreas suscetíveis, para que o plano realmente tenha a cara de
4410 quem está vivenciando o problema. Eu acho isso fantástico. Uma das constatações feitas
4411 na elaboração do PAB em Pernambuco foi que passaram 20 anos e a gente não viu
4412 quase nada acontecer. Quem estava lá lembra disso, não é? Foi uma constatação do
4413 grupo lá. Então, se a gente não tiver gente nossa, e aí eu não estou puxando a sardinha
4414 para a sociedade, mas acho que são as experiências da sociedade, tanto construídas

4415 por elas, como acompanhadas por elas, para saber se aquilo tem relevância realmente
4416 para a vida dessas pessoas, que vai fazer a diferença nessas câmaras. Então, eu
4417 defendo a ideia de que as pessoas que estão aqui e que vivem nesses lugares que estão
4418 sendo afetados possam estar nesses espaços até para levar a experiência desses
4419 lugares e o olhar desses lugares sobre o que está se propondo para lá, para que a gente
4420 não passe mais uma vez por experiências que são planejadas em outro lugar e
4421 introduzidas no lugar da gente, sem que a gente tenha participado. Então, defendo essa
4422 ideia de que a gente esteja presente sim. É muito bom estar aqui, mas é bom a gente
4423 estar lá opinando sobre o que acontece lá.

4424 **O SR. THIAGO ROBERTO SOARES VIEIRA (IPAN)** – Thiago Vieira, do Instituto
4425 Pangea. Primeiro, destacar aqui como seria, digamos assim, a simbiose entre a
4426 Comissão Nacional aqui e, vou citar o Sergipe como exemplo, lá há o GPCD, o Grupo
4427 Permanente de Combate à Desertificação. Nessa atualização do PAE, enfim, mudam-se
4428 as nomenclaturas, mas o Estado está reativando e, possivelmente, próximos meses a
4429 gente já vai ter a retomada desse GPCD, desse grupo estadual. Então, acho que, qual o
4430 mecanismo dentro dessa Comissão Nacional que a gente faria a simbiose com esses
4431 grupos estaduais? Então, essa é a primeira pergunta. Câmaras técnicas, qual
4432 exatamente? Segundo ponto, dentro do bioma caatinga, há análise de prontidão
4433 climática. Eu também acho que é algo que poderia contribuir. Os Estados colocam as
4434 ações, as iniciativas de combate à desertificação, às mudanças climáticas, com
4435 prioridade em seus governos. Como é que isso se comporta? Então, uma análise de
4436 prontidão climática, acho que seria interessante a gente discutir isso, de alguma forma,
4437 na Câmara Técnica. Outra coisa, o inventário de emissões, dentro do bioma, quem é que
4438 monitora isso? Estou dizendo, por exemplo, Sergipe. O Estado, hoje, tem uma carência
4439 enorme nesses dados. O inventário de emissões de carbono. O Estado não tem.
4440 Pernambuco, eu creio que tenha. A Bahia, a gente tem um companheiro aqui do Estado.
4441 Mas é isso, estou usando o Sergipe como exemplo nesse sentido. Outra coisa, acho que
4442 seria interessante também a comissão, o Luiz aqui e alguns companheiros colocaram, a
4443 importância de uma Câmara para discutir financiamento, captação de recursos. Mas,
4444 para captar recursos, para quê? E aí, seria interessante um inventário, digamos assim,
4445 de quais são as iniciativas no bioma Caatinga. A FAO faz muita coisa, o IICA, a Fundação

4446 Araripe, várias instituições aqui trabalham com projetos. Mas é algo, quando você olha
4447 assim como tudo, é algo muito pulverizado. Esses dados, os resultados dos projetos, o
4448 monitoramento que é feito, qual é o legado dessas iniciativas? Eu acho que seria
4449 interessante fazermos uma análise desses projetos. Essas iniciativas, 70%, o
4450 interessante é a continuidade. Vamos captar recursos para fazermos isso. Um
4451 mapeamento nesse sentido. Então, eu acho interessante isso aí. E, por fim, só colocar a
4452 fala do professor Aldrin, eu acho muito importante essa questão de crédito de carbono
4453 no bioma Caatinga. Atualmente, grandes empresas estão, digamos assim, entrando em
4454 contato com governos de Estados, e muitos governos estão em simbiose mesmo com
4455 empresas para a elaboração de projetos de crédito de carbono na Caatinga. Certo? E aí?
4456 A certificação é o mais caro disso. Mas é interessante que uma empresa, ela entre nisso,
4457 ou o Estado brasileiro tem uma política nesse sentido para evitar essa questão de
4458 grandes empresas entrarem no mercado e, muitas vezes, tirando lucro que poderia advir
4459 para as comunidades tradicionais. Então, é uma provocação.

4460 **O SR. VICTOR UCHOA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
4461 **SUDENE) –** Sou eu mesmo, Alexandre? Vítor Uchoa, da SUDENE. Voltando à questão
4462 da composição. Talvez a gente tenha que mexer alguma coisa no regimento. Porque no
4463 artigo, eu fui ver agora, o artigo 26, constituído por membros titulares ou suplentes ou
4464 representantes indicados formalmente pelo membro titular da secretaria executiva. Aí
4465 pode se amarrar que... Pode ser isso aqui. Agora, no artigo 27, as câmaras técnicas, no
4466 número máximo de 10, aí já definem a quantidade, serão constituídas de, no mínimo, 7
4467 membros e, no máximo, 17. Comandado de dois anos, admitido à recondução. Então, aí,
4468 pode, de repente, ter abaixo um parágrafo que determine o número mínimo de membros
4469 integrantes da comissão. Se for o caso. Estou colocando aqui como está no regimento.
4470 Aí a gente precisa dar uma revisitada, discutida aqui na comissão, como é que a gente
4471 formata isso aí. E com relação às câmaras técnicas, pelo menos o que a gente colocou
4472 aí na tela, são câmaras técnicas, até agora, mais de acompanhamento.
4473 Acompanhamento de instrumentos. É preciso definir algumas coisas que tratem de
4474 questões técnicas, propriamente ditas, como essa questão do carbono, técnicas de
4475 convivência com o semiárido, tecnologias sociais, políticas públicas. A gente vê como é
4476 que a gente pode agrupar aí uma nomenclatura que englobe um determinado grupo, que,

4477 a partir daí, a gente possa pensar em grupo de trabalho mais específico. Mais câmaras
4478 técnicas, mais técnicas. Essas, eu acredito que são necessárias, essas de
4479 acompanhamento. Mas, pensando bem, talvez as de acompanhamento sejam mais GTs
4480 do que câmaras técnicas. Pensei nisso agora. E pode ser dentro de uma câmara técnica,
4481 tem um GT de acompanhamento de um determinado instrumento.

4482 **A SRª IVI ALIANA CARLOS DANTAS (ASA)** – Bom dia, Ivi, da Asa. Eu estava aqui,
4483 escutando e observando um pouco as contribuições e fiquei pensando, viu, Alexandre, o
4484 quanto de tarefa e de trabalho e de desafios que essa comissão tem. E isso também
4485 remete à discussão de ontem, da quantidade de encontros que serão necessários para
4486 tocarmos tudo isso. De fato, há necessidade de organizarmos direitinho os nossos
4487 trabalhos, se dividir. Então, acho que é bem importante. E fiquei bastante pensando na
4488 quantidade de coisa que tinha e na quantidade de coisa que surgiu, com essas
4489 contribuições que foram dadas. Acho que é bastante relevante o que a Aldrin traz, não
4490 só nesse aspecto, e aí se soma um pouco com o que o Victor trouxe, como é que a
4491 comissão se organiza na questão mais propositiva, de construir estratégias, mas não
4492 elimina a necessidade desses espaços que já foram colocados aí. Acho bastante
4493 estratégico que a gente se debruce sobre a UNCCD. Para mim, essa Câmara Técnica
4494 dos Estados é a que ainda está um ponto de interrogação. Para mim, ela não está nítida
4495 ainda. Qual, de fato, é esse objetivo? Para nós compreendermos quem seriam as
4496 pessoas mais adequadas a estar nelas. Então, acho que talvez nós fazermos, não sei se
4497 você tem isso mais elaborado aí, quando você propôs, um pouco mais do que nós
4498 queremos com essa Câmara Técnica para essas áreas suscetíveis.

4499 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4500 **MMA)** – Vamos lá. Vou tentar trazer aqui alguns elementos para ajudar a gente a fazer a
4501 caminhada. Vejam, primeiro, eu concordo... E aí, Marcos, na medida em que eu vou
4502 fazendo as proposições, se você puder ir digitando para ir mostrando um pouco, vai
4503 ajudando também a gente ir enxergando. Talvez a Câmara do PAB seja uma Câmara de
4504 Implementação, acolhendo um pouco a proposta do Victor, ou seja, Câmara Técnica de
4505 Implementação do PAB. E aí a gente pode ter um grupo de trabalho, de financiamento,
4506 como o que o Luiz propõe, e que vai se debruçar sobre os mecanismos e formas de

4507 financiamento. Porque Aldrin diz assim, onde é que a gente vê ali a questão do crédito
4508 de carbono? A agenda de um programa de crédito de carbono para Caatinga é
4509 instrumento, é a ação do plano, do PAB. Aí eu posso ter, nesta Câmara Técnica, um
4510 grupo de trabalho que vai se debruçar para acompanhar a implementação daquela
4511 iniciativa que está no PAB, que é a criação de um programa de crédito de carbono para
4512 Caatinga. Mas eu não posso criar, ver aqui algo... Para mim é assim. Porque senão eu
4513 vou criar algo paralelo ao PAB. Porque criar um programa de crédito de carbono é uma
4514 ação que está no plano. Então eu crio um grupo de trabalho para ajudar a acompanhar a
4515 implementação dessa iniciativa. Quando o Luiz pergunta: “Bom, recursos para quê?”
4516 Para as ações do plano. Porque tem um monte de ações, são 180 e poucos... 180 e
4517 poucos iniciativas, 500 e poucas metas, e nem tudo tem recurso. São os desejos, são as
4518 necessidades, são as vontades que estão lá expressas. A gente tem que ir agora e buscar
4519 as condições para isso. Então eu teria uma Câmara Técnica de Implementação do PAB,
4520 e aí eu poderia ter um GT de financiamento, Marcos, na Câmara Técnica de
4521 Implementação do PAB. Eu poderia ter um GT de acompanhamento, de financiamento,
4522 de busca de financiamento e captação de recursos. Ter um outro grupo de trabalho que
4523 possa tratar da agenda da comunicação mais ampla, da informação sobre o tema. E um
4524 grupo de trabalho, por exemplo, para acompanhar a implementação de um programa de
4525 crédito de carbono para a Caatinga. É um pouco da visão como eu estou enxergando. E
4526 aí poderíamos ter também um grupo de trabalho que vai acompanhar a implementação
4527 do plano como um todo. Aliás, o monitoramento, implementação não, o monitoramento,
4528 ou seja, isso. Aí tem um outro que é de comunicação e um outro que é de monitoramento.
4529 Então, a princípio, é um pouco como, pegando um pouco das falas de vocês, eu enxergo.
4530 Eu acho que o GT, que aí talvez pudesse ser também o GT Câmara Técnica da UNCCD,
4531 não sei se a gente chamará só assim, ou Câmara Técnica de Implementação da UNCCD,
4532 Leandro. Algum microfone para o Leandro, por favor.

4533 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
4534 **Exteriores – MRE) –** Eu sugeriria Câmara Técnica de Implementação e Preparação para
4535 as Conferências das Partes da UNCCD.

4536 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4537 **MMA) –** Mas será que isso não é redundante, por que a participação nas conferências
4538 não está implícito na implementação da convenção?

4539 Não.

4540 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4541 **MMA) –** Não pode ser um grupo de trabalho, por exemplo, para preparar a participação?

4542 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
4543 **Exteriores – MRE) –** Eu acho que é um nome bem grande. Entendi a preocupação. A
4544 gente pode até pensar num nome um pouco mais fácil, mas eu acho que são coisas
4545 diferentes, porque uma coisa é ter o mandato que a conferência nos dá e, a partir do
4546 mandato que a conferência nos dá, a gente tomar ações para implementar aquilo que
4547 está sendo colocado pela UNCCD, ou seja, a gente está em um polo passivo, dizendo
4548 assim, vamos implementar a convenção conforme foi mandatado pelas Conferências das
4549 Partes. A outra coisa, que é uma questão mais estratégica e vai na linha do que outros
4550 colocaram aqui, é como é que a gente vai nos organizar para as próximas Conferências
4551 das Partes. Quando a gente recebe os projetos de decisão da COP17, por exemplo, como
4552 é que a gente vai reagir àquilo? Eu acho que tem essa questão mais estratégica. Então,
4553 talvez, para não ficar tão grande, a gente podia colocar assim, Câmara Técnica de
4554 Implementação e Estabelecimento de Estratégia para a UNCCD. Alguma coisa assim,
4555 talvez fique um pouco menor, mas eu acho que já dá essa ideia. Então, estou colocando
4556 aqui uma sugestão que está vindo agora. É claro que a gente pode melhorar o texto, não
4557 é para ser necessariamente assim. E aí pode tirar essa preparação, porque não precisa,
4558 fica muito grande mesmo. E aí sim, GT, em vez de a gente colocar para a implementação
4559 dos caucus, a gente coloca assim, GT para a preparação para as Conferências das
4560 Partes, da UNCCD. Eu acho que fica mais claro. E claro, o assunto do caucus vai estar
4561 colocado ali. Acho que ele colocou no lugar errado. É porque ele acabou colocando no...

4562 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4563 **MMA) –** Isso. Preparação para a participação da Conferência.

4564 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
4565 **Exteriores – MRE) –** Para mim, assim, está legal. Claro que a gente pode discutir melhor
4566 a linguagem, mas, para mim, a ideia é essa. Obrigado.

4567 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4568 **MMA) –** Obrigado, Leandro. Bom, ainda seguindo um pouco nas contribuições. E aí a
4569 gente vem para... Por exemplo, Afonso fala sobre o processo de participação e de que
4570 os planos reflitam as realidades. Nós estamos, SUDENE, MMA e UNIVASF, numa
4571 parceria que eu já apresentei aqui ontem, com os governos dos estados para fazer um
4572 ciclo de encontros, seminários, espaços de escuta em todos os 11 estados, os nove do
4573 Nordeste, mais Minas e Espírito Santo, para atualizar ou, no caso do Espírito Santo, até
4574 elaborar os seus planos estaduais. Mas, obviamente, que uma condição para isso é a
4575 participação da sociedade civil. Então, nós estamos entendendo que o que está
4576 mandatado para a UNIVASF, que está com um grupo de pesquisadores fazendo reuniões
4577 com os governos dos estados para realizar esses seminários, vai abrir o espaço para a
4578 participação da sociedade civil. Então, é esse espaço de estar lá nesses encontros,
4579 nessas atividades dos seminários, para que o resultado do plano seja um resultado que
4580 reverbere as necessidades, as condições das próprias organizações afetadas pelo
4581 processo de desertificação e das secas. Então, eu acho que isso é um pouco do que nós
4582 fizemos com o PAB. O PAB teve aí, como eu falei ontem, 15 seminários, um seminário
4583 estadual com bastante representação, além da consulta pública, que ficou no site do
4584 governo, para que pudéssemos receber essas contribuições. Então, eu acho que isso
4585 tem alinhamento e faz todo sentido. Agora, vamos voltar para... Eu deixei por último a
4586 mesma Câmara Técnica dos Estados, porque talvez ela seja, de fato, algo que
4587 precisemos maturar um pouquinho. Qual foi a nossa leitura? Olhando um pouco para o
4588 nosso departamento, a leitura que nós fomos fazendo, e algumas conversas que nós
4589 fomos tendo também com alguns governos. Porque, se você tinha antes uma
4590 participação nesse espaço aqui de todos os estados, e para transformarmos essa
4591 comissão em uma comissão paritária, nós teríamos aí uma comissão bastante grande.
4592 Por isso que nós pensamos na representação da ABEMA e da ANAMMA, para que nós
4593 tivéssemos representações. Mas o nosso desejo é um desejo de um espaço de diálogo
4594 mais direto com os estados. Por quê? Não é que a representação da ABEMA aqui pela

4595 Paraíba e a Bahia não possa trazer isso, mas é diferente quando você tem a presença
4596 individual de todos os estados. Ou seja, com um espaço de diálogo, de partilha, de
4597 levantar questionamentos e tal. Por exemplo, eu fiquei aqui pensando. Nós estamos
4598 discutindo agora para encontrar o caminho. O Vítor levantou a história dos pais, ou fui eu
4599 mesmo que levantei, apenas como um dos elementos que essa Câmara Técnica pode
4600 acompanhar. E, naturalmente, Elizete, ela não vai ser formada só pelos estados, ela vai
4601 ser formada pelos estados e por membros da comissão. Eu até cheguei a citar que a
4602 SUDENE deveria ser, naturalmente, estar lá porque é uma das partes envolvidas nesse
4603 processo. Mas, por exemplo, essa proposta que o Aldrín coloca de um programa de
4604 crédito de carbono para Caatinga, eu acho... crédito social de carbono. Crédito social de
4605 carbono, Marco, está faltando social. Por exemplo, os estados não estão pensando
4606 nisso? Se os estados estão pensando nisso, esse poderia ser um grupo de trabalho
4607 dentro da Câmara Técnica dos governos dos estados, porque se nós vamos fazer isso
4608 no âmbito do PAB, eu imagino que isso tem uma estratégia também de conexão com os
4609 estados. Eu acho que o que nós precisamos entender é que o Plano de Ação Brasileiro
4610 tem um conjunto de medidas e iniciativas que ancora uma série de demandas e que nós
4611 precisamos olhar esse plano como o nosso horizonte referencial. Tudo bem que ele ainda
4612 está em processo de fechamento, mas nós já temos as pistas de por onde ele está
4613 caminhando. Eu acho que o objetivo da Câmara dos Estados, da Câmara Técnica dos
4614 Estados, é muito mais para fazermos um alinhamento, um alinhamento conjunto,
4615 buscando a governança da política em um diálogo mais direto desse espaço da comissão
4616 com os governos dos estados. Eu acho que a ANAMMA deveria compor também essa
4617 Câmara Técnica, porque aí você teria a presença dos municípios nesse espaço para
4618 também buscar essa articulação. E, obviamente, seria um espaço para os estados
4619 também partilharem um pouco das suas estratégias, das suas iniciativas e como é que
4620 isso reverbera, por exemplo, aqui para dentro. Talvez a gente precise aperfeiçoar um
4621 pouco essa ideia, se não é o momento, eu acho que tudo bem também, a gente vai
4622 maturando e amadurecendo, até com os próprios governos dos estados, para saber da
4623 pertinência disso, se vale a pena criar essa instância. Hoje a gente tem um outro ator
4624 que, em 2008, nós não tínhamos, que é o consórcio de governadores do Nordeste, que
4625 tem uma Câmara Técnica de Meio Ambiente. Então, será que é esse o espaço de

4626 diálogo? Mas esse espaço não inclui Espírito Santo nem Minas, porque também são
4627 estados que estão com áreas suscetíveis à desertificação, então, tem uma certa limitação
4628 a partir disso. Então, acho que tem algo que a gente pudesse refletir um pouquinho sobre
4629 a pertinência, obviamente, e para além dessa coisa do acompanhamento e atualização
4630 dos planos. Isso é só um ponto que foi levantado, mas poderia ter outras contribuições.
4631 Temos dois colegas inscritos, que é Iedo e Alisson.

4632 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Iedo, da EMBRAPA Semiárido. Em relação, a
4633 gente também tem essa Câmara Técnica dos Estados, que ficou um pouco pobre nesse
4634 acompanhamento, imagina uma Câmara só para isso, e eu estava imaginando aqui que
4635 essa Câmara tem um papel importantíssimo na articulação com os municípios, porque é
4636 no município que as coisas acontecem. E hoje, graças a Deus, quase todos os municípios
4637 têm uma Secretaria de Meio Ambiente, ou um Conselho, ou coisa parecida, que há 15,
4638 20 anos atrás, em Pernambuco, tinha seis. Em Pernambuco, tem 123 municípios dentro
4639 da ASD, tinha de seis a dez. Hoje, praticamente todos têm. Então, essa Câmara ficaria
4640 uma Secretaria de Meio Ambiente Municipal, ou um Conselho municipal, coisa desse
4641 tipo. Então, essa Câmara Técnica dos Estados teria essa função de fazer essa
4642 articulação com os municípios, com esses atores, porque é lá no município que
4643 acontecem as coisas. Por exemplo, o estado de Pernambuco, em que eu tenho
4644 trabalhado com mais afinco, a gente tem um levantamento dos 123 municípios dessa
4645 zona, e a gente sabe todo o levantamento da cobertura vegetal e de solos, que quando
4646 você usa essas duas variáveis biofísicas, te dão uma visão do ponto de vista natural, não
4647 estou trabalhando com o social aí, dizer o seguinte, você chegar num conselho desse,
4648 eu chegar num prefeito do município e dizer: “Olha, o teu município é assim, as piores
4649 áreas são essas, as medianas são essas, as boas são essas. Por onde a gente vai
4650 começar a atacar? A gente vai começar a atacar onde está muito ruim, ou está no
4651 intermediário?” Tem gente que vai dizer que não é bom gastar vela com defunto ruim.
4652 Porque tem lugar que é muito ruim, é muito caro para você reverter, muito demorado, e
4653 os municípios não têm perna. Então, essa Câmara tem essa função de fazer esta
4654 articulação com os municípios. Eu acho que esse é o ponto principal, além, claro, de
4655 acompanhar a atualização dos PAEs, porque o PAE foi feito e nunca foi executado, pelo
4656 menos em Pernambuco. Não sei se nos Estados também são assim. Obrigado.

O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAANM) – É para dizer que vai ser um desafio muito grande, não é? Trabalhar essas Câmaras no Estado. A gente teve o seminário no ano passado e viu o desafio que vai ser. Penso que entrar por uma discussão no Legislativo é muito importante para pautar o Estado dentro desse plano e da discussão da CNCD. E, só para trazer um exemplo, a gente estava discutindo, na última semana, teve uma audiência pública para a criação da RDS lá no seminário do Norte Mineiro, que é na área de Cerrado. E tinha três prefeitos, vários vereadores com falas terríveis contra a criação da RDS. Então, vai ser um desafio grande. Inclusive, depois da audiência, várias lideranças já sofrendo ameaças e passando por um processo bem difícil lá. E essa questão da comunicação é muito importante, porque, para além desses prefeitos, tinham vários ônibus de comunidades que estão contrárias à RDS por causa desse processo frágil de comunicação que a gente tem dentro do nosso campo. E até dentro da proposta do Aldrin, eu acho que esse ponto do crédito carbono é um ponto muito importante que as comunidades precisam ser mais ouvidas e criar um processo das comunidades para cá, do que como vem sendo feito pelas empresas procurando esse espaço para comprar crédito carbono. Só colocando a questão, acho que é mais discutir essa questão nas áreas suscetíveis à desertificação, porque o seminário do Norte Mineiro tem áreas de Cerrado também que são importantes dentro dessa temática. Então, é um ponto que eu acho importante. E, dentro do plano, tem essa questão das unidades de conservação que, dentro do estado de Minas, hoje, eu creio que vai ser um desafio muito grande, não só as unidades, mas várias temáticas dentro do plano, porque é um governo muito difícil, tanto na esfera estadual como dentro dos municípios, está sendo um desafio muito grande. E também acho que em vários outros territórios têm a mesma dificuldade e desafio. Mas é isso.

O SR. LUÍS ALMEIDA SANTOS (IRPAA) – Luiz, do IRPAA. Só duas ponderações, Alexandre, que eu acho que, como tem muito GTI para pouca gente, e aí estava... Ivi já trouxe isso também, concordando com ela, mas estava conversando com o Aldrin aqui, por exemplo, esse GTI do crédito social de carbono pode ser, inclusive, incorporado no GTI acima de busca, financiamento e captação de recursos, porque a gente pode trabalhar, por exemplo, o programa que você trouxe do Recaatingar, como uma

4688 estratégia de financiamento, o programa de crédito social de carbono, porque eu acho
4689 que crédito social de carbono tem um debate longo ainda a ser percorrido, e aí talvez os
4690 companheiros Tuxá, os guerreiros indígenas, possam trazer essa reflexão com mais
4691 elementos. Como é que a gente vai negociar crédito de carbono se o território não está
4692 regularizado? Então, nós temos uma base muito frágil para discutir crédito de carbono.
4693 Mesmo que tenha um nome social, a base é muito frágil, e isso tem gerado muito conflito
4694 em diversos territórios. Ou a gente traz a centralidade para o debate, ou a gente vai criar
4695 elementos e abstrações que não vão garantir, de fato, resolutividade. E aí só mais um
4696 pitaco, talvez, na câmara do Estado, que eu acho que, para além do acompanhamento
4697 do PAES, uma coisa que é estratégica, que apareceu aqui no dia 28, que é com relação,
4698 inclusive na fala do companheiro do Ministério de Minas e Energia, que é com relação a
4699 como as legislações ambientais estão estruturadas no Estado, e que quase sempre os
4700 licenciamentos que são colocados, eles vêm com a argumentação de legalidade. Está
4701 legal, está dentro da lei. E como que, na verdade, está passando por cima de vários
4702 direitos, e como que a gente precisa observar isso nos Estados, inclusive nos órgãos de
4703 Estado, para a gente ter uma discussão sobre os licenciamentos. Porque na Bahia, por
4704 exemplo, a gente tem vários conflitos pelos parques eólicos, as mineradoras, enfim, todo
4705 esse conjunto de energias e minerações, que vêm com esse discurso legalista, mas, na
4706 verdade, está passando por cima de direitos, e está se valendo do debate, inclusive, do
4707 órgão estadual. O órgão estadual, muitas vezes, em conjunto com as empresas. Então,
4708 isso tem colocado para nós, inclusive, um avanço do desmatamento. E os dados do
4709 MapBiomas, assim, são categóricos em dizer, está se aumentando na Bahia
4710 desmatamento, perda de cobertura vegetal, principalmente nas áreas onde chegam
4711 esses grandes empreendimentos. Então, para além de acompanhar o PAES, nós
4712 precisamos também, não sei se entraria como GT, mas, assim, também uma provocação
4713 para que a gente tenha esse debate sobre os licenciamentos e essa forma de
4714 operacionalização da política ambiental nos Estados, que tem sido muito conflituoso,
4715 principalmente para a sociedade civil.

4716 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe) –**
4717 Francisco Campello, Fundação Araripe. Eu ia concordar com o meu colega para a gente
4718 fazer com que os GTs ficassem com mais robustez. O de financiamento e captação de

4719 recursos, ele teria, vamos dizer, uma atuação que incorpora o crédito de carbono, que é
4720 um instrumento, como também, para a gente, eu acho que serviço ambiental é muito
4721 mais estratégico do que crédito de carbono. A gente tem o Fundo Clima, que a gente tem
4722 como Ministério do Meio Ambiente a execução de parte do Fundo Clima, mas a gente,
4723 como Ministério do Meio Ambiente, a gente pode induzir o uso do Fundo Clima no
4724 componente do BNDES, como a gente também pode, por exemplo, esse GT, induzir
4725 outros instrumentos de fomento a trabalhar em ações para o combate à desertificação,
4726 como, por exemplo, o FUNDECI, do Banco Nordeste. Então, não seria captar só recursos
4727 específicos, a gente pode direcionar os instrumentos de fomento. Então, ficaria com mais
4728 amplitude e a gente incorporaria tudo num único GT. Com relação ao GT dos estados,
4729 eu acho que a gente deveria trabalhar de forma, ver como é que esse GT, porque é um
4730 desafio, cada estado tem um conjunto de municípios que são susceptíveis, então a gente
4731 vê se o GT trabalha via, como a comissão mesmo está fazendo, via a representação dos
4732 estados, que a gente hoje tem dois grandes instrumentos, que é o consórcio, é um
4733 instrumento fortíssimo, e aí a comissão é respaldada pelo Ministério, tem essa inserção,
4734 a gente chegar como pessoa, outra é uma comissão encaminhada pelo Ministério, e a
4735 ABEMA, então isso faz com que a gente fale com o conjunto, sem muito esforço, e dentro
4736 dos estados, as associações municipais, que também se reúnem de forma conjunta.
4737 Então, ao invés de eu ir em Afogados da Ingazeira, que é a terra do homem, a gente iria
4738 na AMUPE, lá no caso de Pernambuco, conversaria com a AMUPE para a AMUPE fazer.
4739 E concordo com o colega, inclusive a gente no final da tarde, Alexandre, tinha um
4740 encaminhamento nesse sentido. A gente se preocupa hoje demais com a restauração, e
4741 um dos problemas da restauração são os processos de licenciamento. A gente hoje vê
4742 nas áreas susceptíveis à desertificação, na região do Araripe e no Maranhão
4743 principalmente, na Bahia já aconteceu, processos de licenciamento totalmente
4744 legalizado, e a gente perder cobertura florestal de 10, 15 mil hectares em uma semana,
4745 sem nenhuma condicionante ambiental a maior do que reserva legal e APP. E aí, no
4746 futuro, a gente está trabalhando restauração, quando a gente poderia, em nome do
4747 cuidado do combate à desertificação, colocar condicionantes e não restrições para que
4748 esses ambientes, no futuro, possam se restaurar por conta própria. Então, isso não vai
4749 ser contra o desenvolvimento, isso não vai impedir a ação, mas vai fazer com que, por

4750 exemplo, eu não passe hoje e veja uma área de cerrado numa área susceptível à
4751 desertificação, e na outra semana, 15 quilômetros de nada, só de terra. Então, acho que
4752 a gente teria esse papel, como também promover o uso sustentável, tanto do cerrado
4753 como da caatinga.

4754 **A SR^a. BEATRIZ ARARIPE BEZERRA DE MENEZES LIRA (Superintendência do**
4755 **Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE)** – Oi. Beatriz, da SUDENE. Um
4756 questionamento rápido. A questão do crédito social de carbono, eu imagino, pelo que eu
4757 entendi aqui, que está em uma fase mais inicial, já tem vários caminhos a serem
4758 percorridos. Nesse contexto, eu não sei se seria melhor deixar um GT apenas para isso,
4759 para o crédito social de carbono, já que o GT de busca, financiamento, captação de
4760 recursos, ele estaria já com projetos mais encaminhados, mais robustos. Então, seria
4761 mais fácil você pegar esses projetos que já estão estruturados, para adaptar para um
4762 financiamento, captar recursos. O crédito social, eu acho que ele ainda está em uma fase
4763 inicial. A gente tem os estudos do índice com Aldrin, mas a gente não desenhou ainda
4764 qual é o percurso disso. Então, é para a gente pensar que, se não seria melhor colocar
4765 isso separado, porque isso vai demandar um tempo realmente para estruturar.

4766 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4767 **MMA)** – Então, mais alguém? Espera aí. Quando a gente pergunta... Então, vamos lá.
4768 Eu tenho que parar de perguntar, mas eu vou lá. Então, vamos lá. Tem quatro pessoas
4769 e a gente encerra o bloco para poder a gente encaminhar, porque já são 11h15. Então,
4770 tem Valda, tem Ivi, Maxuel e Alisson. Primeiro. Então, Alisson. Vamos lá. Como foi,
4771 Alison? Gente, eu nem lembrava mais. Bora lá. Vamos lá. Valda, Alison, Maxuel e Ivi.

4772 **A SR^a. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Então, eu estou
4773 preocupada com uma coisa assim, em função do tempo que a gente tem hoje e que
4774 também tem questões estratégicas à tarde, muitas pessoas vão embora mais cedo. Se a
4775 gente tem como dar conta hoje de algumas questões, de aprofundar mais algumas
4776 questões. Porque, por exemplo, quando você fala captação, recurso e áreas semiáridas
4777 susceptíveis à desertificação, e a gente passa despercebido a região que já é árida e que
4778 essa região é a mais emergente possível, porque ela já está em uma condição,
4779 certamente, das piores, por exemplo, eu queria colocar essa discussão, mas eu não

4780 quero me aprofundar hoje, porque não vai dar tempo. Então, eu acho que a gente teria
4781 que ver depois um momento, aí até vale as reuniões virtuais e tudo, para como a gente
4782 se aprofunda melhor, porque eu estou achando, por exemplo, eu tenho questões em
4783 relação aos consórcios, ao consórcio. O consórcio nordeste é composto de governo só.
4784 Eu não queria aprofundar, mas eu acho que é preciso, não dá para fechar muita coisa,
4785 pelo menos é a minha opinião hoje, porque tem algumas coisas muito complexas.
4786 Alisson, Maxuel e Ivi. Desculpa, Alisson, eu...

4787 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
4788 **Norte de Minas – CAANM)** – Era só um adendo dentro da fala do Luiz, e até concordando
4789 com a colega da Sudene, porque quando a gente fala de crédito de carbono, ou seja,
4790 pagamento por serviços ambientais, claro que a gente esbarra na questão fundiária, mas
4791 a gente tem vários territórios garantidos e demarcados que não recebem um centavo por
4792 serviço ambiental, e é onde tem as experiências exitosas de combate à desertificação.
4793 Tem o território de Tuxá, lá no norte de Minas, que preserva 6.300 hectares, e não recebe
4794 um centavo por isso. Então, eu penso que até dentro desse processo de captação de
4795 recursos, busca de também sistematizar as experiências que são exitosas, a gente
4796 precisa considerar essas áreas que preservam, que estão sofrendo muito a pressão dos
4797 grandes projetos de eucalipto, de mineração, e que levam para as comunidades, que vai
4798 gerar renda e desenvolvimento, e gera um processo de cooptação das comunidades.
4799 Então, acho que é importante a gente pensar isso, e que talvez seja importante mesmo
4800 o GT para essa área, porque é uma área que é nova para as comunidades e que não
4801 tem uma construção democrática que parte dos territórios, que eu acho que é importante.

4802 **O SR. MAXUEL RODRIGUES PINTO (Rede Buriti)** – Bom dia, pessoal. Maxuel, da Rede
4803 Buriti do Maranhão. Eu queria também entrar na fala aqui do Luiz, e no GT, Câmara dos
4804 Estados em Área Susceptível. Ele me deixou algo preocupado. Eu tenho um amigo que
4805 trabalha na SEMA, no órgão ambiental do Estado, lá do Maranhão, e eu estava
4806 participando aqui da comissão, e ela me disse que o próprio secretário proibiu esse tema
4807 dentro da SEMA, das áreas susceptíveis. Ele proibiu esse tema lá na SEMA, disse que
4808 no Maranhão não tem deserto. Então, para mim, é um secretário que fala algo assim,
4809 bem estarrecedor, e eu, como membro agora, me deixei muito triste. Então, por isso que

4810 é importante essa Câmara de Atualização dos Planos Estaduais, e a gente mostrar para
4811 ele que realmente existe áreas susceptíveis. Eu estou lá no município de Tutóia, ele está
4812 nesse entorno, Tutóia, Araiões, que fica aqui mais na região leste do Estado, quase nas
4813 margens do Parnaíba. Então, era só isso mesmo, a minha contribuição.

4814 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4815 **MMA) –** Ivi.

4816 **A SR^a. IVI ALIANA CARLOS DANTAS (AP1MC) –** Ivi, Articulação do semiárido. Acho
4817 que pensar um pouco nessa questão do que vem sempre sendo levantado, das questões
4818 dos licenciamentos e dos conflitos que isso... As controvérsias, as dúvidas que os
4819 territórios colocam sobre esses licenciamentos são bastante desafiadores. E a gente
4820 pensar também que alterar a legislação hoje no Brasil ou nos estados é algo também
4821 bastante complexo. A gente pode... E aí é uma reflexão que a gente tem feito bastante,
4822 a gente pode estar tentando avançar e o resultado ser o retroceder. Porque nós não
4823 temos nem câmaras estaduais, nem câmaras federais favoráveis ao que a gente está
4824 querendo. Então, é bastante delicado esse processo da gente se debruçar sobre
4825 alteração de legislação ambiental nesse contexto político que nós temos hoje. De todo
4826 modo, a gente não pode entregar os pontos. E aí eu acho que esse acompanhamento de
4827 atualização dos pais, acho que é um espaço importante para a gente estar trazendo isso,
4828 o espaço das câmaras nos estados para a gente estar discutindo essas legislações e as
4829 suas implementações. Eu acho que a Câmara dos Estados pode nos ajudar a conduzir
4830 um pouco isso, mas que a gente tenha bastante atenção sobre os aspectos que envolvem
4831 uma alteração de legislação hoje e o que isso pode gerar.

4832 **O SR. ADRIANO FERREIRA DA SILVA (IRDA) –** Eu só queria trazer uma experiência
4833 que a gente tem. A partir de um projeto que é do PRS Catinga, que era de agricultura de
4834 baixa emissão de carbono. A gente se deparou com a realidade na região da Bacia
4835 Leiteira, a alagoana, onde havia um processo de desmatamento muito grande, porque
4836 tem o Sergipe, a Alagoas e Bahia, tem uma região chamada Selva, onde tem um avanço
4837 do agronegócio. Com esse processo de desmatamento, achar que a Caatinga é uma
4838 praga para o desenvolvimento, a gente vem fazendo um trabalho de pecuária sustentável
4839 e a gente criou uma moeda social chamada Caatinga Dinheiro, onde a gente faz o

4840 pagamento de serviços ambientais. Nós estávamos conversando ontem, Aldrin e mais
4841 um companheiro aqui do Banco do Nordeste, porque o grande problema da questão do
4842 canto de carbono social é a certificação. A gente fez um processo profundamente junto
4843 com a Embrapa, mas a gente não conseguiu avançar. E agora a gente acredita que esse
4844 GT tem uma possibilidade, reforçada a importância de chamar as universidades, chamar
4845 os centros de pesquisa, como o IRSA, que podem, de certa forma, ser a grande
4846 certificadora, e a gente pensar a certificação de carbono de forma popular.

4847 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4848 **MMA) –** Maravilha, Adriano. Eu acho que são isso. São experiências que a gente já está
4849 vivenciando no território e que, de alguma forma, a gente precisa dar luz a elas. O que
4850 eu queria propor a vocês, que eu estou achando... que eu estou, depois de ontem... com
4851 esse desafio de a gente encontrar o caminho dessa nossa caminhada juntos aqui.
4852 Primeiro, eu acho que é importante que a gente reconheça que existem atores
4853 estratégicos com os quais a gente não pode lançar mão de encontrar, de conversar, de
4854 dialogar. E eu quero reafirmar aqui o papel do Consórcio Nordeste, das Câmaras
4855 Técnicas de Meio Ambiente, de agricultura familiar, porque eu acho que esse espaço é
4856 de um ator estratégico importante, considerando que dos 11 estados do semiárido, com
4857 suscetibilidade à desertificação, e dos 10, onde a gente tem catinga, 9 estão nesse
4858 espaço. Então, aí tem um ator importante e estratégico. Isso não quer dizer que o diálogo
4859 é de exclusividade, mas é de alinhamento, de buscar convergências, porque eu tenho,
4860 nesse período também, que estou no departamento, tenho buscado fazer diálogos com
4861 o Consórcio Nordeste, com a Câmara Técnica, e tem sido um espaço muito interessante
4862 e sei que está se construindo muita coisa, e que tem um alinhamento do que está sendo
4863 construído com essa nossa agenda. Então, a gente precisa buscar as convergências,
4864 porque somos poucos, com poucos recursos, com poucas pessoas, e a gente precisa,
4865 de alguma forma, se fortalecer e fortalecer essa nossa agenda. Assim como a gente,
4866 obviamente, precisa reconhecer o papel da presença aqui dos povos e comunidades
4867 tradicionais, com um desafio que está marcado no Plano de Ação Brasileiro de Combate
4868 à Desertificação, que é a questão do direito ao território e à terra. Ou seja, como discutir
4869 a questão do crédito de carbono, de restauração das terras degradadas, do acesso à
4870 água, da produção de alimento sustentável, se as pessoas não têm a posse da terra, se

4871 as pessoas não têm o direito ao território. Esse é um dilema. E a gente precisa colocá-lo
4872 na roda e dialogar para poder avançar. E essa vai ser mais uma frente. Que aí eu quero
4873 reafirmar algo que eu fiquei... A gente vai matutando. Gente, que dia maravilhoso foi
4874 ontem. Isso era eu pensando ontem de noite. Que dia maravilhoso foi hoje. A gente
4875 conseguiu dar um passo importante e tal. Mas eu já fiquei pensando. Precisamos que a
4876 Comissão de Combate à Desertificação faça um diálogo com o CONDRAF, que é o
4877 Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa comissão precisa fazer
4878 um diálogo com o CONAMA, que é o Conselho Nacional de Meio Ambiente. Essa
4879 comissão precisa fazer um diálogo com a CNAPO, que é a Comissão Nacional de
4880 Agroecologia. Essa comissão precisa fazer um diálogo com a CNPCT, que é dos Povos
4881 e Comunidades Tradicionais. Precisa fazer um diálogo com o CONAREDD+. Precisa
4882 fazer um diálogo.. ou seja, com várias outras interfaces que a nossa agenda... de
4883 bioeconomia com um bocado de outros. Ou seja, olhando um pouco para as interfaces
4884 da nossa política e dos nossos desafios. Porque nem tudo vai estar aqui. Aqui vai ser um
4885 ponto para que a gente possa acionar outros atores onde a responsabilidade e a
4886 competência vão estar de forma mais direta ligada. Algumas vão estar conosco, outras
4887 não. Eu acho que é para que a gente possa reconhecer isso e a gente conseguir avançar
4888 de forma junta, buscando as possibilidades. O que eu queria propor para esse ponto
4889 aqui? É que a gente fizesse uma leitura, e a minha proposição é que a gente pudesse
4890 apreciar a criação das três câmaras, fazer um apontamento aqui de quem compõe essas
4891 câmaras, e as câmaras vão trabalhar o seu objeto a partir do que a gente apontou aqui.
4892 E aí vai instituir seu grupo de trabalho, se é financiamento específico, se é crédito social
4893 de carbono específico, se não é. Ou seja, porque o que compete mesmo o espaço da
4894 comissão é criar a Câmara Técnica. A Câmara Técnica é que cria os grupos de trabalho.
4895 Mas a gente fez um esforço aqui de ir um pouquinho mais além, que é de apontar que
4896 tipo de temas e questões que as câmaras precisam trabalhar. Porque eu acho que é um
4897 esforço bacana coletivamente. Está claro o entendimento, ou a gente não teria... Porque
4898 aí tem outro, que talvez a gente precisasse avaliar, que é esse de implementação do
4899 PAB, e das técnicas de implementação e estabelecimento das estratégias da UNCCD,
4900 parece estar mais... Como é que se diz? Mais claro, mais evidente. E a gente não criaria
4901 a Câmara Técnica dos Estados, até para fazer um diálogo com os estados sobre a

4902 pertinência da necessidade da Câmara, ou não, desse espaço de diálogo. Vejam, estou
4903 fazendo duas proposições. Uma geral é que a gente pudesse aprovar a ideia das
4904 câmaras, ou se a gente aprova apenas de duas e deixa essa terceira dos estados para
4905 um processo de diálogo posterior com os governos dos estados, sobre a pertinência da
4906 criação da Câmara. Chico.

4907 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe) –** Você
4908 foi bem assertivo, ou seja, a Câmara, ela depois tem sua dinâmica própria. Inclusive, a
4909 do PAB é tudo o que você colocou de articulação, de repente é mais uma missão dela.
4910 Eu ficaria com o segundo encaminhamento, porque a primeira Câmara pode propor
4911 debates através de seminários, reuniões com os estados para a implementação... Porque
4912 quando o estado implementa o plano estadual, está implementando o nacional. A gente
4913 não consegue se desvincular. Eu acho que essa é a mais estratégica, nesse momento.

4914 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4915 **MMA) –** Eu não sei se os representantes da ABEMA queriam... Luiz e... esqueci. Ana,
4916 queriam emitir alguma opinião sobre isso? É porque é isso, talvez essa Câmara é um
4917 pouco diferente porque ela envolve outros entes, que são os entes dos governos
4918 subnacionais. Então, quando nós pensamos, é muito mais para contemplar, mas eu
4919 preciso combinar com os russos, que queiram ser contemplados, senão...

4920 **O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO JÚNIOR (Associação Brasileira de Entidades**
4921 **Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA) –** Eu acho que pode funcionar, eu acho que é
4922 uma estratégia importante, e eu também acho fundamental que tenham membros da
4923 sociedade civil participando dessa discussão. A gente só precisa entender melhor como
4924 é que a gente vai conseguir mobilizar essas pessoas para participarem disso, eles não
4925 fazem parte da Comissão etc. A gente precisa verificar como isso aconteceria para
4926 acontecer dentro da legalidade, até porque a gente não consegue mobilizar os estados
4927 nesse sentido se não tiver uma formalidade nisso.

4928 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4929 **MMA) –** Então, eu acho que... Você qual era emitir uma opinião? Então, eu acho que...

4930 Quem? Ah, Victor, por favor. Eu acho que o Luiz foi num ponto. Tem essa coisa também
4931 de se é possível isso, dentro do que nós construímos. Sim, claro.

4932 **O SR. VICTOR UCHOA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
4933 **SUDENE) –** Victor Uchoa, da SUDENE. Olha, eu acho que, tanto que a gente já discutiu
4934 aqui, eu acho que é o que a gente tem para agora. Eu sugeriria também criar um outro
4935 GT que pudesse pensar, aprofundar mais um pouco essa questão das câmaras técnicas.
4936 Talvez seja um grupo de trabalho que possa aprofundar. É como eu já coloquei
4937 anteriormente, eu acho que as câmaras técnicas estão muito em cima de implementação
4938 de instrumentos, o que poderia ser uma câmara técnica, um instrumento de
4939 implementação da política de combate à desertificação, por exemplo. Para já pode ser
4940 isso, mas eu colocaria, se for possível, se concordarem, pelo menos um grupo de trabalho
4941 que possa aprofundar em uma outra reunião, apresentar alguma coisa mais...

4942 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4943 **MMA) –** Eu queria entender melhor essa tua proposição, na verdade.

4944 **O SR. VICTOR UCHOA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
4945 **SUDENE) –** Veja, é o seguinte, enquanto isso eu estava dando uma pesquisada, fui atrás
4946 das câmaras técnicas do CONAMA, do CONSEMA e tudo mais, e, claro, a gente pode
4947 ter uma dinâmica diferente, mas lá são tratados de acordo com temas mais abrangentes,
4948 e, dentro disso, você vai ter, dependendo da temática, você vai colocar nessa câmara ou
4949 naquela. Então, diante do que a gente já colocou aqui, eu vi algumas linhas, não estou
4950 dizendo para a gente propor agora que vai ser uma discussão, uma outra discussão, mas,
4951 por exemplo, a gente tem algumas linhas que são, por exemplo, de financiamento do
4952 combate à desertificação. Isso poderia ser uma. Outras são instrumentos de
4953 implementação da política de combate à desertificação. Outras são políticas e
4954 tecnologias sustentáveis de convivência com o semiárido e combate à desertificação, por
4955 exemplo. E outra que foi colocada, isso é com relação à gestão e ordenamento territorial,
4956 e aí entraria a questão da formatação dos estados, do município, com os seus conselhos,
4957 com as suas secretarias e tudo mais, gestão e ordenamento territorial para o combate à
4958 desertificação. Então, de acordo com a temática, entraria em cada uma dessas

4959 comissões técnicas, dessas câmaras técnicas. São grandes agrupamentos que
4960 trabalham com a temática.

4961 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4962 **MMA) –** Parte desses agrupamentos que você fala, a minha sensação é que eles estão
4963 dentro desse eixo, dessa câmara técnica de implementação do PAB, porque lá eu tenho
4964 as ações de restauração, lá eu tenho as ações do campo científico, de pesquisa, ciência,
4965 educação, lá eu tenho as ações voltadas da governança da política, que aí trata do
4966 espaço da comissão, do diálogo com os outros atores, lá trata-se de financiamento, de
4967 busca de recursos para financiamento das ações. Talvez o que não está explícito é a
4968 história dos instrumentos, porque você tem os vários instrumentos de implementação da
4969 política.

4970 **O SR. VICTOR UCHOA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
4971 **SUDENE) –** É só uma forma de pensar... É só uma questão de o conselho decidir.

4972 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
4973 **MMA) –** Talvez o que conseguimos, como você mesmo disse, o que tem para hoje, é o
4974 que conseguimos avançar até agora, talvez pudéssemos aprovar essas três comissões,
4975 com a ressalva de que essa dos estados, precisamos ver com o jurídico se isso é algo
4976 como envolver os estados de forma formal, porque é isso que o Luiz também traz, e
4977 também dialogar com os próprios estados, que eu acho que isso está na minha cabeça,
4978 acho que precisamos fazer um diálogo com os estados sobre isso, para também os
4979 estados estarem convencidos da necessidade e da importância de estar aqui, mesmo
4980 sabendo que tem o compromisso, que tem diálogo já em curso e tudo mais, mas acho
4981 que esse pode ser um caminho. Podemos, então, fechar com essa ideia das três
4982 câmaras, com a ressalva para essa segunda câmara dos estados, e, obviamente, no
4983 amadurecimento nosso mais para frente, olharmos para essas outras estratégias e
4984 possibilidades de outras câmaras, que possam agrupar temas e questões de forma mais
4985 ampla. E aí, talvez, é isso, podemos... Alguém é contra? Alguém quer levantar uma
4986 opinião contrária ou fazer uma abstenção da criação das câmaras? Então, vamos fazer
4987 um exercício rápido também, Marcos. Abre um parêntese embaixo de cada nome de cada
4988 uma das câmaras. Já está aqui. Ah, menino, já tem até tabela. O negócio está... Que é a

4989 composição das câmaras, quem é que as organizações que se veem nesses espaços
4990 contribuindo. Lembrando que tem uma tarefa. Depois da câmara aqui instituída, a
4991 câmara, vamos compor aqui, por exemplo, Agendha, Embrapa Semiárido, Rede de
4992 Mulheres Produtoras do Pajeú, SUDENE e MAPA. Os quatro, os cinco, vão se reunir
4993 virtualmente, vão montar uma estratégia de agenda, de conversa e construir um pouco
4994 mais o que é mesmo um papel, que temas a gente pode tratar no âmbito. A partir do
4995 exercício que fizemos aqui, mais outras questões. Essa é um pouco da tarefa. Pode,
4996 podemos ir lá. Quer começar por aqui? Bárbara.

4997 **A SRª. BÁRBARA FAVALESSA ALMEIDA (Articulação dos Povos e Organizações**
4998 **Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME)** – Bárbara
4999 Tupinikim, APOINME. A gente pode... é uma só, o titular. O suplente também entra em
5000 uma. A Câmara Técnica de Acompanhamento da UNCCD.

5001 **A SRª. ELIZETE MARIA DA SILVA (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
5002 **Nordeste – MMTRNE)** – Elizete, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
5003 e a Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano.

5004 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5005 **MMA)** – MMTR Nordeste, Marcos. ME. Vamos passar por pessoas e cada um vai se
5006 posicionando, pode ser?

5007 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Dois. O meu titular saiu no momento.

5008 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5009 **MMA)** – O suplente tem o direito a voz e voto.

5010 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – A gente fica aí no CT PAB.

5011 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5012 **MMA)** – No PAB. Como é o nome da instituição?

5013 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – ACOTERRA.

5014 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5015 **MMA) –** No PAB. Não, tem que esperar, o microfone vai passar aí.

5016 Câmara Técnica da UNCCD, por favor.

5017 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
5018 **Exteriores – MRE) –** UNCCD, MRE. Ministério das Relações Exteriores.

5019 **A SR^a. DANIELE DE CARVALHO SIEBRA (Fundação Araripe) –** Fundação Araripe,
5020 não é? Fundação Araripe. Daniel, se saiu, então, a suplente...

5021 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5022 **MMA) –** Tem voz e voto.

5023 **A SR^a. DANIELE DE CARVALHO SIEBRA (Fundação Araripe) –** Seria também na
5024 Câmara Técnica da UNCCD.

5025 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5026 **MMA) –** Ok, Fundação Araripe. Vai chegar aí. Pode fazer parte de duas, três, quantas
5027 vocês quiserem, viu? Quantas tiverem pernas, inclusive, para acompanhar. Estou
5028 desenhando aqui. Volta ali para a Daniela. Volta ali para a Daniela. Porque é isso, é a
5029 perna que a instituição tem para dedicar à agenda.

5030 **A SR^a. DANIELE DE CARVALHO SIEBRA (Fundação Araripe) –** Dessa forma,
5031 manifestamos o interesse também de estar na primeira Câmara Técnica do PAB.

5032 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5033 **MMA) –** Fundação Araripe, no PAB e na UNCCD. APOINME também no PAB, Marcos.

5034 **A SR^a. EDNA MARIA ALVES RODRIGUES SOUZA (ASSOLIB) –** A ASSOLIB, no PAB.

5035 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5036 **MMA) –** Espera aí, só um minutinho, Edna. Vamos lá. É APOINME. Isso, aí conserta lá
5037 na UNCCD também. Depois a gente conta, não é? E vem uma redistribuição. Edna.

5038 ASSOLIB, no PAB. Não, Marcos, é o contrário, é NM, que é Nordeste, Minas e Espírito
5039 Santo. Isso.

5040 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA) –** No PAB, Embrapa Semiárido.

5041 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5042 **MMA) –** Embrapa Semiárido, PAB.

5043 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA) –** E também no Estado.

5044 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5045 **MMA) –** A ASSOLIB, ok. Embrapa Semiárido, PAB. E na Câmara dos Estados. Não. Isso.
5046 A ASSOLIB é sem o “E”, Marcos, no final. Isso. Depois a gente ajusta o Semiárido. Aldrin.

5047 **O SR. ALDRIN MARÍN PÉREZ MARIN (Convenção das Nações Unidas para o**
5048 **Combate à Desertificação – UNCCD) –** Coloque o IRSAA nessa primeira aí do PAB, e
5049 também eu acho que na Convenção, nas três, porque de qualquer forma...

5050 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5051 **MMA) –** IRSAA nas três.

5052 **A SR^a. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA) –** Agendha.

5053 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5054 **MMA) –** Agendha.

5055 **A SR^a. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA) –** No segundo, na
5056 Câmara Técnica dos Estados. E na UNCCD.

5057 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5058 **MMA) –** Agenda é o DHA, é DHA. Isso. E na UNCCD.

5059 **O SR. LUÍS ALMEIDA SANTOS (IRPAA) –** Nós do IRPAA, na primeira, do
5060 acompanhamento do PAB, e na dos Estados também. Nas duas.

5061 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5062 **MMA) – IRPAA.**

5063 **O SR. LUÍS ALMEIDA SANTOS (IRPAA) – A Ana vai ficar na primeira e na segunda.**

5064 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5065 **MMA) – A Ana, primeira e segunda. Perfeito.**

5066 **A SR^a. BEATRIZ ARARIPE BEZERRA DE MENEZES LIRA (Superintendência do**
5067 **Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE) – A SUDENE nas três.**

5068 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5069 **MMA) – SUDENE nas três. Só gosta assim.**

5070 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA – Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, a**
5071 **gente avaliou aqui de ficar na primeira.**

5072 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5073 **MMA) – Ok. Rede de Mulheres, PAB.**

5074 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Então, pelo Instituto Irmã Dorothy, vai ficar no**
5075 **PAB e na UNCCD. Nas duas.**

5076 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5077 **MMA) – Instituto Irmã Dorothy.**

5078 **O SR. THIAGO ROBERTO SOARES VIEIRA (IPAN) – IPAN – Instituto Pangea, PAB e**
5079 **Estados.**

5080 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5081 **MMA) – Pangea. Depois a gente ajusta direitinho.**

5082 **O SR. THIAGO ROBERTO SOARES VIEIRA (IPAN) – IPAN. A sigla.**

5083 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – APPCC no PAB e Estado.**

5084 **O SR. THIAGO ROBERTO SOARES VIEIRA (IPAN) – IPAN – O IPAN e com N de navio.**

5085 **A SR^a. RAQUEL CRISTINA BATISTA VIEIRA PONTES (Departamento Nacional de**
5086 **Obras Contra as Secas – DNOCS) – DNCOS, os Estados.**

5087 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5088 **MMA) –** Segura aí só um pouquinho, Raquel. APPCC. Ok. DNCOS, Estados. +A SR^a.
5089 **RAQUEL CRISTINA BATISTA VIEIRA PONTES (Departamento Nacional de Obras**
5090 **Contra as Secas – DNOCS) – Estados.**

5091 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB) –** Nós temos
5092 interesse pela primeira e a segunda câmara.

5093 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5094 **MMA) –** Cáritas, Estados e PAB. Cáritas Brasileira.

5095 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA –** A ASA seria no PAB, mas já está
5096 contemplado o grupo, do máximo de 15, então a gente fica no GT da UNCCD.

5097 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5098 **MMA) –** Eu queria sugerir que a gente colocasse todas as manifestações, Marcos, e
5099 depois a gente pode fazer algum tipo de reorganização e tal, porque eu acho que essa
5100 manifestação é importante, para saber onde é que cada um está se vendo, independente
5101 do que o regimento está colocando, e depois a gente ajusta. Porque eu acho que isso
5102 ajuda a gente a enxergar mais amplo. A Rede Buriti, na câmara 1 e na câmara 2. Rede
5103 Buriti. Luiz.

5104 **O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO JÚNIOR (Associação Brasileira de Entidades**
5105 **Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA) –** ABEMA nas três.

5106 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5107 **MMA) –** ABEMA nas três.

5108 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
5109 **do Brasil – APIB) –** Eu não sei, Alexandre, se a gente tem perna, mas aí, como você diz,
5110 a questão de pensar convidados, no caso da APIB, que no qual eu estou representando
5111 aqui, aí tenta tanto a UNCCD quanto o PAB, e ainda se tivéssemos... PAB, fechou? Não...

5112 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5113 **MMA) –** Manifesta, manifesta.

5114 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
5115 **do Brasil – APIB) –** Manifesto, não é? Então coloca a APIB aí e coloca a APIB na UNCCD
5116 também.

5117 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5118 **MMA) –** Na UNCCD.

5119 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
5120 **do Brasil – APIB) –** Na UNCCD, perdão, na conferência.

5121 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5122 **MMA) –** Tem uma outra sugestão aqui da ASSOLIB, dos estados. O MAPA. Alguma
5123 organização faltou? Que está aqui. Desculpa, Alisson, estava aqui do lado

5124 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA –** Alexandre, eu queria só consultar você,
5125 porque eu estou consultando o suplente e quem é a pessoa que está responsável. E aí
5126 ainda não me trouxeram uma resposta, eu queria saber se eu poderia trazer esse
5127 posicionamento à tarde.

5128 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5129 **MMA) –** Sim, pode. Pode sim. Alisson, aqui.

5130 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
5131 **Norte de Minas – CAANM) –** A dos estados só tem o CA, não é? Como sociedade civil,
5132 não é? Então não tem...

5133 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5134 **MMA) –** Não, dos estados tem a agenda, tem o IRPAA.

5135 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
5136 **Norte de Minas – CAANM) –** Então fala em Minas, não é?

5137 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5138 **MMA) –** Ah, Minas é.

5139 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
5140 **Norte de Minas – CAANM) –** Minas é só o CA. Então, porque eu estava enxergando a
5141 gente nas duas, na do PAB e na última, mas aí eu queria colocar nas três.

5142 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5143 **MMA) –** Põe nas três.

5144 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
5145 **Norte de Minas – CAANM) –** Vê se tem perna, não é?

5146 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5147 **MMA) –** É, perna. Essa é... E eu estou sendo bem sincero a chamar a atenção de vocês
5148 sobre isso, sobre as pernas, porque, obviamente, que depois de 21 anos vivendo nas
5149 organizações da sociedade civil, eu sei que o bicho aperta em algum momento. E às
5150 vezes a gente não tem condições. Obviamente que aperta também quem está no
5151 governo, mas aperta de forma diferente. E cada uma dessas comissões vão gerar grupos
5152 de trabalho. E esses grupos de trabalho, obviamente, vão ter uma dinâmica de trabalho,
5153 para se debruçar sobre a agenda, sobre a pauta, trabalhar sobre ela, elaborar
5154 documentos, tomar posições. Lamentavelmente, a gente ainda tem várias ausências
5155 aqui. O MDA não está aqui. O MCTI, o MDR, o Ministério da Cultura, CODEVASF. A
5156 FUNDAJ não está na composição da comissão ainda. O Ministério da Educação não
5157 está, porque acho que a FUNDAJ pode entrar por aí. Tem uma composição ainda de
5158 ausências de atores bastante... Sim, ainda tem, porque aí é isso, porque essas só são
5159 onze. Exatamente. Só aí você já vai ter uma composição bem ampla. Quem? Como
5160 convidados, a gente pode, obviamente, fazer os vários convites para quem... Vejam,
5161 quando a gente olha, por exemplo, a Câmara Técnica, porque estou falando aqui de
5162 membros da comissão de acompanhamento do PAB, a gente tem, além dos 15, 16, 17,
5163 18, 19, temos 20 organizações. E aí, talvez, eu queria deixar isso aqui como algo...
5164 Porque esse é um indicativo nosso, o nosso regimento interno está dizendo que compõe
5165 no máximo com 15 pessoas e com no mínimo 7, é que as organizações possam

5166 conversar entre si e ver como é que se ajusta, entendeu? Uma que já está em tantas
5167 câmaras, como é que esteja representada pela outra que já está na outra câmara, para
5168 poder chegarmos. O que é importante é manifestarmos o interesse e depois fazermos
5169 esse ajuste. Então, para o conjunto das organizações que estão aqui, na composição da
5170 Câmara Técnica do PAB, tentar conversar entre elas para chegar ao número dos 15,
5171 quem é que pode... Já está numa, fica noutra, deixa outra, e fazer esse ajuste. Está
5172 entendido o encaminhamento? Só para a gente poder depois fechar mesmo nos 15, e a
5173 gente deixar algo mais redondinho. Lembrando que a dos estados, a gente vai ver um
5174 pouco da formalidade. Eu queria, talvez fosse importante, a ABEMA... Bom, tudo bem. O
5175 que é importante é a gente também ter representação dos vários segmentos. E acho que
5176 a presença da ABEMA aqui no PAB é bem importante, ter os estados aqui como uma...
5177 As organizações da sociedade civil, a gente tem MMTR Nordeste, ACOTERRA,
5178 Fundação Araripe, APOINME, ASSOLIB, IRPAA, Rede de Mulheres Produtoras, Irmã
5179 Dorothy, Pangea, APPCC, Cáritas, ASA, Rede Buriti, APIB e CAA. Será que vocês... Não
5180 dava para a gente ir negociando aí, uma que já está no outro? Eu. Quem quer? Eu.
5181 Espera o microfone chegar aí.

5182 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB)** – Talvez eu
5183 tenha ido do banheiro na hora que vocês estavam discutindo essa coisa aí, mas o artigo
5184 27, ele diz que, por máximo, são 17 organizações.

5185 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5186 **MMA)** – É 17, não é 15, não?

5187 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB)** – É 17. O artigo
5188 27.

5189 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5190 **MMA)** – Ô Marco, é 17.

5191 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB)** – Eu acho que
5192 não contrariaria o regimento.

5193 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5194 **MMA) –** Não, é porque já tem 20.

5195 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB) –** É, aí...

5196 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5197 **MMA) –** Só 3.

5198 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB) –** O que eu
5199 estou sugerindo é que a gente aumente pelo menos para os 17 que está previsto.

5200 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5201 **MMA) –** Não, claro, é porque eu tinha ali a referência dos 15. Artigo 27. No máximo 17,
5202 exatamente. Serão constituídos no máximo 10 câmaras, com no mínimo 7 e no máximo
5203 10 câmaras. Câmaras. Só que cada câmara teria que ter no mínimo 7 membros, ou 17,
5204 no máximo. Bom, então a gente garante lá 17, está certo? A APIB sai do PAB. Deixa-me
5205 só criar mais linhas ali para a gente... Vai chegar, vai chegar. 16 e 17. Então a APIB já
5206 saiu daí de baixo, Marcos, desse... Isso. Eu queria defender o nome da ABEMA nesse
5207 grupo de trabalho. Eu acho. Então, se a gente puder subir a ABEMA ali para 16... A gente
5208 ainda não tem a ANAMMA dos municípios, que seria importante estar aqui e compor.
5209 Bom, também tem isso. Eu acho que a câmara é isso, mas ela pode convidar, e aí, de
5210 repente, as pessoas podem... Isso aqui é quem vai responder por. Os outros podem
5211 participar no sentido do debate da construção, para a gente também não engessar
5212 demais e a gente se burocratizar demais. A gente estabelece os 17, o que não significa
5213 que outros que estão membros da comissão possam ser convidados para participar de
5214 um debate, como nós vamos convidar agentes externos para participar. Então, só para
5215 não... senão burocratiza demais. Vamos lá. Buriti e CAA. Bom, e tem a Asa ali também.
5216 Quem é que vocês... Será que dá para abrir mão ali, porque já está noutra, se sente
5217 contemplado, porque outra organização está ali. É.

5218 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA –** Alexandre, a gente pode ficar na UNCCD,
5219 tem algumas organizações da ASA que estão aí no PAB, e, se preciso, a gente se soma
5220 em algum momento.

5221 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5222 **MMA)** – Perfeito. Então, a ASA sai do PAB e vai para a UNCCD. Já está lá. Já está lá.
5223 Então, só sai daí. D.

5224 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
5225 **Norte de Minas – CAANM)** – Alexandre, só a questão do C.A. que eu coloquei, porque
5226 a gente fez uma discussão dentro da Asa Minas, e aí até o CAVE abriu mão para o C.A.
5227 representar a região do CMA do Mineiro. Então, é por isso que eu coloquei, mas aí fica a
5228 cargo da comissão.

5229 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5230 **MMA)** – C.A. Norte de Minas. E aí, gente? A gente tem a ASSOLIB, que é do Maranhão,
5231 a Rede Buriti é do Maranhão, as duas estão nas duas primeiras. Será que vocês não se
5232 complementam? Cadê Rede Buriti e a ASSOLIB? Ok. Então, a Rede Buriti continua na
5233 Comissão dos Estados e vai para a terceira, e o C.A. fica no PAB. Não, retira a Rede
5234 Buriti, Marcos. E aí vai para a UNCCD, a Rede Buriti. Isso. Isso está mostrando para a
5235 gente que a gente pode ter bastante câmara técnica, porque tem muita gente para... Tem
5236 muita perna. Ah, é o MAPA. Por favor, como é teu nome? Josana. Como? Sim, é o
5237 desafio.

5238 **A SR^a. JOSANA** – Só para fazer a inclusão do MAPA na segunda e na terceira.

5239 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5240 **MMA)** – Ok. Ministério da Agricultura e Pecuária, na Comissão dos Estados e da UNCCD.
5241 Gente, é meio-dia, são meio-dia. A gente tinha pensado em parar exatamente meio-dia
5242 para voltar de uma e meia e começar a mesa da tarde. A gente precisa conversar um
5243 pouco sobre o PAB. À mesa da tarde, nós vamos receber, gente, três pessoas
5244 convidadas para discutir sobre a COP, sobre a ICIDE e sobre a Conferência do Meio
5245 Ambiente. Não podemos atrasar. Então, eu, lamentavelmente, vou jogar esse ponto do
5246 PAB para depois dessa mesa, porque aí a gente precisa parar para o almoço e voltar. No
5247 que toque, algumas pessoas terem que sair mais cedo.

5248 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
5249 **Exteriores – MRE) –** Uma dúvida que eu acho que pode interessar. Eu não estou vendo
5250 MMA em nenhuma dessas câmaras. É apenas um comentário. Talvez o MMA queira ter
5251 interesse em participar. Só uma observação.

5252 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5253 **MMA) –** Eu acho que essa é uma boa observação do Leandro. Como é que o Ministério
5254 do Meio Ambiente não está em nenhuma delas? A coordenação é escolhida por cada
5255 comissão. É. Nós temos que estar nas três, obviamente. Eu não sei como a gente lida
5256 com isso, considerando as vagas ali. Mas temos que estar. Porque, obviamente, estamos
5257 na implementação da política, temos que estar no PAB, estamos na relação da política,
5258 na relação com os estados, na governança e estamos na conferência. Vamos ter que
5259 administrar isso ali de alguma forma. Ainda tem vaga na segunda e na terceira. Então, já
5260 bota aí MMA, Marco, nas duas, nas três e a gente vai ver como... Quem? Irmã Dorothy
5261 já está, não? Não, não. Tudo bem. Está ali. A pergunta é: “Tem perna? Tem perna para
5262 estar em todas?” Se tem, vamos embora. Ok. Paramos agora para o almoço. Voltamos
5263 impreterivelmente às 13h30, todo mundo aqui para receber os nossos convidados. Aliás,
5264 as nossas três convidadas.

5265 **Dia 30/04/2025 – Tarde:**

5266 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5267 **MMA) –** Bom, boa tarde a todos e todas. Vamos retomando esse nosso momento da
5268 tarde do nosso segundo dia de reuniões. Como a gente tinha conversado com vocês e
5269 apresentado na programação, esse é um momento que a gente está chamando de
5270 Agendas para a Desertificação, e nós convidamos para esse momento três colegas do
5271 governo para falar sobre a Alice Vogas, que está na assessoria sobre a COP30, lá no
5272 Ministério do Meio Ambiente, mas eu descobri agora que a Alice está numa reunião
5273 exatamente com a ministra tratando dessa agenda da COP, e ela não vai conseguir vir.
5274 Eu acho que é uma pena, porque eu sei que tem muita gente querendo entender melhor
5275 sobre a COP30, o processo organizativo, mas, às vezes, é isso, as agendas se
5276 complicam, e eu acho que a gente vai tentar superar essa lacuna com alguma agenda
5277 que nós possamos fazer virtualmente da comissão para tratar de forma específica sobre

5278 a COP30. Mas a gente convidou também uma outra colega, que é do Ministério da
5279 Ciência, Tecnologia e Inovação, a Sônia da Costa, diretora da área de Tecnologias
5280 Sociais, só que Sônia também não chegou, eu já liguei para ela, ela não atendeu a
5281 ligação, eu estou aguardando algum retorno dela. E chamamos uma terceira colega
5282 nossa, lá do Ministério do Meio Ambiente, a Larissa Barros, que já está aqui conosco. A
5283 Larissa está na assessoria, no gabinete da ministra, assumindo uma tarefa específica
5284 para tratar da quinta Conferência Nacional de Meio Ambiente, que teve todo um ciclo
5285 preparatório nos municípios, nos estados, e eu convidei Larissa exatamente para que a
5286 gente pudesse ter um olhar dela sobre o processo, nos ajudar a entender esse processo
5287 preparatório, mas também para que a gente possa, de alguma forma, ver como essa
5288 quinta conferência se articula com a nossa agenda da desertificação, da degradação da
5289 terra, da mudança do clima, obviamente, e da questão das secas. Então, como nós
5290 estamos com Larissa, e Larissa também está com o tempo apertado, porque a
5291 conferência já começa terça-feira, eu imagino que é a vida dela, com esse feriado agora
5292 no meio da semana, a não-vida. Então, eu queria convidar a Larissa, chegue aqui para
5293 perto da gente. Seja bem-vinda. Muito obrigado. Acho que você vai se apresentar melhor
5294 e tudo mais. A gente ainda está aguardando, eu já tenho a informação de que a Alice não
5295 vem, mas ainda não tenho da Sônia, que a gente trataria da ICID. Então, vou aguardar
5296 ainda, se a Sônia chegar, a gente segue, mas, por enquanto, a gente vai seguindo com
5297 Larissa. Muito obrigado por você ter aceito o convite e a gente está aqui.

5298 **A SR^a. LARISSA BARROS** – Obrigada, Alexandre. Boa tarde a todas e todos. Não podia
5299 não estar aqui, não tinha como, por vários motivos. Primeiro, pela minha conexão com o
5300 Nordeste, eu sou alagoana. Segundo, pela minha conexão com o sertão semiárido, que
5301 é forte, conexão e compromisso. Segundo, terceiro, porque esse tema é muito importante
5302 para o Ministério do Meio Ambiente e tem total conexão também com o que nós vamos
5303 discutir e estamos discutindo em todo o processo de conferência. Então, eu agradeço
5304 pela oportunidade. Alexandre disse que eu estou na loucura e, realmente, não temos...
5305 Começa terça-feira que vem a Conferência Nacional e a gente está na reta final e sem
5306 dia, hora, estamos virando até terça-feira nessa dinâmica bem intensa, mas estar com
5307 vocês também faz parte dessa dinâmica, então, era muito importante ter vindo e estar
5308 com vocês. Meu nome é Larissa. Eu estou na assessoria do gabinete da ministra Marina

5309 Silva e na coordenação executiva da Quinta Conferência Nacional do Meio Ambiente. Já
5310 falei que sou alagoana, já trabalhei na ASA. Estou aqui para apresentar para vocês um
5311 pouco, compartilhar um pouco do que foi esse processo de preparação da 5ª Conferência
5312 Nacional e também, com certeza, que, apesar... Não sei se tem alguém aqui que é
5313 delegado ou delegada para a conferência. Temos um delegado, outra delegada. Pronto.
5314 Da Livre, não é? Da Livre. Pronto. Então, vocês já estão aqui, mas estou quase
5315 chamando todo mundo aqui para falar e eu vou ficar ouvindo, porque a visão de vocês,
5316 certamente, vai enriquecer ainda mais essa fala. Eu falei para o Alexandre, nós estamos
5317 com uma reunião marcada, uma reunião com a ministra e todos os secretários e
5318 secretárias do ministério, estava marcada para 10 horas da manhã e foi remarcada para
5319 14h30. Então, vai ser mais rápida a minha presença aqui, mas, enfim, estamos aqui,
5320 então vamos. Então, como vocês sabem, temos uma 5ª Conferência Nacional do Meio
5321 Ambiente, que tem o tema da emergência climática, o desafio da transformação
5322 ecológica. Não podia ser outro, o tema da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente,
5323 não tinha nenhuma chance de ser outro. Estamos vivendo nesse momento de
5324 emergência climática e organizamos todo o trabalho preparatório e de discussões da
5325 conferência em cinco eixos, que são esses eixos, o eixo um, mitigação, o dois, adaptação
5326 e preparação para desastres, o três, justiça climática, o quatro, transformação ecológica
5327 e o quinto, governança e educação ambiental. Todo o processo foi organizado a partir
5328 desses eixos que foram discutidos, tanto nas conferências municipais ou intermunicipais,
5329 como nas estaduais, e agora, também na etapa nacional, a organização da programação
5330 está baseada nesses cinco eixos, para que tenhamos um resultado que atenda a esse
5331 desafio de enfrentamento às mudanças, à mudança do clima, à emergência climática, e
5332 consigamos, após essa discussão, ter uma resolução que aponte caminhos que a
5333 sociedade vai trazer para que as políticas públicas sejam ou elaboradas ou redefinidas a
5334 partir dessa escuta importantíssima que é feita nesse processo de conferência, a escuta
5335 à sociedade. Pode passar, por favor. Esses são os objetivos da 5ª Conferência Nacional.
5336 Aqui está bom, aqui está tudo bem. O objetivo geral da conferência é subsidiar a
5337 implementação da política nacional sobre mudança do clima, que também está em
5338 reconstrução, e, como objetivos específicos, consolidar as preferências da sociedade por
5339 ações que limitem o aquecimento a um grau e meio, incentivar a adaptação climática nos

5340 municípios, por isso essa etapa municipal e intermunicipal, ela teve uma centralidade
5341 bastante grande no processo, porque, fazendo essa discussão com a sociedade lá nos
5342 municípios, conseguimos também estimular que a sociedade conecte esses conceitos,
5343 que muitas vezes parecem tão distantes da realidade mesmo que cada um está vivendo
5344 no município, no bioma, no território. Então, é bem importante isso. Promover a
5345 transformação ecológica e justiça climática e ampliar a participação social, especialmente
5346 nos territórios vulnerabilizados. Isso é um pouco a linha do tempo das Conferências
5347 Nacionais de Meio Ambiente que aconteceram. A primeira Conferência Nacional de Meio
5348 Ambiente aconteceu em 2003, no primeiro governo do presidente Lula, quando a ministra
5349 Marina também era a ministra do Meio Ambiente, e foi ela que trouxe para as políticas
5350 públicas do meio ambiente a necessidade de iniciar o processo de Conferência Nacional.
5351 Outras áreas já tinham uma história, uma trajetória, algumas em início, outras já mais
5352 consolidadas, de realização da Conferência Nacional, mas, em relação às políticas
5353 socioambientais, ela começou mesmo em 2003, no primeiro governo do presidente Lula,
5354 quando a ministra Marina era ministra. Depois teve a Conferência de 2005, a de 2008, a
5355 de 2013, e acabou. Então tivemos quatro Conferências Nacionais e tivemos um hiato no
5356 tempo de 11 anos, sem que esse processo acontecesse, e, muito pelo contrário, um
5357 processo de desconstrução de tudo o que tinha sido consolidado durante esses anos a
5358 partir dessas escutas. Enfim, vocês sabem, até instâncias de participação que já estavam
5359 bastante fortalecidas foram desmontadas, e agora, com o novo governo, o governo Lula
5360 III, nós tivemos que reconstruir esses espaços e iniciar a retomada do processo
5361 participativo em relação às políticas socioambientais, tendo a Conferência Nacional como
5362 um marco e um estimulador desse processo de reorganização e de escuta em relação
5363 ao tema da emergência climática. Então, isso aí, eu já falei, 11 anos sem Conferência,
5364 agora já são 12, mas 11 anos porque começou o processo ano passado. Então, nós
5365 retomamos aqui, e com um contexto também muito importante, que é o contexto de COP.
5366 Então, temos a COP30 no Brasil, desde o ano passado, que essa dinâmica já está sendo
5367 estabelecida em territórios, em biomas, nas organizações, olhando para a COP, o que
5368 será essa COP, qual é o nosso papel nessa COP, e nós entendemos, e isso ficou mais
5369 claro ainda, quando começou o processo de discussão nas municipais e intermunicipais,
5370 que o processo de Conferência Nacional, embora não seja uma etapa para a COP, a

5371 conferência é um processo em si, que encerra na etapa nacional, na semana que vem,
5372 mas não tem como desvincular o resultado de preparação mesmo da sociedade para o
5373 que vai acontecer. Isso aconteceu em novembro da COP. Então, nós sabemos que não
5374 é etapa para a COP, mas que a sociedade, na realização das livres, das municipais,
5375 intermunicipais e estaduais, já discutiram questões e temas que estão sendo tratados
5376 também no processo preparatório para a COP. Então, foi e está sendo um momento
5377 importante de fortalecimento da sociedade para essa presença e essa incidência em
5378 relação ao que vai ser discutido e o que vai ser construído na realização da COP30, em
5379 Belém, no final do ano. É isso, a conferência se coloca como um momento estratégico
5380 também para qualificar essa participação, e, claro, a 5ª Conferência é um marco na
5381 retomada da governança participativa do meio ambiente no Brasil, por conta disso tudo
5382 que já conversamos aqui. Pode passar, por favor. A metodologia da conferência. Nós
5383 vimos algumas etapas. Na primeira etapa foram as conferências municipais ou
5384 intermunicipais, e as conferências livres, que aconteceram de forma paralela, as
5385 conferências livres que foram organizadas por pessoas ou organizações da sociedade
5386 civil, e as municipais ou intermunicipais, que foram chamadas pelo Poder Público
5387 Municipal. Em seguida, a segunda etapa foi a realização das conferências estaduais. E
5388 agora a terceira etapa, que vai ser a etapa nacional, de 6 a 9 de maio, e que tem como
5389 resultado esperado um documento síntese, com 100 propostas, o que nós vamos ter a
5390 partir da semana que vem. São 20 propostas que vão ser escolhidas como as propostas
5391 prioritárias, sendo 20 propostas por eixo, consolidando 100 propostas finais, que será o
5392 objeto de acompanhamento, porque eu falei que o processo de conferência encerra na
5393 etapa nacional, da realização da conferência, mas depois nós temos esse documento
5394 síntese, e aí se conecta muito com o desafio que vocês aqui podem se conectar e discutir
5395 e preparar, que é como é que essas propostas que vão sair da Conferência Nacional vão
5396 ser implementadas? Para onde elas vão ser encaminhadas? Quem vai fazer esse
5397 acompanhamento? O objetivo da conferência é que esse resultado subsidie a
5398 implementação da política nacional de mudança do clima. Então quer dizer que elas
5399 precisam estar conectadas também com esse movimento que vai acontecer de
5400 implementação dessa política. Então é muito importante a presença de vocês nesse
5401 acompanhamento, tanto na destinação das propostas, porque muitas vezes a proposta,

5402 enfim, as questões socioambientais não são exclusivas do Ministério do Meio Ambiente,
5403 elas são completamente transversais, então muitas vezes a implementação depende
5404 também de outros órgãos. Como vai ser feito esse encaminhamento? Quem são os
5405 responsáveis por essa implementação? Como que a sociedade civil pode estar junto
5406 nesse processo de implementação? Tudo isso fica também como um desafio e uma
5407 missão para que vocês possam estar juntos conosco, acompanhando e fazendo isso
5408 acontecer. É um convite. E, claro, temos também como resultados o fortalecimento da
5409 política nacional sobre mudança do clima, a ampliação do conhecimento público sobre
5410 emergência climática, que claramente se dá a partir da realização de todas as etapas, o
5411 estímulo à criação de políticas locais e nacionais baseadas nessa escuta que é feita em
5412 cada município e conjunto de municípios e organização de sociedade civil, porque os
5413 planos de adaptação, por exemplo, todos os municípios têm, o meu município tem. Como
5414 é que vamos poder dialogar com a prefeitura a partir das propostas que saíram no
5415 município? Tudo isso também é ponto de atenção para vocês acompanharem. E o
5416 fortalecimento da democracia ambiental participativa com essa retomada de processo.
5417 Só para trazer uns números para vocês, foram realizadas 439 municipais, 179
5418 intermunicipais, que mobilizaram essas intermunicipais em 1.759 municípios. Então,
5419 tivemos um processo de mobilização intenso no Brasil, quase 2.300 municípios
5420 envolvidos no processo, e isso é muito gigante. A gente nem tinha noção, a gente teve,
5421 quando a gente fez uma reunião lá no Palácio do Planalto com o pessoal das outras
5422 conferências que vão acontecer no Brasil, e eles disseram como vocês conseguiram isso.
5423 Então, foi grande, é grande, e tem um potencial imenso de transformação. E 292
5424 conferências livres. Todos os estados convocaram a Conferência Estadual do Meio
5425 Ambiente, isso também é uma questão importante, 2.198 municípios ao todo, e todos os
5426 estados convocaram a etapa estadual, sem pressão, sem apertado, sem ter que dizer,
5427 vamos, gente, você é o único que não vai fazer. Não teve isso. Todos os estados
5428 convocaram essa conferência. Não por acaso, a questão realmente é uma questão
5429 central hoje, a questão da emergência climática, os estados precisam discutir isso e
5430 fizeram isso. A expectativa para a etapa nacional de ter 3 mil participantes, desses são
5431 1.501 delegados, que vieram das etapas anteriores, e mais os delegados natos, como,
5432 por exemplo, do CONAMA, do Comitê Interministerial de Mudança do Clima e alguns

5433 outros, e teremos observadores, convidados, equipes, então, a expectativa é de termos
5434 3 mil pessoas circulando pela conferência na semana que vem. Essa é uma questão
5435 importante. Pela primeira vez, esteve publicado no regimento da conferência uma
5436 indicação de que os estados deviam prever nos seus regimentos a participação de pelo
5437 menos 50% de mulheres e pelo menos 50% de pessoas negras, e a composição geral
5438 de 50% de sociedade civil, 30% do setor privado e 20% do setor público, desses da
5439 sociedade civil, pelo menos, no mínimo, 20% de representação de povos e comunidades
5440 tradicionais. Então, foi um olhar muito cuidadoso que perseguimos firmemente até o final
5441 do processo e temos esse resultado de 56% de mulheres entre os delegados, delegadas,
5442 e... Pode passar o próximo, por favor. 64,4% de pessoas negras, pretas e pardas, 34,7%
5443 de pessoas brancas e 0,9% que não se autodeclararam. Esse é o resultado, então, do
5444 processo todo com relação às propostas que foram elaboradas. Foi feito um processo de
5445 sistematização com o apoio da UNB, do CDS/UNB, nosso parceiro para a facilitação e
5446 para a metodologia e para a sistematização. O CDS tem uma equipe que mergulhou
5447 nessas propostas e fez a sistematização, de forma que vamos ter quase 600 propostas
5448 que são aglutinadas e já estão disponibilizadas para os delegados e delegadas para
5449 discussão nos grupos de trabalho que serão realizados na conferência. E aí, dessas
5450 propostas, 100 propostas serão as que vão ser... as que vão ser escolhidas como a
5451 resolução. E claro que vamos ter todas elas documentadas para que não se perca tudo
5452 isso. Eu acho que é isso em relação ao processo, e é assim, estamos muito felizes, muito
5453 felizes que conseguimos chegar até aqui, foram muitos desafios, foram, não estão sendo
5454 ainda, sabemos que a realização em si da etapa nacional é um processo em si
5455 desafiador, mas com muita confiança de que os delegados e delegadas que foram
5456 escolhidos nas etapas e que estarão presentes têm um sentido forte da responsabilidade
5457 que têm de apontar esse caminho para as políticas públicas no Brasil. Então, estamos
5458 felizes, confiantes, cansados, mas felizes e confiantes de que vai ser um lindo momento
5459 o ano que vem, ou a semana que vem. Obrigada, gente. O ano que vem não vai ter outra
5460 conferência, gente.

5461 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5462 **MMA)** – Larissa, dez minutinhos? São 14h, exato. Dez. Para intervenções bem rápidas e
5463 objetivas que queiram fazer uma consideração, um apontamento, uma observação, uma

5464 recomendação. Alguém? Quem participou das etapas estaduais, das etapas municipais?
5465 Como não? Você não quer? Bora, firme.

5466 **A SR^a. VALDINEIDE** – Valdineide, conhecida como Val, analista ambiental do Ministério
5467 do Meio Ambiente do Departamento de Combate à Desertificação. Quem não está como
5468 delegado e que gostaria de participar como observador? Ainda é possível fazer inscrição?

5469 **A SR^a. LARISSA BARROS** – Então, como observador, abrimos um processo de
5470 inscrição amplo, de 350 vagas para observadores. Observadores são aqueles que não
5471 têm direito a voto nem a voz. Estão ali só para observar e acompanhar as discussões.
5472 Em algumas poucas horas, essas 350 vagas já foram preenchidas. O que nós temos
5473 ainda possibilidade, considerando a disponibilidade de vocês, é de algumas vagas como
5474 convidados. Convidados são aqueles que não têm direito a voto, mas têm direito a voz.
5475 Então, caso alguém desse grupo tenha essa condição, aí a gente não tem como pagar
5476 as despesas, evidentemente, porque não tem dinheiro. Mas, caso alguém tenha essa
5477 disponibilidade e está aqui de 6 a 9 de maio, podem, de repente, passar o nome para o
5478 Alexandre, o pessoal da equipe, do departamento, e a gente pode incluir como convidado
5479 da 5ª Conferência, com toda certeza.

5480 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5481 **MMA)** – Gostei, Valda. Por isso que eu provoco.

5482 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Eu pedir para ela perguntar, ela está voltando
5483 para mim. Se tem a possibilidade de algum segmento da conferência poder ser
5484 acompanhado online.

5485 **A SR^a. LARISSA BARROS** – Isso foi interessante. Foi uma reunião, essa reunião com
5486 que eu me referi, com todas as outras conferências que estão em mobilização agora, são
5487 15 esse ano, nós somos a primeira, a gente fez uma reunião organizada pela Secretaria
5488 Geral e pela SECOM, com a EBC e a TV Brasil, com essa demanda. E aí a EBC vai fazer
5489 uma transmissão e um acompanhamento de todo o processo. Eu não sei dizer para vocês
5490 exatamente como é que vai ser isso, qual vai ser o canal, como é que vai ser, mas nós
5491 vamos divulgar isso, nós temos o Instagram da conferência, o @5cnmeioambiente,

5492 Instagram da conferência, nós vamos divulgar no Instagram quais são os momentos que
5493 vão ser transmitidos e tudo. Mas vai ter transmissão. Alguns momentos não vão ter,
5494 porque são 50 grupos temáticos em paralelo, por exemplo. Então, nesse momento não
5495 vai ter. Mas certamente as palestras magnas, os painéis temáticos devem ter alguma
5496 transmissão, sim.

5497 **A SRª. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Como eu ia
5498 perguntar o que ele já perguntou, eu só queria dizer que é um prazer revê-la e felicíssima
5499 de você, Alexandre, pessoas que vêm da sociedade civil, das organizações da sociedade
5500 civil estarem nesses lugares, nesses espaços, fazendo muita diferença. Parabéns.

5501 **A SRª. LARISSA BARROS** – Obrigada, lindeza.

5502 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5503 **MMA)** – Ok, bom, é isso. Temos um querido aqui, Samuel, que vai estar na conferência.
5504 E tem outro, quem é? Ah, Ivi. Ah, que legal. Pode levar lá, Carlos. A Ivi e o Samuel vão
5505 estar na conferência, então certamente estão aí com a tarefa, de alguma forma,
5506 incorporar essa nossa agenda nessas 100 propostas finais. Mas, por favor, Ivi.

5507 **A SRª. IVI ALIANA CARLOS DANTAS (AP1MC)** – Essa mesmo. Boa tarde, eu sou Ivi,
5508 da Articulação do Semiárido. Irei representando a ASA como delegada a partir de uma
5509 conferência livre que a ASA realizou. Nós estamos, de fato, bastante animados para a
5510 conferência. Nós construímos diversas propostas e temos isso muito nítido, que a nossa
5511 pauta são as nossas estratégias de convivência com o semiárido, mas eu pedi a fala
5512 muito mais para fazer um comentário sobre essa participação da sociedade, o interesse
5513 da sociedade sobre esse tema. E isso nos coloca um desafio muito grande. Que resposta
5514 podemos dar para essa sociedade que espera tanto, espera tanto que nós consigamos,
5515 de fato, colocar o meio ambiente, e o meio ambiente inclui as pessoas, a biodiversidade,
5516 na centralidade do desenvolvimento do país. Então, acho que a conferência sinaliza isso
5517 e o processo, porque os eventos, eles não são simples eventos, mas eles são processos,
5518 e a conferência demonstra muito isso. E aproveitar também para perguntar onde vai ser,
5519 porque eu ainda não recebi nenhuma informação do local, nem nada de passagem, estou

5520 aguardando essas informações, mas é na torcida para que dê tudo certo e que nós
5521 tenhamos uma conferência bastante potente.

5522 **A SR^a. LARISSA BARROS** – Bom, acho que é isso mesmo, e nós temos uma coisa
5523 importante de destacar, que essa é a primeira conferência que estão sendo considerados
5524 delegados e delegadas de conferências livres direto para a nacional. Todas as outras
5525 conferências tinham a previsão de realização das livres, essas livres discutiam os temas,
5526 elaboravam propostas, votavam e encaminhavam as propostas para a nacional, mas não
5527 tinham a representação das livres na nacional. E isso fortalece ainda mais essa
5528 responsabilidade da sociedade civil, porque, embora no nosso quadro de percentual de
5529 delegação nós tenhamos previsto 50% da sociedade civil, mas isso vale para as
5530 estaduais, certo? Se a gente vai contar com mais 300 pessoas, 292 pessoas
5531 representando as conferências livres, e as conferências livres são organizadas pela
5532 sociedade civil, nós vamos ter mais 292 pessoas da sociedade civil para além dos 50%.
5533 Então, a grande maioria de presença é de representação da sociedade civil. Não tem
5534 nenhum erro nisso, é isso mesmo, o objetivo é esse mesmo, de ter essa presença e de
5535 ter uma resposta que realmente traga para o governo qual é esse rumo. Então, é uma
5536 responsabilidade grande mesmo que vocês têm e que a gente confia que esse resultado
5537 vai ser o melhor resultado que a gente poderia ter. Realmente confio. Depois eu quero
5538 saber mais. Você já devia estar com sua passagem. Vai ser no Centro Internacional de
5539 Convenções de Brasília, CICB, aqui em Brasília. É um centro de convenções que tem,
5540 não é aquele lá no Eixo Monumental, não é aquele, é um aqui próximo da ponte JK. Mas
5541 você vai receber as orientações. Na Plataforma Brasil Participativo, tem tour, está o Guia
5542 do Participante já disponível, já tem o Caderno de Propostas, está tudo disponibilizado
5543 já. E caso alguém, e isso é importante, queira propor alguma atividade autogestionada
5544 durante a conferência, que são atividades que são feitas e organizadas por pessoas ou
5545 grupos, o prazo é até hoje para inscrever. Depois a comissão organizadora, até sexta,
5546 vai dar o retorno de quais que vão ser realmente realizadas, mas por conta do limite do
5547 espaço.

5548 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5549 **MMA)** – Bem rapidinho, Samuel, por causa do horário...

5550 **O SR. SAMUEL DE ANDRADE REIS (ACOTERRA)** – Boa tarde. Samuel, lá de Monte
5551 Santo, Bahia. Também estou como delegado. A gente vai estar representando a nossa...
5552 A Conferência Livre foi Meio Ambiente e Mudanças Climáticas das Comunidades
5553 Tradicionais de Fundo e Pasto, que é uma demanda muito importante, porque ela trata
5554 da conservação da caatinga, a regularização fundiária e trata de diversos problemas que
5555 a gente vai estar abordando nessa conferência. Temos três delegados do município de
5556 Monte Santo, um pela Escola Família Agrícola do Fundo e Pasto e tem uma outra terceira
5557 lá que foi organizada pelo pessoal do Sindicato e Sociedade Civil. Então, será um prazer
5558 meu bate-e-volta, que está saindo hoje e domingo voltando.

5559 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5560 **MMA)** – Eita, Samuel. Não é isso, gente. Eu queria, por causa do horário da Larissa,
5561 agradecer a ela por esse momento. Eu acho que a Larissa aponta uma coisa. Que bom
5562 que a Ivi e o Samuel vão estar e que a gente teve também contribuições de membros da
5563 comissão nos outros ciclos municipais, na Conferência Livre e nos estados. Então, chega
5564 também já alguma contribuição. Mas fico pensando numa responsabilidade que tem
5565 também para a gente na frente, pegar depois essas 100 propostas que saem, porque
5566 muitas delas certamente vão ter um vínculo com essa agenda. Afinal de contas, a gente
5567 precisa reafirmar a todo momento que o debate sobre combater a desertificação está
5568 associado à questão climática e às questões ambientais e socioambientais. Então, acho
5569 que a conferência aconteça da melhor forma possível. Sei do seu esforço que você está
5570 fazendo aí e que teve nos processos estaduais e municipais para a gente ter uma boa
5571 conferência. E que os resultados sejam bons também, porque a gente vai precisar
5572 aproveitar a oportunidade desses documentos para poder fazer desses espaços, como
5573 essa comissão, assim como os outros conselhos e comissões que têm, se debruçar sobre
5574 esses resultados para olhar para as propostas e olhar para a nossa política, olhar para o
5575 nosso plano, olhar para as nossas estratégias e instrumentos da política de combate à
5576 desertificação, para fazer com que as coisas tenham uma sinergia, tenham conexão e
5577 possam colocar em curso. É isso. Obrigado. Eu pedi para a Carlos me ajudar aqui com o
5578 contato com a diretora Sônia, lá do MCTI, de fato, ela não retornou para a gente, nem
5579 por e-mail, nem pelo telefone, ou as mensagens do WhatsApp. Então, eu acho que a
5580 gente vai tocar. Em algum momento, vamos precisar fazer uma nova... algum debate

sobre a história da ICID. Para quem não conhece essa história da ICID, a ICID é uma conferência internacional sobre clima e desenvolvimento em regiões semiáridas. A primeira foi realizada em 1992. Aconteceu uma segunda. Tem uma terceira que está sendo proposta pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para acontecer de 15 a 19 de setembro, eu já participei numa reunião que o Leandro convidou lá no MRE, MCTI e MMA, para discutirmos, fazermos um alinhamento sobre esse processo de construção da ICID. Esse momento de convidar o MCTI para cá é um movimento, sobretudo, para que a gente pudesse abrir o espaço da comissão, que trata do tema da desertificação, que é um tema que está relacionado, obviamente, às regiões semiáridas e ao desenvolvimento nas regiões semiáridas. Mas, como a gente não teve esse momento de participação, precisamos ver em que medida esse tema dessa conferência chega até nós, e que a gente pode, de alguma forma, também partilhar com vocês alguns dados, informações, para assegurar uma participação mínima nossa. Tem dois companheiros ali. Cadê o microfone? Se puderem se apresentar. Um já esteve com a gente ontem, da CODEVASF, e o outro também da CODEVASF. Se puderem se apresentar para a gente, seria ótimo. Mas alguém chegou hoje somente? Não, não, está ok.

O SR. CAMILO (CODEVASF) – Meu nome é Camilo, já participei ontem, participei no primeiro dia, não consegui participar o tempo inteiro por causa de demandas internas lá do nosso trabalho.

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente – MMA) – Vocês estão sediados aqui?

O SR. CAMILO (CODEVASF) – Estamos sediados aqui.

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente – MMA) – Ah, ok.

O SR. CAMILO (CODEVASF) – Processo, prestação de contas, aquelas coisas de sempre.

5608 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5609 **MMA) –** Nem se preocupe.

5610 **O SR. VINÍCIUS –** Sou Vinícius, atualmente estou na Unidade de Conservação, na
5611 CODEVASF, também vim acompanhar junto com o Camilo. Ontem teve umas demandas
5612 internas e consegui vir hoje.

5613 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5614 **MMA) –** Beleza, sejam bem-vindos.

5615 **O SR. CAMILO (CODEVASF) –** Só falando, o colega aqui da Embrapa falou, que às
5616 vezes a gente tem o decreto, tem tudo, mas essas, até falei curioso, eu entendo o que
5617 você fala, porque a gente realmente tem o decreto, tem a autorização, porém, tem as
5618 demandas internas, que muitas das vezes, sobrepõem a essas conferências, a essas
5619 participações. Então, eu faço a fala dele, que foi engraçada ontem, mas uma pura
5620 verdade para a gente.

5621 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5622 **MMA) –** Não, é isso. É um desafio enorme. Se vocês estão nessa situação, imaginem
5623 eu, que estou aqui como secretário-executivo, coordenando, e toda a nossa equipe está
5624 aqui envolvida. Ontem, quando eu cheguei, tinham pelo menos 12 processos SEI, que
5625 eu precisava responder. Eu digo, alguns vão atrasar, outros vão responder mais na frente,
5626 que é o que é possível, porque a gente não pode fazer duas coisas em dois cantos ao
5627 mesmo tempo. Mas esse é o desafio nosso, de como a gente, de fato, olha para esses
5628 espaços e que a gente consegue ir administrando essas possibilidades de estar aqui e
5629 fazer essa contribuição. Mas vamos caminhando, que a gente vai encontrar o caminho
5630 juntos. Vou insistir. Queria falar agora, como a gente não teve as outras duas
5631 contribuições, a gente ganha aí um tempinho, queria aproveitar para a gente falar um
5632 pouco sobre o PAB, o Plano de Ação Brasileira de Combate à Desertificação. Eu já
5633 apresentei ontem de manhã todo o processo e trajetória de construção do plano, do
5634 arranjo que a gente fez com o grupo de organizações de pesquisa, de pesquisadores
5635 contribuindo, os seminários. Então, não vou me deter a isso nesse momento. O que eu
5636 queria era apresentar para vocês de forma muito rápida, bem mesmo aqui no PowerPoint,

5637 e falar um pouco das etapas em que nós estamos e do que está para frente, para poder
5638 a gente... porque tem algo que eu quero propor de forma muito concreta para a comissão,
5639 para que a gente tenha um plano que, de fato, reflita aquilo que nós estamos construindo
5640 aqui. Você pode ir passando, Marcos, até chegar a um... mas pode ir na estrutura do...
5641 que a gente já tem os nomes das instituições que participaram. Esse é o documento, a
5642 última versão que o pessoal lá do Observatório da Caatinga nos enviou. O documento
5643 está praticamente pronto. Mas eu queria falar um pouco da estrutura. O documento está
5644 organizado em alguns capítulos. Esse primeiro capítulo, você volta aí rapidinho, Marcos,
5645 ele apresenta a contextualização da desertificação, da degradação da terra e das secas,
5646 e tem todo um contexto que vai apresentando para a gente os dados, informações mais
5647 atualizadas que a gente tem das instituições de pesquisa. O capítulo 2 traz o arcabouço
5648 legal e institucional da política de combate à desertificação, tratando dos decretos, das
5649 leis, das portarias e tudo que institui a questão legal para o nosso tema da desertificação.
5650 Um pouco do histórico, de como é que essa agenda da implementação da Convenção
5651 de Combate à Desertificação chega até hoje, chega até esse momento. E aí traz um
5652 momento também sobre o plano anterior, o plano que está em vigor hoje, que é o PAN,
5653 e vai fazendo alguns apontamentos. O capítulo 3, sobre o processo metodológico que a
5654 gente vivenciou para a elaboração do PAB Brasil, um quadro de participações, sociedade
5655 civil, governo, setor privado, comunidades tradicionais. Então, traz um panorama geral,
5656 instituições de pesquisa. Volta um pouquinho, Marcos. Passa. Isso. Os eixos temáticos.
5657 O plano está estruturado em cinco eixos temáticos. Um eixo temático que trata da gestão
5658 sustentável para a neutralização da degradação da terra, que é o eixo 1. O eixo 2, da
5659 adaptação às mudanças climáticas e mitigação dos efeitos da seca. O eixo 3, que é
5660 pesquisa, inovação e gestão da informação. O 4, que é a melhoria das condições de vida
5661 da população afetada pelo processo de desertificação e seca. E o eixo 5, que trata sobre
5662 governança e o fortalecimento institucional para que a ação esteja em curso. Então, o
5663 documento, a matriz das ações vai estar estruturada nesses cinco eixos temáticos. Nós
5664 tivemos, pode passar, o processo metodológico, a estruturação. A parte 2 do documento
5665 vai trazer um panorama sobre a situação nacional no contexto da desertificação. Volta
5666 um pouquinho. Da desertificação, da degradação da terra e da seca. Isso, exato. A gente
5667 tem a delimitação das áreas suscetíveis à desertificação e entornos. Os entornos são

5668 aqueles municípios que estão na borda das áreas suscetíveis à desertificação. Aqui a
5669 gente teve uma proposta metodológica, que é a atualização dos dados, segundo as
5670 informações do CEMADEN, de 2020, que tratam das áreas suscetíveis à desertificação,
5671 2022. Mas a gente está considerando, sobretudo, esse dado do CEMADEN, mas o dado
5672 da SUDENE, que define o que é o semiárido, porque é uma definição que tem um dos
5673 critérios, é o índice de aridez. Mas existem outros dois critérios utilizados pela SUDENE.
5674 A convenção utiliza o índice de aridez. Só que a gente entende que, para buscar a
5675 convergência nas políticas, a gente precisa estar junto. Então, o que é semiárido para a
5676 SUDENE é estratégico para nós, então, estamos somando o que é área suscetível à
5677 desertificação, o que é SUDENE e municípios de entorno. No caso dos municípios de
5678 entorno, nós também tomamos uma decisão que foi de envolver e manter todos os
5679 municípios que o PAN, em 2004, já tinha definido que era área de entorno. Ou seja, nós
5680 ampliamos um pouco, porque a área suscetível à desertificação ampliou, mas mantendo
5681 um pouco a mesma estratégia do que foi definido anteriormente. Pode passar um pouco...
5682 Aí são dados, informações, número de municípios, população, do que é que é o plano. O
5683 capítulo 5 vai falar sobre os instrumentos de gestão relacionados à desertificação e à
5684 seca, e aí tem um conjunto de informações sobre as políticas, os planos estaduais, aí
5685 nós montamos uma matriz do que é que tem nos estados, da política estadual, o número
5686 da lei da política estadual, um pouco dessa finalidade, para ajudar as pessoas também a
5687 ter essa informação. E quero dizer que todas essas políticas, todas essas leis, estão no
5688 site do Ministério do Meio Ambiente, na aba do Departamento de Combate à
5689 Desertificação, está o plano do Estado e está o número da lei, e com o clique lá vocês
5690 acham a lei e acham tudo, que é para nós fortalecermos a informação o máximo possível.
5691 Aqui estão os planos estaduais, aliás, aqui é um conjunto de políticas transversais ou
5692 políticas que estão relacionadas com a política de combate à desertificação, como o
5693 Plano Nacional de Sociobioeconomia, de Segurança Hídrica, o Nordeste Mais
5694 Sustentável, o Plano Safra e tantos outros planos e políticas nacionais que estão juntos
5695 conosco. Aqui nós já vamos para essa matriz, que apresenta um pouco, a partir dos eixos
5696 também, uma conexão entre o eixo do plano com as ações de programas do governo. O
5697 que eu queria chamar a atenção de uma coisa que Júlio nos provocava pela manhã, é
5698 que uma das nossas estratégias para o PAB foi pensar o PAB para 20 anos, ou seja, nós

5699 estamos elaborando o segundo depois de 20 anos do primeiro. E nós, de forma muito
5700 intuitiva, também dissemos assim, não, precisamos de mais 20 anos. Mas nós estamos
5701 pensando em 20 anos, mas todas as metas de curto, médio e longo prazo, elas estão
5702 associadas ao PPA, aos ciclos dos planos plurianuais, que é exatamente para ajudar a
5703 gente a conectar a ação com o orçamento para que a ação aconteça. Mesmo que o
5704 orçamento seja uma coisa ainda meio fictícia, mas nós vamos atrás dele, ou seja, lá onde
5705 ele estiver, nós vamos atrás. Que é exatamente para ajudar a gente a pensar, do ponto
5706 de vista estratégico, que eu preciso ter uma meta associada a um ciclo de orçamento
5707 para garantir o orçamento, para aquela meta ser alcançada. Esse foi um exercício que
5708 nós esperamos que ajude a sociedade, ajude a própria comissão a identificar, dentro dos
5709 vários eixos da ação do programa, do plano, os programas e a ação das políticas públicas
5710 do governo federal para esse tema. No eixo, no capítulo 6, nós temos um diagnóstico
5711 climático, ambiental e socioeconômico brasileiro, onde a gente faz um apanhado também
5712 da atualização do índice de aridez, mas a gente traz a questão das secas, das unidades
5713 de conservação. Isso aqui é quase um balanço do PAN Brasil, do PAN lá de 2004 para
5714 cá, obviamente atualizando com várias informações estratégicas sobre demografia, sobre
5715 dados de mortalidade infantil, de pesquisa, que a gente teve ao longo desse tempo. Volta
5716 um pouquinho, Marcos. Isso. Aqui, por exemplo, a distribuição da população indígena por
5717 localização de domicílio de 2010 a 2022 por região. E aí são dados para a gente dizer
5718 assim, quem é que está aqui no Nordeste enquanto população indígena? A gente já tem
5719 dados do IBGE, que tem um dado do Censo Populacional 2022, com dados de
5720 comunidades quilombolas, comunidades indígenas, que mostram para a gente quem são
5721 e quantos são essas comunidades e povos nesse território do semiárido suscetível à
5722 desertificação. Então, a gente vai ter muitos dados dentro desse documento que a gente
5723 espera que ajudem à questão da estruturação fundiária, que é um ponto que foi discutido
5724 aqui como algo fundamental, direito à terra, ao território, estabelecimentos da agricultura
5725 familiar, a questão das energias renováveis, o impacto delas nos territórios do semiárido,
5726 a perspectiva econômica. Então, podemos ir passando. Temos muitos dados que ajudam
5727 a gente a entender um pouquinho os dados sobre universidades, institutos federais
5728 criados na universidade, no semiárido ao longo desse tempo. Pode passar. A parte 3 são
5729 os componentes estratégicos do plano, que a gente traçou aqui uma perspectiva de visão,

5730 missão e pressupostos, que a gente entende que são importantes para a gente orientar.
5731 As propostas das ações organizadas nos cinco eixos estratégicos. E aí é um resumo de
5732 quantos objetivos, indicadores tem cada um dos eixos. E aí depois vem uma matriz
5733 gigante com esse monte de propostas que é... Aí eu abro um ponto. Pode ir passar,
5734 Marco. Que foi o exercício que esse grupo de professores, pesquisadores e
5735 pesquisadoras, trabalharam ao longo desses meses, ao longo de todos os seminários,
5736 recolhendo todas as propostas de cada um dos seminários e fazendo esse exercício de
5737 convergência, de condensação de propostas similares, de ajuste nas propostas e tudo
5738 mais, de pensar um pouco essas metas de curto, médio e longo prazo, quais são as
5739 possíveis entregas que a gente tem. E eu vou voltar para esse quadro depois, mas a
5740 ideia também é que a gente está construindo um capítulo que vai falar sobre gestão,
5741 monitoramento e instrumentos de avaliação do PAB. Ou seja, a gente quer ter o plano,
5742 mas a gente também quer construir como a gente vai monitorar essas metas. Se a gente
5743 tem lá uma meta, que é uma meta de demarcação de X territórios de povos indígenas, a
5744 gente está aí, isso tem uma meta. Como é que a gente vai monitorar isso? Vamos
5745 dialogar com a FUNAI, vamos dialogar com o Ministério dos Povos Indígenas, vamos
5746 dialogar com tais setores. Como é que a gente monitora isso ao longo do tempo?
5747 Considerando que o direito ao território, a demarcação é uma condição também para a
5748 conservação da biodiversidade, de enfrentamento à mudança climática e o processo de
5749 desertificação. Tem uma meta, Ernesto, de X mil famílias com assistência técnica em
5750 extensão rural. Está lá. De curto, médio e longo prazo. O MDA coordena a política de
5751 ATER no Brasil. Então, qual é a forma que a gente vai monitorar isso ao longo do tempo,
5752 desses 20 anos? Mas, ao mesmo tempo, a gente pensar que o plano é um plano que
5753 não pode ser estático e a gente vai precisar fazer ajustes ao longo do tempo. Então,
5754 estamos prevendo também alguma revisão de atualização do plano, de tempos em
5755 tempos, para que ele não se torne obsoleto e ele se mantenha de forma atualizada. Pode
5756 passar. Então, tem alguns desenhos sobre gestão e organização, de nível estratégico,
5757 nível operacional, nível tático, tem toda uma lógica que a gente está pensando aqui. Bom,
5758 aí eu acho que a gente chega e depois vem um conjunto de tabelas. Em que momento é
5759 que a gente está? A gente está no momento em que nós estamos revisando o trabalho
5760 que o grupo de pesquisadores fez, de juntar essas propostas de todos os seminários,

5761 estamos fazendo alguns ajustes nas metas, nós estamos falando de meta de curto prazo,
5762 é 2027, que é uma coisa desse ciclo de PPA que a gente está vivendo, de médio e de
5763 longo prazo, com pelo menos dois ciclos de PPAs ou três ciclos de PPAs para frente.
5764 Então, a gente está fazendo uma revisão dos textos, das competências, porque também
5765 nós, num diálogo interno com a Secretaria Executiva do Ministério, é de que nós temos
5766 que ter a clareza de que o que nós precisamos propor no plano é aquilo que está na
5767 governança do governo federal. Aquilo que é dos governos subnacionais, ou de outros
5768 atores, é muito mais do campo estratégico de articular para. Mas a gente não pode
5769 assumir a responsabilidade que é, por exemplo, do governo do Estado. Eu estou
5770 lembrando aqui de uma meta estratégica que está lá. Uma demanda que saiu em vários
5771 seminários que eu participei. Segurança Pública na Zona Rural. A responsabilidade da
5772 segurança pública é do governo do Estado, não é do governo federal. Mas o plano precisa
5773 pensar e ter uma formulação de como vamos trabalhar isso com os governos dos
5774 estados, para que os governos dos estados assegurem essa perspectiva da segurança
5775 pública no semiárido, na zona rural. Então, esses são os ajustes que nós estamos
5776 fazendo, buscando também a conexão das entregas, das ações estratégicas, com
5777 iniciativas que já estão em curso dentro do governo. Um exemplo, o PNGATI e o PG...
5778 Não, dos povos quilombolas. PGTADA? É, é o PNGATI e o PGTADA. PNGATI é o Plano
5779 Nacional de Gestão Ambiental em Territórios Indígenas, e você tem o Plano Nacional de
5780 Gestão Territorial em Comunidades Quilombolas. São dois planos que estão em curso,
5781 mas o que aparece aqui sobre a questão da gestão ambiental nos territórios indígenas e
5782 quilombolas, a gente precisa citar o PNGATI e o PGTADA, porque nós não vamos criar
5783 uma outra coisa. A gente tem que fortalecer o que já existe na perspectiva dos povos do
5784 semiárido. Esse é o recorte que a gente vai fazendo nos ajustes que a gente está fazendo
5785 no conjunto das propostas. Então, são vários ajustes que a gente está fazendo. Além
5786 disso, nós temos uma tarefa, que é uma tarefa gigante, que é de bater lá na porta do
5787 MMA e dizer assim: "MMA, aqui tem tais metas relacionadas às políticas coordenadas
5788 pelo MMA, de assistência técnica, de plano safra, de desenvolvimento territorial e tudo
5789 mais. Como é que o MMA assume a responsabilidade dessas metas que estão dentro do
5790 plano de combate à desertificação?" A gente tem lá uma série de estratégias de
5791 restauração, por exemplo, de pastagens degradadas, que estão vinculadas a uma

5792 política, a um programa que o MAPA está desenvolvendo. Então, a gente tem que
5793 conversar com o MAPA para que aquilo que a gente vai contemplar no plano esteja
5794 alinhado com o que já está em curso no governo, e o MAPA assuma os compromissos
5795 das metas estabelecidas dentro daquela estratégia. Por que isso é necessário a gente
5796 fazer? Porque a nossa política é uma política intersetorial. Ela não é uma política só que
5797 as ações estão vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente. Ela é uma política que tem
5798 ações em quase todos os ministérios do governo. Lá tem ações específicas da educação.
5799 Nós temos que conversar com o Ministério da Educação. Então, tem todo um contexto.
5800 E a gente precisa pactuar isso com os ministérios. Então, nós estamos fazendo os ajustes
5801 para, com esses ajustes, bater na porta dos ministérios, apresentar as iniciativas, as
5802 metas e fazer essa pactuação, para, em seguida, a gente ter o plano mais redondo e ter
5803 o plano minimamente ajustado. Nós tínhamos uma expectativa de lançar o plano no dia
5804 17 de junho, que é o Dia Mundial de Combate à Desertificação. E, dada esse tempo e
5805 essa necessidade de fazermos todo esse percurso para que cada ministério assuma a
5806 responsabilidade das metas do plano, a gente entende que não vamos dar conta desse
5807 tempo. E, com a instalação da comissão, nós queremos também, depois dessa
5808 pactuação com os ministérios, submeter o plano à comissão. Porque o nosso
5809 entendimento é que, mesmo que a comissão não tenha uma atribuição de aprovar o
5810 plano, nós gostaríamos que a comissão apreciasse o plano, entendendo que é essa
5811 comissão que vai acompanhar a implementação e fazer o monitoramento do plano.
5812 Então, para isso, a gente tem uma caminhada ainda a ser feita. Seria muito importante a
5813 gente abrir um pouco essa ideia com vocês, porque eu acho que, com a comissão
5814 analisando, apreciando o plano, e eu digo também muito que eu acho que é isso,
5815 aprovando o plano, a gente pode publicar o plano por meio de uma resolução ou de
5816 uma... Nós discutimos ontem os nossos instrumentos aqui, eu já me esqueci. Uma
5817 resolução da comissão aprovando o plano e, obviamente, quando a comissão aprova,
5818 todos os ministérios que estão aqui, todas as organizações da sociedade civil estão
5819 aprovando e endossando o que o plano traz, e isso acaba tendo um impacto e um papel
5820 importante para a sociedade e um papel e um impacto importante para dentro do governo.
5821 No entanto, nós temos um prazo para fazer isso, que é agosto. Ou seja, nós temos que
5822 correr do nosso pedaço, com os 300 que nós temos, para fazer um momento com vocês

5823 para essa apreciação e a gente poder trazer um pouco dessas contribuições possíveis,
5824 considerando, sobretudo, que todos os ministérios e organizações que compõem a
5825 comissão foram convidados para participar dos espaços de escuta, dos seminários de
5826 escuta do processo de elaboração do plano. Mesmo que não tenham participado de
5827 todos, participaram de alguns. Várias organizações aqui já disseram que também
5828 participaram. Então, o que o plano está trazendo é o reflexo daquilo que vocês já
5829 participaram também. Então, eu queria, feito esse contexto meio longo, mas eu acho que
5830 necessário, entender se essa leitura que nós estamos fazendo dessas etapas e de
5831 submeter o plano à comissão é algo que vocês entendem como importante, necessário,
5832 legítimo, para que a gente siga fazendo essa construção juntos. Sandro.

5833 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
5834 **do Brasil – APIB)** – Bem, Sandro, boa tarde. Bem, eu concordo com tudo que o nosso
5835 guerreiro está falando e queria até acrescentar, porque ele nos traz uma reflexão muito
5836 importante. A gente entende que cada um que está aqui é uma sementinha que vai
5837 permear ali no seu ministério, no seu fazer, no seu lidar, e ecoar as propostas que estão
5838 aqui na comissão, para dentro dos ministérios. E eu estava observando, que eu queria,
5839 não sei se cabe, porque as coisas, pelo menos nos conselhos que eu participo, a gente,
5840 quando aprova algo, a gente não retorna e tal, mas não batemos assim o martelo,
5841 propriamente dito, na questão dos grupos de trabalho ali, porque eu acho que a estratégia
5842 é meter os ministérios aí nesses grupos de trabalho para eles saírem acompanhando, e
5843 a gente viu que, eu não vi os ministérios envolvidos em todo, eu não sei se podemos
5844 visualizar novamente, quem sabe até a gente pensar de maneira estratégica, enxugar
5845 mais um pouco a nossa participação da organização e colocar, porque a gente também
5846 não pode falar para nós mesmos, a gente tem que colocar o ministério para cobrar desses
5847 ministérios a sua participação, que é o que estão fazendo, lógico, com a nossa
5848 participação. Então, a gente tem que aprender a dosar. Eu não sei se poderíamos...

5849 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5850 **MMA)** – Bom, eu acho que você está trazendo uma outra... Eu estou entendendo a
5851 conexão que você está fazendo, que ela é pertinente, mas você está pedindo para a

5852 gente voltar ao debate dos grupos, das câmaras técnicas, para rever a composição para
5853 que tenha mais presença dos governos.

5854 **O SR. SANDRO EMANUEL CRUZ DOS SANTOS (Articulação dos Povos Indígenas**
5855 **do Brasil – APIB) –** Correto.

5856 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5857 **MMA) –** Perfeito. Eu acho que a gente pode fazer isso, porque é isso, a gente fez um
5858 exercício ali, e talvez valha a pena a gente apreciar a reflexão que o Sandro traz, mas,
5859 antes de a gente voltar, até porque a CODAVASF não estava aqui, o MME não estava
5860 aqui antes, o MDA também não estava, e acho que vale a pena, mas vamos fechar talvez
5861 esse momento do PAB e a gente depois abre de novo outro ponto. Pode ser, Sandro?
5862 Perfeito. Alguém quer... Alguém tem dúvidas sobre o que eu falei? Está confuso, ficou
5863 meio assim... Dúvidas, vamos lá.

5864 **A SR^a. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA) –** Então, mesmo
5865 que ainda não esteja concluído, eu não vi com ênfase... Não vi no que apresentou, porque
5866 eu não li. Mas eu não vi, por exemplo, o MAPA que traz a questão da região árida, e eu
5867 acho que é necessário, porque foi dessas próprias instituições, que também fizeram esse
5868 mapa, estudaram e nos declararam, cientificamente falando também. Então, eu não senti
5869 essa presença forte, talvez no conjunto, mas trazendo especificamente, trazendo um foco
5870 para essa área, até posteriormente, como proposição coletiva, interministerial, e entre os
5871 Estados também. Obrigada.

5872 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA) –** Só em relação, se me permite, em relação a
5873 essa condição de ter aparecido essas manchas de árido, que estão no norte da Bahia,
5874 incluindo Petrolina e Pernambuco. Na realidade, isso não comprova ainda que isso é
5875 árido. Isso é uma tendência que está acontecendo, que está sendo avaliada a cada 10
5876 anos, acrescentando sempre a década anterior. Então, o que traz aparecer essa
5877 condição de árido é justamente esse período de 1990 a 2020, se não me engano, e que
5878 tem que lembrar um detalhe, isso é uma tendência, não está dizendo que vai ser árido, o
5879 que é árido. O que acontece é que houve uma seca muito importante, talvez a maior seca
5880 dos últimos 100 anos, que foi de 2012 a 2017, e essa está bem no centro dessa região,

5881 em que o índice de aridez pipocou, a evapotranspiração potencial pipocou, a temperatura
5882 aumentou muito, e nessas áreas, em especial onde apareceu o árido, que é Curaçá,
5883 Chorrochó, Abaré, essa região aí, Petrolina, é uma condição edáfica muito particular,
5884 para não dizer, muito ruim mesmo, são solos litóricos, desculpe a expressão, mas é pura
5885 pedra, que praticamente não tem solo, é 10 centímetros, 20 centímetros de solo, às vezes
5886 nem tem, é puro lagedo, não tem uma floresta aí em cima, não tem uma caatinga aí em
5887 cima, tem só um vestígio, e isso deu um hotspot nas imagens, e que o CEMADEN e o
5888 INPE fizeram isso e mostraram que realmente é um dado científico, mas isso mostra uma
5889 tendência, isso tem que ser comprovado na próxima década e na seguinte, para ver se a
5890 gente considera isso realmente como uma condição de aridez. Isso é fato.

5891 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5892 **MMA)** – Valda também está inscrita, e aí, Aldrin, talvez a gente encerre só porque eu
5893 quero fazer uma proposta de condução.

5894 **O SR. CAMILO (CODEVASF)** – Camilo, CODEVASF, uma das coisas, você não viu o
5895 documento como um todo, mas uma das coisas que ontem eu falei, e seria importante a
5896 gente ver no documento, se há, quais são os polos de desenvolvimento que tem na região
5897 semiárida, por exemplo, tem Petrolina, tem uns perímetros, tem os canais de condução
5898 de água, que a CODEVASF vem trabalhando. Então, acho que a gente poderia colocar
5899 quais são os indutores de desenvolvimento para esta região, aos quais, dentro das
5900 políticas públicas, que mostram que, se houver essas políticas, nós temos condição de
5901 manter a Caatinga, de manter essa questão da semiaridez, da presença humana nessas
5902 regiões. Então, quando eu falei ontem, foi nesse sentido. Quando você tem investimentos
5903 públicos e ou privados que trazem esse desenvolvimento, você mantém o homem no
5904 local. Então, eu não vi em algum momento, mas dentro das políticas públicas que já
5905 existem, que são indutores de desenvolvimento, deveria colocar aí para a gente mostrar
5906 também que, se há esses indutores, então, a região tem condição de se permanecer.
5907 Então, a gente também tem que colocar aqui a questão da necessidade de combate à
5908 pobreza, à situação de escassez de recursos humanos, e, como já colocou aí também,
5909 por exemplo, as faculdades, os institutos, trouxeram muito conhecimento para a região.
5910 Mas quais são os outros instrumentos que nós temos para induzir o desenvolvimento na

5911 região e mostrar que, se a gente tiver essas políticas, nós temos condição de manter a
5912 Caatinga em pé.

5913 **A SR^a. EDVALDA PEREIRA TORRES LINS AROUCHA (AGENDHA)** – Cada um, como
5914 disse Paulo Freire, fala a partir de onde pisa. Existe um princípio inarredável na lei
5915 ambiental, chama-se princípio da precaução. Ele é inarredável, inalienável. E aí, se tem
5916 uma pesquisa, que essa instituição pesquisadora norteia todo o documento, é porque ela
5917 tem legitimidade. E, se ela traz o alerta e deixa claro, inclusive os municípios, a área, a
5918 região, e não existe lugar só de árvore ou pedra. Existe gente. E desertificação não é só
5919 solo. Desertificação é um espaço onde as pessoas também deixam de estar ali por algum
5920 tipo de inviabilidade. Desertificação não é só árvore e solo. É um contexto muito mais
5921 amplo. Nesse sentido da lei da precaução, da definição, e considerando que a gente que
5922 vive ali diariamente, que faz assistência técnica e extensão rural, aquelas famílias, que
5923 não é só a agenda, o IRPAA também atua ali na área, que a gente convive diariamente,
5924 a gente sabe que não precisa, ninguém, somente o científico dizer que é e é. A sabedoria
5925 popular também é. E não é empírica, não. O empirismo é a arrogância do científico. O
5926 que existe é saber tradicional, saber local, vivência local. Quando diz que o nosso saber
5927 é empírico, é para diminuir. Então, a gente que está lá, a gente sabe disso. Pelo contrário,
5928 a gente já sabia disso. Estava esperando uma comprovação científica, mas a gente que
5929 está lá já sabia disso. Então, gente, por lei da precaução, por tudo que eu já falei, para
5930 não me estender mais, mas principalmente que é um ecossistema, e que ecossistema se
5931 faz não só de vegetação, faz também de gente e de impactos, é que eu vou defender
5932 que um estudo tão bom desse, profundo e atual, não já saia desatualizado dessa questão.
5933 E eu já estou vendo que está aí, agora estou vendo. Então, já me sinto satisfeita. Acho
5934 que a gente está aqui, a gente não está aqui sozinho, a gente está aqui representando
5935 um monte de pessoas que, por diversas razões, não podem estar aqui. E a gente não
5936 pode sair sem estar fazendo jus à representação que a gente representa. Bem repetitivo,
5937 mas isso.

5938 **O SR. ALDRIN MARÍN PÉREZ MARIN (Convenção das Nações Unidas para o**
5939 **Combate à Desertificação – UNCCD)** – Eu queria dar um retorno para o ledo, porque
5940 todos esses detalhes, ledo, essas considerações estão no documento. E, de fato, você

5941 tem razão no sentido que, quando nós avaliamos, se eu colocasse em 1990, e eu
5942 colocasse em 2021, 2022, esse vermelho aí, ele desaparece, porque ele fica tão perto
5943 do limite do que semiáridos diários. Então, entendemos que, aparentemente, se eu fosse
5944 a estender o período, seria um desvio, digamos, estatístico. Entretanto, temos que seguir
5945 os protocolos internacionais. E a Organização de Meteorologia recomenda que nós
5946 precisamos atualizar esse índice, cada utilizar uma base de dados de 30 anos. Por isso
5947 estão vendo 1961, 1990. 1990 a 2020. E, nesse cenário, temos que respeitar os
5948 resultados. Este dado é uma base de dados, na verdade, de um pesquisador que se
5949 responsabilizou por organizar essa informação que se chama Xavier, em 2022. Então,
5950 assim, na verdade, qualquer pessoa pode fazer esse mapa pegando a base de Xavier.
5951 Então, foi isso. E está explicado no documento que, de fato, houve uma expansão do
5952 semiárido e do [ininteligível]. Esse é fato. Aí não tem como recorrer, não.

5953 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Não, não, não. É só um caráter. Quando a
5954 gente fala de índice de aridez, isso é uma equação universal. O mundo inteiro usa isso.
5955 Isso aí é estritamente climático. Não estou falando de biótica, não estou falando de gente,
5956 nem de planta, nem de solo, de nada. Isso aí é somente clima. Índice de aridez, não,
5957 índice de aridez, essa palavra índice de aridez é usada pela FAO, usada pelo mundo
5958 todo, se refere simplesmente a clima. Agora, outras considerações sobre gente, sobre
5959 planta, sobre educação, não entram nesse método. Então, isso aí é apenas clima. E isso
5960 reflete uma tendência que possa ser que venha a desaparecer nas próximas, ou não, ou
5961 pode até agravar.

5962 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
5963 **MMA)** – O companheiro pediu a palavra?

5964 **O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA (CODEVASF)** – Meu nome é Athadeu, sou da
5965 CODEVASF, sou representante aqui da empresa, junto com os outros colegas. Eu já
5966 trabalho com a questão de desde a década de 90. Então, pela área que a gente atua,
5967 sempre teve Gilbués, ali na região de Cabrobó, também citava aí na Patagônia que tinha,
5968 o pessoal quer discutir isso com a gente aqui no Brasil. Só que a população, eu concordo
5969 com o que o senhor falou, que está sendo tratado e tal, mas eu, só fazendo uma
5970 regressão, eu trabalho desde a década, desde 1976, que eu trabalho com a parte de

5971 inclusão, aqueles planos de desenvolvimento regional integrado, aquele modelo que
5972 tinha na Tanzânia, que a FAO adotou. Então, o que a gente busca, sempre é uma
5973 conversa que se fala, a resiliência da pessoa morar lá, a gente conhece o histórico, mas
5974 a gente tem que comer. Esse pessoal que está lá, ele não pode, se a pessoa mora lá,
5975 porque ele convive, aquele negócio de conviver com a seca, a turma tem que melhorar
5976 de vida, o propósito é trabalhar em cima disso. E eu lembro de um projeto lá do Gilbués,
5977 que aquele senhor que era presidente, acho que era presidente do Comitê de
5978 [ininteligível] lá do Piauí, do Bacia Parnaíba, ele começou a fazer um trabalho lá em
5979 Gilbués, onde foi instalado o Nukerade, se não me engano, não sei nem se é Nukerade,
5980 foi o primeiro mandado da ministra marina, foi instalado isso lá, e eu trabalhei lá. Então,
5981 teve um problema, porque... É, o Avelar, ele fez um projeto, trouxe, conversou com a
5982 [ininteligível], como eu trabalhei sempre nessa área, o Avelar foi conversar com a gente,
5983 e o projeto dele estava sendo travado, porque ele não tinha feito estudo de bacia, estudo
5984 de capacidade de captação de água, ele queria resolver o problema da maneira que ele
5985 achava que era o momento permitido. Ele pegava um trator de esteira, subia de ré, ia
5986 avançar 20, 30 metros, fazia tipo uma barragem. E assim sucessivamente. Aí o pessoal
5987 começou a analisar, bombou o trabalho dele. A gente foi lá, conversou, ajustou. E lá do
5988 lado direito, você descendo lá para lá, tinha uma área, estava sendo trabalhada para
5989 recuperar esse passivo, e estava tendo resultado, estava plantando mucuna, plantando
5990 arroz, plantando feijão. Só que você tem que, na verdade, jogar matéria orgânica ali,
5991 porque aquele solo, ele é solo [ininteligível] C, tem perigo dele baixo. Você concluir, ele
5992 leva um solo para levar comida para o povo. Então, eu acho que seria interessante, eu
5993 estou participando, vocês me desculpem, eu estava em outras pautas, não estava nem
5994 aqui em Brasília, mas a gente tem que ter projeto para apresentar. Projeto para implantar,
5995 para melhorar a vida desse povo. Porque não pode simplesmente a gente discutir vários
5996 itens, mas não pensar nisso, esse povo tem que comer, tem que melhorar de vida. Vamos
5997 inverter a gente morar lá dentro. É uma situação que eu entendo que vocês teriam que
5998 sair com projetos, não sei se já tem projeto pronto, se não tiver, a gente vai propor. Era
5999 isso que eu queria falar. Muito obrigado.

6000 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6001 **MMA)** – Muito obrigado. Vejam, eu queria retomar um pouco o sentido de estar

6002 apresentando isso. Nenhum e nenhuma de vocês leram o documento. Eu estou
6003 apresentando o documento muito genericamente, e muito rapidamente, para mostrar a
6004 estrutura e quais são as etapas que nós vamos vencer daqui para frente. Então, quando
6005 vocês se debruçarem sobre o documento, que lerem, que entenderem o que está
6006 proposto lá, que é resultado desse processo de escuta e de elaboração, desse esforço
6007 nosso de conexão das propostas com o que tem de política pública, já em curso, em
6008 processo de desenvolvimento, pactuado no âmbito do governo, eu acho que a gente vai
6009 abrir, obviamente, um debate para entender quais são as lacunas que existem, que a
6010 comissão identifica e que a gente pode contemplar. Eu não sei se a CODEVASF
6011 participou de algum dos seminários que nós convidamos para a elaboração do plano.
6012 Então, esse seria um momento e uma oportunidade para que vocês pudessem trazer
6013 essa fala desses polos de desenvolvimento que você está falando para serem
6014 contemplados, vamos dizer assim, na estrutura do que nós estamos entendendo como
6015 estratégia para o desenvolvimento do semiárido. Obviamente que nós vamos ter uma
6016 limitação de tempo para fazer com que o plano seja tocado, nós vamos precisar fazer
6017 alguns ajustes e tudo mais, vamos ver o que a gente consegue contemplar, olhando
6018 aquilo que diz respeito ao conjunto das estratégias que estão pensadas ali. Então, é isso.
6019 Existe um debate central, que eu acho que o ledo traz de forma pertinente, olha, isso é
6020 uma tendência, a questão da aridez, e o documento traz isso como uma tendência. Existe
6021 uma pesquisa do próprio CEMADEN de antes de 2023, que já mostrava um surgimento
6022 de clima árido nesse território. Os dados que o MapBiomias nos trazem, soube perda de
6023 superfície de água na ordem de 17% do Brasil como um todo. O aumento da temperatura
6024 do planeta, que faz com que a água fique menos disponível no ambiente, para mim são
6025 o aumento do processo de desmatamento para as atividades produtivas, são indicadores
6026 de que esta tendência, a tendência da tendência é se agravar. Então, nós não podemos,
6027 e aí eu assumo a responsabilidade total por esta informação aqui, porque Marengo, Javier
6028 e Ana Paula assumem do ponto de vista de pesquisadores e eu assumo do ponto de
6029 vista político. É publicar um novo plano de ação de combate à desertificação, sem levar
6030 isso em consideração. Porque se daqui a 10 anos a gente reafirmar isso, e eu hoje não
6031 ter alertado sobre essa tendência, eu vou ser responsabilizado de ter negado uma
6032 informação científica num contexto em que a gente precisa reafirmar ainda mais a

6033 importância da ciência na elaboração das políticas públicas. Então, agora, obviamente
6034 que existe uma série de elementos que a gente precisa ir desconstruindo. Porque a
6035 primeira coisa que o povo pergunta é: “Temos um deserto?” Não, nós não temos um
6036 deserto, nós temos um clima de região, um clima de aridez, que fala sobre o contexto de
6037 disponibilidade de água no ambiente, no contexto de terras degradadas, de terras secas
6038 e tudo mais, ou seja, essa coisa do deserto que às vezes toma a imagem agora nós
6039 vamos ter um deserto, podemos ter, obviamente, se a gente continuar desmatando,
6040 usando agrotóxico indevidamente, ou indiscriminadamente, e água de forma indevida e
6041 tudo mais, nós vamos ter desertos. Obviamente que vamos ter, porque não tem solo que
6042 aguento. Mas se a gente olhar do ponto de vista climático, Gilbués não é uma área em
6043 processo de desertificação. Climatologicamente falando, não, porque a precipitação em
6044 Gilbués é de 800 a 1.000 milímetros. Mas nós estamos falando de um território
6045 extremamente degradado, de solos frágeis, degradados, mas nós estamos incluindo
6046 como uma área de, obviamente, porque o professor Vasconcelos Sobrinho nos disse,
6047 nós estamos dizendo que é uma área com muita suscetibilidade, por conta do teor físico,
6048 da degradação ali. Mas do ponto de vista climático, chove mais, só para se ter uma ideia,
6049 em Gilbués o programa de cisternas do MDS não entra, porque o povo não tem
6050 dificuldade por água em Gilbués, em tese, porque chove muito. Então, as cisternas vão
6051 para os municípios onde você tem a dificuldade de acesso à água, em função da questão
6052 semiárida. Então, eu acho que são elementos que nós vamos aprofundar um pouco mais
6053 na frente, e que, quando vocês lerem o documento, vocês vão ter a noção do todo. O
6054 que eu estou apresentando aqui é um pouco mais da estrutura, para quando nós
6055 terminarmos esse processo com os ministérios, com os órgãos do governo, de pactuação
6056 das metas do plano, quando vocês tiverem acesso a ele, que conseguirem ler, aí nós
6057 vamos ter a oportunidade de ver o todo de forma mais minuciosa. Então, é esse um pouco
6058 do sentido que nós queremos colocar aqui para vocês. E, já entrando num ponto, que é
6059 de propor uma agenda para a nossa próxima reunião, que aí seria uma reunião para nós
6060 discutirmos o plano em si, em agosto. E aí eu queria já aqui ver quem é que tem uma
6061 proposta de data, que não coloca do dia 8 ao dia 17, porque o diretor vai estar de férias.
6062 Aí é para me quebrar. Oi? E vou estar de férias no semiárido, então não pode... senão
6063 Nossa Senhora do Remédio, que é a minha santa padroeira, vai me castigar se eu for

6064 trabalhar nesses dias. Pede para se reunir lá, não é, Edivan? É, vamos lá para Jabitacá,
6065 lá no sertão do Pajeú de Pernambuco, fazer nossa reunião lá. Leandro, é uma
6066 oportunidade. Então, vamos pensar aí, nas últimas semanas de agosto, alguém tem uma
6067 proposta. Deus permita que eu tenha agenda. Não, voltando de férias está bem, não é?
6068 De agosto. 25 a 29. É a nossa reunião, da comissão. Extraordinária. É uma extraordinária
6069 para apreciação do plano presencial. Não é? Não diga isso não, Elizete. A gente pode
6070 pensar aí na terça e quarta, 26 e 27, para não tirar vocês no domingo de casa? Não é?
6071 Porque às vezes... É o 27 e 28, quarta e quinta. Quarta e quinta? Quarta e quinta tem
6072 que sair na terça, não é não? Isso. Ah, ok. Então, vamos lá. 27 e 28, quarta e quinta-feira
6073 de agosto. Será a nossa sétima reunião extraordinária, ou extraordinária. Essa é a
6074 ordinária e nós vamos ter uma extraordinária. 27 e 28 de agosto. Então, a gente... Qual
6075 é a ideia? Nós vamos trabalhar nessas próximas semanas no Ministério, dialogar com os
6076 outros ministérios e órgãos do governo, para que a gente consiga pactuar o mais rápido
6077 possível, encaminhar para vocês, com um tempo de antecedência, para vocês lerem o
6078 documento, fazerem alguns comentários, obviamente, retornarem para a gente.
6079 Obviamente que a gente já... Vou dizer agora, mas vou reforçar no e-mail de envio, que
6080 é importante que a gente tenha a noção de o que vai estar lá. Resultado de um apanhado
6081 dos seminários de escuta e do que já foi pactuado com o governo. Então, a limitação que
6082 a gente vai ter das contribuições precisa levar isso em consideração. Mas aí a gente
6083 orienta na medida em que a gente mandar o documento para vocês. Ok? Esse ainda
6084 não. É, exato. Porque a gente está fazendo um trabalho com os... Vai fazer esse trabalho
6085 com os ministérios, de fazer os ajustes e as pactuações. Entendido? Alguma dúvida sobre
6086 isso? Nós estamos... Nós estamos pactuando uma reunião extraordinária da nossa
6087 comissão para o dia 27 e 28 de agosto, para a gente apreciar o Plano de Ação Brasileiro
6088 de Combate à Desertificação. Hã? Brasília? Não, a princípio, vamos deixar aqui, e se for
6089 para fazer fora, a gente avalia. Não, aí a gente vai ter titulares. É, exato. Ou titular ou
6090 suplente. Se um não pode, vem o outro. Então vamos... Vamos por aí. O que a gente...
6091 Sandro... Tem um companheiro que chegou aqui também. Sandro tinha provocado a
6092 gente a pensar uma retomada aqui do... Só para colocar para os companheiros da
6093 CODEVASF, MDA e MME, que estão agora, não foi? Chegou agora? Que a gente definiu
6094 a criação de três câmaras técnicas para o funcionamento da comissão. Uma câmara

6095 técnica para a implementação do PAB, que é esse plano, ou seja, vai cumprir uma tarefa
6096 de montar grupos de trabalho para discutir questões que a gente já levantou aqui sobre
6097 crédito social de carbono, financiamento, comunicação, monitoramento do plano. Por
6098 exemplo, um grupo de trabalho sobre monitoramento vai ser fundamental, porque nós
6099 estamos numa parceria com o INSA e com o Observatório da Caatinga Federal de
6100 Campina Grande, para montar um sistema de monitoramento. Então, se a gente tem um
6101 grupo de trabalho dessa câmara técnica, esse grupo de trabalho vai ter uma tarefa que é
6102 de dialogar com essas instituições para ajudar a gente na construção desse instrumento
6103 de monitoramento. Então tem tarefa aí, tem muita tarefa para tocar. Tem outra câmara
6104 que é com os estados das áreas suscetíveis à desertificação, e tem uma outra que seria
6105 sobre a implementação e estabelecimento de estratégias para a Convenção de Combate
6106 à Desertificação. A gente chegou a discutir várias tarefas para cada uma dessas câmaras.
6107 Valda saiu, foi já. Não, porque ela vai mais cedo. É só para lembrar ela que ela precisa
6108 deixar o texto do Regimento Interno e duas observações que ela fez para a gente
6109 complementar. Ontem ficou só... É. Ela precisa deixar todas. A gente fez um exercício,
6110 Marcos, levanta aí para a tabelinha nossa, como era que as organizações se viam dentro
6111 da câmara técnica, entendendo que as câmaras técnicas têm que ter, no mínimo, sete,
6112 no máximo, 17 membros. Membro significa dizer titulares ou suplentes, titulares ou
6113 suplentes daqui da Comissão, mas pode convidar outras instituições, como já se falou
6114 aqui no IBGE, já se falou aqui... Quem mais? Já se falou em outras instituições, que a
6115 gente pode convidar para algum tema que a Comissão ou o grupo de trabalho da
6116 Comissão vai tratar. Só que o que o Sandro está levantando é que você tem... Talvez eu
6117 quero dizer que a condução nossa não foi da melhor estratégia, no sentido de que talvez
6118 a gente tivesse definido um... Eu estou falando isso a partir do que o Sandro coloca. Olha,
6119 tem que ter pelo menos metade de governo e metade de sociedade, porque o primeiro,
6120 por exemplo, tem muitas organizações da sociedade civil e tem poucos ministérios e
6121 órgãos do governo, o que é um prejuízo, porque, se os governos não estão participando
6122 das câmaras, também não conseguem trazer os elementos e as questões relacionadas
6123 à implementação do plano, e assim sucessivamente. Então, a gente tem aqui na Câmara
6124 Técnica de Implementação do PAB, de Organizações da Sociedade Civil, o MMTR,
6125 ACOTERRA, Fundação Araripe, APOINME, ASSOLIB, IRPAA, Rede de Mulheres

6126 Produtoras de Pajeú, Irmã Dorothy, Instituto Pangea, a APPCC, Cáritas, CA Norte de
6127 Minas. Doze organizações. E, no caso, sete, cinco apenas do governo. Uma das coisas
6128 que... E aí estamos cinco do governo sem a gente nem ter colocado o MMA, que o
6129 Leandro levantou. Cara, o MMA não está aparecendo em nada. Então, a gente precisava
6130 meio que equilibrar isso aqui. A Câmara dos Municípios, aliás, dos estados, aonde eu
6131 entendo que a ANAMMA, além da ABEMA, também deveria estar, porque trata de
6132 questões de licenciamento e de vários outros temas relacionados à gestão ambiental
6133 também nos municípios, que é a competência dos estados fazer os licenciamentos e toda
6134 a agenda da política de meio ambiente, você tem também muitas instituições da
6135 sociedade e poucas do governo. Talvez onde tenha também uma maior presença da
6136 sociedade seja na Câmara Técnica da Convenção, que aí também precisa de um maior
6137 equilíbrio, mas talvez a situação mais difícil está aqui exatamente nessas duas primeiras.
6138 Então, eu queria fazer uma sugestão, e aí Chico e Leandro estão inscritos, mas eu vou
6139 fazer essa sugestão antes da fala de vocês, a partir também de uma reflexão que eu fiz
6140 com o Luiz, da ABEMA, é que talvez a gente pudesse já colocar no topo dessas duas
6141 listas, o MMA, a ABEMA e a ANAMMA como as três instituições das duas primeiras,
6142 porque o MRE tem que estar no topo da primeira, que é o ministério que toca mais a
6143 questão da Convenção. Na terceira, aliás. Mas que o MMA, a ABEMA, que é dos estados,
6144 e a ANAMMA, que é a Associação dos Municípios, deveriam ser as três primeiras, das
6145 duas primeiras câmaras, porque aí a gente já tem, primeiro garante a presença do MMA,
6146 e aí depois a gente faz um esforço de ver se uma organização está numa, fica numa ou
6147 fica noutra, para poder buscar esse equilíbrio e ter a presença do MIDR, da CODEVASF,
6148 da SUDENE, do IRSA, do Banco do Nordeste e todas as demais. Leandro, e depois
6149 Chico.

6150 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
6151 **Exteriores – MRE) –** Obrigado. Eu tenho duas questões para tratar. A primeira não está
6152 relacionada exatamente com a composição das câmaras, mas eu recebi uma notícia
6153 muito positiva há poucos minutos, de que o doutor Marengo, do CEMADEN, ele foi
6154 selecionado como cientista independente do Science Policy Interface da UNCCD, que é
6155 mais ou menos uma instituição, para ele é o IPCC da Convenção do Clima. Então, nós
6156 temos essa boa notícia, de contar com alguém do peso, do doutor Marengo, em um papel

6157 tão importante quanto esse. Bom, e aí já agora voltando à questão da composição das
6158 câmaras técnicas, eu queria retomar um assunto que o colega... Desculpa, eu não
6159 consegui lembrar o nome, mas eu acho que ele falou muito bem. Eu acho que está
6160 faltando mais ministérios nessa lista. Me chama a atenção, por exemplo, se a gente
6161 lembrar da composição de ministérios que participaram da ONCCD em Riade, MDS,
6162 MDA, MCTI. Eu acho que esses ministérios em tese, acho que seria muito importante
6163 contar com a participação desses ministérios nessas câmaras temáticas. Claro que a
6164 gente também não tem condição de obrigar ninguém a participar de nada, mas talvez a
6165 gente tenha uma certa missão de encorajar a participação desses ministérios. E eu, por
6166 meio aqui do Alexandre, eu encorajaria, Alexandre, que a gente tentasse fazer um apelo
6167 para que esses ministérios, e outros também que possam ser igualmente relevantes, a
6168 depender de como que for tratados os temas, sobretudo os temas técnicos, pudessem
6169 ser convidados também encorajados, porque também entendo que eles foram
6170 convidados para estar aqui, eles poderiam ter se manifestado, mas eu acho que é
6171 importante encorajar a participação deles. Obrigado.

6172 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe) –**
6173 Francisco Campelo, Fundação Araripe. É na mesma linha. Eu acho que a gente teria que
6174 ver a lógica da comissão. Então, se é a implementação do PAB, ela se dá por
6175 instrumentos de governo. Então, de fato, o peso deveria estar nela e a sociedade civil
6176 entra para complementar. Mas, como o colega aqui do ministério colocou, a gente teria
6177 que ver quais são os ministérios que são estratégicos, como o MDA, que dialoga
6178 diretamente com a convivência, o MDS, e aí estimular eles, o INSA, que está bem
6179 pertinente, e aí complementar com a sociedade civil, e aí isso daria mais musculatura
6180 no processo da implementação.

6181 **O SR. ERNESTO GALINDO (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura**
6182 **Familiar – MDS) –** Não, só me manifestar. É Ernesto Galindo, do MDA. Na verdade, eu
6183 tive que sair hoje mais cedo antes de a gente entrar nessa pauta. Então, obviamente,
6184 inclusive, eu hoje, no MDA, atualmente, sou o diretor de monitoramento e avaliação de
6185 política. Então, é evidentemente que a gente tem que estar nesse grupo 1, já antecipando
6186 a decisão, e no grupo 3 também. Obrigado.

6187 **A SR^a. APOLÔNIA GOMES DA SILVA (RMPP)** – Não, a gente vai precisar se ausentar,
6188 daqui a pouco estou. E, olhando para o cenário, a gente já vinha discutindo e
6189 concordando com o Sandro e tudo mais, a rede de mulheres, ela se sente contemplada
6190 com o MMTR Nordeste na primeira, e a gente manifesta o interesse de ir para a terceira.

6191 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6192 **MMA)** – Aí, Marcos, se a gente já puder colocar nessa composição uma cor diferente do
6193 nome, só para a gente ver o que a gente está mudando, pode ajudar. Você bota uma cor
6194 azul ou uma cor vermelha na letra? Isso. Para dizer assim, já tem uma... Victor?

6195 **O SR. VICTOR UCHOA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
6196 **SUDENE)** – Victor Uchoa, da SUDENE. De fato, se a gente for ver, até pouco tempo, a
6197 terceira só tinha menos do que a outra, tinha uns três ou quatro só. É preciso equilibrar.
6198 Mas também chama a atenção que existe a Câmara Interministerial, que já vai ser uma
6199 instância de discussão.

6200 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6201 **MMA)** – No âmbito do governo, só do governo.

6202 **O SR. VICTOR UCHOA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
6203 **SUDENE)** – Todos os ministérios vão estar lá representados, e aqui entraria compondo
6204 como integrante de uma comissão específica.

6205 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6206 **MMA)** – Para um tema específico.

6207 **O SR. VICTOR UCHOA (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –**
6208 **SUDENE)** – Exatamente. Só chamando a atenção para esse fato.

6209 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6210 **MMA)** – Alisson. O Alisson depois.

6211 **O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA (CODEVASF)** – A gente gostaria de fazer parte
6212 do Grupo 1. A gente é técnica e atua. Porque nós atuamos na área de revitalização base

6213 hidrográfica. Recuperação de ADH dada, todo o contexto. Se você deparar com uma
6214 situação desse tipo, a gente toca. Por isso que a gente queria participar.

6215 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6216 **MMA) –** Diz o seu nome e a instituição.

6217 **O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA (CODEVASF) –** Athadeu Ferreira.

6218 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6219 **MMA) –** Só para ficar registrado, porque nós estamos gravando, Athadeu. Precisa saber
6220 quem é que está falando para o registro. Alisson.

6221 **O SR. ALISSON MARCIAL FONSECACHI (Centro de Agricultura Alternativa do**
6222 **Norte de Minas – CAANM) –** Só uma sugestão. A colega até colocou. Uma organização
6223 de mulheres pode representar outra. Acho que para a gente ter uma representatividade
6224 legal. Porque o CA está dentro da ASA. Assim como outras organizações. E a gente tem
6225 também diferentes biomas. Acho que a gente precisa enxergar esses pontos. E se a
6226 gente enxergar a organização que está no Cerrado, que está na Caatinga, a organização
6227 de mulheres que representa todos os segmentos, a gente pode, um ou outro, abrir mão.
6228 Para mim, do CA não tem problema. É só uma sugestão.

6229 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6230 **MMA) –** Perfeito. Então eu vou fazer uma proposição bem objetiva. Pelo menos para a
6231 gente ter um horizonte. Marco, você cria três linhas iniciais lá no... Isso. Acima. Acima.
6232 Isso. E aí põe MMA, ABEMA e ANAMMA. ABEMA é só com M. Nós três. Já põe de letra
6233 vermelha, que é porque a gente já está fazendo... A companheirada que está saindo...
6234 Boa viagem, viu? Um retorno para vocês. Aí... Não, não, não. No caso do combate à
6235 desertificação, eu acho que é M... É ABEMA, ANAMMA e o primeiro é o MRE. Do
6236 combate à desertificação. Na última. Na terceira. Isso. É o Coringa? Essa pode ser uma
6237 definição que a gente faça. Talvez, inconscientemente, eu não coloquei MMA em canto
6238 nenhum, porque era isso, a gente já tinha que estar. Mas o Leandro me fez atentar que
6239 não estava em canto nenhum. Bom. Claro.

6240 **O SR. RICARDO RIBEIRO (Ministério de Minas e Energia)** – Boa tarde a todos. Ricardo
6241 Ribeiro, do Ministério de Minas e Energia. Eu ia fazer uma sugestão para auxiliar os
6242 ministérios na hora das indicações para compor as câmaras técnicas, que fosse feita uma
6243 formalização aos ministérios, um ofício direcionado ou à Secretaria Executiva das Pastas
6244 ou aos representantes das pastas aqui no colegiado, contextualizando quais são as
6245 câmaras técnicas, os objetivos dessas câmaras técnicas e solicitando a indicação se o
6246 ministério achar pertinente ou não a participação nessa câmara técnica. E aí o ministério
6247 responderia o ofício indicando quem iria participar. Isso lá, no caso do Ministério de Minas
6248 e Energia, seria muito importante, porque, na verdade, nós somos três ministérios e um
6249 só. São três setores, três agências reguladoras diferentes. Então, para nós, isso nos
6250 ajudaria, que a gente distribui internamente no ministério essa demanda, e os
6251 departamentos, as secretarias iam indicar, não, a gente tem interesse em participar dessa
6252 câmara técnica, eu acho que isso iria nos ajudar a se organizar no âmbito do governo,
6253 dos ministérios a apresentarem as suas indicações de uma forma mais formal.

6254 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6255 **MMA)** – Tudo bem, a gente já decidiu que vai fazer isso formalmente. De toda forma, a
6256 gente precisa ter a orientação aqui de onde os ministérios estariam. Então, a gente tira o
6257 MMA e entende que o MMA vai estar em todos para poder ter uma vaga a mais. O dono
6258 da casa não entra na lista de convidados. Então, vamos lá. Tira o MMA, coloca a ABEMA
6259 e a ANAMMA. Pronto. Ok. Não, eu queria conduzir aqui, só para a gente... Diga lá.

6260 **O SR. CAMILO (CODEVASF)** – Só uma questão, quando você deixa o Ministério do
6261 Ambiente, eu acho que é uma fala muito importante que você tem. Quando você retira,
6262 em quase todos os fóruns que nós temos, você está na organização. Então, eu acho que,
6263 legalmente, para poder dar um peso à informação, que realmente tem uma fala, eu acho
6264 que não deveria tirar. E está faltando a CODEVASF ali na primeira.

6265 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6266 **MMA)** – Eu vou...

6267 **O SR. JOSÉ ADEMIR (Banco do Nordeste – BNB)** – É assim, a Secretaria já tem lá um
6268 rol de atribuições dentro da Câmara, da Comissão. Esse papel já está bem definido lá.
6269 Então, entenda que são eles.

6270 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6271 **MMA)** – Eu acho que faz sentido a gente deixar o MMA como... É natural que seja a gente
6272 e que esteja na coordenação executiva. Vamos assim. Não, é a ANAMMA e a ABEMA.
6273 O que a gente tem de governo aqui nessa primeira? A gente tem Embrapa Semiárido.
6274 Põe de vermelho aqui, Marco. INSA. Embrapa Semiárido. Ana, SUDENE. Só um minuto.
6275 Não, gente, é a ANAMMA. Sim, a gente vai tirar ainda. Está valendo o que está de
6276 vermelho, o que a gente está já fazendo. Aí, MDA e CODEVASF. Ok. Então, nós temos
6277 dois, quatro, seis, com mais dois, oito. Abre oito linhas aqui, Marco. Aí joga para cá.
6278 Embrapa Semiárido e INSA. Ana e SUDENE. Rapaz! O que você está brincando aí? O
6279 pessoal do Pajeú é um caso sério. Bom, algum outro ministério está aqui, ou órgão de
6280 governo? Por exemplo, o Leandro levantou, o MCTI não está aqui, mas o INSA está aqui.
6281 O MDR não está aqui, mas você tem a SUDENE, a CODEVASF, que são órgãos do
6282 MDR. Tem algum outro ministério, educação, que faz parte da comissão? Educação,
6283 cultura, que a gente identifica que teria um perfil para estar aqui também, nessa
6284 comissão? A ANATER não compõe, está na estrutura do MDA. Ministério da Educação,
6285 acho que sim, porque tem muitas ações voltadas. Eu acho que a educação e o MCTI
6286 deveriam estar aqui, porque tem muitas ações dentro do plano, voltado para ciência,
6287 pesquisa, inovação, que eu acho que não veio representante. Depois resolve. É isso.
6288 Mas vamos pôr para a gente só ter a noção. Ministério da Educação e MCTI. MEC e
6289 MCTI. Certo. Agora, vamos para a segunda coluna. A gente tem INSA e Embrapa
6290 Semiárido aqui de novo. O pessoal tem muito tempo e muita gente para trabalhar, graças
6291 a Deus. Ana, SUDENE. Foi não. E DNOCS. Põe em vermelho, Marco. E agora vamos
6292 fazer o mesmo aqui. O MRE pode apagar, porque ele já está lá em cima. Aí temos
6293 SUDENE. A ABEMA já está lá também. O mapa não estava aqui, está o MAPA que está
6294 aqui também. Sudene. A ANAMMA, pode apagar a ANAMMA aqui, porque já está lá
6295 também, só para não confundir a gente. Isso. INSA. Isso. A ABEMA, pode apagar aqui a
6296 ABEMA. Mapa e MDA juntos. Isso. O mapa está aqui também. Ele estava aqui no
6297 segundo, lá embaixo. Aqui. Isso. Bom. O que nós temos agora são as organizações...

6298 Bom, enquanto governo, tem mais algum... Essa Câmara Técnica é uma Câmara Técnica
6299 para dialogar com os governos dos estados que estão nas áreas suscetíveis à
6300 desertificação, pensar em estratégias conjuntas de ação. Tem algum outro ministério ou
6301 órgão que a gente entende que seria estratégico? O MDA está aqui. Não, está aqui na
6302 sala. Certo. É porque a companheira está só manifestando, a importância de vocês
6303 estarem nesse também. A gente tem alguma outra sugestão de outro órgão do governo
6304 que pode estar nessa segunda Câmara? Nós temos ainda, compondo a comissão, quem
6305 está com o decreto por aí? Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação. Cidades.
6306 MDS. O MDS. O MDS ainda não entrou aqui em lugar nenhum. O Ministério do
6307 Planejamento e Orçamento. Minas e Energia também não entrou ainda. Relações
6308 Exteriores já está aqui. Já sabemos mais ou menos quais são. É isso. Vamos tocar com
6309 quem também... Porque vai ter outro momento. Então, vamos por aqui. Agora, como é
6310 que as organizações se encaixam nessa composição que já temos aqui do governo, que
6311 é assegurar a presença do governo nos espaços, para que o governo e os governos
6312 também... Aqui, MCTI tem que estar aqui também, porque tem toda essa agenda
6313 científica da convenção e tal, junto com o INSA e tal. E aí, Marcos, se você conseguir
6314 pegar os nomes todos e deixá-los mais ou menos ajustados aqui, só para nós depois
6315 irmos retirando e complementando, talvez ajude a... Gente, esse trabalho é meio
6316 chatinho, mas ele é a chave para desencadearmos o nosso trabalho para frente. Isso.
6317 Vamos lá. Como é que nos vemos agora aqui? A Rede de Mulheres Produtoras saiu
6318 daqui, primeiro porque entendeu que o movimento de mulheres, trabalhadoras rurais do
6319 Nordeste já estariam aqui, elas estariam representadas como movimento de mulheres,
6320 como organização de mulheres. Então, podemos... Isso. Podemos colocar o MTRE para
6321 cá. Vou fazendo aqui algumas proposições e depois ajustamos, só para avançarmos.
6322 Põe o MTRE para o 11 e põe de vermelho, ou põe de azul, que é a sociedade civil, para
6323 nós já vemos as diferenças depois, para não confundir, para vemos um pouco como
6324 está a composição. Ou de lilás. E aí a Rede de Mulheres Produtoras vem para cá. A
6325 APOINME está na primeira. A APIB está na segunda. E na terceira tem a APIB e a
6326 APOINME. Como é que nós administramos? O que vocês propõem? A Fundação Araripe
6327 está em duas. Vou ficar na primeira. A Fundação Araripe sugere ficar aqui. Então põe
6328 aqui, Fundação Araripe. Oi? Já vai estar.

6329 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** – Não,
6330 estou dizendo assim, se por uma questão de estratégia para o Ministério, for melhor que
6331 a gente fique no grupo...

6332 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6333 **MMA)** – Eu acho que pode fortalecer a estratégia nossa ali.

6334 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** – A gente
6335 pode ficar, até pelo fato de ter vivenciado alguns processos.

6336 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6337 **MMA)** – Eu acho que seria estratégico para vocês.

6338 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** – Pode ir
6339 para a terceira.

6340 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6341 **MMA)** – Acho que para nós como um todo, porque a gente precisa dar gás nas
6342 organizações que são acreditadas na Convenção. Aqui tem o Centro Sabiá, tem a ASA,
6343 que são acreditadas. Então, saiu. A Agendha. Eita, Valdo não está é perigoso. Muito
6344 perigoso. Está aqui na dois, a agenda. E está na dois e na três. Coloque a agenda aqui
6345 em cima. Eu acho que o Alisson levantou uma questão interessante das organizações
6346 que estão na região do Cerrado. Porque aí a gente tem praticamente o CA Norte de Minas
6347 e a Rede Buriti, que também está no Cerrado. Então, talvez a gente pudesse ter o CA
6348 aqui e a Rede Buriti aqui, para poder contemplar em diferentes grupos. Pode ser? Então,
6349 CA aqui e a Rede Buriti aqui. Aí a gente tira o CA daqui. Essa ABEMA também, Marcos.
6350 Isso. E a Rede Buriti e o CA também. Sai daqui. Marcos, volta, por favor. Volta. Desfaz
6351 de novo. Desfaz. Pega o CA e põe aqui no fim. A ABEMA pode tirar. E CA e Rede Buriti
6352 põe aqui no fundo de novo. Só para a gente ver depois como é que fica. Eita. Vamos lá.
6353 ACOTERRA. A ACOTERRA só está aqui? Então, está aí. Eu? Bora. Cadê o microfone
6354 aqui? Pode ser? Vamos dar uma pausa para o lanche? Não, mas, espera aí, vamos só...
6355 Calma, gente, só um minutinho. Vamos só escutar o companheiro que já está com o
6356 microfone.

6357 **O SR. JOÃO CASSIMIRO DO NASCIMENTO NETO (Articulação dos Povos e**
6358 **Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME) –**
6359 Pega a chave e fecha, por favor. Não, não. Eu brincando, pessoal. Boa tarde. Cassimiro
6360 Tapeba, pela APOINME. Nós estávamos aqui conversando, meu guerreiro Sandro, com
6361 relação à representação das nossas organizações indígenas, que está aí representada
6362 pela APIB e pela APOINME. E a gente estava querendo se sensibilizar, mas nós fizemos
6363 aqui uma reflexão política, pela representação, o que nós estamos fazendo. E APIB, que
6364 APOINME todos os biomas, terras indígenas que estão em todos os biomas do país. E a
6365 APOIME, que está presente em 11 estados, a Banda do Brasil, e três biomas e vários
6366 ecossistemas, a gente prefere deixar do jeito que está aí para não perder também a
6367 representação.

6368 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6369 **MMA) –** Ok. Então vamos... Só para fechar isso, gente, a APOINME aqui, a APIB sobe
6370 daqui para cá, e a APIB e a APOINME aqui. Está aqui. O que é que eu... Bom, vamos
6371 dar essa pausazinha, aí a gente volta e a gente retoma, para ver como é que a gente...
6372 Bom, gente, vamos lá, vamos tentar voltar para a gente... O Marcos está fazendo aí um
6373 exercício de colocar ali, já colado um pouco do número de organizações. Eu queria...
6374 talvez ver com os demais companheiros e companheiras... Bom, tem uma proposta.
6375 Etham, talvez você nos ajude para a gente ter um equilíbrio maior aqui de sociedade civil
6376 com o governo. Como o INSA já está aqui, a gente retirar o MCTI dessa comissão, do
6377 acompanhamento, considerando como uma instituição do Ministério, vocês poderem
6378 fazer essa ponte no que definir. Aí a gente tiraria o marco MCTI daqui, e subiria todas as
6379 demais. E aí a gente precisa ver aqui com a ASSOLIB, IRPA, IRDA, APPCC e Cáritas,
6380 que já estão em outras. No caso, a IRDA, por exemplo, está nas três comissões. Aí talvez
6381 vale a pena a gente reavaliar um pouquinho essa representação.

6382 **A SR^a. VIVIANE ALVES SILVA (IRDA) –** A gente retira do segundo. Agora, as demais,
6383 é por conta também do Pará, que a gente também está... Acho que a gente está atuando
6384 no Pará, e os companheiros do Pará não queriam que a gente saísse. E também a gente
6385 está em Alagoas e no norte de Minas também. Por isso que a gente só tira dali, do
6386 segundo.

6387 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6388 **MMA) –** Vejam, todo mundo vai ter sempre um argumento de por que estar. Porque, se
6389 a gente levantar aqui, todo mundo tem argumentos legítimos de estar em todas. O que a
6390 gente precisa é pactuar e entender que, se tem uma outra organização lá, nós estamos
6391 contemplados com ela. Lembrando que o segundo nem é a grande questão, porque a
6392 grande questão está aqui na primeira comissão, na primeira Câmara Técnica. O que? O
6393 IPAM. E o IRDA sai dessa, não é isso? Da segunda. O IRDA sai da segunda, Marco,
6394 aqui. APPCC e Cáritas estão nessas duas aqui. É a Associação Carnaíbas, lá do Piauí.
6395 APPCC. APPCC sai dessa e vai para a terceira, Marco. E a Cáritas fecha aqui. Bom, eu
6396 acho que esse é um desenho que ele vai... A minha proposta é vamos exercitar isso aqui.
6397 Vamos exercitar. A gente já aprovou a criação das três Câmaras Técnicas. O que nós
6398 estamos fazendo aqui é um exercício de composição das Câmaras Técnicas para
6399 desenvolver o trabalho. Então, a gente vai... Aí, Marcos, você pode excluir essas demais
6400 de baixo. E deixa o quadro inteiro, só para a gente ver um pouquinho a composição deles.
6401 E aí a gente vai cumprir um papelzinho, que é de montar um grupo de e-mails com cada
6402 uma dessas instituições, para a gente puxar reuniões, pelo menos uma reunião inicial,
6403 para a gente definir quem coordena a Câmara Técnica, que grupos de trabalho a gente
6404 vai criar em cada Câmara, aquela ideia conceitual também, do que é o papel da Câmara,
6405 qual é o objeto dela, para deixar isso melhor definido. E, depois que a gente definir essa
6406 perspectiva e definir quem é a coordenação dessa Câmara Técnica, a gente coloca a
6407 coisa para rodar no sentido de cada uma das Câmaras. Aqui do IRDA, acima, Marcos,
6408 aqui. Bom, eu acho que saímos, voltamos, estamos aqui, demos um passo à frente, e a
6409 gente já não está mais no mesmo canto. Marcos, pode voltar lá para a nossa
6410 programação da reunião, porque eu não sei mais nem em que lugar nós estamos na
6411 programação. Por isso que eu digo que é importante também a gente partilhar ter uma
6412 mesa coordenadora, porque é cansativo estar aqui sozinho. Eu sei que todo mundo sabe
6413 disso, mas ter com quem partilhar é bem importante. Bom, a gente já definiu a nossa
6414 reunião extraordinária, 27 e 28 de agosto, a história dos canais de comunicação. Foi
6415 criado um grupo de WhatsApp só com a sociedade civil e a nossa equipe lá do
6416 departamento, para organizar a história das viagens, diárias, passagens e tudo mais. Mas
6417 eu imagino que a gente precisa pensar num grupo um pouco mais coletivo, com todo

6418 mundo da comissão. A pergunta é, isso é algo tranquilo? Alguém tem alguma resistência
6419 a isso? Eu sei que é isso. Tem gente que já tem um milhão de grupos de WhatsApp, mas
6420 fazer o quê? Não vamos dizer que esse grupo vai ser feito e que ele vai se acabar um
6421 dia, porque eles nunca se acabam, eles se transformam. Eu costumo dizer que eu tenho
6422 um grupo de WhatsApp de amigos que foi de um Réveillon de 2012. Não, em 2012 não
6423 tinha WhatsApp ainda não, não era? Sei lá. Faz tanto tempo, aí transformou-se em São
6424 João não sei aonde, depois transformou-se em Réveillon não sei aonde, depois Carnaval
6425 para não sei onde. E aí é um mesmo grupo, só que vai se transformando ao longo do
6426 tempo. Ainda bem que ele não vai procriando, só vai se transformando. Não cria. É mais
6427 ou menos isso. Então a gente vai organizar um grupo, acho que a gente pode manter o
6428 grupo logístico com as organizações da sociedade civil, muito mais para a gente tratar
6429 das questões logísticas, mesmo quando precisar de passagem diária, essa coisa toda,
6430 mas um grupo para a gente tratar da comissão como um todo. Mas eu não, e eu tenho
6431 dito isso para a equipe, nós não queremos abrir mão da oficialidade dos e-mails, de
6432 mandar o e-mail que tem o documento, que tem a informação completa e tal, porque eu
6433 acho que isso também é importante para a gente, ou seja, o WhatsApp é para uma
6434 mensagem, uma comunicação mais rápida, mas os e-mails asseguram que a gente tenha
6435 todas as informações. Então eu espero que na lista de presença que vocês assinaram
6436 esteja tudo atualizado, de telefone, de e-mail, no caso, a gente mandou uma ficha para
6437 que vocês respondessem com os dados, para que a gente já tivesse esses dados com
6438 antecedência, e-mail, telefone, endereço, nome da instituição, telefone da instituição, e,
6439 quando precisasse de uma comunicação, a gente teria já todos esses dados. Então a
6440 gente atualiza e monta essa estratégia de comunicação. Sobre essa coisa da
6441 comunicação, alguém tem mais alguma... Ah, claro. Não, é porque está gravando, você
6442 tem que dizer seu nome e a instituição.

6443 **A SR^a. DILMA TROVÃO (IRSA)** – Dilma Trovão, IRSA. Eu gostaria de saber se vai ser
6444 um grupo só, porque tem componentes que estão em três câmaras, aí essa pessoa pode
6445 estar em três, pode criar, estar em três novos grupos.

6446 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Eu não lembro do que eu ia perguntar.

6447 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6448 **MMA)** – Vejam, a gente vai ter um grupo geral da comissão. Sim, todo mundo, titular e
6449 suplente, vai estar no grupo geral, com todo mundo, porque é o suplente, e nos e-mails
6450 também. O suplente vai receber, normal, como os titulares, porque a ideia é que todo
6451 mundo participe, se envolva, na medida que um precisa vir e o outro não pode, estar
6452 sabendo da informação. A definição de quem vem é da instituição. Então, é isso. Vamos
6453 criar um grupo de WhatsApp com todo mundo, titular e suplente, que é a geral da
6454 comissão. Dos grupos de trabalho da Câmara Técnica, acho que cada Câmara Técnica
6455 vai criar a sua dinâmica, porque, se a Câmara Técnica ainda cria um grupo de trabalho
6456 dentro da Câmara Técnica, eles se procriam mesmo. Vão ser vários grupos de
6457 WhatsApp. Mas vamos buscando esse desenho. Mais alguma observação com relação
6458 a essa coisa da comunicação? Eu sei que, às vezes, é difícil o e-mail, de você dar um
6459 retorno, receber o documento, mas, quando nós mandamos que não tenha nenhum
6460 retorno, ficamos inseguros, sem saber se as pessoas receberam, não receberam. Nessa
6461 largada, tivemos alguns erros, era ponto, ficou vírgula, o e-mail voltou, e nós não nos
6462 demos conta que o e-mail voltou. Nós criamos um e-mail específico, que é o e-mail da
6463 Secretaria Executiva da comissão, é se.cncd.mma.gov.br, que é o e-mail que estamos
6464 tentando se comunicar com vocês, mandar os e-mails, as informações, para que
6465 tenhamos esse canal institucionalizado da comissão, que nem é o do diretor, que é o
6466 mesmo secretário executivo, e nem é o do departamento. Porque também, quando nós
6467 não estivermos mais nesse espaço, que serão outras pessoas, a memória do processo
6468 da comissão está lá. Então, isso fica, porque quem assume depois, dá sequência e tem
6469 todas as informações, trocas de e-mails, de comunicação que foi feita.

6470 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – Alexandre, em relação aos convites,
6471 convocações para os membros, tanto da conta suplente, para os órgãos, que eu faça
6472 diretamente para o gestor, onde esse cidadão está vinculado, com cópia, claro, para o
6473 membro, no caso da Embrapa, você vai mandar para a minha chefe, com cópia para mim.
6474 Porque, para não haver esse repasse, eu recebi do Ministério do Meio Ambiente. Então,
6475 isso já chegando lá, e como não é mais o Ministério do Meio Ambiente que vai custear
6476 esses deslocamentos, essas coisas, para que eles tenham um tempo de tentar viabilizar

6477 a nossa participação. Agora, foi um sufoco, porque foi muito de cima da hora, e foi bem
6478 complicado. Inclusive, a gente se paga bem mais caro por isso também.

6479 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6480 **MMA) –** É por isso que a gente teve a preocupação, ledor, de enviar o convite com os 30
6481 dias de antecedência da reunião, que era exatamente para que as organizações tivessem
6482 tempo de se preparar. Porque a gente conversou direto, eu e ledor, e a gente está
6483 trazendo para cá, acho que não é nenhum problema a gente colocar aqui. Mas, do ponto
6484 de vista histórico e de todas as informações, os órgãos de governo são bancados, as
6485 passagens são dos órgãos de governo. O que a gente paga é somente das organizações
6486 da sociedade civil, porque as fontes orçamentárias são as mesmas, do Orçamento Geral
6487 da União. Então, quando o INSA delega, que é Etham e Dilma, que são os representantes
6488 do INSA, o INSA está assumindo a responsabilidade de custear as vindas e participação
6489 de Etham e de Dilma, assim como a Embrapa. O que eu estou percebendo é que eu vou
6490 precisar fazer um esforço, como secretaria executiva da comissão, de conversar um
6491 pouco com alguns ministérios sobre a comissão, e com alguns órgãos, talvez. Porque
6492 uma coisa é a institucionalidade do decreto que cria, a gente formaliza por ofício, o ofício
6493 volta com a indicação, depois tem a portaria nomeando, depois tem o ofício convocando
6494 a reunião, mas talvez não tenha uma conversa, Alexandre, o Ministério do Meio Ambiente
6495 e Nelson, para dizer assim, é importante. Então eu acho que talvez isso livre um
6496 pouquinho esses desencontros que a gente vai tendo. A gente pode até fazer esse
6497 esforço que você está colocando, porque a gente já tem isso mapeado, uma planilha com
6498 quem é o ministro, o dirigente geral da instituição pública, os contatos desse dirigente e
6499 quem são os representantes aqui. Então, quando mandar, mandar para o dirigente geral
6500 com cópia, obviamente, para os representantes, e tentar, nesse também diálogo mais
6501 direto, encontrar um caminho de entendimento sobre a importância daqui, desse espaço.
6502 Porque esse é um desafio para a gente. Cada um de nós, independente se é sociedade
6503 civil ou governo, para estar aqui, a gente deixou outras tarefas. E a gente deixou porque
6504 tem um compromisso para ser feito aqui. Os meus 12 processos, SEI que estão me
6505 esperando, vão continuar me esperando, porque a prioridade nesse momento é essa.
6506 Mas a gente sabe que, até engatar, dentro das nossas organizações, a importância e a
6507 prioridade para essa agenda, às vezes é difícil. Então, talvez a gente conversa mais, a

6508 gente dialoga mais, a gente toca. Nesses próximos, sei lá, 30 dias, talvez, a gente vai
6509 fazer uma convocação para os órgãos do governo para a comissão, a Câmara
6510 Interministerial, que é para a gente fazer um pouco do alinhamento nosso enquanto
6511 governo e fazer essa conversa um pouco mais entre nós sobre como é que nós vamos
6512 conduzir esse processo da Câmara Interministerial e fazer essa dinâmica para atender
6513 às demandas que a própria comissão vai apresentar para nós ao longo do tempo. Então,
6514 vamos tocar para aí. A gente tem um ponto agora que é recomendações, moções, que a
6515 gente tem... que é abrir para que vocês possam apresentar algum tipo de moção ou
6516 recomendação da comissão Chico? A gente vai montar um formulariozinho para deixar
6517 isso mais... para quem é organização que quiser fazer algo, já faz nesse formulariozinho,
6518 lá no site, tudo direitinho, para deixar prontinho. Chico?

6519 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** – Eu não
6520 pedi para falar, não. Então, mas se você está dizendo isso, como é que a gente faz?

6521 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6522 **MMA)** – Não, faz agora, claro. Mas eu estou dizendo para o futuro. Essa é a nossa
6523 reunião de instalação, estamos ajustando. Enquanto a gente não tem esse formulário
6524 mais formal de fazer isso, vamos fazendo como a gente tem.

6525 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** – Não foi
6526 combinado, não.

6527 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6528 **MMA)** – Não foi, não.

6529 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** –
6530 Francisco Campello, Fundação Araripe. A gente é preocupado justamente em deixar
6531 alguns pontos que foram bastante abordados aqui, mas materializados enquanto papel
6532 da comissão, a gente tem três encaminhamentos. O primeiro, vamos dizer assim, está
6533 baseado no artigo 1º, do nosso regimento, no inciso 1º, que é justamente para ajudar no
6534 relatório nacional a gente, enquanto comissão, propor que todas as iniciativas que o
6535 governo tenha no âmbito das suas ações programáticas que fortaleçam a convivência

6536 com o semiárido, que promovam o sustentável e a conservação da biodiversidade, que
6537 elas, nos espaços das áreas susceptíveis à desertificação, deixem explícito que também
6538 é para combater a desertificação. Porque, às vezes, o exercício para a gente materializar
6539 o que o governo está fazendo em prol do combate à desertificação passa, às vezes, por
6540 análise. E aí, eu me colocando no lugar de Alexandre, eu fiz a seguinte afirmação, uma
6541 vez, para o governo. Ou eu sou um mentiroso ou sou um usurpador das ações dos outros.
6542 Porque a gente, não deixando claro no PPA, como país, às vezes, a gente minimiza o
6543 que está sendo feito. Por exemplo, o Alexandre mostrou aqui a questão das zonas áridas,
6544 sem entrar no detalhe, na prática é o SAP acontecendo, dando um alerta de que precisa
6545 ter uma iniciativa estratégica para aquele ambiente. Já está materializado, mas, se a
6546 gente não falar, isso é como se o SAP não estivesse nem funcionando, e, na prática, ele
6547 está funcionando. Então, essa é uma recomendação. A segunda é, como é que se diz,
6548 baseada no artigo 2º, no inciso 6º, é que a gente, para fortalecer o papel da sociedade
6549 civil como parceira da implementação da convenção, como está na convenção, essa é
6550 uma das poucas convenções que, na sua origem, lá no início das suas tratativas, ela diz
6551 que ela é para ser implementada em parceria com a sociedade civil. Que a gente
6552 sensibilize o governo para que os instrumentos de fomento de parceria com a sociedade
6553 civil sejam baseados em resultados, produtos, com metas claras e metodologias
6554 específicas, mas que a gente esqueça os elementos de despesa, a nota fiscal, o cupom
6555 da gasolina, e que a gente se baseie nos contratos apresentando como produto para dar
6556 mais qualidade e mais capacidade de implementação. E a terceira tem a ver com a
6557 preocupação da alteração das nossas paisagens, que a gente precisa inserir nos
6558 processos de licenciamento mecanismos complementares à reserva legal e APP para
6559 que a gente fortaleça os serviços ecossistêmicos sem comprometer o desenvolvimento,
6560 mas também sem alterar nossas paisagens de forma absurda e, no futuro, a gente tem
6561 que trabalhar processos de restauração. Então, criar mecanismos no licenciamento para
6562 qualificar mais ainda ambientalmente os grandes empreendimentos que, às vezes,
6563 liberam 1.500 hectares de uso alternativo do solo sem, como é que se diz, deixar uma
6564 faixa de vegetação, deixando somente APROPRIAÇÃO e reserva legal. E, por último,
6565 que buscasse estudos que apontem áreas estratégicas para as fontes renováveis, mas
6566 que sejam ambientes que já estejam agredidos. Nesse sentido, a Fundação Araripe tem

6567 uma colaboração, a gente fez um estudo expedito mostrando áreas prioritárias, áreas
6568 degradadas dentro do bioma caatinga que são potencialmente adequadas para, por
6569 exemplo, a energia solar. Então, ao invés de a gente desmatar 1.500 hectares de
6570 caatinga para fazer uma fazenda solar, vá para uma área degradada e coloque a fazenda
6571 solar em uma área que já está degradada. Esses são os nossos encaminhamentos.

6572 **O SR. ERNESTO GALINDO (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura**
6573 **Familiar – MDS) –** Ernesto Galindo, aqui do MDA. Eu queria só reforçar uma das falas
6574 aqui que foi feita, não me lembro, acho que foi o nosso colega, do povo Tuxá, que já saiu,
6575 de a gente também internalizar isso que a gente está tratando aqui, dentro dos nossos
6576 órgãos, e especificamente, inclusive, tem vários espaços, hoje, por conta da COP, da
6577 discussão do Plano Clima, em que a gente está fazendo trabalho sobre proposição de
6578 indicadores e a gente tentar também absorver isso daqui para levar para as proposições
6579 que a gente está fazendo. Vai ter agora uma discussão, daqui a uns dois meses, lá na
6580 Alemanha, que tem todo ano, que antecipa a COP, e a gente está indo levar alguns
6581 indicadores para lá. E até queria ver com você, Alexandre, eu sei que o plano está em
6582 elaboração ainda e a gente está marcando para agosto a extraordinária, mas eu queria
6583 depois ver com você se algumas coisas dos indicadores já poderia aproveitar, porque
6584 tem prazos que antecedem isso, para a gente não perder essa oportunidade. Obrigado.

6585 **O SR. ALDRIN MARÍN PÉREZ MARIN (Convenção das Nações Unidas para o**
6586 **Combate à Desertificação – UNCCD) –** Não sei se é moção, se é recomendação, certo?
6587 Mas o deputado Fernando Mineiro, eu sei que essa conferência aqui na Amazônia é
6588 sobre clima e vão tratar os biomas, e ele pediu a Chico também, acho que ele esqueceu,
6589 de que tentar, sei que vamos participar, montar um grupo daqui e ir articuladamente para
6590 poder debater lá e ver que queremos minimamente plantear sobre o bioma Caatinga,
6591 certo? Então queria ver isso, Chico, para não esquecer, porque estão chegando
6592 demandas, o MSTI manda para o INSA, mas o INSA sozinho, entende? Então é melhor
6593 ver se nesta comissão podemos ir em um bloco, um grupo pequeno, mas que vai
6594 representar esse ponto aí. E o outro ponto, Chico, acho que tem que ter um pouco de
6595 cuidado com esse tema de implantar, pegar as áreas que parecem lógicas e já estão
6596 degradadas com o parque solar. Um pouco assim, fazer uma análise mais profunda, no

6597 sentido que será que se eu estímulo isso, ela vai estimular a degradar para implantar o
6598 parque? As outras pessoas estão na reflexão, certo?

6599 **O SR. IEDO BEZERRA SÁ (EMBRAPA)** – O que Chico falou é impertinente, porque as
6600 pessoas estão se chamando de área degradada, quando na verdade não tem nada de
6601 degradado. Isso é uma condição natural que está assim há milhares de anos. Eu dou
6602 exemplo a esse recorrente ali do norte da Bahia, que tem áreas que estão assim há
6603 milênios. Aquilo não é degradado, aquilo é uma condição natural, que é muito propícia
6604 para se fazer grandes fazendas de energia solar, que não precisa tirar a Caatinga ou
6605 deixar nada, porque é um local que não tem solo nenhum para se fazer nada, nem
6606 agricultura, nem pecuária, e tem uma baixíssima densidade demográfica. Então, com
6607 isso, eu gostaria de falar sobre a colocação do cidadão do Ministério das Minas e Energia,
6608 quando ele falou que o que está posto está tudo dentro das normas. O que precisa ser
6609 feito é colocar alguns condicionantes. Por exemplo, vai fazer uma estrada, vai colocar
6610 uma torre, alguma coisa, que recupere depois o local onde eles tiraram todo o material.
6611 Esses são os condicionantes que tem que ter. Proximidades de comunidades têm que
6612 ter. Isso tem que está posto. Então, ser contra a esse avanço tecnológico com base em
6613 energia não é um contrassenso. A gente tem que pensar com desenvolvimento. E nessas
6614 áreas que eu me referi e que eu entendi muito bem, são áreas propícias para você fazer
6615 isso, que não são áreas degradadas, são áreas que estão assim e que não tem condições
6616 de se fazer em uma atividade agropecuária, a não ser de preservar.

6617 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** – Só um
6618 complemento, Alexandre. Para ser honesto com o que a gente combinou, eu esqueci de
6619 anotar essa proposta de Mineiro. Então, enquanto, não é para decidir agora, mas é um
6620 encaminhamento da gente, enquanto comissão, criar uma representação e discutir uma
6621 participação estratégica na COP enquanto bioma Caatinga. Então, esse é um ponto. Eu
6622 não quero entrar em detalhes técnicos dessa discussão, mas o que a gente está
6623 propondo é um pouco o invés. São áreas que estão degradadas dentro do bioma por uso
6624 humano e que não são usadas para essas ações que fazem uso alternativo do solo, que
6625 não é contra a sua proposta. Ela pode complementar. Por conta de um exemplo bem
6626 claro que a gente tem, uma área de Caatinga arbórea na região de Belmonte, que é uma

6627 bacia sedimentar. Então, a Caatinga arbórea, 1.500 hectares foram suprimidos para uma
6628 fazenda solar. Quando a gente teria 1.500 hectares de áreas que já estavam totalmente
6629 agredidas, com condições estratégicas para a fazenda solar que não são consideradas.
6630 Então, é nesse sentido que a gente acha que é importante a gente fazer o alerta.

6631 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6632 **MMA) –** Bom, estão acolhidas. Eu vou, obviamente, depois pedir para o doutor Chico
6633 Campello mandar isso escrito para mim. Não, no formulário não, mas pelo menos escrito,
6634 embora esteja gravando, e a gente vai ter a decupagem da gravação. Mas acho que essa
6635 formulação bonitinha, como você está falando, talvez seja interessante para a gente
6636 colocar no relatório. Eu acho que aqui tem já um ponto importante para que a gente possa
6637 pensar em um debate da comissão, em uma pauta para uma reunião nossa da comissão,
6638 no futuro próximo, breve, que é esse tema das energias solares. Porque isso, veja, está
6639 surgindo em tudo que é campo. E, obviamente, bate aqui porque o semiárido é o território
6640 onde tem a maior escala de produção de energia solar e energia eólica. O Brasil está
6641 aqui. Mesmo que eu entenda que essa regulamentação ambiental de regras para o
6642 funcionamento desses licenciamentos é competência do CONAMA. E aí a gente não vai
6643 ficar aqui assumindo a competência que é do CONAMA. Mas a gente pode, obviamente,
6644 como comissão de caráter deliberativo, recomendar algo ao CONAMA, a partir de uma
6645 reflexão, de um debate que a gente faça aqui junto. E eu acho que é superimportante
6646 porque a gente tem as organizações da sociedade civil, dos movimentos que estão sendo
6647 impactados negativamente, a gente tem o ator da política, o MRE, que acompanha isso
6648 de forma direta, a gente tem os governos dos estados que licenciam os
6649 empreendimentos, ou seja, a gente tem a comunidade científica que está pesquisando
6650 sobre isso, identificando outras áreas que podem ser indicadas, que seriam áreas
6651 naturais, que já estão com um processo, não tem cobertura e está lá naturalmente que
6652 poderia trabalhar. E, obviamente, que há uma controvérsia sobre, estou dizendo isso
6653 porque, em algum momento, a mesa de debate da presidência da República, que tratou
6654 sobre esse tema das energias renováveis, veio conversar comigo sobre... a saída é a
6655 gente colocar os parques de energia solar e eólico onde já está degradado, porque aí o
6656 argumento era, não tem dinheiro para restaurar, então a gente resolve coloca os parques
6657 de energia solar e eólico. Eu disse, bom, espera aí, calma lá, que eu não sei se é

6658 exatamente assim, porque, do ponto de vista da degradação, se não há uma contenção,
6659 a tendência é o quê? Ela avançar. Então, se eu só cubro com placas solares porque eu
6660 não tenho recurso para restaurar, a tendência é que isso se expanda. E aí é um risco.
6661 Então, que medidas podem ser tomadas? Como buscar um meio termo, porque também
6662 simplesmente destruir o que ainda está de pé não é o caminho, porque aí termina sendo
6663 um contrassenso. A gente buscar a energia renovável, a forma de produção, mas a forma
6664 de implementação da captura dessa energia está destruindo um bem natural, um bem
6665 comum, que é a floresta, que é a vegetação. Então, como? Se estamos, inclusive, com a
6666 meta do governo, que é de desmatamento zero. Não, mas desmatamento zero só para o
6667 desmatamento ilegal ou desmatamento zero para desmatamento zero mesmo? Então,
6668 acho que talvez nós tenhamos aqui na comissão uma composição de atores, onde várias
6669 visões e perspectivas podem ser colocadas à mesa para podermos ter uma posição, uma
6670 recomendação ao Conselho Nacional de Meio Ambiente para pensar de forma, e aos
6671 estados, pensar de como regulamentar isso de forma, essa atividade de forma mais
6672 tranquila. Bom, vamos lá.

6673 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB)** – Eu acho essa
6674 sua fala extremamente pertinente, porque a gente está sendo convidado a pensar a
6675 questão da degradação no semiárido

6676 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6677 **MMA)** – E essa questão específica da geração de energia renovável no semiárido, ela
6678 não se limita aos impactos ambientais, físicos, como o nosso amiguinho tem dito. Elas
6679 extrapolam isso, estamos tão para além disso, ou seja, há impactos comprovados, ou
6680 seja, sobre a vida das pessoas, o que a gente chama de modos de vidas tradicionais.
6681 Tem um movimento grande hoje sobre isso, vai se reunir agora na Paraíba, em Alagoas,
6682 entre 23 e 30, em 3 e 25. E assim, envolve pesquisadores, universidades que estão
6683 pesquisando o assunto, institutos de pesquisa, envolve organizações sociais e envolve
6684 os afetados. Então, é uma discussão que extrapola esse campo do ambiente físico, e a
6685 gente precisa se posicionar sobre isso. Por quê? Porque os impactos são comprovados.
6686 Por exemplo, a Fiocruz, que é um órgão do governo federal, acabou de constatar,
6687 juntamente com a Universidade Estadual de Pernambuco, o efeito da turbina sobre a vida

6688 das pessoas, ou seja, o aerogerador provocando alterações comportamentais nas
6689 pessoas, e isso era em constatação deles. Os estudos internacionais já comprovam isso.
6690 Então, a gente precisa se posicionar sobre isso e de uma forma tranquila, sem que a
6691 minha posição, por exemplo, sobreponha, por exemplo, do Ministério de Minas e
6692 Energias e vice-versa. Ou seja, o debate aqui tem que ser civilizado, tem que ser em
6693 cima dos argumentos e das constatações, para que a gente trabalhe da melhor forma
6694 possível e encontre soluções, como o Chico está colocando ali, que eu acho bastante
6695 interessante. Eu, inclusive, vou até além disso. Ou seja, por que os parques de geração
6696 de energia não são instalados de forma descontínua? Porque o grande problema é o
6697 corte raso na vegetação. Se eu deixo fragmentos dessa vegetação entre um parque e
6698 outro, ou entre uma... Porque, na verdade, já existe isso. Para fragilizar o processo de
6699 licenciamento, aquele parque é subdividido em pequenos parques. Mas até os pequenos
6700 parques geram impactos, por exemplo, de 1.200, de 5.000... Tem um parque em Santa
6701 Luzia que tem 5.000 hectares de solo removido, 20 centímetros do nosso solo, que já é
6702 pequeno, nosso horizonte de solo semiárido já é pequeno. Removido esses 20% de solo,
6703 herbicida matando qualquer vegetação espontânea que surja, a lavagem das parques,
6704 seja pela chuva, ou seja, pela água dos reservatórios que tem que estar do lado desses
6705 parques, cria-se uma película de poeira nos módulos e ali não tem geração de energia,
6706 diminui a geração. E toda vez que vem uma chuva, esse herbicida é lavado para os
6707 mananciais que abastecem ou onde as pessoas buscam água para sua sobrevivência.
6708 Então, a gente vai ter que se posicionar sobre isso e não limitar isso. E eu concordo
6709 plenamente com... Para finalizar, eu concordo plenamente com o representante do
6710 Ministério das Minas e Energia, de que energia realmente é uma questão de segurança
6711 nacional, é uma política de Estado, mas a política de Estado, que tanto mal já fez a
6712 população nas hidrelétricas, já removeu pessoas de seus modos de vida, se repita 40,
6713 50 anos depois desse primeiro processo. Enfim, eu acho que a gente deveria fazer um
6714 debate nesse sentido.

6715 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6716 **MMA) –**É, eu acho que é isso que eu propus, que na próxima...

6717 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB)** – Eu estou
6718 concordando com você.

6719 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6720 **MMA)** – Sim, claro. Numa próxima reunião, a gente pense no momento em que a gente
6721 possa trazer os elementos, trazer os estudos técnicos, as informações que a gente já tem
6722 aí, de pesquisas, de dados, e os atores, quem é que lida com isso e tudo mais.

6723 **O SR. AFONSO CAVALCANTI FERNANDES (Cáritas Brasileira – CB)** – Aliás, eu
6724 esqueci de dizer, acho que, como representação do governo nesse espaço aqui, tem
6725 uma proposta sendo pensada de uma usina de geração de hidrogênio em Parnaíba, no
6726 estado do Piauí, que os impactos previstos, ou que estão sendo anunciados, são terríveis.
6727 Seria muito interessante que a gente tivesse informação sobre isso, porque espera-se
6728 que o processo de geração do hidrogênio, quebrando a molécula de hidrogênio, vai
6729 envolver mais gasto de água do que toda a população do município de Parnaíba. Além
6730 da lavagem do processo, que envolve a amônia dentro dos rios da região. Então, era
6731 muito interessante que a gente visse isso aqui, num ambiente muito propício já para a
6732 degradação. Então, se a gente tivesse, dos órgãos governamentais aqui, essa
6733 informação mais qualificada seria interessante.

6734 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6735 **MMA)** – Então, temos aí um ponto, e vamos tocar na nossa próxima agenda, como é que
6736 a gente trata desse assunto e tenta tirar alguma posição em relação a esse tema. Mais
6737 alguém? É isso? Eu vou perguntar, porque eu vou sempre perguntar. Às vezes... Às
6738 vezes, assim, aí, meu Deus, que ninguém tenha mais nada, mas sempre querendo que
6739 tenha. Nós recebemos uns kits do PrevFogo, com cadernos, cartilhas, várias coisas
6740 superlegais, calendários, e a gente, obviamente, deixou por último para os resistentes.
6741 Então, quem me diz um número? Elizete, diga aí um número de 1 a 71. 13. A pessoa não
6742 está aqui. É o Carlos, do Ministério da Cultura. Diga outro. 26. 26. É Giovanni. Giovanni
6743 já foi, não foi? Está aqui. Pronto, Giovanni. Giovanni, diga um número aí. Até 71. 30. 30
6744 é João Cassimiro, da APOINME, já foi. Diga outro. Mas nem está na ordem alfabética,
6745 Dilma. 48. É Nelson, da ACOTERRA. Diz um número aí, Nelson. 49. Raquel, do DNOCS,
6746 já foi. Diga outro. 51, Samuel, da ACOTERRA. Aí foi meio... Não. Justo é justo. A regra

6747 não estava dizendo que não pode ser da mesma instituição. É só o número. Diz aí,
6748 Nelson. Samuel. 71 é Larissa. Ela já foi-se embora. 66. É Ricardo, do PrevFogo. Oxente.
6749 Foi. Não, diga outro. 55. 55 é Vitor, do MDS. Diga outro. Pronto. Agora tem que vir logo,
6750 porque já estamos encerrando. Número 8. Apolônia, já foi. Já foi. 11. Bárbara, já foi. Só
6751 está acertando quem já... 18. Cristóvão, do CAA. Não veio. 33. Joaquim, da ANA. Não
6752 está mais. Diga mais. Número 3. Alexandre, eu. Muito obrigado. Alguém vai fazer a
6753 auditoria para ver se o que eu estou dizendo é verdade? Eu digo agora o número... Não,
6754 aí eu não vou dizer, não é? Diga aí, Elizete. 50. Romancil, da APIB. Já foi. 11. Já foi, que
6755 é Bárbara. 15. Chiara. Já foi. 64. 64. É da APOINME. Só porque é Adriano. Não. Não, eu
6756 não disse 3. Não, não fui eu que disse, não. É, agora... Mas não estava pedindo a Carlos,
6757 eu estava pedindo a Elizete. 42. Agora vai perder, que ninguém vai dizer 2. Márcio, do...
6758 Ministério... MCD. Não sei nem que órgão é esse. Não está. Diga outro. 28. Iedo. Olha
6759 mesmo. Diz lá, Iedo. 20. Edna. Já foi. 22. Elizeth. Vem mesmo. Elizete. Estou de novo.
6760 10. Athadeu, da CODEVASF. Já foi. Afonso. Olha, ele já sabe que era ele mesmo. Diz
6761 lá, Afonso. 25. Jorge. Do povo Pankararu. Não veio. 24. Francisco Campello. Diga lá,
6762 Chico. 15. Já foi. A Chiara. 7. Ana Cristina, da Rede Mulheres. Já foi. 10. Já foi. 17.
6763 Cristiane, do MMPR. Já foi. 23. Fernanda, do MDA. Não veio. Maria de Jesus, da APPCC.
6764 Olha só aí, os dois. Muito bem. Pode. Muito bem. Adriano chorou tanto que eu vou dar o
6765 meu a ele. Isso é quase aquela história de quem não chora, não mama. Gente. Piritiba,
6766 Luiz. Você não estava aqui, só a companhia do IRPA. A gente fez umas mudanças aí.
6767 A Edel está vindo, não é, Val? Não é, Val? A Edel? Não vem? Certo. É porque a gente
6768 estava aguardando ver se a secretária Edel vinha, mas, para a gente encerrar, eu queria
6769 propor talvez um breve balanço para a gente aqui, rapidinho, para a gente encerrar, já
6770 são quase cinco horas. Duas ou três contribuições que possam fazer uma avaliação
6771 sobre a nossa reunião, alguma outra observação, onde a gente pode ir ajustando,
6772 melhorando. Quem gostaria de fazer, trazer alguma coisa, fazer algum comentário?
6773 Leandro, por favor.

6774 **O SR. LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUZA (Ministério das Relações**
6775 **Exteriores – MRE) –** Obrigado. Leandro Magalhães, Ministério das Relações Exteriores.
6776 Olha, Alexandre, eu queria só aproveitar para parabenizar você pela organização do
6777 evento. Eu acho que a gente não pode minimizar a importância de estar retomando a

6778 comissão. Então, na minha avaliação, eu acho que é muito importante a gente prestigiar,
6779 a gente estar aqui, e a gente participar desse processo ativamente. Então, fico muito
6780 contente, não só com a reativação da comissão, mas também com os resultados que a
6781 gente conseguiu aqui, que foi a aprovação do regimento interno, a gente também já
6782 aproveitou para fazer a criação das câmaras temáticas, que são superimportantes para
6783 poder avançar. Então, a minha mensagem não é de perguntar nem nada, é só realmente
6784 parabenizar os esforços.

6785 **A SR^a. ELIZETE MARIA DA SILVA (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do**
6786 **Nordeste – MMTRNE)** – Bem, eu também vou na mesma linha do companheiro,
6787 parabenizar Alexandre e toda a equipe do departamento dessa educação por esse
6788 momento histórico. Para a gente, enquanto sociedade civil, enquanto catingueiros da
6789 Gema e Pernambucana também, isso é um momento histórico. A gente poder contribuir
6790 com o processo do plano e hoje poder estar aqui para discutir a implementação deles,
6791 para a gente é um momento muito histórico. E aí eu só teria uma recomendação, porque
6792 eu fiquei tão triste quando vi a plenária esvaziar. É que as próximas reuniões que tiver,
6793 as pessoas possam vir para voltar no outro dia, porque não perde a discussão. É muito
6794 ruim quando a gente sai e deixa a coisa pela metade. Parabéns a todos nós pelo
6795 compromisso de estar aqui firme, resistente, só sair na cinzinha. E aqueles, infelizmente,
6796 que não deram para ficar, ver como é que nas próximas, elas e eles podem ficar para
6797 participar até o final. Mas parabéns, Alexandre, valeu a pena. Foi uma discussão muito
6798 boa, foi uma semana gratificante. Obrigada.

6799 **O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Fundação Araripe)** –
6800 Francisco Campello, Fundação Araripe. Reforçando o que os colegas falaram. Acho que
6801 a gente, a retomada da comissão, ela tem um significado estratégico de reafirmar a
6802 participação da sociedade na implementação das políticas públicas. Então, nesse
6803 sentido, estamos todos de parabéns, e Alexandre, por ter conduzido esse processo. Mais
6804 importante, eu acho que é a questão do decreto, que reconhece a comissão, porque ele
6805 já é uma materialização da política. Então, isso também é um grande avanço. E também,
6806 o que eu acho extremamente importante, Alexandre, que você colocou, é a retomada dos
6807 instrumentos. O SAP, esses instrumentos são extremamente importantes. E aí, eu faria

6808 uma recomendação sobre um instrumento que é muito massacrado, que são os planos
6809 de manejo florestais, que estão lá como instrumento da implementação, e a gente precisa
6810 trabalhar isso de uma forma mais clara, para não marginalizar uma ferramenta que ajuda
6811 a conservar. E, do ponto de vista de uma recomendação, meu colega, eu acho que a
6812 gente poderia, se você tentar ver, eu sei que é meio que impossível, mas a comissão, na
6813 realidade, ela não é um ambiente para muito debate, é um ambiente de apresentação,
6814 votação e tudo mais. Então, que a gente comesse também a se capacitar, enquanto
6815 membro de uma comissão, para um processo de comissão, porque a gente fica com
6816 muita vontade de falar, de debater, e aí a comissão não é desenhada para isso. Então,
6817 que a gente procure outros meios para que essa vontade seja apresentada. E talvez
6818 fosse interessante, Alexandre, pensar em uma alternativa de fazer a abertura numa noite
6819 anterior, todo mundo chegaria, por exemplo, num dia, a abertura seria na quarta-noite,
6820 que a gente ganharia muito tempo, e o outro dia seria um dia de trabalho intenso, e aí,
6821 seguindo a recomendação da colega, eu tenho um voo 9 horas da noite. Então,
6822 tranquilamente, dá para ficar aqui até 5, 6 horas, sem desespero, mas outros não
6823 conseguem. E, fazendo isso, você daria uma tranquilidade, e a gente não precisaria ficar
6824 três dias, ficaria um dia efetivo de trabalho, com uma abertura onde a gente pudesse
6825 falar, seria uma coisa mais tranquila. E parabéns pelo encaminhamento.

6826 **O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO JÚNIOR (Associação Brasileira de Entidades**
6827 **Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA)** – Luiz Araújo, da CEMA da Bahia,
6828 representando a ABEMA. Parabéns pela reinstalação dessa comissão. Nós, como
6829 estados, é extremamente importante que se reativem esses espaços de debate. A gente
6830 sabe que diminuíram um pouco a quantidade de estados participantes aqui, mas eu
6831 queria colocar a ABEMA à disposição para poder fazer as articulações necessárias, para
6832 a gente poder trazer por outros caminhos os estados para participar mais próximos. A
6833 gente teve a oportunidade de conversar um pouco na hora do almoço, dando algumas
6834 sugestões de melhoria, mas eu sei que é muito mais fácil falar quando as coisas já estão
6835 acontecendo. Foi ótima a oportunidade, parabéns. Todos vocês foram ótimos, na
6836 verdade, todo mundo entendeu o papel aqui, contribuiu, e é uma demanda represada há
6837 tanto tempo, era de se esperar que a gente tivesse tanto o que falar. Então, eu acho que

6838 a gente tem que pedir também uma salva de palmas para nós que estivemos aqui até
6839 agora, contribuindo da melhor forma que pudéssemos.

6840 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Ministério do Meio Ambiente –**
6841 **MMA) –** Se é isso, acolho e eu agradeço também, quero dizer para vocês que a reunião
6842 da comissão e todo o processo, como eu falei ontem, ele é resultado do trabalho da
6843 equipe do nosso departamento, dos 300 que a gente tem disponível, é dos 300 que tem
6844 disponível, só para não dizer o número, dos 300 que a gente tem, e eu fico muito
6845 agradecido, o Carlos, que fez um trabalho fantástico de contato com as organizações da
6846 sociedade civil para comprar passagem, ver diárias, essa coisa toda, e toda a nossa
6847 equipe de apoio, a Laura, a Graciema, a Anne, que é nossa estagiária, a Val, todo mundo
6848 se envolveu de alguma forma para fazer com que a coisa acontecesse. Vamos ter
6849 sempre... Marcos, Santana, cadê ele? Ele ainda está lá dentro? Não, não é? É mesmo?
6850 Marcos, venha-se embora para cá. Marcos, o Edvan, que está aqui, o Carlos, Moura Fé,
6851 que esteve com a gente já há um pouco, toda a equipe se envolveu nesse processo, acho
6852 que isso é superpositivo, é isso. Como vou repetir o que disse várias vezes, até onde é
6853 aqui que a gente conseguiu ir sozinhos, e agora vamos mais juntos, mais articulados com
6854 vocês, e certamente vai ser bem positivo. Acho que a ideia de Chico é boa, só quero que
6855 a gente possa pensar talvez na estratégia de garantir um momento para a sociedade civil.
6856 Eu já fui membro de conselho e comissão nesses 21 anos, no meio da sociedade civil. E
6857 acho também, a gente tem que chegar aqui na comissão com o debate feito e as
6858 estratégias montadas nos grupos de trabalho, nas câmaras técnicas, porque aqui não é
6859 um espaço para fazermos as grandes falas, porque o tempo é curto, são muitas agendas.
6860 A ideia da comissão se dá no processo prévio, que é dos grupos de trabalho, das câmaras
6861 técnicas, e eu tenho dito isso lá no departamento, nós temos que fazer com que as
6862 câmaras técnicas e os grupos de trabalho da UCNCD funcionem, porque se elas
6863 funcionam, esse espaço aqui vai ficar muito mais qualificado e a gente vai conseguir
6864 tomar mais decisões, melhor elaboradas, melhor definidas. Então é isso, agradecer a
6865 todos e a todas vocês por esse... Oh, meu Deus do céu, como não agradecer ao
6866 PrevFogo, Val? Mas, de toda forma, a gente também já manifestou para a Flávia, quando
6867 esteve aqui na abertura, o nosso agradecimento, já colocou à disposição, de repente,
6868 essa vai ser a nossa casa pelas próximas reuniões nossas da comissão, se a gente fizer

6869 aqui em Brasília, para que a gente possa aproveitar esse espaço também, que é de um
6870 parceiro estratégico nosso. É isso, boa viagem a todos e todas. Obrigado. Sigamos.